

Trayectorias Humanas Trascontinentales

ISSN : 2557-0633

Directora de publicación : Dominique GAY-SYLVESTRE

Directores del número : Paulo CELSO da SILVA, Luciana
PAGLIARINI de SOUZA et Maria Ogecia DRIGO

Publicado en línea el 10 de octubre de 2022
<http://unilim.fr/trash/4791>

TraHs N°14 | 2022

Medios, violencia y alteridad. Las múltiples facetas de una realidad global



Université
de Limoges

Dominique Gay-Sylvestre

Note.....1

Cássia Pérez da Silva

Prólogo 2

Referências 6

Xiaoli HAO

La vision de la femme chinoise selon Pierre Loti à travers *Les derniers jours de Pékin* : entre stéréotype et approche journalistique..... 7

Introduction..... 9

1. Les stéréotypes liés à la femme chinoise et la façon dont ils se manifestent et évoluent..... 10

1.1 L'archétype de vieilles femmes : le symbole d'une nation décadente et ravagée.....11

1.2. L'archétype de la femme rebelle, à la fois victime de la guerre et héroïne de la résistance 12

1.3 L'archétype de la femme victime de la guerre : le miroir d'une société en pleine mutation 13

1.4 La représentation féerique et imaginée de l'Impératrice douairière Cixi ... 13

2. Les techniques de construction de l'image de la femme chinoise 14

2.1 L'insertion d'éléments impressionnistes : une image féminine plus vivante 14

2.2 L'effet journalistique dans la représentation de la femme 14

Conclusion 15

Références 16

Corpus 16

Textes de référence 16

I- Violencia, procesos, sociedad, ideologías, media / Violence, process, society, ideologies, media 17

Jorge Mario Rodríguez

Violencia estructural y las tecnologías de la información.....18

Introducción 21

La anómala condición humana en la era digital 22

La imposibilidad de la ética en el mundo digital 25

Las raíces de una violencia ubicua..... 27

Referencias..... 31

Luís Mauro Sá Martino et Ângela Cristina Salgueiro Marques

Violência simbólica, sociedade do desempenho e vivências da alteridade: aproximações entre leituras de Han e Bourdieu 34

Introdução 36

I- A violência simbólica e a coisificação do outro.....	37	
II- O eros como a abertura de uma temporalidade	41	
III- O enigma do outro e o poder simbólico	44	
Considerações finais	46	
Referências.....	46	
Sergio de Almeida Cid Peres		
Hate speech: sob o manto da liberdade de expressão	48	
Introdução	50	
O <i>Hate Speech</i>	50	
Considerações Finais	54	
Referências.....	55	
II- Salud, políticas públicas, media, confinamiento, el otro / Health, public policies, media, containment and otherness.....		56
Ambre Laplaud		
Soigner l'image de l'EHPAD pour soigner les ressources territoriales et l'innovation sociale en gérontologie.....	57	
I- De la médiatisation de la violence institutionnelle à l'altérité : revaloriser l'Ehpad dans et hors les murs et favoriser le « soutien » au domicile.....	63	
A) La fin de l'EHPAD « bashing » : informer pour redonner de l'effectivité aux droits fondamentaux en Ehpad	64	
B) La fin de l'EHPAD « cliché » : proposer des services pour maintenir le lien social et faire de l'EHPAD une proximité d'accès aux soins	70	
II- La nécessaire participation des médias à la diffusion d'une culture de projets d'EHPAD « ouverts ».....	74	
A) Changer le discours médiatique : promouvoir l'approche écosystémique du concept d'Ehpad « ouvert » territorialisé	75	
B) L'enjeu de la pérennisation et de la médiatisation de la démarche de co-construction des EHPAD inclusif et social.....	79	
Bibliographie	84	
Jurisprudences :	87	
Lois, décrets, règlements :.....	87	
Rapports :.....	87	
Ndiouga Diagne		
La Covid 19 à Dakar (Sénégal). Entre mesures sanitaires, vécu quotidien, traitement médiatique et psychose	89	
Introduction.....	91	
I- De la « Wuhanisation » de la Covid 19 à l'apparition du premier cas au Sénégal : de l'ignorance à la psychose en passant par la méfiance.....	91	
1- De la fermeture des lieux publics à l'état d'urgence : mesures sanitaires et traitement médiatique.....	92	

2- Mon quotidien au temps de la Covid 19 : insouciance, errance, psychose..	100
II- Comment user des leçons d’histoire : une bataille à coups de masques et d’interdits.....	103
III- La virilité de la Covid 19 : « Les enfants ne fautent pas ».....	104
Conclusion	104
Références	105
Entretiens.....	106

Monica Martinez

O coração da loucura: Nise da Silveira e a importâncias da história de vida e das técnicas expressivas na resiliência à violência em saúde mental	107
Uma mulher à frente de seu tempo	109
Os ateliês, a arte e o trabalho em grupos.....	111
Liberdade para criar	113
Referências.....	118

III- Violencia, espacios, media, sociedad, políticas públicas / Violence, spaces, media, society, public policies

120

Felipe Tavares Paes Lopes

Territórios do torcer: futebol, violência e política	121
Introdução	123
Futebol, território e violência.....	124
Futebol, território e política	127
Considerações finais	129
Referências.....	129

Rafaela Alvarenga Flôr et Daniela Cristiane Ota

Feminicídio e Fronteira: uma análise da cobertura jornalística em Ponta Porã (Mato Grosso, Brasil).....	131
Introdução	133
Identidade, território e resgate histórico da fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.....	134
Interseccionalidade e mulheres fronteiriças	136
Metodologia e análise dos objetos	138
Considerações finais	141
Referências.....	141

Bryan Chrystian Araújo et Vilso Junior Santi

Os territórios midiáticos e a territorialização do movimento dos povos indígenas no bios midiático	143
Introdução	145
Midiatização: um novo modo de ser no mundo	145

Entre representações territoriais e o bios midiático	147
Pesquisa diacrônica do território midiático	149
Territorialização do movimento indígena	150
Considerações finais	153
Referências	154
Reseñas / Books reports	156
Salvador Gijón, Domingo Cipriano y López Camarillas, José A. (2022). <i>El premio</i> . Torrent (València): Llibres de l'Encobert, 50 p.	157
Guimarães, Bruno Almeida, Kangussu, Imaculada, Mello Rangel, Marcelo de, Freitas, Romero (2022). Benjamin, W. <i>Hoje</i> . Belo Horizonte: MG: Editora Relicário; 1ª edição, 216 p.....	161
Referências	163



Note

Note

Dominique Gay-Sylvestre

Directrice revue numérique TraHs

Notre siècle est la proie de déséquilibres, tensions, conflits et incertitudes de toutes. Les sociétés changent, se transforment ; les besoins aussi. Les médias et les nouvelles technologies apparaissent comme de nouvelles formes de gouvernance, imposant peu à peu leur diktat aux dépens du libre arbitre et de la pensée propre.

Sans pessimisme ni optimisme naïf, les auteurs du numéro *Media, violence et altérité. les multiples facettes d'une réalité globale* apportent un éclairage lucide sur les défis que représentent les technologies émergentes et la nécessaire sagacité et discernement à observer pour éviter fragmentations et déstabilisations.

Trayectorias Humanas
Trascontinentales



Prólogo

Prologue

Cássia Pérez da Silva

Universidade de São Paulo

São Paulo Brazil

<https://orcid.org/0000-0003-1845-2892>

cassiapzsilva@gmail.com

A alteridade tem como par dialético a construção e a exclusão social, uma vez que não nos é possível firmar e afirmar um EU/NÓS que não seja no âmbito da comparação ou do reconhecimento que EU não sou o OUTRO e, ainda pior, um outro(sim, com minúsculo). A própria forma de escrever nos remete às representações (Arruda, 1999: 47). No caso da América Latina, antes mesmo de qualquer forma de mídia massiva, desde nossa entrada no universo da cultura ocidental, dita Europeia, fomos representados em e por ilustrações e relatos nos quais, visualizados e entendidos fora da singularidade de uma Europa cristã, “un filtro cultural que marcará la alteridad de los colonizados (Al-andalus, los territorios de América, África y Asia) para gestar una clase sometida en cuestión a los intereses de explotación económica mediante guerras de despojo” (Nuñez, 2020: s/p) .

Dessa forma, relatados como seres estranhos, monstruosos e sem deus e em um território rico em sua natureza vegetal e animal e possivelmente em minérios, estávamos prontos para sermos o outro. Não faltaram doutrinas a explicar nossa alteridade. Anos depois, a alteridade africana viria a conformar ainda mais a ideologia que sustentava nossa inferioridade. O continente africano, conhecido muito antes de Nuestra América, será representado, já no século XI, por aberrações como os *Blemias*, seres encontrados no continente africano (além de Babilônia, Persia e Índia) que não tinham cabeça e seus rostos estavam no peito, mas Nuestra América não ficará sem sua dose de grotesco.

Entre 1595 y 1617 el inglés Walter Raleigh en busca de El Dorado hace una expedición por Sudamérica con el fin de enriquecer a su nación de tesoros. En el primer momento Raleigh llega a la Guayana venezolana donde asegura haber escuchado a testigos describiendo la tribu de Ewaipanomas. A su vuelta en 1599 son publicadas sus cartas, ilustrando de manera fiel sus crónicas de viajes con un grabado en su portada de los Ewaipanomas, seres antropomórficos sin cabeza y rostros en el torso con un tremendo parecido a los Blemias de “Las Maravillas del Oriente” realizados seiscientos años antes (Nuñez, 2020: s/p).



Ilustración 1 - Blemias, de *Maravillas del Oriente*. ca. 1015-1050. British Library, Londres.

Qualquer que fosse o grotesco da aparência e dos costumes, os espanhóis consideraram filhos do deus cristão. Os portugueses discutiram bastante a existência ou não da alma nas populações nativas e, enquanto não chegavam às conclusões, seguiam matando e escravizando as populações justificados pelo colonialismo como missão divina.

Em 2022, quando um estrangeiro pergunta onde estão os elefantes e macacos em uma metrópole como São Paulo, a dialética da produção da alteridade se atualiza nas representações. As múltiplas facetas de uma realidade global demonstram sua perversidade e sua fábula, como afirmava Santos (2001: 20), quando o sul americano ou africano é “acompanhado” [PERSEGUIDO!!] pelo segurança do supermercado europeu pela sua “aparência diferente”.

Alteridade e mídia, uma relação na qual a contemporaneidade reforça a exclusão da Outridade, uma vez que muitos andam com as mídias globais nas mãos, possível de serem acionadas com um toque dos dedos.

Refletir, debater, reforçar a humanidade de cada um e de todos, eis a dialética NÓS - TODOS.

Alterity has as dialectical pair the construction and social exclusion since it is not possible for us to establish and affirm an I/WE that is not within the scope of comparison or recognition that I am not the OTHER and, even worse, another. The very way of writing leads us to representations (Arruda, 1999, p.47). In the Latin America's case, even before any form of mass media, since our entry into the universe of Western culture, called European, we are represented in and by illustrations and reports which are visualized and understood outside the singularity of a Christian Europe, as “a cultural filter that will mark the otherness of the colonized (Al-andalus, the territories of America, Africa and Asia) to create a class

subject to the interests of economic exploitation through wars of dispossession” (Nuñez, 2020, s/ p).

In this way, reported as strange, monstrous and godless beings and in a territory rich in its vegetal and animal nature and possibly in minerals, we were ready to be the other. There was more than enough doctrines to explain our otherness. Years later, African otherness would come to further shape the ideology that supported our inferiority. The African continent, known long before Nuestra América, will be represented, in the 11th century, by aberrations such as the Blemias, beings found on the African continent (in addition to Babylon, Persia and India) that had no head and their faces were in the chest, but Nuestra América will not be without its dose of grotesque.

Between 1595 and 1617, the Englishman Walter Raleigh, in search of El Dorado, made an expedition through South America in order to enrich his nation with treasures. At first, Raleigh arrives in Venezuelan Guayana where he claims to have heard witnesses describing the Ewaipanomas tribe. At his return in 1599 his letters are published, faithfully illustrating his travel chronicles with an engraving on its cover of the Ewaipanomas, headless anthropomorphic beings and faces on the torso with a tremendous resemblance to the Blemias of "The Wonders of the East" made six hundred years before (Nuñez, 2020, s/p).



Illustration 1 - Blemies, by Maravillas del Oriente. here. 1015-1050. British Library, London.

Whatever the grotesque appearance and customs, the Spaniards considered children of the Christian god. The Portuguese discussed the existence of the soul in the native populations and, while they did not reach conclusions, they continued killing and enslaving the populations justified by colonialism as a divine mission.

In 2022, when a foreigner asks where the elephants and monkeys are in a metropolis like São Paulo, the dialectic of the production of alterity is updated in the representations. The multiple facets of a global reality demonstrate its perversity and its fable, as stated by Santos (2001, p. 20), when a South American or an African are “accompanied” [CHASED!!] by the security of the European supermarket for its “different appearance”.

Alterity and media, a relationship in which contemporaneity reinforces the exclusion of Otherness, since many walk with global media in their hands, which can be activated with a touch of the fingers.

Reflecting, debating, reinforcing the humanity of each and every one, this is the dialectic WE - ALL.

Referências

Arruda, A. (Org.). (1999). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes.

Núñez, E. (2020). *Un monstruoso otro: Alteridad y violencia epistémica en la primera modernidad colonial*. Publicado em 11 DIC, 12:03. Disponível em <
<https://www.elsaltodiario.com/pensar-jondo-descolonizando-andalucia/un-monstruoso-otro-alteridad-y-violencia-epistemica-en-la-primera-modernidad-colonial>>

Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.



La vision de la femme chinoise selon Pierre Loti à travers *Les derniers jours de Pékin* : entre stéréotype et approche journalistique

Pierre Loti's vision of the chinese woman through *The last days of Peking*: Between stereotype and journalistic approach

Xiaoli HAO¹

Université des Études Internationales de Shanghai, Chine

<https://orcid.org/0000-0002-4155-7476>

mengfan.michelle@163.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4833>

DOI : 10.25965/trahs.4833

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Résumé : En tant qu'intermédiaire entre « la mystérieuse contrée » et Pierre Loti, la femme exotique qui incarne l'essence d'une civilisation est un thème récurrent dans ses œuvres. Son rôle dans ses fictions mérite d'être étudié. Dans sa description des femmes en Extrême-Orient, par rapport à la femme japonaise, la femme chinoise nous semble bien inconnue, mais son œuvre *Les Derniers Jours de Pékin* a comme toile de fond la Révolte des Boxers. Du point de vue particulier d'un écrivain exotique et d'un officier militaire, les témoignages qu'il apporte de la société chinoise dans cette « mystérieuse contrée » et, tout particulièrement la description qu'il donne de la « femme exotique » qu'est la femme chinoise dans ce contexte de violence si particulier et d'une autre altérité joueront un rôle non négligeable envers « tout ce qui est différent, étrange, exotique ». Les représentants du groupe le plus vulnérable « la femme chinoise » présentent une image complexe dans l'œuvre : tragique, mystérieuse, courageuse, féérique, etc. Ces personnages féminins vivants et concrets décrivent au lecteur un monde réel d'horreurs qui accompagnent la guerre. À travers le concept du stéréotype, la démarche impressionniste et l'approche journalistique, cet article vise à montrer comment, entre imaginaire romanesque, approche artistique et écriture journalistique, se révèle l'image d'un groupe diversifié de femmes.

Mots clés : Pierre Loti, la femme chinoise, *Les Derniers Jours de Pékin*, altérité, stéréotype, approche journalistique

Resumen: Como intermediaria entre la "tierra misteriosa" y Pierre Loti, la mujer exótica que encarna la esencia de una civilización es un tema recurrente en sus obras. Su papel en sus ficciones merece ser estudiado. En su descripción de las mujeres de Extremo Oriente, en comparación con la mujer japonesa, la mujer china nos parece bastante desconocida, pero su obra *Los Últimos días de Pekín* tiene como telón de fondo la rebelión de los bóxers. Desde el punto de vista particular de un

¹ Maître de conférences. Docteur en didactique des langues et des cultures de l'Université Sorbonne Nouvelle et en langue et littérature françaises de l'Université des Études Internationales de Shanghai (SISU) en Chine (thèse de doctorat soutenue en 2021 : L'image de la femme chinoise chez six écrivains français : dynamiques de construction, reconstruction et circulation (1880-1960)).

escritor y militar exótico, sus relatos sobre la sociedad china en esta "tierra misteriosa" y, en particular, su descripción de la "mujer exótica", la mujer china, en este contexto particular de violencia y otras alteridades, desempeñarán un papel importante en relación con "todo lo que es diferente, extraño, exótico". Las representantes del grupo más vulnerable, "la mujer china", presentan una imagen compleja en la obra : trágica, misteriosa, valiente, de hadas, etc. Estos personajes femeninos vívidos y concretos describen al lector un mundo real de horrores que acompañan a la guerra. A través del concepto de estereotipo, el enfoque impresionista y el enfoque periodístico, este artículo pretende mostrar cómo, entre la imaginación novelística, el enfoque artístico y la escritura periodística, se revela la imagen de un grupo diverso de mujeres.

Palabras clave: Pierre Loti, la mujer china, *Los Últimos días de Pekín*, alteridad, estereotipo, enfoque periodístico

Resumo: Como intermediário entre a "terra misteriosa" e Pierre Loti, a mulher exótica que encarna a essência de uma civilização é um tema recorrente nas suas obras. O seu papel nas suas ficções merece ser estudado. Na sua descrição das mulheres do Extremo Oriente, em comparação com a mulher japonesa, a mulher chinesa parece-nos bastante desconhecida, mas o seu trabalho *Os Últimos Dias de Pequim* tem como pano de fundo a Rebelião Boxer. Do ponto de vista particular de um escritor e oficial militar exótico, os seus relatos da sociedade chinesa nesta "terra misteriosa" e, em particular, a sua descrição da "mulher exótica", a mulher chinesa, neste contexto particular de violência e alteridade, desempenhará um papel significativo em relação a "tudo o que é diferente, estranho, exótico". Os representantes do grupo mais vulnerável "a mulher chinesa" apresentam uma imagem complexa na obra : trágica, misteriosa, corajosa, parecida com uma fada, etc. Estas vívidas e concretas personagens femininas descrevem ao leitor um mundo real de horrores que acompanham a guerra. Através do conceito de estereótipo, da abordagem impressionista e da abordagem jornalística, entre a imaginação novelista, a abordagem artística e a escrita jornalística, se revela a imagem de um grupo diversificado de mulheres.

Palavras chave: Pierre Loti, a mulher chinesa, *Os Últimos Dias de Pequim*, alteridade, estereótipo, abordagem jornalística

Abstract: As an intermediary between the "mysterious land" and Pierre Loti, the exotic woman who embodies the essence of a civilization is a recurring theme in his works. Her role in his fictions deserves to be studied. In his description of Far East Asian Women, Chinese women seem quite unknown compared to Japanese women, but his work *The last days of Peking* has the Boxer Rebellion as its backdrop. From the particular point of view of an exotic writer and military officer, his accounts of Chinese society in this "mysterious land" and, in particular, his description of the "exotic woman", the Chinese woman, in this particular context of violence and other otherness, will play a significant role in relation to "everything that is different, strange, exotic". The representatives of the more vulnerable group "the Chinese woman" present a complex image in the work : tragic, mysterious, courageous, fairy-like, etc. These vivid and concrete female characters describe to the reader a real world of horrors that accompany the war. Through the concept of the stereotype and the journalistic approach, this article aims to show how, between the novelistic imagination, the artistic approach and journalistic writing, the image of a diverse group of women is revealed.

Keywords: Pierre Loti, Chinese women, *The last days of Peking*, otherness, stereotype, journalistic approach

Introduction²

Considéré comme l'un des plus grands observateurs de l'exotisme à la fin du XIX^e siècle, Pierre Loti profite de l'avantage de pouvoir voyager dans différents pays, en tant qu'officier expéditionnaire, ce qui lui permet de connaître les civilisations lointaines, originales et les décrire dans ses œuvres. Les souvenirs de sa propre expérience sont devenus une source d'inspiration immanquable de sa création littéraire, lorsqu'il s'est rendu en Chine pour l'expédition internationale de 1900.

La Révolte des Boxers³ a éclaté et, sur les ruines de la répression, des scènes de destruction et de carnage, il rédige de petits articles, à partir de ses propres témoignages. Ces articles sont publiés d'abord dans les colonnes du *Figaro*, et repris ensuite, en 1902, pour constituer *Les Derniers Jours de Pékin*. En effet, la visite de l'auteur a coïncidé avec la répression de la Révolte des Boxers, et le sang qui a coulé sur le sol chinois n'a pas encore séché.

Il est donc clair que son rôle est à la fois celui de vainqueur et de témoin dans la grande confrontation culturelle entre l'Est et l'Ouest au début du siècle. D'une part, une telle œuvre vise à mettre en évidence la suprématie du conquérant. D'autre part, en tant qu'écrivain, l'auteur se munit d'un appareil photo noir et blanc, qui capture dans les moindres détails ce qu'il a vu et entendu sur son chemin à travers la Chine, notamment lorsqu'il est entré à Pékin. Les couleurs grises et ternes de l'œuvre, entrecoupées de souvenirs vivants, révèlent le déclin et la mort de la beauté de la Chine, déconstruisant et reconstruisant, petit à petit, la Chine mystérieuse et magique vue par les Occidentaux.

L'ouvrage, qualifié de « roman » d'un correspondant de guerre, reflète en profondeur les liens de Loti avec la Chine et le peuple chinois et donne notamment une image de la femme chinoise. Cependant, cette œuvre est différente de ses autres ouvrages qui décrivent l'amour avec des femmes exotiques.

En général, les romans⁴ de Loti concernant la femme exotique sont dans une large mesure construits sur le même modèle : « un beau marin, généralement français, se rend dans un pays lointain où une jeune femme tombe amoureuse de lui. À son tour, il est subjugué par elle »⁵. Néanmoins, il n'a pas voyagé très longtemps en Chine, et en raison des événements de la guerre, il n'a pas eu le temps de s'installer et d'essayer de se mêler à la population locale comme il l'a fait au Japon ou à Tahiti, de commencer une vie intime avec les femmes chinoises.

2 Cet article fait partie du Projet de recherche « La construction et la reconstruction de l'image de la femme en Extrême-Orient sous la plume des écrivains français depuis le XX^e siècle (avec l'exemple des femmes chinoises et japonaises) » financé par l'Université des études internationales de Shanghai (本文得到上海外国语大学第三届导师学术引领计划项目资助).

3 Initié par une société secrète appelée les Poings de la Justice et de la Concorde (义和团 Yihétuán), surnommée les Boxeurs, ce mouvement qui a lieu en Chine à la fin du XIX^e siècle est créé pour affronter les puissances étrangères en Chine, notamment les missionnaires et les chrétiens chinois. Il se termine par la défaite des Boxeurs et la tutelle de la Chine par huit nations impérialistes (Allemagne, Autriche-Hongrie, États-Unis, France, Italie, Japon, Royaume-Uni, Russie).

4 Parmi les œuvres les plus emblématiques de cette série, citons *Aziyadé* (1879), *Marigae de Loti* (1878) et *Madame Chrysanthème* (1887).

5 Irene Szyliowicz, *Pierre Loti and the Oriental Woman*, 1988: 15. « Loti's 'foreign' fiction is almost formulaic: in each instance a handsome, usually French, sailor travels to a distant land, there to fascinate, and in turn be enthralled by, an 'Oriental' woman ». Traduit en français par l'auteure de cette étude.

Cette œuvre se caractérise plutôt par la répression sanglante, les cadavres des victimes inhumés, les scènes affreuses, une ville complètement noyée dans le sang. Bien qu'il soit impossible de mélanger ces scènes et celles de l'amour pour une femme exotique, l'auteur n'a pas abandonné son intérêt pour le thème féminin. Dans ce sombre et horrible contexte d'après-guerre, les descriptions de la femme chinoise occupent également une place importante, avec différents types de figures féminines apparaissant à différentes occasions et présentant différents visages, comme un fil qui relie ce que le narrateur a vu et a entendu à Pékin, révélant une Chine en chair et en os.

1. Les stéréotypes liés à la femme chinoise et la façon dont ils se manifestent et évoluent

D'après le Centre national de ressources textuelles et lexicales (CNRTL), le stéréotype est :

une idée, une opinion toute faite, acceptée sans réflexion et répétée sans avoir été soumise à un examen critique, par une personne ou un groupe, et qui détermine, à un degré plus ou moins élevé, ses manières de penser, de sentir et d'agir.
(Source : <http://www.cnrtl.fr/definition/stereotype>)

Les stéréotypes conduisent souvent à ce que la perception de quelque chose, notamment de l'Autre, soit limitée à un certain modèle ou à une certaine image, voire à un certain préjugé à un moment destiné. Dans cette œuvre, les stéréotypes sur la femme chinoise se focalisent sur les conceptions traditionnelles, l'apparence physique, les coutumes et le comportement. Quel que soit l'archétype d'image de la femme chinoise, avant de venir en Chine, les auteurs français pensaient généralement que les femmes chinoises, en particulier les femmes de haut rang vivaient recluses et confinées chez elles. Dans cette œuvre, le narrateur croit que son occasion unique de rencontrer et observer quelques belles dames de Pékin, c'est leur sortie de la messe, car ces femmes ne se montrent point dans les rues, où ne circulent que les femmes de basses classes. « Point de femmes, elles restent cachées. » (Loti, 1902 : 366).

Même si l'on mange chez un mandarin, il est difficile de voir les dames de la maison car elles ne sont pas admises devant les invités. Outre leur réclusion, l'étrangeté et la bizarrerie de la femme chinoise n'ont pas échappé aux stéréotypes véhiculés. « Oh ! les étranges minois fardés et les étranges atours » (*Ibid.* : 340). L'auteur les décrit comme si « elles sont échappées des vieux paravents ou des vieilles potiches, pour prendre réalité » (*Ibid.* : 341). De même, les personnages féminins de l'œuvre, comme la vieille conductrice est une « [...] étrange créature » et l'une des trois chanteuses est « l'étoile, une bizarre petite créature très parée. » (*Ibid.* : 352). D'ailleurs, le statut des femmes, tant dans les basses classes que dans les classes supérieures, reste inférieur et subordonné à celui des hommes, ce qui est également implicite dans la façon de les désigner :

On sait d'ailleurs qu'un Chinois obligé de parler de sa femme ne doit la désigner que d'une manière indirecte, et autant que possible par un qualificatif sévèrement dénué de toute galanterie, comme par exemple : « mon horripilante » ou « ma nauséabonde » (*Ibid.* : 396-397).

Ces appellations péjoratives symbolisent l'invisibilité de la femme en tant qu'objet pour les hommes. Il apparaît donc évident qu'aux personnages féminins représentés

dans cette œuvre s'entremêlent les éléments des stéréotypes les plus répandus sur la femme chinoise à l'époque où vivait l'auteur.

1.1 L'archétype de vieilles femmes : le symbole d'une nation décadente et ravagée

La description particulière de vieilles femmes chinoises apparaît à plusieurs reprises, à commencer par celle d'une femme, peut-être centenaire, expulsée de son domicile sous les éclats de rire des soldats allemands que le narrateur rencontre à la campagne. La vieille femme, si âgée qu'elle peut à peine marcher toute seule, est obligée de quitter sa maison avec l'aide de ses petits-enfants, laissant son logement bien entretenu aux soldats allemands qui viennent y établir un poste.

L'autre vieille femme, une vieille conductrice qui guide les officiers étrangers qui souhaitent voir les deux déesses des Boxers prisonnières, a les traits typiques de la femme chinoise traditionnelle : de petits pieds, des yeux retroussés, un habillement sombre. Elle est ravagée par la guerre, craintive et prudente, et mystérieuse à la fois, car son aspect et son allure déconcertés lui donnent l'impression d'être une douairière âgée qui semble raffinée en surface, mais qui pourrait en fait « vers[er] dans les honteuses besognes clandestines » (*Ibid.* : 46). C'est donc un personnage féminin plutôt complexe, aux multiples visages de la guerre que la plume de l'écrivain retrace à travers elle.

Un autre personnage âgé, l'une des figures féminines typiques de l'auteur est celui de la mère des deux déesses des Boxers prisonnières mentionnées précédemment. Bien qu'elle ne soit décrite qu'en quelques mots, elle est présentée avec des caractéristiques physiques semblables à celles de la vieille conductrice : les yeux obliques de vieille Chinoise, ainsi qu'une figure tragique qui a toujours suivi ses deux filles, mais qui finit par se noyer tragiquement.

Les stéréotypes sur l'image des femmes ou du peuple chinois transparaissent dans l'emploi des énoncés, des mots et expressions figées telles qu'« oblique », « louche », « de travers » ou « bridé » souvent utilisées par les écrivains français pour décrire les yeux et le regard des Chinois. Les regards de l'Autre interprétant ou impliquant d'une façon autocritique des sentiments complexes. Comme Emmanuel Levinas l'évoque dans son œuvre, » *L'Humanisme de l'autre homme* » :

Autruï qui se manifeste dans le visage, perce en quelque sorte sa propre essence plastique, comme un être qui ouvrirait la fenêtre où sa figure pourtant se dessinait déjà. Sa présence consiste à se dévêtir de la forme qui cependant déjà le manifestait. Sa manifestation est un surplus sur la paralysie inévitable de la manifestation. C'est cela que nous décrivons par la formule : le visage parle. La manifestation du visage est le premier discours (Levinas, 1972 : 51).

Les regards, en particulier ceux qui sont propres aux vieilles femmes, comme les regards impénétrables et sans vie de la vieille conductrice, transmettent une subtile résonance émotionnelle qui amène le lecteur à éprouver de la compassion pour elles, qui ont souffert de la guerre. Désormais chassées par les envahisseurs étrangers, humiliées, ces héritières d'une civilisation ancestrale, symbolisent la déception et la douleur d'une Chine vieillissante.

Le champ lexical de la tristesse (« le désespoir » » la détresse » » sans recours ») souligne clairement la frustration et l'impuissance de la vieille femme, forcée de quitter son pays natal à un âge avancé, ce qui ajoute aux éléments de la

misère de la situation à l'époque de la Révolte des Boxers. Quant à la vieille conductrice chinoise qui montre le chemin, l'auteur joue sur un double sens, comparant ses rides à celles de la pomme en hiver, pleine des traces du temps ; il fait ainsi allusion au fait que la Chine est désormais mourante et sans vivacité après avoir connu les vicissitudes du temps. De même, le regard impénétrable et sans vie de la vieille femme, face aux envahisseurs étrangers évoque le mystère et l'impénétrabilité de la Chine et son délabrement dû en raison des émeutes.

1.2. L'archétype de la femme rebelle, à la fois victime de la guerre et héroïne de la résistance

Pourquoi l'emploi du terme « déesses » pour désigner la femme rebelle dans cette œuvre ? Dans l'esprit du public chinois, les déesses représentent une sorte de palladium. C'est le cas des deux statues de déesses qui apparaissent dans le second palais de l'impératrice, dont l'une est la « déesse blanche qui était un peu le palladium de l'empire chinois », l'autre, « une déesse d'albâtre en robe d'or brodée de pierreries - (qui) médite les yeux baissés, calme, souriante et douce, au milieu des mille débris de ses vases sacrés, de ses brûle-parfums et de ses fleurs » (Loti, 1902 : 154-155). L'apparition simultanée des deux déesses signale l'importance inégalée du rôle de palladium dans la famille impériale. L'auteur se rend également compte que la déesse représente beaucoup pour les Chinois, et également pour la dirigeante spirituelle de la Révolte des Boxers.

Deux déesses des Boxers présentées dans cette œuvre sont Lin Hei'er (en chinois "林黑儿")⁶ et sa sœur, ce qui est l'une des raisons pour lesquelles elles ont incité les officiers européens à leur rendre visite en groupe, car ces femmes légendaires sont déifiées comme les dirigeantes spirituelles qui entraînent et encouragent les Boxers au combat. Elles représentent une autre facette des femmes chinoises qui ont rompu avec la tradition et dont la mystique a suscité l'intense curiosité de ces officiers.

« Elles étaient des filles fétiches que l'on postait dans les pagodes criblées d'obus pour en protéger les autels, des inspirées qui marchaient au feu avec des cris pour entraîner les soldats. Elles étaient les déesses de ces incompréhensibles Boxers » (*Ibid.* : 51).

D'ailleurs, il est à noter que leur double identité contradictoire de victimes de la guerre et d'héroïnes de la résistance est également clairement exprimée par l'auteur. D'une part, l'abandon de la vie féminine traditionnelle, le tourment de la guerre, les rendent fragiles, désespérées et indifférentes à tout. D'autre part, elles étaient autrefois « jolies, avec une certaine grâce, un certain charme comme il faut » (*Ibid.* : 53) pleines de vitalité féminine, et avaient une vie qui aurait dû être heureuse, mais elles ont choisi de se battre et ont rejoint sans peur la Révolte des Boxers pour lutter contre l'invasion étrangère et sont devenues de courageuses guerrières. Sous la plume de l'auteur, elles sont des femmes adorables et respectables, des femmes d'une infinie sympathie, mais aussi des victimes de la guerre.

⁶ Principale dirigeante de l'une des organisations féminines de la Révolte des Boxers, organisation de base dont les membres étaient en général des jeunes filles et des jeunes femmes (entre 12 et 18 ans), groupées dans des Hong Teng Tchao ("红灯照", les lanternes rouges) dont les membres des Hong Teng Tchao portaient des vêtements rouges, des lanternes et des éventails rouges à la main comme signes distinctifs et prenaient part au combat en première ligne, avec bravoure.

1.3 L'archétype de la femme victime de la guerre : le miroir d'une société en pleine mutation

Au milieu des scènes sanglantes, Loti se transforme en véritable correspondant de guerre en peignant et décrivant des Chinoises qui fuient les obus, se cachent pour échapper à la guerre ; les corps de femmes mortes dans la guerre font également l'objet de ses descriptions.

La douleur, la souffrance, l'angoisse mais aussi la volonté de survivre des femmes de la classe inférieure sont documentées par l'auteur avec un œil vif et une observation méticuleuse, et deviennent un témoignage de l'Histoire.

L'auteur accorde également une attention particulière à la description des cadavres des femmes anonymes tuées à la guerre. Qu'il s'agisse de décrire le corps de femmes riches, de femmes ordinaires ou de jeunes filles, il documente en détail chaque partie du corps.

Et voici une femme à qui l'on a tranché, avec quelque coutelas, une partie intime de son corps pour la lui mettre dans la bouche, où les chiens l'ont laissée entre les mâchoires béantes... (*Ibid.* : 177).

Les descriptions minutieuses donnent lieu à une scène qui choque le lecteur Il s'agit du cadavre encore chaud d'une petite fille. Par-delà la vision d'horreur, le spectacle auquel on assiste n'est pas sans rappeler le statut social inférieur de la femme chinoise : « pour les filles seulement, les Chinois ont de ces dédains atroces » (*Ibid.* : 354). C'est pourquoi on trouve, partout, des bébés filles abandonnées pour diverses raisons, la préférence allant au fils, des allusions fréquentes à la pauvreté, etc. Le rythme produit par la répétition de l'expression « pauvre petit » qui montre l'empathie pour ces petites filles abandonnées a pour but de révéler le phénomène social de l'infériorité des femmes par rapport aux hommes, dès la naissance.

1.4 La représentation féerique et imaginée de l'Impératrice douairière Cixi

L'échec de la Révolte des Boxers est également inextricablement lié à elle. L'image de cette femme mystérieuse qu'est l'Impératrice douairière Cixi n'a jamais cessé de hanter le cœur du narrateur dès l'abord, car il lui est impossible de la voir dans la vie réelle. Il ne peut qu'observer les traces laissées dans la Cité interdite, interdite au public, et à partir de celles-ci, il peut spéculer et imaginer son image. Cette figure féminine exceptionnelle dans un univers un peu féerique apporte une touche de lumière au ton gris de l'ensemble de l'œuvre, faisant temporairement oublier au lecteur les ravages de la guerre. Parmi toutes les figures chinoises représentées dans les œuvres littéraires notamment chez les écrivains au début du XX^e siècle, elle est une femme controversée dans l'histoire de Chine ; elle a exercé sur le grand public en France et même en Europe une fascination durable. Aux yeux des écrivains français, ce personnage féminin hors normes et hors du monde traditionnel manifeste une autre sorte de séduction du mystère insondable et de l'Autre et éveillent ainsi l'intérêt à explorer.

Tout d'abord, le narrateur esquisse une sorte de féerie fantaisiste de son image ; son palais est celui « des fées », où « l'impératrice, suivie de ses dames du palais, passait dans ses atours de déesse ! » (*Ibid.* : 143-144). Dans son second palais, il imagine que des petits châteaux de faïence sont construits pour les fées. Lorsqu'il visite le palais où il s'installe, il imagine « qu'il a été construit pour les fantaisies d'une

femme » (*Ibid.* : 148), et l'image de l'Impératrice douairière Cixi apparaît dans son esprit alors qu'il imagine toutes les scènes dans lesquelles elle a vécu. Et ici, le temps semble s'être arrêté, la guerre ne s'est pas étendue. L'impératrice par le mystère qui l'entoure, le secret de son apparence et l'endroit où elle vit, symbolise une autre Chine, un peu hors du temps alors que dans les rues, l'auteur décrit le temps réel. Il s'agit peut-être, ici, pour Loti, de faire en sorte que le lecteur « souffle » un peu en récréant un monde féérique mais pas forcément de fiction.

2. Les techniques de construction de l'image de la femme chinoise

D'une manière simple, directe et réaliste, l'auteur capture les images et décrit dans la presse les horreurs que la guerre a infligé aux femmes du peuple tandis que le quotidien des femmes de la classe supérieure n'est pas affecté par la guerre.

2.1 L'insertion d'éléments impressionnistes : une image féminine plus vivante

Pour appuyer sur les contrastes et soulager le lecteur des moments de tension et d'horreur qu'il décrit, Loti se sert aussi de « l'impressionnisme » pour insister sur les réalités quotidiennes.

L'impressionnisme montre des réalités quotidiennes, mais elles sont plus légères, plus claires, plus lumineuses. Les impressionnistes s'intéressent à la perception des choses : jeux de lumière, les reflets sur l'eau, mouvements (Laclotte, Cuzin (dir.), 2003 : 430).

Il y a chez l'auteur une appréhension du réel particulière par la mise en valeur et une maîtrise de la lumière et des couleurs, une observation minutieuse du monde et une capacité à créer pour le lecteur un espace pour l'imagination visuelle et l'auto-perception.

Les couleurs sombres et ternes, tristes et froides, donnent aux femmes qu'il décrit un aspect crasseux et évoquent tout l'environnement d'après-guerre de l'époque, morose, désolé dominé par les récurrences des couleurs « d'ébène » et du gris brique.

2.2 L'effet journalistique dans la représentation de la femme

Les médias sont des passeurs entre l'Autre et les lecteurs. Ils sont un véhicule matériel entre le communicateur et le destinataire qui porte, transmet, étend et élargit un message spécifique, avec des caractéristiques telles que la médiation, la charge et la réduction de la réalité.

Les médias représentent une voie majeure de socialisation. Les représentations qu'elles gèrent constituent un mode de connaissance mais contribuent dans le même temps à l'élaboration des identités individuelles et sociales, à la diffusion des normes, conduites et valeurs (Brigitte GRESY, 2008 : 11).

La représentation de la femme chinoise se trouve principalement dans les œuvres des missionnaires ou dans certains récits de voyage. Ici, l'œuvre de Pierre Loti

élargit la construction de la figure féminine au domaine du média, ce qui est rarement le cas, et met en lumière la diversité des femmes presque à la manière d'un documentaire. Cette approche est également un défi aux stéréotypes traditionnels de la femme exotique. Et Loti peut, parfaitement, apparaître, comme un journaliste de guerre.

Son œuvre s'inspire des reportages qu'il a envoyés au *Figaro*, à partir de ce qu'il a vu et entendu en Chine. En conséquence, son premier souci est de présenter à ses lecteurs occidentaux l'image des gens la plus exacte de la contrée qu'il explore. La représentation des femmes chinoises est donc très proche de ce qu'il a réellement observé.

Ce n'est pas la première fois⁷ qu'il contribue au *Figaro* et sa double casquette de marin et d'écrivain, lui confère une expérience sans conteste dans la « capture » de scènes de guerre. Attiré, sa vie durant, par les femmes exotiques, son intérêt à leur égard s'en trouve renforcé en temps de guerre. Aussi lorsqu'il maximise la description objective de l'image de la femme chinoise passe-t-il, peut-être inconsciemment, à une certaine forme de journalisme. Le regard de Loti, tel une caméra, enregistre pour le lecteur, les deux groupes de femmes chinoises, celles qui souffrent de la guerre et celles qui, bien que recluses, en sont éloignées, comme l'Impératrice douairière Cixi. En toile de fond, les ravages de la guerre, les détails sordides des cadavres sont présentés de manière graphique pour bien peser dans l'esprit du lecteur. Aucun parti pris mais des descriptions « choc » qui permettent de mieux visualiser les espaces qu'il parcourt.

En revanche, la scène de la recherche des souliers brodés de l'Impératrice douairière et celle des dames de la classe supérieure assistant à la messe présentent un contraste saisissant. La forme des coups de pinceau du journaliste rend ce contraste discret. Celle-ci est inévitablement liée aux observations de la perspective journalistique de l'auteur.

En tant qu'officier de l'armée, tenu au devoir de réserve, Loti ne peut exprimer publiquement sa condamnation de la guerre contre l'ancienne culture chinoise et le peuple chinois. En revanche, en tant qu'écrivain, il se sert adroitement de l'impact produit par l'image, les images, seul lien entre lui et le lecteur. Ce point d'entrée de l'objectivité journalistique le conduit à vouloir échapper aux angoisses de la guerre en choisissant à nouveau le sujet des femmes exotiques qu'il connaît bien. En se concentrant sur des femmes qui trouvent facilement écho auprès du lecteur, il crée un effet dramatique en affinant les scènes qui les présentent.

L'auteur se préoccupe davantage des plus jeunes et des plus âgées, comme dans le cas de la vieille dame contrainte de quitter sa maison et des jeunes filles fuyant la guerre, plus susceptibles d'inspirer la compassion. En passant du récit fictif à la perspective journalistique, l'auteur entre simultanément dans un autre espace : la réalité. Il passe constamment de l'imaginaire à la réalité : les figures féminines recrées et réelles contrastant fortement. Dans cette perspective, c'est plus efficace qu'une critique directe de la guerre. C'est aussi plus convaincant qu'une longue réflexion philosophique sur la brutalité de la guerre contemporaine, ici la révolte...

Conclusion

Dans son œuvre, Loti n'est pas particulièrement empathique envers les Chinois en général ; il considère davantage les femmes chinoises comme l'Autre et montre parfois envers elles des signes de sympathie, voire d'admiration (par exemple,

⁷ Il a été correspondant de guerre pour *Le Figaro* pendant la guerre franco-chinoise.

envers les deux déesses des Boxers) tout en mettant davantage l'accent sur elles dans le contexte plus large de la guerre et de ses ravages, et ce jusqu'à la fin de l'œuvre.

S'il recherche avant tout l'objectivité dans ses descriptions, réalistes et détaillées, il n'échappe pas aux stéréotypes véhiculés à son époque lorsqu'il évoque le confinement ou les pieds bandés, par exemple. Il n'oublie pas non plus son rôle d'officier de marine dans l'expédition en Chine et se place dans la position du vainqueur perdant ainsi l'objectivité dont il se prévaut.

La femme chinoise, telle qu'il la présente, possède à jamais deux visages : tantôt victime ou martyr, liée à la cruauté de la vie, de la guerre, de la société, de l'histoire ; tantôt femme idéale, héroïne ou figure déifiée. Récit fictif basé sur la perspective journalistique de l'auteur lorsqu'il se trouve en Chine, *Les derniers jours de Pékin* mêlent objectivité et subjectivité. Au lecteur de discerner ce qui est du ressort de l'imaginaire et ce qui tient de la réalité.

Références

Corpus

Pierre Loti (1902). *Les Derniers Jours de Pékin*, Paris, Calmann-Lévy.

Textes de référence

Alain, B. (1998). *Pierre Loti : l'écrivain et son double*, Paris : Tallandier.

Brigitte, G. (2008). Rapport sur l'image des femmes dans les médias. Consulté 08 septembre 2022, à l'adresse website :
<https://www.yumpu.com/fr/document/view/29940579/rapport-sur-limage-des-femmes-dans-les-medias-la->

Chantal, Zheng. Schunde, Zheng. (2005). La guerre Franco-chinoise et Taïwan vus par Pierre Loti, marin et écrivain. In *Outre-mers*, tome 92 (p. 239-254).

Christian, L. (2022). Écriture journalistique, roman et poésie dans trois œuvres de Roland Dorgelès : *Sur la route mandarine*, *La Caravane sans chameaux* et *Chez les beautés aux dents limées*. In *Nord*, n° 79 (p. 101-112).

Christian, M ; Linsen, Qian (2001). *Les Écrivains français du XX^e siècle et la Chine*, Arras : Artois Presses Université.

Emmanuel, L. (1972). *Humanisme de l'autre homme*, Paris : Fata Morgana.

Marie-Pascale, B. (1986). *Pierre Loti en Chine et au Japon*, Rochefort-sur-mer : Maison de Pierre Loti.

Pierre, L. (1926). *Fleurs d'ennui*, Paris : Edition Calmann-Lévy.

Pierre, L. (1948). *Cent dessins de Pierre Loti* commentés par Claude Farrère. Tours : Arrault.

Ruth, A. (1991). *Les Idées reçues. Sémiologie du stéréotype*, Paris : Nathan.

Tzvetan, T. (1992). *Nous et les autres : la réflexion française sur la diversité humaine*. Paris : Seuil.

Centre national de ressources textuelles et lexicales (CNRTL). En ligne.
<<http://www.cnrtl.fr/definition/stereotype>>. Consulté le 24 septembre 2022.

I- **Violencia, procesos, sociedad, ideologías, media /
Violence, process, society, ideologies, media**



Violencia estructural y las tecnologías de la información

Structural violence and information technologies

Jorge Mario Rodríguez¹

Universidad de San Carlos de Guatemala

Guatemala City, Guatemala

Red internacional ALEC

0000-0002-8255-8133

jorgerodriguez.guat@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4850>

DOI : 10.25965/trahs.4850

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Resumen: Este artículo examina la forma en que las nuevas tecnologías de la información hacen posible un tipo de violencia que se basa en el socavamiento de los pilares del comportamiento ético-racional en un sentido integral. Sostiene que dicha causalidad, de tipo estructural, emerge de la conjunción de tres factores. En primer lugar, una disrupción que no solo provoca inestabilidad social y personal, sino que no es compatible con las posibilidades de una reorganización política democrática. En segundo lugar, las tecnologías inducen una progresiva erosión de las capacidades reflexivas del ser humano –un factor que milita no solo a favor de la dispersión de noticias falsas, sino que provoca polarización, conspiraciones y otro tipo de malestares digitales. En tercer lugar, las tecnologías digitales erosionan la ética dado que eclipsan al Otro, un aspecto esencial para la constitución de la subjetividad ética y la acción responsable. De este modo, las redes sociales y las nuevas tecnologías no hacen posible las experiencias éticas fundamentales, lo cual se muestra en las dificultades que encuentra la ética de la inteligencia artificial. Estos argumentos sugieren que el paso civilizacional para evitar los peligros del totalitarismo digital radica en promover el sentido incluyente de comunidad que surge de la conciencia de la relación de nuestra interdependencia con todo el Universo. Los peligros de la tecnología son irresolubles, si se permite que la disrupción que provoca se prolongue de manera incontrolable, razón por la cual es necesario regular democráticamente sus usos, no permitiendo su desarrollo secreto.

Palabras clave: medios digitales, disrupción, violencia digital, reflexividad ética, inteligencia artificial

Résumé : L'article que nous présentons analyse la façon dont les nouvelles technologies rendent possible un Nouveau genre de violence dû à l'affaiblissement des fondements du comportement éthico-rationnel, dans un sens integral. Nous soutenons que ce lien de cause à effet, de type structurel, émerge de la conjonction de trois facteurs. En premier lieu, d'une rupture qui provoque une instabilité sociale et personnelle, incompatible avec les possibilités d'une réorganisation politico-démocratique. En second lieu, les technologies induisent une érosion progressive des

¹ Doctor en filosofía por York University (Toronto, Canadá). Profesor de posgrado en filosofía del derecho en la Universidad de San Carlos de Guatemala. Miembro de la Red ALEC y de la Asociación Iberoamericana de Filosofía Práctica.

capacités réflexives de l'être humain – facteur qui milite non seulement en faveur de la dispersion de fausses nouvelles, mais qui provoque aussi polarisation, conspirations et autres effets négatifs du numérique. En troisième lieu, les technologies numériques érodent l'éthique dans la mesure où elles éclipsent l'Autre - aspect essentiel à la constitution de la subjectivité éthique et à l'action responsable. Ainsi les réseaux sociaux et les nouvelles technologies rendent impossibles les expériences éthiques fondamentales, ce qui transparaît dans les difficultés rencontrées par l'éthique de l'intelligence artificielle. Ces arguments suggèrent que la démarche civilisationnelle en vue d'éviter les dangers du totalitarisme numérique repose sur la promotion du sentiment inclusif de communauté qui naît de la conscience de notre interdépendance avec l'Univers, dans sa globalité. Les dangers de la technologie sont insolubles si l'on permet que la rupture qu'elle provoque se prolonge sans contrôle, d'où la nécessité de réguler de façon démocratique ses usages, en interdisant un usage secret.

Mots clés : moyens numériques, rupture, violence numérique, réflexivité éthique, intelligence artificielle

Resumo: Este artigo examina o modo como as novas tecnologias da informação possibilitam um tipo de violência que se baseia no enfraquecimento dos pilares do comportamento ético-racional em sentido integral. Sustenta que a referida causalidade, de tipo estrutural, emerge da conjunção de três fatores. Em primeiro lugar, uma ruptura que, além de causar instabilidade social e pessoal, não é compatível com as possibilidades de uma reorganização política democrática. Em segundo lugar, as tecnologias induzem a uma erosão progressiva das capacidades reflexivas dos seres humanos – fator que milita não apenas a favor da disseminação de notícias falsas, mas também provoca polarizações, conspirações e outros tipos de mal-estar digital. Terceiro, as tecnologias digitais erodem a ética, pois ofuscam o Outro, aspecto essencial para a constituição da subjetividade ética e da ação responsável. Dessa forma, as redes sociais e as novas tecnologias não possibilitam experiências éticas fundamentais, o que se mostra nas dificuldades encontradas pela ética da inteligência artificial. Esses argumentos sugerem que o passo civilizatório para evitar os perigos do totalitarismo digital está em promover o senso inclusivo de comunidade que surge da consciência da relação de nossa interdependência com todo o Universo. Os perigos da tecnologia são insolúveis se ela permite que a ruptura que ela provoca continue incontrolavelmente, por isso é necessário regular democraticamente seus usos, não permitindo seu desenvolvimento secreto.

Palavras chave: mídia digital, disrupção, violência digital, reflexividade ética, inteligência artificial

Abstract: This article examines the way through which the new Information Technologies makes possible a sort of violence resting on the erosion of an integral sense of ethical-rational behavior. It argues that such causality, of a structural nature, emerges from the arrangement structural of three factors. First, it generates a continuous disruption that not only provokes both personal and social instability but also is incompatible with the objectives of democratic political reorganization. Second, technologies induce a progressive erosion of the reflective capacities of human beings—a factor that helps the dispersion of fake news, polarization, conspiracies, and other digital malaises. Third, digital technologies erode ethics because they reduce the experience of the Other, an essential aspect of the constitution of ethical subjectivity and responsible action. In this way, social networks and new technologies hinder fundamental ethical experiences, a fact shown by the very problems faced by Artificial Intelligence's ethics. These arguments suggest that the path to be followed to avoid digital totalitarianism lies

in promoting an inclusive sense of community that emerges from the conscience of our interdependence with the Universe. Technological dangers are insoluble if a disruption occurs uncontrollably; for this reason, it is necessary to regulate democratically its uses and not allow its secret development.

Keywords: digital media, disruption, digital violence, reflective ethics, artificial intelligence

Introducción

Según Hans Ulrich Gumbrecht, si Hegel viviera hoy y tuviera a bien preguntar “dónde está el espíritu del mundo, lo ubicaría al norte de San José y al sur de San Francisco, en Silicon Valley, el centro de la industria tecnológica” (2020:19)². Esta apreciación es correcta en la medida en que vivimos en “la edad de la disrupción”—para usar la expresión de Bernard Stiegler. Sin embargo, si se sigue a Stiegler, los rasgos de este espíritu se tornan amenazantes y, de hecho, irracionales. Según el pensador francés, en esta época, la condición “automática y reticulada” de la sociedad, “deviene *la causa global de una desintegración social colosal*” (Stiegler, 2019: 7)³. En la misma dirección, el historiador israelí Yuval N. Harari (2018:6) subraya que la sensación de desorientación y de inminente catástrofe es una consecuencia del mismo ritmo vertiginoso de la disrupción que preocupa a Stiegler. Cada vez se hace más opresiva la sensación de que nos encontramos en un mundo cuyo espíritu no encaja dentro de las perspectivas de sentido que son necesarias para enmarcar la vida humana.

Habitamos un mundo que se rige bajo el mantra de la innovación, un proceso destructivo y sin una dirección racional que, al final, solo conduce a un nihilismo fatal. A medida que las actividades humanas del mundo de la vida al mundo virtual, la identidad digital de los usuarios de la tecnología se configura cada vez más como un conjunto de datos a ser manejados por algoritmos que se han impuesto como directores de la vida en común; estos determinan quiénes somos y lo que podemos ser (Chenney-Lipold, 2017). De manera progresiva, la tecnología configura el libreto inconsciente de nuestra vida con el uso progresivo de algoritmos que, manejados por la inteligencia artificial (IA) hacen ya factible, o quizás inminente, el surgimiento de una Superinteligencia que puede dominar, cuando no substituir, al mismo ser humano (Coeckelbergh, 2020). El mundo que esperamos tiene el signo de la distopía.

La crisis es tan profunda que reflexionar sobre ella demanda traer a la conciencia el apremio de desafíos urgentes que ponen entre paréntesis la misma condición humana en la época digital. Sin embargo, de manera paradójica, la humanidad, adicta a los nuevos artefactos, experimenta al mismo tiempo un proceso de reducción de sus capacidades reflexivas; de manera paulatina se distorsionan las facultades humanas que le han permitido a la humanidad sobrevivir aun en los medios más hostiles. Jacob Ward (2022) ha demostrado que la misma capacidad de elección y decisión, fundamental para la libertad, se va reduciendo progresivamente. Este es un problema que apunta a una tragedia civilizacional, precisamente porque cada vez dependemos más de dichas tecnologías, marcadas por una obsolescencia cada vez más efímera, a costa de la pérdida de capacidades básicas para la reflexión.

En este ensayo se analiza dicha crisis en algunos de sus aspectos más preocupantes. Después de mostrar e ilustrar la tesis de la socavación de nuestras capacidades reflexivas, se presta especial atención a la dimensión social de esta crisis, lo cual permite llegar a las raíces éticas de la problemática analizada. En general, el mundo tecnologizado genera una sociedad que no puede regirse por los valores, precisamente porque crea un ambiente inhóspito para las relaciones humanas concretas de las que surgen dichos referentes axiológicos. Como se ilustrará a lo largo de este ensayo, este mundo imposibilita los rasgos que hacen posibles el viaje

2 Gumbrecht hace referencia a la ocasión en que Hegel, profesor en Jena, tuvo la oportunidad de ver a Napoleón, al que llamó “el alma del mundo”, paseándose por la ciudad después de vencer a las tropas alemanas (Gumbrecht, 2020: 18). Es relevante mencionar que Gumbrecht enseña en Stanford University, en las inmediaciones de Silicon Valley.

3 Itálicas en el original.

reflexivo e integral de la racionalidad humana, particularmente cuando se trata de evaluar los hasta ahora indetenibles avances tecnológicos.

Se intenta sostener que dicha crisis se debe, entre otros factores, al eclipse digital del Otro. La eclosión de la alteridad ética es un rasgo estructural del orden tecnológico, el cual es inhóspito para el desarrollo integral de la condición humana. Siguiendo algunas de las ideas tempranas de Emmanuel Levinas (2002), consideramos que la relación digital carcome la relación ética, precisamente porque la subjetividad digital, la cual se rige por algoritmos que nos reducen a datos relevantes para configurar perfiles, dificulta el tránsito del propio Yo hacia la relación con la alteridad ética.⁴ La ética surge como responsabilidad frente a la alteridad ética, una experiencia concreta que no puede ser reducida a algoritmos.

El eclipse del Otro allana el camino para una violencia estructural que se manifiesta de varias maneras, en especial, en una incapacidad de encontrar los caminos de una solución de la crisis multidimensional que enfrentamos. Los algoritmos profundizan nuestras tendencias irreflexivas, generando identidades distorsionadas en las cuales pueden hacer mella las tendencias disgregadoras que hacen posible la desintegración social mencionada por Stiegler. El problema se agrava cuando se aborda el tema de la inteligencia artificial, en la cual se enfrenta una manifestación especialmente ardua de esta tarea, porque se trata de saber cuáles son los parámetros éticos de una inteligencia que causará un nivel de disrupción notable en el mundo que actualmente conocemos. (véase Powers & Ganascia, 2020).

Es un dato afortunado que cada vez se incrementa nuestra conciencia de las consecuencias distópicas del desarrollo incontrolable de la tecnología informática. Frente a tales peligros, se enfatiza la importancia de una reevaluación de lo humano que debe manifestarse en un afán regulativo de las nuevas tecnologías, las cuales cada vez invaden más nuestra personalidad⁵. Argumentamos también en favor de un renacimiento de la comunidad, proceso que puede venir de la misma conciencia de la humanidad, la cual rechaza la manipulación de la que es objeto por parte de las nuevas tecnologías y los poderes que las administran.

La anómala condición humana en la era digital

Desde hace un tiempo, y cada vez con mayor frecuencia, se han denunciado los variados efectos contraproducentes de las nuevas tecnologías de la información. Destaca la forma en que los derechos de privacidad y libertad se ven constreñidos por el uso y manipulación de los datos que produce la actividad humana dentro de los sistemas digitales y las redes sociales. Cada vez se evidencian otras transformaciones significativas con respecto a la interacción entre los seres

4 Levinas, quien plantea un uso particular de la fenomenología husserliana, reconoce que en el mismo lenguaje presupone la relación entre el Uno y el Otro. Según Levinas “la relación del Uno y del Otro...es el lenguaje. (2002: 63). La premisa que adicionamos es que el lenguaje puede distorsionarse a través de los medios: la extensión del ser humano, planteada por McLuhan, plantea un olvido de la esencia de la ética.

5 Se puede mencionar el sistema de “crédito social” que se ha querido imponer en China, en donde muchas de las actividades de la población, desde la interacción con amistadas hasta el pago de impuestos, pasando por el registro como conductores, son monitoreadas y evaluadas de manera que se obtenga una especie de número que resume el propio ser social. Véase Bloom, 2019; Mau, 2019. En esta dirección, cabe subrayar la forma en que el control cibernético se incrementó en el mundo a partir de las medidas tomadas en la pandemia del Covid-19, en la cual China también mostró su enorme capacidad de monitoreo de su población.

humanos, proceso que a su vez induce mutaciones importantes en la forma en que percibimos el mundo e interactuamos con él.

El mundo parece moverse a una velocidad vertiginosa. Vivimos una liquidez insoportable, que hace imposible, como lo hacía ver Bauman (2006), la fijación de referentes permanentes para guiar nuestra vida. La disrupción rompe las estructuras sociales creando una sensación de incertidumbre en una sociedad que cada vez se encuentra con más personas que no hallan su lugar en un mundo inhóspito, para los planes de largo aliento.

En el fondo de esta crisis se encuentra el desafío de replantear la condición humana en el nuevo ambiente comunicativo de la globalización en clave tecnológica. Hay condiciones nuevas que apuntan a las influencias del medio comunicativo en la condición humana. Estas se evidencian a partir de las ideas acuñadas por el teórico de los medios de comunicación Marshall McLuhan con respecto a su famosa tesis de que el “medio es el mensaje”. Para el autor canadiense, el medio ejerce control sobre “la escala y forma de las asociaciones y acciones humanas” (McLuhan, 1994: 9)⁶. En consecuencia, la tecnología, en sí misma una expresión de poder, al constituirse en un ambiente ubicuo en el cual se sumergen nuestras subjetividades, las cuales experimentan transformaciones que, por lo demás, dan lugar a problemas que llevan un tiempo en ser reconocidos como tales.

En un sentido relevante, la tecnología debilita al mismo sujeto inmerso en el *médium* tecnológico. Desde hace un buen tiempo, Nicholas Carr ha denunciado y ha confirmado la pérdida de capacidades que supone la inmersión en el mundo digital en donde la información es tan abundante que no es posible el procesamiento adecuado de ella, lo cual hace que nos volvamos “menos reflexivos y más impulsivos” (Carr, 2020: x). Estamos abrumados por la cantidad de información que simplemente nuestro cerebro no puede procesar.

Vivir en este medio es un hecho catastrófico, debido a que se necesita un mayor nivel de buen sentido para poder tomar camino en medio de los desafíos correspondientes. Se necesita mayor reflexión para percatarse, por ejemplo, de que es inconveniente de que la inteligencia artificial transforme de manea irremediable un mundo que ya está escapando de nuestro control. Los educadores se lamentan del alarmante nivel de distracción que deben vivir dentro de las aulas debido a los aparatos digitales (Lang, 2020). El día en que los humanos pierdan el dominio de sí mismos debido al poder de las máquinas suena cada vez menos como una historia de ciencia ficción y más como una simple predicción de lo que está por venir. De cualquier modo, este género literario ha mostrado su capacidad de anticipación para prevenirnos de los escenarios catastróficos que nos esperan.

Se pueden ampliar los casos de reducción de las capacidades humanas. Por ejemplo, que los seres humanos pierdan su capacidad de concentración es una tragedia, cuando esto sucede a nivel general dentro del ambiente digital. Johann Hari (2022) describe la forma en que el desacoplamiento entre cerebro y tecnología —el cerebro se desarrolló en un entorno no digital— hace que perdamos la capacidad de enfocarnos en nuestras actividades. Las múltiples actividades simultáneas que realizamos en el ambiente digital socavan la capacidad de atención y concentración. Así, la lectura de libros es una actividad cada vez más escasa, de seguro más dificultosa. Hari menciona el dato que, para 2017, la ciudadanía media norteamericana leía un libro durante diecisiete minutos por día, mientras ocupaba

⁶ El libro fue originalmente publicado en 1964 y refleja el estado de la tecnología comunicativa de su tiempo, la cual se basaba en la electricidad. Sin embargo, las ideas de McLuhan, como la de la “aldea global”, han ganado mayor tracción con el desarrollo de los medios digitales.

más de cinco horas en sus celulares (2022: 79). Las mismas fuerzas de autonomía colectiva concretizadas en formas democráticas pueden ser manipuladas a través de las redes sociales, precisamente en la medida en que la buena actividad política requiere un nivel de reflexión y estudio al cual muchas personas no se sienten atraídas en el ambiente cibernético.

Uno de los críticos más acuciosos de la transformación digital ha sido el filósofo coreano-alemán Byung-Chul Han. Para este crítico de la condición digital, hemos sido constituidos como paquetes de datos vulnerables a la psicopolítica y al pronóstico (Han, 2022). Este ha notado el progresivo recorte de libertad que suponen los medios digitales. En esta dirección, Han ha criticado la visión de que somos un “proyecto libre” como otra forma de control, “incluso como una forma eficiente de subjetivación y de sometimiento” (Han, 2014: 117). Por otro lado, Jill York habla de la manera en que el ambiente digital genera una limitación de la libertad de pensamiento: estamos literalmente sometidos al control de los designios corporativos del *Big Tech*. Las grandes plataformas sociales “ejercen control sobre la expresión visual y lingüística de miles de millones de los ciudadanos del mundo” (York, 2022: 6).

Por lo demás, la notable irrupción de los *social media* ha causado una crisis de conexión entre los seres humanos. A pesar del discurso de conexión social, cada vez nos vemos más aislados (Turkle, 2017). Nos hemos convertido en seres separados, conectados solo por algoritmos fuera de nuestra comprensión. Noorena Hertz (2021) reconoce que los teléfonos inteligentes y los medios digitales contribuyen al problema de la soledad humana, la cual ha sido, en general, apuntalada por las prácticas que caracterizan al neoliberalismo. Pero esta desconexión se manifiesta de mil maneras, en algo tan sencillo como no hablar con nadie concreto cuando necesitamos ayuda; por ejemplo, con asistentes digitales que atienden a los consumidores y que nunca tienen respuestas concretas para sus necesidades.

Asimismo, las redes están configuradas de tal manera que no nos comunicamos con quienes piensan diferente. Los algoritmos refuerzan nuestras tendencias y nos empujan a interactuar más con aquellos que gustan del mismo tipo de cosas y que comparten ideas en común, no necesariamente edificantes. El racismo y el extremismo se multiplican en las redes sociales, como lo muestra el crecimiento notable de la ultraderecha en todas partes del mundo. En consecuencia, la presencia del Otro no se da en su capacidad de interpelación, en su llamamiento a la responsabilidad. Estos procesos se reflejan en la polarización ideológica actual, el cual ha llevado a la peligrosa deriva del autoritarismo a nivel global.

De hecho, parece que ni la terrible pandemia del coronavirus ha dejado huella en la lista de prioridades de la humanidad actual. El saldo es terrible cuando se recuerda que otras pandemias y crisis ambientales se perfilan en un horizonte no muy lejano. De manera lenta, pero implacable, se han ido desplazando algunas ideas racionales de la naturaleza humana. Este proceso es producto de la misma objetivación instrumental de la naturaleza humana, la cual siempre había tenido el carácter misterioso que implica el respeto fundamental hacia el entorno en el que vivimos como seres vulnerables.

Ahora bien, el eclipse de la ética, posibilitada por el paradigma digital de comunicación, plantea violentas regresiones para la comprensión de la condición humana en una época de ilusiones transhumanistas. Dichos retos, que ya no se reducen a la amenaza nuclear, pueden poner la existencia humana en riesgo. Se ha agudizado la conciencia de lo que puede resultar una pandemia planificada y se

7 Itálicas en el original.

puede imaginar lo que podría significar una inteligencia artificial fuera de control. Esto sin mencionar el suicidio colectivo que supondría la destrucción del ámbito natural. Estos peligros plantean la pregunta acerca del mismo sentido de la vida humana. Como dice Markus: “debemos y podemos permitirnos reconstruir el orden global en términos de objetivos moralmente justificables, incluso éticamente deseables” (2021b: 25). La ética, en efecto, es clave. No en balde es uno de los problemas que no puede anticipar una resolución relativamente simple en inteligencia artificial, dado que este proyecto mismo debe sujetarse a limitaciones éticas.

Este objetivo requiere reconocer y recuperar los principios éticos que hemos olvidado, debido a la deriva digital que ha penetrado engañosamente en la conciencia pública durante las últimas décadas bajo la creencia insostenible del valor supremo de las innovaciones. Esta creencia, como es de esperar, no es inocente, sino que está impulsada por sectores de poder corporativo, los cuales defienden sus intereses económicos contra cualquier tipo de medidas que beneficien a la generalidad de la población en una época crítica como la presente. Así, es necesario volver a considerar las bases éticas de la conducta humana, siempre actualizando perspectivas que pueden responder a los particulares desafíos que presenta la actual situación.

La imposibilidad de la ética en el mundo digital

No es difícil colegir que el socavamiento de las condiciones reflexivas debe afectar la vida moral del ser humano contemporáneo. Como lo dice Geert Lovink —quien ha estudiado el nihilismo de las plataformas— los “medios sociales están reformateando nuestras vidas interiores” (Lovink, 2019:1). En esa dirección, Han piensa que la comunicación ilimitada y acelerada desarticula la interioridad, es decir, el espacio de la ética, “porque la interioridad obstaculiza y ralentiza la comunicación” (Han, 2014: 22). El achatamiento de las relaciones sociales organizadas por las plataformas del *Big Tech* no genera la suficiente profundidad reflexiva, en el momento en que la necesitamos con mayor urgencia.

El misterio de la conciencia moral no puede entrar en el cómputo de lo absolutamente observable: la conciencia de los valores puede reinterpretarse dentro del ámbito de la neurociencia. Los valores no existen, sino solo configuraciones cerebrales captadas por dispositivos de neuroimagen; la misma intuición, aprehensión directa de una realidad, no es sino una capacidad compleja de reconocimiento de configuraciones (*patterns*). Estos pueden ser reproducidos por recursos algorítmicos, dotados incluso de capacidades de aprendizaje que, como se sabe, pueden llevar al dominio de los humanos siempre que estos sigan existiendo en el ambiente epidérmico de las relaciones digitales.

Por otro lado, no puede existir la lógica del reconocimiento que constituye la comunidad. Como lo dice Roberto Simanowski (2018:6) la comunidad de Facebook se basa en un aplanamiento de las relaciones sociales, las cuales alcanzan un nivel de superficialidad que nos afecta a nosotros mismos. Este achatamiento se logra solo con base en la superficialidad en donde se comparte información con las conexiones con las que establecemos relaciones de amistad—en donde la misma plataforma se encarga de recordarnos los aniversarios de amistad de personas con las que quizás nunca hemos interactuado en la vida real⁸.

8 Un aspecto interesante es la serie de denuncias que han revelado cómo los señores del *Big Tech* mantienen una visión libertaria que no se basa en la reflexión sobre las condiciones de la humanidad en la actualidad. Recientemente, Francis Haugen denunció la manera en que Facebook, ha manipulado las vulnerabilidades psicológicas de los menores de edad, mientras

La pérdida de los espacios reflexivos del espíritu humano hace que se pierda la capacidad de resistencia. No existe una otredad como anclaje de la interioridad; se genera una ausencia de interioridad cuando la exterioridad y la transparencia se hacen totales. Es una transparencia opaca en donde lo falso y el espectáculo se deslizan sin que apenas sean reconocidas como tales. Desde luego, la otredad se menciona en el secreto, en el plano de las confirmaciones algorítmicas. Se genera un espacio para la normalización de la violencia. Sin embargo, para expresarlo en términos levinasianos, existe una total asimilación de la otredad a la mismidad, proceso que implica una extirpación que solo puede llevar a la violencia, puesto que las estructuras de responsabilidad a la alteridad simplemente desaparecen. La afirmación del propio Yo a costas del Otro no se puede dar en un ambiente en el cual la vivencia del Otro desaparece, en donde la evanescencia de la disrupción lleva al violento nihilismo. La situación es peligrosa por la consecuente confusión de la época presente.

La barbarie de la razón algorítmica se ha realizado. El mundo se organiza según el guion libertado de un grupo de billonarios de Silicon Valley. Sirvió de muy poco la experiencia de los abusos totalitarios del siglo XX para comprender la importancia fundamental de los derechos humanos. Por el contrario, ahora existe un aumento de la violencia política en todo el mundo. El autoritarismo ha regresado, haciendo mofa de los derechos humanos y permitiendo la precarización de las personas, lo cual facilita un modo específico de gobierno de las personas. Como lo dice Gabriel Markus:

Los tiempos oscuros en los que sin duda vivimos, y aún seguiremos viviendo en el futuro, se caracterizan por el hecho de que la luz del conocimiento moral queda parcialmente eclipsada, de forma sistemática, con la difusión de noticias falsas, manipulaciones políticas, propaganda, ideologías y demás concepciones del mundo, por poner solo algunos ejemplos. (2021a : 19-20)

Se han perdido los horizontes del futuro, como lo hace ver Klaus Held (2011), lo cual es significativo, como lo ha puesto de relieve la fenomenología, en virtud de que el mundo es un horizonte de horizontes. En su prólogo al libro citado anteriormente de Gumbrecht, quien por cierto vive y trabaja como profesor en Silicon Valley, René Scheu observa que en “la era digital...el futuro parece cada vez más lejano, incluso inimaginable, solo se vislumbra, si es que llegamos a hacerlo, como un escenario catastrófico” (Gumbrecht, 2020: 13). La pérdida de estos horizontes representa la crisis del mundo actual, en el cual se imposibilita la misma posibilidad de pensar el mundo en la convivencialidad comunitaria, en el mutuo reconocimiento y en la identificación de círculos de acción que garantizan el bien común de manera comprensiva. El mundo de la vida es más amplio que el mundo digital; si el mundo digital es una creación humana en donde terminaremos de destruirnos, bien valdría hablar de los dioses tontos a los que se refería Hume.

Uno de estos problemas es la manipulación del sistema de internet, los cuales se adecúan a múltiples fines y a diversos tipos de influencia. Recientemente, la revista semanal de *The Guardian* (7 de septiembre de 2022) subraya la creciente tendencia a que los gobiernos autoritarios cierren las redes para realizar sus actividades ilegítimas. Es una especie, como el semanario lo recalca de “golpe digital”. De este

oculta información a sus usuarios y las agencias gubernamentales. En general, *Facebook*, ahora *Meta*, se ha creado la fama de ser una compañía que no se preocupa de fomentar el extremismo.

modo, se van generando modos siempre renovados de usar el sistema cibernético para dominar a los ciudadanos. Existe una distancia creciente entre las esperanzas que despertaba el internet hacia principios de este siglo, lo cual alcanzó su cumbre en la Primavera Democrática que se desarrolló al principio de la segunda década de este siglo, y la sombría serie de desafíos, muchos de ellos cínicamente manufacturados por los centros de poder, que se deben enfrentar en la actualidad.

De hecho, mucha gente piensa que va a poder vivir en el metaverso, una nueva realidad que solo se había previsto a través de la puerta de acceso al conocimiento de un futuro disruptivo: la ciencia ficción, casi siempre con un espíritu distópico. Ha sido visto, por ejemplo, como el *metaverso* es anticipado en novelas como *Snow Crash* (1992) cuyo autor, Neal Stephenson, por cierto, ha servido como asesor en proyectos relacionados con tecnología de esta nueva innovación. Sin embargo, se cree que este nuevo tipo de actividad digital va a reforzar algunas tendencias negativas que ya se han hecho paradigmáticas del *Facebook*, como es el caso del crecimiento del extremismo. Recuérdese que el Metaverso aspira a ser un “plano paralelo a la existencia” (Ball, 2022:17).

La pregunta plantea el tipo de ética que se puede tener si no existe el contacto directo con el Otro, el cual debe ser más que un avatar. Pensar que se puede reducir la experiencia ética a un proceso discreto es un síntoma más de la pérdida del mundo. De ahí que en el plano de la existencia inmediata ya empiecen a comprenderse los peligros que vendrán con la inteligencia artificial no controlada.

Este proceso ha causado una particular suerte de percepción errónea de la vida y la sociedad humana por parte de los que manejan el poder del *Big Tech*. Más aún: los billonarios de la tecnología se ven capaces de tener otra suerte que los simples mortales que no pueden sobrevivir o combatir los males naturales (Rushkoff, 2022). Ellos también, aunque a su propia manera, pueden vivir los efectos devastadores de la tecnología que saludan con un entusiasmo que suena ingenuo. Tal locura es simplemente inconcebible y apunta al nivel de idiotez que se ha instalado en la cúpula de la plutocracia global. Es una condición eminentemente patológica que se alimenta de la riqueza y que es alérgica al control democrático.

La crisis autoritaria que actualmente vive el mundo no es un acontecimiento peregrino, sino que se deriva de la polarización de las redes y la desafección de la política como praxis humana. No sorprende que los grupos de ultraderecha tomen ventaja de las oportunidades negativas que usan los medios, como sucede con la guerra cibernética al nivel cultural. Los prejuicios que alimenta la política del desprecio no necesitan ideas elaboradas y complejas, sino simples eslóganes. En un mundo carcomido por la desaparición de la ética y las *fake news*, los mensajes de la ultraderecha encuentran el mejor ambiente para desarrollarse a espaldas de cualquier conciencia democrática.

Las raíces de una violencia ubicua

Las reflexiones anteriores vinculan la condición humana actual –inmersa en un *médium* corrosivo de la personalidad moral necesaria para la vida en común– con un tipo de violencia que se introduce en las fibras de todo el orden social, hasta formatear los detalles más minúsculos de nuestra vida. El tipo de violencia que ahora nos inunda y ahoga es ese “nihilismo automático” que destruye la vida social “como una bomba de neutrones” (Stiegler, 2019: 7)⁹. La razón estriba, como se ha visto, en

⁹ Una relación interesante entre nihilismo y tecnología ha sido establecida por el recientemente desaparecido filósofo italiano Emanuele Severino, quien plantea el asunto en el deficiente entendimiento del ser que ha influenciado a la cultura occidental. Este pensador

la velocidad del tiempo disruptivo, el cual imposibilita la permanencia que hace posible la reflexión.

Afortunadamente, ya hemos identificado la secuencia acelerante de las cambiantes estructuras, lo cual nos hace recuperar la capacidad de anticipación. Ya hemos tomado conciencia de que las tecnologías se aprovechan de la vulnerabilidad de los humanos, haciendo que el mundo social y el subjetivo se vayan degradando. Para el *Big Tech*, somos entes sometidos a una vigilancia incesante; nuestra vida puede perfilarse a partir del procesamiento de los datos, vale decir huellas, que dejamos en el omnipresente medio digital. Como lo dice Carissa Véliz (2020:11), “[r]ecuperar la privacidad es la única manera de que podamos asumir de nuevo el mando de nuestra vida y de nuestras sociedades”.

Las múltiples crisis a las que nos referimos se reflejan en plurales formas de violencia cotidiana, las cuales, a su vez, se van incrementado en las manifestaciones más grotescas. Dean Cocking y Jeroen van Den Hoven, (2018) ofrecen una multitud de ejemplos que muestran cómo la organización algorítmica del medio digital lleva a inéditas formas de violencia como el acoso en línea, los suicidios públicos, la preparación de actos criminales – como asesinatos en masa. Esta situación empeora por la creciente adicción a la tecnología disruptiva. Las agencias que combaten la delincuencia, por ejemplo, se ven rebasados por las nuevas formas de criminalidad que se aprovechan de la ignorancia general de los medios. Por otro lado, lograr la ansiada seguridad, siempre concebida de forma estrecha, hace que la privacidad, la libertad y la falta de control sean una quimera casi imposible de recuperar.

Se puede hablar, en consecuencia, de una regresión que afecta a la vida civilizada en el planeta. El odio se calienta en las redes sociales, pero se derrama a los espacios de la vida de la calle. *Facebook* ha sido acusado por las Naciones Unidas de haber contribuido a uno de los peores genocidios después de la Segunda Guerra Mundial (Fisher, 2022: 5). Parece que estamos cayendo en otra etapa de barbarie, y como es de esperar, apuntalada por nuevas formas de violencia que apenas tenemos tiempo de examinar bajo la presión de la disrupción del mundo con el objetivo de extraer datos y atención de los incautos usuarios de las plataformas sociales. Sin embargo, la empresa de Mark Zuckerberg, ahora llamada *Meta* se empeña en crear el *Metaverso*, una empresa que previsiblemente exacerbará el divisionismo ya inducido por *Facebook*. En suma, sumergimos nuestra vida en un medio que ahoga lentamente las mismas posibilidades de una vida pacífica y digna para la mayoría de la humanidad.

Se puede, en consecuencia, hablar de una violencia estructural, un tipo de violencia incorporada en las formas sociales, especialmente las contemporáneas, cuya digitalización inicia un proceso de deshumanización que se manifiesta en la manipulación infinita de la condición humana. Los algoritmos que guían nuestra vida no son asépticos en la medida en que niegan la eticidad de la vida; las cortapisas derribadas por la implosión digital generan un ambiente propicio para erupciones de violencia sin sentido. Asimismo, el sufrimiento que provoca el cansancio, la soledad, la depresión y la creciente incapacidad de buscar un nicho en un mundo agreste hacen implosionar a muchas personas y sociedades.

(2011) critica la creencia de que la tecnología es un mero instrumento: su argumento descansa en la premisa de que las diferentes corrientes usan la tecnología para imponerse y, al proceder de ese modo, impiden que sus propios valores debiliten su poder. De este modo, la tecnología no se convierte en un medio para un fin, sino en un fin en sí mismo. La tecnología se convierte en poder en sí mismo, dado que no está subordinada a ningún tipo de valores.

Por esta razón, es necesario incursionar por algunos campos que exponen la arquitectura fundamental que se encuentra detrás de una violencia que subyace a un aumento de las expresiones que se aceleran a través de los medios de comunicación y que también subyacen a una política abiertamente regresiva. Como lo revela Han (2016: 9), la violencia actual “deja lugar a una violencia anónima, desubjetivada y sistemática que se oculta como tal porque coincide con la misma sociedad”. Se podría decir, en los términos de este trabajo, que las condiciones en que se vive actualmente no permiten el desarrollo de experiencias éticas fundamentales para la constitución de la misma subjetividad que supone la responsabilidad frente al Otro.

La violencia de las redes envenena la praxis política. Desde luego, esas condiciones pueden ser transformadas por la acción política reflexiva. Sin embargo, ha sido la ultraderecha la que ha sabido manejar con mayor destreza las redes sociales para impulsar sus narrativas. Según Forti (2021:152), la ultraderecha ha comprendido que “deconstruyendo la realidad compartida y sembrando confusión se puede polarizar aún más la sociedad y sacar provecho a nivel electoral”. Así, debe tomarse plena conciencia de los efectos de violencia política que genera la interrupción de la relación ética, proceso que permite la construcción de una narrativa distorsionante del que piensa diferente. Y tampoco puede ignorarse que este tipo de acciones encuadra con el absoluto desprecio de la vida que ha sido el sello que distingue a las acciones de los agentes de poder económico del mundo.

En este contexto de violencia profunda, estructural, se alimentan nuevos tipos de violencia, como el hecho de que algunos grupos del crimen organizado, dominantes en algunos países de América Latina, tengan rituales que espantan a la población. En cierto sentido, el miedo se convierte en pavor frente a la violencia que se desarrolla a partir de la amplia difusión de imágenes de ejecuciones, de asesinatos y otro tipo de acciones sangrientas que se presentan en las redes sociales.

En consecuencia, se han perdido los referentes de una vida en común que puede ser la solución para esta crisis multidimensional que los centros de poder corporativo no toman con la seriedad debida. La atomización de la comunidad humana nos hace más vulnerables. La desigualdad hace posible la manipulación de las oportunidades de una vida en común. Creamos riegos y ni siquiera somos capaces de prevenirlos, aunque tenemos los medios. Las agencias encargadas de mantener la seguridad aprovechan esto, no para atacar estructuras sociales y políticas caducas, sino para aumentar la represión contra una sociedad bajo vigilancia. Muchas veces se utiliza el denominado “derecho penal del enemigo”, como enfoque para afrontar los problemas de “seguridad” cuando el desafío se debe resolver con medios estructurales¹⁰. Al final, estas son expresiones de una gobernanza del miedo y la precariedad.

Vivimos la época de la violencia digital; esta se reproduce en episodios de agresividad más inmediatos, menos remotos; en ellas opera una falta de escrúpulos que cada vez se hace más evidente. Las redes alojan, multiplican y diseminan los discursos de odio; la polarización lleva a explosiones de violencia que se naturaliza y deja sin caminos a las nuevas generaciones que crecen sin los referentes éticos necesarios para la acción política con sentido. Las consecuencias de esta barbarie ponen en riesgo las conquistas normativas de la humanidad.

10 Este enfoque autoritario del derecho penal ha sido desarrollado por el penalista alemán Günther Jakobs. En este se hace la distinción entre el ciudadano que comete “errores” y el enemigo que quiere destruir el sistema. Estos no pueden ser tratados como ciudadanos y, por lo tanto, deben ser “neutralizados”, un proceso que no conlleva el respeto de ningún tipo de derechos.

Los mensajes terroríficos, los videos de sus crímenes inhumanos, están a un clic de la mano de un pequeño que puede engancharse a experiencias distorsionantes que dejarán huella en su personalidad. Mientras tanto, nos habituamos a vivir en sociedades con el discurso del odio y la exclusión. El mismo discurso identitario ha perdido sus capacidades críticas, puesto que no captura el signo cosmopolita del tiempo actual, y hace posible el cierre hacia una de las figuras extremas de vulnerabilidad del presente: el migrante. De hecho, el discurso identitario ha sido usado para avanzar las agendas de supremacistas blancos en los Estados Unidos, los cuales “aspiran” a la creación de un Estado blanco, proceso que implica una victimización espuria que no puede igualarse con la necesidad de reparaciones que pueden animar ciertos movimientos sociales que han experimentado un racismo histórico.

La pregunta que se plantea es si podrá sobrevivir la humanidad, al menos al nivel razonable que exige la dignidad de los seres humanos, quienes también deben considerar el medio natural en el que habitan y alimentan su frágil existencia. Sin embargo, se necesita la comunidad de reconocimiento ético, la cual debe ampliarse para englobar al mundo natural del que formamos parte, en realidad como una colectividad de reconocimiento mutuo. Vivimos una patología sistémica de la capacidad de reconocimiento. Es necesario, por lo tanto, empezar por proteger la comunidad, lugar de reunión y nunca de exclusión, de las fuerzas centrífugas del neoliberalismo digital.

Es necesario, por lo tanto, replantear nuestra comprensión de la violencia tecnológica en la que nos hemos sumergido a través de una reflexión incesante sobre el medio digital en el que nos hemos instalado de una manera que parece definitiva a algunos. El ser humano debe recuperar decidir las formas en que puede articular su futuro; nunca debe olvidarse que la reflexividad, escamoteada por la irrupción de transformaciones disruptivas que cada vez son menos invisibles, es el rasgo esencial que puede salvar a la humanidad. Es la única capacidad que puede hacernos reconocer el camino sin salida que algunos consideran ya es inevitable e ineluctable, pero que no ofrece una solución realista para la solución de los problemas del Antropoceno, cuya presencia es simplemente ignorada por muchas personas porque no estamos capacitados para procesar peligros complejos en una etapa de aceleración sin sentido.

La única manera de cambiar es no ceder ante la inevitabilidad de la disrupción y su organización del mundo que impone la gobernanza digital basada en las concepciones de Silicon Valley. No se debe olvidar lo que un capitalismo sin reglas fue capaz de hacer, y no se debe ignorar lo que el capitalismo de las plataformas puede hacer si no se le regula de manera inmediata. Estamos literalmente en la dictadura de las grandes corporaciones. Nada es inevitable en un mundo que no puede articular sus horizontes de futuro porque se encuentra detrás del sistema innovativo que plantea cambios ya realizados antes de que se tenga una opinión sobre ellos. Es necesario resistirse a vivir en un mundo alternativo en el que solo podemos vivir el remedo de una existencia. Por lo tanto, es necesario articular una respuesta vigorosa de las sociedades para que las corporaciones, digitales o no, se encuadren dentro del respeto a los derechos humanos, incluidos los derechos emergentes, para abortar el camino de destrucción al que nos dirige tanta irresponsabilidad.

Pero tampoco debemos evitar el camino de las regulaciones democráticas, aunque se sepa de antemano las infinitas maniobras con la que la plutocracia mundial evade cualquier tipo de regulación orientada al bien común. Cada vez gana más adeptos la agenda de someter a reglas racionales a los nuevos señores feudales del *Big Tech*.

Por ejemplo, en los últimos años, las autoridades respectivas en Europa han impuesto multas por 8,000 millones de euros por abusar de su dominio en el mercado digital (Manganelly & Nicita, 2022:12). China, involucrada en una guerra digital con los gigantes norteamericanos y siguiendo su particular capitalismo de Estado, también presenta la necesidad de regulaciones con redes como *Alibaba* y *Tencent*, especialmente ante el recrudecimiento de la vigilancia de sus ciudadanos.

Así, de manera paulatina van surgiendo medidas que tratan de poner límites a lo que se puede hacer en el medio digital. La Unión Europea, de nuevo, ha tomado varios pasos en este sentido, como es el caso de la promulgación de la *Declaración Europea sobre los derechos y Principios Digitales para la Década Digital* (2021). Estas declaraciones de derecho se han multiplicado en países como España y Portugal. Del logro de estos objetivos depende que se posibilite, por fin, una discusión global acerca de la pérdida de las capacidades reflexivas de una sociedad que necesita colocarse a la altura de los tiempos actuales. Las medidas de la Unión Europea, finalmente, han ganado tracción en los Estados Unidos, sede de estas plataformas monopólicas. En el 2020, se dio un momento álgido en los intentos por controlar las pocas plataformas que controlan nuestra vida, con especial atención a las conocidas maniobras de *Facebook* (Reich, Sahawi & Weinstein, 2021: 252). En este contexto, se han oído promesas de reencauzar el camino y declaraciones de que no se había previsto las consecuencias negativas de tales desarrollos. La pregunta cae por sí misma: ¿Entonces por qué se sigue celebrando con entusiasmo cuasi religioso las innovaciones disruptivas que parecen el fin *per se* del impulso tecnológico?

Deben, sin embargo, redoblar los esfuerzos de una sociedad que gana mayor capacidad de anticiparse a las consecuencias de la creación destructiva digital. No es difícil, en este momento de la crisis, prever cuáles serán las consecuencias de permitir la deriva tecnológica sin un control democrático. Para alcanzar el objetivo de la resistencia democrática se deben recomponer los vínculos comunitarios, en los que se despliegan las condiciones de posibilidad de una ética verdadera, basada en el contacto concreto con la alteridad; pueden llevar a una recuperación de los espacios que permiten la reflexividad en común y siempre en sintonía con el Universo del que formamos parte. No desaparecerán, pero es necesario buscar nuevos mecanismos de recuperación de las capacidades reflexivas de la educación.

Es mejor que retomemos las enseñanzas de la vida reflexiva, la vida examinada, y no que perezcamos en un sueño tecnológico que cada vez aumenta su falta de sentido. No se puede seguir desfilando, hipnotizados por las gratificaciones momentáneas, en una auténtica marcha hacia la muerte espiritual, lo cual también llevaría a la aniquilación de un mundo que alguna vez admiramos y que no pocas veces añoramos. No podemos existir como seres superficiales que pueden cometer los mismos errores en una época en la cual la capacidad de destruir las estructuras de la vida se hace ciega ante la arrogancia humana.

Referencias

- Ball, M. (2022). *Metaverse and How It Will Revolutionize Everything*. Nueva York: Liveright.
- Bloom, P. (2019). *Monitored: Business and Surveillance in a Time of Big Data*. Londres: Pluto Press.
- Bauman, Z. (2006). *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity.
- Carr, N. (2020). *The Shallows: What the Internet is Doing to Our Brains*. Updated with a new Afterword. Nueva York: Norton.

- Chenney-Lippold, J. (2017). *We Are Data: Algorithms and the Making of Our Digital Selves*. Nueva York: New York University Press.
- Cocking, D. and van den Hoven, J. (2018). *Evil Online*. Oxford: Wiley Blackwell.
- Coeckelbergh, M. (2020). *AI Ethics*. Massachusetts: MIT Press.
- Fisher, M. (2022). *The Chaos Machine: The Inside Story of How Social Media Rewired Our Minds and Our World*. Nueva York: Little Brown.
- Forti, Steve (2021). *Extrema derecha. 2.0: Qué es y cómo combatirla*. Madrid: Siglo XXI España.
- Gabriel, M. (2021a). *Ética para tiempos oscuros: Valores universales para el siglo XXI*. Traducción de Gonzalo García. Barcelona: Pasado & Presente.
- Gabriel, M. (2021b). *La realidad en crisis*. Madrid: Vaso Roto Ediciones.
- Gumbrecht, H. U. (2020) *El espíritu del mundo en Silicon Valley: Vivir y pensar el futuro*. Traducción de Silvia Yusta. Barcelona: Deusto.
- Han, B-C (2014). *Psicopolítica: Neoliberalismo y nuevas formas de poder*. Traducción de Alfredo Bergés. Barcelona: Herder.
- Han, B.-C. (2016). *Topología de la violencia*. Traducción de Paula Kuffer. Barcelona: Herder.
- Han, B.-C. (2022). *Infocracia: la digitalización y la crisis de la democracia*. Traducción de J. Chamorro. Barcelona: Herder.
- Harari, Y. N. (2018). *21 Lessons for the 21st Century*. Toronto: Penguin Random Canada.
- Hari, J. (2022). *Stolen Focus: Why You Can't Pay Attention—and How to Think Deeply Again*. Nueva York: Penguin Random House.
- Held, K. (2011). *Ética y política en perspectiva fenomenológica*. Edición a cargo de G. Hoyos. Bogotá: Siglo del Hombre.
- Hertz, N. (2021). *The Lonely Century: How to Restore Human Connection in a World That's Pulling Apart*. Nueva York: Currency.
- Lang, J. M. (2020). *Distracted: Why Students Can't Focus and What You Can Do About It?* Nueva York: Basic Books.
- Levinas, E. (2002). *Totalidad e infinito: Ensayo sobre la exterioridad*. Sexta edición. Traducción de D. Guillot. Salamanca: Sígueme.
- Lovink, G. (2019). *Sad by Design: On Platform Nihilism*. Londres: Pluto Press.
- Manganelli, A. y Nicita, A. (2022). *Regulating Digital Markets: The European Approach*. Cham, Suiza: Palgrave Macmillan.
- Mau, S. (2019). *The Metric Society: On the Quantification of the Social*. Traducido del alemán al inglés por Sharon Howe. Cambridge: Polity.
- McLuhan, M. (1994). *Understanding Media: The Extensions of Man*. Introducción de Lewis H. Lapham. Massachusetts: MIT Press.
- Powers, T. y Ganascia, J.-G. (2020). The Ethics of the Ethics of AI. En: *The Oxford Handbook of Ethics of AI*. Edición a cargo de Dubber, M., Pasquale, F. y Das, Sunit. Oxford: Oxford University Press.
- Reich, R.; Sahami, M., & Weinstein, J. (2021). *System Error: Where Big Tech Went Wrong and How We Can Reboot*. Nueva York: HarperCollins.

- Rushkoff, D. (2022). *Survival of the Richest: Escape Fantasies of the Tech Billionaires*. Nueva York: W. W. Norton.
- Severino, E. (2011). Technics, Nihilism, Truth. *Annali d'Italianistica*, 29, 107-122.
- Simanowski, R. (2018). *Facebook Society: Losing Ourselves in Sharing Ourselves*. Traducción del alemán al inglés por S. Gillespie. Nueva York: Columbia University Press.
- Stephenson, N. (1992). *Snow Crash*. Nueva York: Bantam Books.
- Stiegler, B. (2019). *The Age of Disruption: Technology and Madness in Computational Capitalism*. Traducción al inglés de David Ross. Polity.
- Turkle, S. (2017). *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other*. Tercera edición. Nueva York: Basic Books.
- Véliz, C. (2021). *Privacidad es poder: Datos, vigilancia y libertad en la era digital*. Barcelona: Debate.
- Ward, J. (2022). *The Loop: How Technology is Creating a World Without Choices and How to Fight Back*. Nueva York: Hachette.
- York, J. C. (2021). *Silicon Values: The Future of Free Speech Under Surveillance Capitalism*. Londres: Verso.



Violência simbólica, sociedade do desempenho e vivências da alteridade: aproximações entre leituras de Han e Bourdieu

Symbolic violence, performance society and insurrections of otherness: approaches between the readings of Han and Bourdieu

Luís Mauro Sá Martino

Faculdade Casper Libero

São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5099-1741>

lmsmartino@casperlibero.edu.br

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

angelasalgueiro@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4869>

DOI : 10.25965/trahs.4869

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Resumo: Este artigo delinea algumas aproximações entre os conceitos de “violência simbólica”, de Bourdieu, e a noção de Eros, desenvolvida por Han em diálogo, sobretudo, com Lévinas. Aparentemente vinculados a instâncias opostas da experiência humana, os dois conceitos permitem aproximações em termos de sua potência política, seja no reforço de regimes cotidianos de dominação, seja na fabulação e elaboração de formas de insurgências e resistências de sujeitos ligados pelo vínculo solidário de ação. A partir de pesquisa bibliográfica, propõe-se aqui uma leitura cruzada dos autores no sentido de destacar possibilidades de aproximação, mas também de contraste, entre os dois conceitos.

Palavras chave: comunicação, poder simbólico, Eros, Han, Bourdieu

Résumé : Cet article esquisse quelques approximations entre les concepts de « violence symbolique » de Bourdieu et la notion d'éros, développée par Han en dialogue, surtout, avec Lévinas. Apparemment liés à des expériences humaines opposées, les deux concepts permettent des approximations quant à leur puissance politique, que ce soit dans le renforcement des régimes quotidiens de domination, ou dans la fabulation et l'élaboration de formes d'insurrections et de résistances de sujets liés par le lien solidaire d'action. Sur la base de recherches bibliographiques, une lecture croisée des auteurs est proposée ici afin de mettre en évidence des possibilités de rapprochement, mais aussi de contraste, entre les deux concepts.

Mots clés : communication, pouvoir symbolique, Éros, Han, Bourdieu

Resumen: Este artículo esboza algunas aproximaciones entre los conceptos de “violencia simbólica” de Bourdieu y la noción de Eros, desarrollada por Han en diálogo, sobre todo, con Lévinas. Aparentemente vinculados a instancias opuestas de la experiencia humana, los dos conceptos permiten aproximaciones en cuanto a su potencia política, ya sea en el reforzamiento de los regímenes cotidianos de dominación, ya sea en la fabulación y elaboración de formas de insurgencias y resistencias de sujetos ligados por el vínculo solidario. de acción. Con base en la investigación bibliográfica, se propone aquí una lectura cruzada de los autores para resaltar las posibilidades de aproximación, pero también de contraste, entre los dos conceptos.

Palabras clave: comunicación, poder simbólico, Eros, Han, Bourdieu

Abstract: This article outlines some approximations between Bourdieu's concepts of “symbolic violence” and the notion of Eros, developed by Han in dialogue, above all, with Lévinas. Apparently linked to opposing instances of human experience, the two concepts allow approximations in terms of their political potency, whether in the reinforcement of daily regimes of domination, or in the fabulation and elaboration of forms of insurgencies and resistance of subjects linked by the solidary bond of action. Based on bibliographic research, a cross-reading of the authors is proposed here in order to highlight possibilities of approximation, but also of contrast, between the two concepts.

Keywords: communication, symbolic power, Eros, Han, Bourdieu

Introdução

O poder é um dos temas clássicos da Filosofia Política, em uma genealogia que poderia ser traçada, sem muita dificuldade, da *República* de Platão até os trabalhos recentes de Judith Butler sobre os discursos de ódio na política. No entanto, é sobretudo a partir do final do século XIX que essa temática parece se deslocar de seu espaço de origem na filosofia e ganhar também outras apreciações no âmbito das Ciências Sociais, seja nas sociologias fundadoras de Marx, Weber e Durkheim, seja em trabalhos de localização mais imprecisa como os estudos de Foucault ou hooks.

Nesse cenário, as variedades da experiência do poder encontram diversas maneiras de interpretação, ora focalizando em cenários macropolíticos, ora focalizando nas instâncias micropolíticas de vivência cotidiana. De maneira semelhante, as abordagens também estão longe de serem unilaterais, enfatizando em certos momentos a primazia dos poderes institucionais e constituídos para, em outros, destacar as condições de associação, resistência e agência dos sujeitos no sentido da busca pela construção de sua autonomia.

De que maneira se exerce o poder? Como torna-lo mais eficaz? Como resistir a ele? Em alguma medida, essas três perguntas parecem delimitar algumas das principais vertentes de estudos do poder, consagradas na Filosofia Política. A ideia de um bom governo, bem como as denúncias da tirania, ocupa um espaço conhecido na literatura da área. É preciso observar, no âmbito de certos ramos das Ciências Sociais, um deslocamento de foco dessas perguntas do âmbito dos poderes institucionais e constituídos para as condições e formas de sua manifestação no tecido social em termos de realizar uma topografia de seus lugares em relações aparentemente de menor alcance, mas igualmente eficazes na promoção de determinadas linhas de controle de um sujeito sobre outro.

Nesta última vertente, é importante destacar o espaço que as relações interpessoais vem ganhando como um local de observação das formas de elaboração e força do poder constituído em termos de sua presença nas relações cotidianas. Enquanto a, por assim dizer, “grande política” ocupou efetivamente a maior parte das preocupações da Filosofia Política, as questões cotidianas se revelaram, sobretudo a partir dos anos 1960, como um espaço privilegiado de entendimento das formas de poder, tanto em termos da eficácia de seu exercício quanto em termos de observar as pequenas resistências elaboradas pelos sujeitos em suas tramas de ação social.

É possível creditar isso, ao menos em parte, à emergência de reivindicações ligadas ao reconhecimento e afirmação de identidades que, sem encontrarem na “grande política” a resposta para qualquer de suas demandas, posto que historicamente apagadas ou invisibilizadas, partem para a reiteração das relações sociais cotidianas como lugar de circulação de um poder que, constituído como opressor, poderia ser reelaborado em termos de uma maior abrangência e reconhecimento.

A ideia de que “o pessoal é político”, nesse sentido, resulta em uma genealogia que se inicia com Carol Haznith ainda nos anos 1960 e encontra uma de suas expressões mais recentes em trabalhos como os de Collins (2022) e Federici (2019). Em termos semelhantes, Goffman (1972) também indicava como as micro-interações cotidianas são fundamentais para, nos pequenos gestos, olhares e dizeres, reforçarem o que Bourdieu (2021) denomina como “sistemas de classificação” – como indica Goffman, a ordem da interação reflete a ordem social – cf. Martino (2021).

A análise do poder, nesse sentido, ganha uma dimensão até então inédita no sentido de complementar a visão das questões políticas mais amplas, envolvendo Estados, governos e partidos, com uma perspectiva que, concentrada em fenômenos

aparentemente de menor escala, mostravam-se igualmente eivados de formas de controle e manutenção do poder, seja de maneira explícita, seja na instauração – implícita – de formas de dominação exercidas de maneira velada e, em certa medida, com a cumplicidade inconsciente daqueles sobre os quais se exerce esse controle. O resultado é a associação do poder com formas de violência até então invisíveis, de certa maneira, à própria análise do tema, posto que, sem se manifestarem de maneira necessariamente física e visível, adquiriam uma dimensão sobretudo voltada para o imaginário, a alteridade e o simbólico.

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han e o sociólogo francês Pierre Bourdieu parecem ser, cada um a seu modo, representantes desse tipo de análise do poder, o primeiro trazendo as questões para o cotidiano de uma sociedade hipersaturada de comunicação, o segundo oferecendo um repertório conceitual passível de propor uma operacionalização das formas de análise. Tanto quanto as formas de poder, é possível detectar em ambos também perspectivas voltadas para a constituição de agenciamentos de sujeitos conscientes de sua localização histórica e social, e de um lado, e também de possibilidades de insurgência e atividade de comunidades voltadas para entrelaçamentos sociais pautados na colaboração e na solidariedade.

Este artigo delinea algumas aproximações entre os conceitos de “violência simbólica”, de Bourdieu, e a noção de Eros, desenvolvida por Han em diálogo, sobretudo, com Lévinas. Aparentemente vinculados a instâncias opostas da experiência humana, os dois conceitos permitem aproximações em termos de sua potência política, seja no reforço de regimes cotidianos de dominação, seja na fabulação e elaboração de formas de insurgências e resistências de sujeitos ligados pelo vínculo solidário de ação. A partir de pesquisa bibliográfica, propõe-se aqui uma leitura cruzada dos autores no sentido de destacar possibilidades de aproximação, mas também de contraste, entre os dois conceitos.

Evidentemente seria apressado entender “eros” como sinônimo de “amor” ou pensar a “violência” como “agressividade”: as empirias constitutivas desses conceitos são, sem dúvida, algum de seus componentes, mas não podem ser reduzidos a isso sob pena de tornar a discussão meramente contraposição entre os conceitos. O foco está nas possibilidades de uma vivência comunicacional pautada na relação com o outro com o qual se pode comunicar, mas também diante do qual se estabelece uma vinculação ética: a comunicação, enquanto forma de estar com o outro, se funda sobretudo em uma relação ética da alteridade (Martino; Marques, 2018; Martino, 2019; Marcondes Filho, 2016). Se a aproximação entre Han e Bourdieu não parece ser muito explorada, também não é inédita: trabalhos como os de Cordeiro, Friede e Miranda (2018) ou Lavezzo (2020) já se propõe a essa aproximação.

Do mesmo modo, como nota metodológica, não há aqui a intenção de fazer um recenseamento dos conceitos nas obras dos autores, algo que ultrapassaria o escopo de um artigo acadêmico. No centro dessa discussão está a chave de operacionalização das formas de poder contemporâneo tal como se manifestam em diversos lugares no cotidiano e são interpretadas pelos dois autores, tecendo diálogos, mas também demarcando diferenças.

I- A violência simbólica e a coisificação do outro

A exemplo do que acontece com muitos de seus conceitos principais, a noção de violência simbólica está espalhada ao longo da obra de Bourdieu, e não chega a encontrar um lugar especial de exposição completa – embora existam, em *O Poder Simbólico* e nas *Meditações Pascalianas* textos diretamente voltados para o assunto, sua sistematização parece, também a exemplo de outros conceitos, estar dirigida

sobretudo para sua operacionalização na análise de situações empíricas. Vale, nesse sentido, retomar a advertência de Mauger (2006, p. 85) sobre o conceito: “sem dúvida, também é um dos mais incompreendidos: talvez porque pareça ser um dos mais ‘desesperados’”.

Ao mesmo tempo, essa preocupação com o empírico não escapa de uma perspectiva de ampliação para a interpretação de fenômenos próximos; se, como afirma em *Coisas Ditas* (1990), o mundo social não é constituído de regras, mas de regularidades, assim também as elaborações teóricas a respeito dessas mesmas regularidades não escapam à possibilidade de uma articulação com outros contextos, da linguística às redes digitais, passando pela cultura e até por possibilidades de inesperadas formas de insurgência institucional (Davalon, 1983; Addi, 2001; Servais, 2003; Landry, 2006; Civilia; Silva; Saraiva, 2014; Romero-Rodriguez; Aguadez, 2021).

Ao que tudo indica, o conceito parece ter sido usado pela primeira vez em *A Reprodução*, escrito ainda de uma fase inicial, elaborado no final da década de 1968. A ideia de “violência simbólica”, nesse primeiro momento, ainda parecia se dirigir a uma incursão pelas formas invisíveis de exclusão levadas a efeito por um sistema escolar que, na aparência, se apresentava como inclusivo e igualitário. O elemento de reprodução seria não só inerente ao universo educacional, mas tanto mais invisibilizado quanto mais eficaz fosse; uma forma de poder invisível, naturalizado e difundido a partir do compartilhamento, em larga escala, de sistemas de classificação e ordenamento do social, responsável não apenas por sustentar a ordem vigente, mas, sobretudo, contar com a cumplicidade involuntária mesmo daqueles por ela prejudicados: a definição de violência simbólica não está muito longe disso.

É, no entanto, em estudos posteriores que esse conceito vai se alargar, ganhando os contornos de uma oposição à violência real e visível; vale recordar que “real”, aqui, não é necessariamente sinônimo de “físico”: a forma da violência direta é a agressão, a ameaça à integridade física da alteridade. Mas a agressão verbal é, igualmente, real: o ponto fundamental da violência simbólica não é sua oposição presumida a uma violência física, mas o fato de sua invisibilidade estrutural, geralmente articulada com discursos que a naturalizam na forma de uma inevitabilidade quase fatalista – ou, em algumas versões mais elaboradas, em um determinismo finalista que tem como estratégia a manutenção de uma posição herdada (o negatigo: “as coisas são assim”; “a vida é dura”) ou a vinculação ao mesmo discurso responsável pela construção dessa situação (o positivo: “você merece o sucesso”; “seja um vencedor”) que transformam o elemento coercitivo em condição natural.

Dessa maneira, o exercício da violência a não se separa do campo da elaboração do simbólico, e pode, de fato, atuar de maneira autônoma nessa esfera, sobretudo quando cultivada por sujeitos ligados, de maneira paradoxalmente voluntária e inconsciente, a esse tipo de discurso: a materialidade discursiva da violência simbólica desemboca no sujeito do desempenho contemporâneo. É um ponto de contato entre Bourdieu e Han.

No livro *Agonia do Eros* (2017), o filósofo Byung-Chul Han convoca o pensamento de Emmanuel Levinas no intuito de nos mostrar como o capitalismo incentiva o mero consumo do Outro, tornando-o coisa e apagando sua singularidade. A alteridade não deveria estar disponível para nossa apropriação, para completar aquilo que nos falta ou para satisfazer a desejos narcísicos. Não por acaso, como lembra Safatle (2014), a esfera do consumo do outro encontra-se, dentro da análise freudiana, como uma objetificação que reduz o outro a um instrumental para a satisfação desse desejo. Não se trata sequer de uma hipertrofia de um suposto amor-próprio, mas de uma

relação entre objetos mediada pelo apagamento do sentido de alteridade – e da própria ipseidade do sujeito.

Para Han, a coisificação econômica do outro impede a formulação de uma ética pautada pelo respeito e pela relação assimétrica com a alteridade. É como se a necessidade do consumo impedisse a consideração e escuta das demandas do Outro: estamos mais preocupados em reduzir o Outro ao que somos, por meio de rótulos e preconceitos classificatórios, do que em acolhermos a diferença e preservarmos o espaço tão necessário ao cuidado com a alteridade.

O eros agoniza, de acordo com Han, porque tem sido o resultado uma relação com o Outro que se orienta pelo desempenho, pela posse, pelo controle e pelo poder. A relação erótica com o Outro não se confunde com a sexualidade, muito menos com a necessidade de sua posse. Pelo contrário: o eros é acolhimento do “estrangeiro” que se apresenta diante de nós e que demanda nossa consideração. Na relação erótica, o Outro nos retira de nossa interioridade para respondermos responsabilmente à sua interpelação. O ponto em questão não é a possibilidade de amar o outro, mas a impossibilidade de amar para além do consumo imediato. A busca não é pela relação, o que implicaria a produção de um cenário ético, mas pela redução de si e do outro às formas de um paradoxal desfrutar que não implica sequer a fruição.

Seria possível pensar, à primeira vista, que em uma sociedade transparente, tal como caracteriza Han, esse rosto do outro estivesse mais visível do que nunca, tornado evidente – na raiz latina de um *ex-videre* – a partir de um regime de visibilidade constante: a transparência tornaria a exposição da alteridade algo constante e vívido, bastando o acionamento do aplicativo para se estar rigorosamente diante da multiplicidade do outro.

No entanto, a transparência absoluta do outro não o torna visível, mas o apaga. A multiplicidade de faces não se confunde com o contato com um único rosto que se apresentaria como ponto inicial da relação ética – não é a transparência, mas o mistério que torna o rosto do outro algo transcendente à experiência: em sua raiz grega, o *mystos*, de onde vem “mistério”, é também a origem de “místico”, não em um sentido religioso, mas em termos daquilo que não é facultado a qualquer olhar.

É enigmático o modo como o outro se manifesta diante de nós, como conseguimos ouvi-lo, mas sem que ele possa ser apreendido pelo conceito, por nossa tentativa de reduzi-lo a um padrão conhecido de julgamento, uma vez que a razão suprime a alteridade do interlocutor e do falante. Tal encontro enigmático é definido por Levinas como uma “relação sem relação”: o outro não é conhecido pelo Dito, pela representação, mas respondido no Dizer, através do apelo que nos demanda e sanciona nosso poder de agir e ser (Lévinas, 2007; 2011).

Mas a processualidade do dizer não é passível de apreensão, assim como se espera a apreensão de um fantasma do outro no ambiente hiperconectado. A palavra “fantasma” aqui é usada no sentido grego original de uma imagem resultante da elaboração, o *phantasma* como ponto de partida da *phantasia*: uma imagem do outro que assombra por sua visibilidade completa e constante, próxima ora de uma perfeição que intriga, ora próxima dos abismos que se lamenta – mas raramente como alteridade, igual e próxima. Não há mistério na elaboração da fantasia, uma vez que ela obedece – ou deveria obedecer – quem a cria.

É como se, através do enigma, o outro interrompesse o jogo de sua redução ao mesmo. Ao mesmo tempo em que a exterioridade se apresenta diante de nós, a interioridade se forma: o eu é aberto e constituído pelo outro (Lévinas, 2010; 2012).

A experiência afetiva de desarticulação trazida pelo enigma do outro não pode ter um significado atribuído pelo conceito. A ruptura ocorre justamente pela (i)mediaticidade do contato com o rosto do outro, seguindo a proposta de Lévinas (2007; 2012; 2013). Como nos diz Han (2017:34), “o eros desperta diante do rosto”, “que preserva uma distância adequada do outro” (id:28). Ver o rosto é escutá-lo e responder à ele: essa relação erótica permite a abertura do eu para o mundo, na medida em que um “estranho se fixa entre mim e meu ego, permitindo-me escapar de minha alma narcisista” (Han, 2017:39).

Também Han (2017:10) nos oferece uma via possível para questionar a tendência à anulação da alteridade diante da agonia do eros: escapar à tendência de perceber o mundo como uma sombra projetada de nós mesmos, que nos empurra para uma na qual cada um “vagueia aleatoriamente nas sombras de si mesmo até que se afoga em si mesmo”. A agonia, em sua raiz grega, implica o *agon*, a luta. Luta, no entanto, também como possibilidade desenvolvimento:

Conflitos não são destrutivos. Eles têm um lado construtivo. Só de conflitos surgem relações e identidades estáveis. A pessoa cresce e amadurece pelo trabalho sobre o conflito. O sedutor na fenda é que ela desfaz tensões destrutivas acumuladas sem o trabalho sobre o conflito, que demanda muito tempo (Han, 2022^a: 45).

Assim, o eros retoma o enigma que perturba o ser pela proximidade; ele “possibilita uma experiência do outro em sua alteridade, resgatando-nos de nosso inferno narcisista” (Han, 2017: p.11). A relação erótica, “que arranca o sujeito de si mesmo e direciona-o para o outro” (Han, 2017:10), requer uma tessitura simultânea da singularidade com a pluralidade; e demanda uma maneira de escapar à simetria, à hierarquia e à ordenação racional dos seres e do mundo. E requer, sobretudo, um movimento do eu na direção do outro a ser obtido apenas em uma contemplação tornada cada vez menos possível.

A relação erótica diz respeito ao modo como nosso encontro com o outro não pode ser reduzido à um exercício de comparação e aproximação ao “eu”. A redução do outro ao eu não é um exercício de alteridade, mas uma hipertrofia do ego, um egoísmo que se opõe, como barreira, ao enigma da alteridade. Han descreve como, nas sociedades neoliberais, os regimes mercadológicos vão igualando todas as diferenças, até não mais termos contato com a experiência do eros. Tal experiência, marcada pela assimetria pela exterioridade do Outro, nos coloca diante de um enigma para o qual não há resposta prévia.

A alteridade não é uma diferença consumível. O capitalismo vai eliminando por toda parte a alteridade a fim de submeter tudo ao consumo. Além do mais, o eros é uma relação assimétrica com o outro. Assim, ele interrompe a relação de troca. Sobre a alteridade não é possível estabelecer um registro de controladoria. O eros não entra no balanço de débitos e créditos (Han, 2017:35).

A subjetividade como acolhimento de outrem, como acolhimento da ideia de infinito que desorganiza o eu efetivam-se em *Outramente que ser* (Lévinas, 2011), obra que trata da responsabilidade como a estrutura essencial, primeira e fundamental da subjetividade (Alford, 2004; Marques; Moriceau, 2019; Martino; Marques 2019). Trata-se de transitar pelas proximidades de eros-philos, a amizade: “a amizade produz, portanto, uma relação de identidade entre si mesmo e o outro. Percebe-se a

si mesmo, desfruta-se a si mesmo no outro. Curte-se, apraz-se no outro” (Han, 2022b: 119).

Han (2017) mostra que o encontro ético com o outro interrompe a tendência do eu de conceber o mundo como espaço de poder. Interrompe o jogo da redução ao mesmo. Tal encontro instaura uma “relação sem relação”, na qual o outro não é nomeado, ele é invocado. A visão não prevalece no encontro com o rosto, pois ela é uma forma violenta de relação com o outro, imobiliza seu sujeito/objeto como tema (Rae, 2016; Vieira; Marques, 2016). A visão falha em fazer justiça ao outro.

Há um conflito delineado nesse esforço de tornar certas vidas ininteligíveis: a visibilidade e a audibilidade pode até ser alcançada pelo apelo do rosto, mas o que impede o reconhecimento da humanidade dessas vidas é o enraizamento de padrões normativos de julgamento e valores que depreciam, ofendem, causam danos profundos à pluralidade de formas de vida tecidas e retecidas cotidianamente nas experiências singulares de grupos de indivíduos.

II- O eros como a abertura de uma temporalidade

O eros diz de uma interrupção da tendência que o indivíduo tem de voltar-se para a interioridade, para a captura do outro via utilização de representações e conceitos, para a autoridade do Dito. Tal interrupção, que nos coloca diante do outro e nos solicita a criação de uma forma de responsabilidade hospitaleira, pode ser realizada de diferentes maneiras.

Por exemplo: se considerarmos que a fotografia não se reduz a um objeto de contemplação, mas tem capacidade de agência, podemos argumentar que ela permite um salto no tempo – ou a abertura de outras temporalidades – para a construção de um espaço diverso de contato com a alteridade. Pelo limiar aberto pela imagem, podemos percorrer nossos territórios interiores (espaços de pensamento, mas também de experiência), ampliando territorialidades em que o outro pode falar, ser escutado e respondido. Ao mesmo tempo, é preciso levar em consideração, sem condenação ou ingenuidade, o fato de que a imagem fotográfica está eivada de linhas de força responsáveis por sua orientação, na qual as intencionalidades de quem fotografa e de quem é fotografado raramente obedecem a uma certa simetria, sobretudo quando se leva em consideração o exercício de classificação do outro contido no ato de produção de imagem.

Vale retomar, aqui, as palavras de Christine Servais:

Ou seja: como o dispositivo midiático (re)produz a violência do acontecimento? A violência midiática não estaria apenas ligada à violência “intrínseca” do evento representado, mas também poderia dizer respeito, por exemplo, ao riso ou ao sonho “feliz” que a mídia relata e pretende nos trazer. E talvez possamos mostrar, olhando o dispositivo midiático em termos de destino, como essas duas formas de violência, a do evento e a do dispositivo, estão intimamente associadas (2003:5)¹.

1 C'est-à-dire, aussi, comment le dispositif médiatique (re)produit-il la violence de l'événement ? La violence médiatique ne serait pas seulement liée à celle, « intrinsèque », de l'événement représenté, mais pourrait également concerner par exemple le rire ou le rêve « heureux » que le média rapporte et entend nous apporter. Et peut-être peut-on montrer, en s'intéressant au dispositif médiatique en termes de destination, en quoi ces deux formes de violence, celle de l'événement et celle du dispositif, sont étroitement associées.

As imagens podem oferecer àquelas e àqueles à quem se endereça, um lugar de indeterminação, um espaço de ensaio, de saltos tentativos, de modo a rearranjar e redistribuir outra cena possível de ação, orientada por outra imaginação política. Assim, outras durações estão em jogo na erótica hospitaleira, outras temporalidades são consideradas e as próprias temporalidades do sujeito que olha ou fotografa também vão se transformando.

Sob esse aspecto, a imagem pode fazer parte da relação de eros, trazendo uma dimensão do feminino como tempo prolongado de acolhimento e hospitalidade (Ribeiro, 2019). Ela nos coloca em contato com outras durações que não são nossas: não somos apenas duração interior, mas temporalidades em movimento, produzindo espirais que se propagam em vários campos de escuta do dizer da alteridade. O colocar-se diante do outro se afirma também na resistência aos esquemas de classificação propostos – ainda que de maneira velada ou mesmo inconsciente – por quem está produzindo a imagem, sobretudo no sentido de pensar sua orientação a uma finalidade: em uma sociedade *smart*, como denomina Han (2019), a produção de imagens se associa às formas de autopoder exercidas pelos sujeitos nos sentidos de sua inserção em um circuito no qual a disponibilidade de si mesmo para o outro não se apresenta como a relação de eros, fundamentalmente, mas como a vertigem do consumo objetivado na “curtida” que representa o elo, ou vínculo, se tal pode ser chamado, mais efêmero com um outro – a *selfie*, neste caso, seria representativa desse exercício de poder.

Ao mesmo tempo, qual é a imagem dessa *selfie*? As imagens autoproduzidas podem ser interpretadas também como o desafio de uma presença que busca, em seu percurso pelos circuitos de distribuição em redes digitais, e mesmo sob o controle dos algoritmos – gerados por seres humanos, é importante lembrar – se apresentam como formas de resistência a uma série de sistemas de classificação vigentes.

A presença do rosto de um outro historicamente invisibilizado, a imagem do corpo heterodoxo, a emergência de novas estéticas pressupõe também um movimento de eros no sentido de questionar o poder no sentido de elaborar tecidos de contrapoderes simbólicos que desafiam, exatamente, os sistemas de classificação, propondo novas estéticas – por que não, novas belezas, no sentido mais simples da palavra – e se apresentando também como espaço de acolhida para quem se identifica com essas imagens. A acolhida, aqui, reforça a perspectiva de Eros enquanto elemento de vínculo, e o “curtir”, para além da superficialidade, talvez possa efetivamente significar uma expressão mais evidente de identificação. O outro, tornado visível, tem a potência de se tornar também local de agência e, ultrapassando a barreira do eu, tornar-se um nós:

Só o Eros tem condição de libertar o eu da depressão, do envolvimento narcisístico consigo mesmo. O *outro* é, visto assim, uma fórmula de redenção. Apenas o Eros que me arranca para fora de mim e para o outro pode vencer a depressão. O sujeito depressivo do desempenho é inteiramente desacoplado do outro. O desejo do outro, sim, o *clamor* pelo outro ou a “conversão” para o outro seriam um antidepressivo metafísico que rompem a casca narcisista do eu. (Han, 2022^a: 119).

O tempo do eros, ao ser tocado pelo outro, abre um limiar para a recepção acolhedora da alteridade: por sua estranheza, a relação afetiva permite um engajamento em um processo que vai além do eu, uma evasão e desapropriação que elabora a distância, vital para preservar o rosto e sua demanda.

Na ética de eros, o corpo é um evento e se estende para além da expressão da interioridade e dos limites da pele: o corpo, como evento relacional, estabelece uma situação que redefine as temporalidades da experiência de si e do outro (Ribeiro, 2019; Bernardo, 2011).

O contato com o feminino está ligado à temporalidade do eros, para o qual o corpo não é abstrato, mas se revela na concretude do corpo do outro. A temporalidade estabelecida pelo feminino está relacionada ao enigma da alteridade: esse enigma envolve alguns gestos ético-políticos específicos: abertura ao outro, desapropriação ou desposseção de si e elaboração de uma resposta à demanda feita pelo rosto. Esse corpo é, historicamente, eivado de formas de dominação que desafiam sua elaboração, dando origem, por exemplo, a toda uma recursividade de elementos simbólicos voltados exatamente para o apagamento de marcas do tempo. Quando tangencial ao poder simbólico, o corpo se apresenta como elemento patente de fuga do outro, tornando-se espaço de exibição de uma estética não apenas padronizada, mas também voltada para o consumo rápido – no lugar da identificação, a atomização voltada para uma competitividade embalada na proximidade com as esferas mais prestigiadas desse consumo.

A violência simbólica, como apontamos, gera efeitos de dominação. Essa dominação se traduz empiricamente em um conjunto de gestos de submissão e obediência. No entanto, diferentemente da violência física que produz obediência efêmera, a violência simbólica gera efeitos duradouros. A obediência resultante não é encoberta ou traiçoeira, mas sim sincera e tenaz, pois está inserida nas estruturas cognitivas do indivíduo (Landry, 2006: 88)²

Aqui se observa, com força, um dos movimentos relativamente comuns aos sistemas classificatórios do mundo social: a literalização da relação com o outro e consigo mesmo, mediada não pelas possibilidades éticas do encontro, mas com as variáveis meramente econômicas do consumo. O resultado é uma ausência de distinção entre o corpo enquanto discurso produzido e produtor e o corpo empírico que, em sua visualidade mais fácil e mais simples, tende a se apresentar como elemento de apreensão imediata. Dessa maneira, a visibilidade de um corpo pode representar tanto sua presentificação como espaço de acolhida de corpos semelhantes quanto apropriação de um discurso pela lógica econômica, que o envia de volta ao circuito de consumo pela via da literalização.

O eros recusa a apropriação que nega a diferença e a singularidade, oferecendo a capacidade de permanecermos abertos à chegada do outro, colocando a responsabilidade pelo outro antes de si mesmo; escolhendo a heteronomia (lei vinda do outro) antes da autonomia, inerente ao reconhecimento da alteridade (o reconhecimento de que nossa autonomia é sempre nossa heteronomia).

Para Fernanda Bernardo (2011), o feminino é ética e aceitação de que o cuidado do outro se impõe ao cuidado de si. O outro está sempre se aproximando, sem nunca chegar de fato, ele estabelece conosco “uma relação sem relação”, como vimos, uma relação entre dois separados, protegendo a qualidade de diferir, de adiar e de

2 La violence d'ordre symbolique, nous l'avons souligné, engendre des effets de domination. Cette domination se traduit empiriquement par un ensemble de gestes de soumission et d'obéissance. Cependant, à la différence de la violence physique qui produit une obéissance éphémère, la violence symbolique génère des effets durables. L'obéissance qui en résulte n'est pas dissimulée ou perfide, mais plutôt sincère et tenace puisqu'elle est ancrée dans les structures cognitives de l'individu.

prolongar o contato. O eros atua nessa temporalização dos encontros e no adiamento de toda possibilidade de apreensão.

Dito de outro modo, e na interface entre Derrida e Levinas, a ética de eros atua preservando a separação, mas alimentando um processo constante de diferenciação na infinita vinda do rosto do outro em nossa direção. É como um jogo de retorno constante e permanente devir em que a identidade fixa é substituída pelos efeitos de um processo contínuo de deslocamento. Um enigma que se apresenta a nós sem demandar solução, apenas a preservação de um movimento constante que revele tanto as diferenças, quanto as possibilidades de contato que atuem não para ver no outro traços do idêntico, não para transformá-lo no mesmo, mas para amplificar a potência da diferenciação.

III- O enigma do outro e o poder simbólico

Enigma a ser trabalhado em uma constante de aproximações e distanciamentos, o outro se apresenta como mistério absoluto que não pode ser conhecido senão de maneira parcial, com todas as suas nuances de luzes e sombras, e na medida em que se apresenta a um olhar participativo, mas não expropriativo. O olhar que consome o outro o tira de si, reduzindo-o geralmente a um conjunto de imagens para consumo que, ao alardearem mostrar o indivíduo “autêntico”, contribuem exatamente para o contrário – tornar invisível qualquer elemento de alteridade na hipertrofia de uma única dimensão, levada ao extremo em sua estereotipificação nas grandes imagens da mídia. Não por acaso, “imagem grande” é uma das concepções de “estereótipo”, do grego *stereos*, “grande”, e *typos*, “marcação” ou “imagem marcada”.

A imagem estereotipada de alguém não lhe confere necessariamente uma dimensão de alteridade; ao contrário, ao lhe retirar a prerrogativa de uma existência contraditória e múltipla, requer dela uma unilateralidade passível de ser apreendida e julgada com uma rapidez proporcional ao desconhecimento – não seria talvez de todo errado creditar algo da chamada “cultura do cancelamento” a essa ilusão de conhecimento da totalidade do outro que, a rigor, o apresenta apenas como figura de exibição diante de um consumo voraz e, de certa maneira, eivado também de uma perspectiva tanatológica, como já analisava Edgar Morin (1995) ainda nos anos 1960.

Esse espaço de jogo que se abre entre a aproximação e a distância infinitas configura a hospitalidade incondicional na qual o “ser separado” é acolhido pelo “ser feminino”. Nesse caso, a relação erótica é também fonte de uma ética comunicacional, não só por ser a abertura de uma temporalidade através da qual se pode sair de si, mas também por ser um espaço de negociação, que escapa à tendência de encampar o outro pelo conhecimento.

A temática de eros como experiência de ausência de fusão e de encontro com a diferença nos revela o feminino como abertura de um tempo para a proximidade distanciada, para a elaboração de uma resposta ao rosto que não se baseia em leis ou normas gerais. Embora não se possa deixar de lado a lei como resposta possível ao sofrimento e à injustiça, o enigma do eros requer que a justiça possa brotar da preocupação e da não indiferença suscitada pela proximidade do estranho a quem oferecemos hospitalidade à alteridade:

A contradição é supressumida pela assimilação, interiorização, do outro. O consumo “põe” explicitamente a identidade que é *em si* do sujeito e do objeto (...). A satisfação não surge da destruição do outro, mas da produção de continuidade, ou seja, da supressunção da separação de

sujeito e objeto. De modo que o consumo parece apenas a uma percepção *finita* como destruição das coisas (Han, 2022b: 76)

A relação de eros evoca novas formas de vida para além das regras institucionalizadas, permitindo a construção de um comum pautado por um processo de comunicação cujo desafio é preservar a diversidade, alterando condições desiguais de vulnerabilidade, para privilegiar a indeterminação, a imprevisibilidade da ação que e, ao mesmo tempo, hospitaleira e antagonística.

O conflito, vale recordar, não significa um problema – seu oposto inicial, o consenso, talvez o seja quando resultado da entronização de sistemas de classificação a respeito dos quais qualquer discussão se apresentaria como indesejável – enquanto resultado de um encontro pautado na necessidade de reivindicar um outro enquanto semelhante, igual, mas não idêntico. O discurso agonístico – “agon”, em grego antigo, é “luta” – se apresenta também como condição de vida com o outro: uma relação na qual exista um consenso absoluto a respeito de todas as questões só é possível mediante o apagamento psíquico do outro, em uma das formas talvez menos visíveis de violência simbólica na qual não existe propriamente uma relação de reciprocidade e troca, mas na qual o indivíduo dominante está em relação consigo mesmo *através* do outro.

A literatura sobre relacionamentos abusivos psicológicos poderia, se convocada, trazer uma série de exemplos a respeito dos efeitos dessa apropriação absoluta da alteridade reduzida ao eu de um dos participantes da relação. O elemento de violência se torna tanto mais patente quanto é interiorizado pelo sujeito dominado em tentativas de racionalização da questão (“é só uma fase”; “ele é assim, fazer o quê?”; “ele vai mudar com o tempo”) que, a rigor, sugerem uma perspectiva na qual a reafirmação da esperança não se dá como afirmação de um futuro, mas como negação de um presente. Nas palavras de Christine Servais:

A relação simbólica com o outro envolve uma certa violência: o ato de nomeação, por exemplo, é em si um ato de dominação, são coisas compreendidas hoje. Embora tradicionalmente oponhamos uma relação de força e uma relação simbólica, a força não é solúvel em significado, e é apropriado questionar a tensão que os mantém juntos (...) (2003:7)³

É aí que talvez a perspectiva do eros possa trazer uma contribuição importante, seja para a sociabilidade humana, seja para a realização de pesquisas no campo das humanidades. Não há como fazer pesquisa a partir de seu quadro reflexivo sem uma disponibilidade para os outros e para a tarefa ética exigida nesse contato: uma aproximação da singularidade daqueles junto aos quais realizamos nossa investigação, o que acarreta uma transformação singular da pesquisa, de nós mesmos e daqueles com quem compartilhamos a pesquisa, sempre em movimento e mudança. O outro traz diante de nós um chamado, uma exterioridade radical que coloca em questão a soberania absoluta do “eu” e de sua autoridade, seja como sujeito ou pesquisador.

3 Le rapport symbolique à l'autre engage une certaine violence : l'acte de nomination, par exemple, est à lui seul acte de domination, ce sont des choses aujourd'hui entendues. Bien que l'on oppose traditionnellement rapport de force et rapport symbolique, la force n'est pas soluble dans la signification, et il convient d'interroger la tension qui les tient ensemble (...)

Considerações finais

Relação de poder envolta em um campo simbólico de referências muitas vezes invisíveis, no qual determinadas prerrogativas e modos de ser, associados às possibilidades de reconhecimento e sucesso são – em um paradoxo – visivelmente invisíveis, a atividade de pesquisa não escapa a esse tipo de relação na qual a identidade do outro, por vezes, é esquecida enquanto uma singularidade e reduzida ao “objeto”, ou mais ainda, “objeto de pesquisa”: falar das relações do poder e de eros não permite que se esqueça uma dimensão autocrítica em termos de quem pesquisa – há uma política na relação com o outro ao qual se endereça uma pergunta pelo saber, e a afetividade do conhecimento implica o reconhecimento das tramas de poder simbólico exercidas nesse terreno. Como afirmam Cordeiro, Friede e Miranda (2018:35), “esse poder invisível presente na sociedade do desempenho que age sobre o indivíduo “livre” através de uma coação invisível, que atua de forma que o próprio indivíduo age sobre si mesmo ao ponto de coagir-se (autocoação), para se tornar mais eficiente”.

Os afetos envolvidos na relação erótica ajudam a fabular um imaginário político no qual não é o “eu” que constitui o Outro, mas, ao contrário, o eu é constituído pelo enigma do rosto do outro. Tal vínculo comunicativo é traçado pelo respeito que “consiste justamente em me reconhecer comandado pelo rosto do outro, que, por sua vez, também está sob meu comando” (Carrara, 2010:127). Os afetos nos instigam a refletir acerca dos motivos que nos levam a lutar para preservar a vida dos outros: eles ativam sentimentos morais de empatia que vão além do exercício de nos colocarmos no lugar dos outros. De nada adianta nos projetarmos na situação de experiência do outro se os quadros morais de julgamento das vidas permanecem os mesmos.

Referências

- Addi, L. (2001). « Violence symbolique et statut du politique chez Pierre Bourdieu ». *Revue française de science politique*, Vol. 51, n°6, pp. 949-963
- Alford, C. F. (2004). « Lévinas and Political Theory ». *Political Theory*, v.32, n.2, p.146-171.
- Civila, S.; Romero-Rodriguez, L.; Aguaded, I. (2021). « Symbolic-discursive violence and new media: an epistemological perspective ». *Catalan Journal of Communication and Cultural Studies*, Vol. 13, no. 1, 2021, pp. 43-61.
- Collins, P. H. (2022). *Bem mais do que ideias*. São Paulo: Boitempo.
- Cordeiro, F. A. V.; Friede, R.; Miranda, M. G. (2018). “A violência simbólica na sociedade do cansaço do século XXI”. *Augustus*, Vol. 23, no. 46, jul-dez., pp. 30-53.
- Davallon, J. (1983). « Réflexions sur l'efficacité symbolique des productions culturelles ». *Langage et société*, n°24, Vol. 1, pp. 37- 52;
- FedericI, S. (2019). *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Elefante.
- Goffman, E. (1972). *Estigma*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Han, B.-C. (2022a). *A expulsão do outro*. Petrópolis: Vozes.
_____ (2017). *Agonia do eros*. Petrópolis: Vozes.
_____ (2022b). *Hegel e o Poder*. Petrópolis : Vozes.
- Landry, J.M ; (2006). « La violence symbolique chez Bourdieu ». *Aspects sociologiques*, Vol. 13, no. 1, Agosto, pp. 85-93.

- Lavezzo, Lana J. (2020). “O tempo amortecido no coração do tempo: análise das violências simbólicas e do sujeito do desempenho no conto *O Cooper de Cida, de Conceição Evaristo*”. *Linguagem, Ensino e Educação*. Vol. 5, no. 2, Jul-Dez., pp. 5-19.
- Lévinas, E. (2016). *Alterité et transcendance*. Paris : Points.
_____ (2011). *De outro modo que ser ou para lá da essência*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
_____ (2007). *Ética e infinito*. Lisboa: Edições 70.
_____ (2013). *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 7.
_____ (2010). *Entre Nós*. Petrópolis: Vozes.
_____ (2012). *Humanismo do outro Homem*. Petrópolis: Vozes.
- Marques, A. C. S. ; Moriceau, Jean-Luc. « Lévinas, une éthique de la communication que accueille le vulnérable » (2019) In: CARVALHO, Felipe Rodolfo de Carvalho; Genaro Jr., Fernando; Teixeira, Marina Ar. (Org.). *Ética, direitos humanos e pós-humanismo*. Belo Horizonte: Cebel/Dom Helder, v. 2, p. 188-199.
- Martino, L. M. S (2021). *10 Lições sobre Goffman*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- Martino, L. M. S.; Marques, Ângela C. S. (2018). *Ética, mídia e comunicação*. São Paulo: Summus.
_____ (2020). *No caos da convivência*. Petrópolis: Vozes.
_____ (2019b). *A comunicação como ética da alteridade: pensando o conceito com Lévinas*. *Intercom*, v. 42, p. 21-40.
- Mauger, G. (2006). « Sur la violence symbolique ». In: Müller, Hans-Peter; Sintomer, Yves. *Pierre Bourdieu, théorie et pratique*. Paris : La Découverte, pp. 84-100.
- Safatle, V. (2014). *Fetichismo: a colonização do outro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Servais, C. (2003). « La violence d'un choc sans destinataire ». *Communication et langages*, nº138, Vol. 1, 40. Trimestre, pp. 5-23.
- Silva, A.; Saraiva, A. (2014). “Violência simbólica em não-lugares organizacionais: um estudo de grafitos em banheiros”. *Revista Gestão Organizacional*, Vol. 7, no. 2, Maio-Agosto, pp. 61-73.



Hate speech: sob o manto da liberdade de expressão

Hate speech: under the mantle of freedom of expression

Sergio de Almeida Cid Peres¹

Universidade de Sorocaba

Sorocaba, Estado de São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5375-0126>

sergio.peres@prof.uniso.br

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4799>

DOI : 10.25965/trahs.4799

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Resumo: A liberdade de expressão, é vinculada a democracia. Por seu lado o *hate speech* ou discurso de ódio, protegido por esta liberdade é uma manifestação prejudicial, intolerante e sem sentido nos dias de hoje. Este artigo, parte integrante de pesquisa de doutoramento apresenta e analisa a abrangência da liberdade de expressão em sua necessária relação com os valores éticos e morais. Conclui refletindo como a temática abordada é apresentada nas redes sociais e suas consequências para as pessoas envolvidas, demonstrando a internet não ser um território neutro. Buscar um equilíbrio entre os discursos e a liberdade de expressão é o desafio contemporâneo de todos os países.

Palavras chave: hate speech, liberdade de expressão, violência, democracia

Résumé : La liberté d'expression est liée à la démocratie. D'autre part, le discours de haine, protégé par cette liberté, est une manifestation nocive, intolérante et dénuée de sens de nos jours. Cet article, partie intégrante d'une recherche doctorale, présente et analyse la portée de la liberté d'expression dans son rapport nécessaire aux valeurs éthiques et morales. Il se conclut par une réflexion sur la manière dont le sujet abordé est présenté dans les réseaux sociaux et ses conséquences pour les personnes concernées, démontrant qu'internet n'est pas un territoire neutre. La recherche d'un équilibre entre la parole et la liberté d'expression est le défi contemporain de tous les pays.

Mots clés : discours de haine, liberté d'expression, violence, démocratie

Resumen: La libertad de expresión está ligada a la democracia. Por otro lado, el discurso del odio, amparado por esta libertad, es una manifestación nociva, intolerante y sin sentido en estos días. Este artículo, parte integral de una investigación doctoral, presenta y analiza los alcances de la libertad de expresión en su necesaria relación con los valores éticos y morales. Concluye reflexionando sobre cómo se presenta el tema abordado en las redes sociales y sus consecuencias para las personas involucradas, demostrando que internet no es un territorio neutral. Buscar el equilibrio entre los discursos y la libertad de expresión es el desafío contemporáneo de todos los países.

¹ Doutor em comunicação

Palabras clave: discurso de odio, libertad de expresión, violencia, democracia

Abstract: Freedom of expression is linked to democracy. On the other hand, hate speech, protected by this freedom, is a harmful, intolerant and meaningless manifestation these days. This article, an integral part of a doctoral research, presents and analyzes the scope of freedom of expression in its necessary relationship with ethical and moral values. It concludes by reflecting on how the topic addressed is presented in social networks and its consequences for the people involved, demonstrating that the internet is not a neutral territory. Seeking a balance between speeches and freedom of expression is the contemporary challenge for all countries.

Keywords: hate speech, freedom of expression, violence, democracy

Introdução

As sociedades liberais contemporâneas garantem a seus cidadãos a liberdade de opinião, independente do tema a ser tratado. Isto acarreta dizer que a liberdade de se exarar as mais distintas ideologias, deve ser atreladas a um forte senso de tolerância. Com isso temos a possibilidade de atrelar a liberdade de expressão à democracia.

A liberdade de expressão, significa o direito de poder exteriorizar a opinião pessoal ou de um grupo, sempre com respeito e veracidade. Importante há de se destacar também a importância da ética e dos limites morais, quando do exercício desta liberdade.

A nossa Lei Maior no seu Art. 220 traz:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

Nos dias atuais, a liberdade de expressão é reconhecida pelos mais relevantes tratados internacionais de direitos humanos bem como, as constituições dos estados democráticos que asseguram à liberdade de expressão o caráter de direito fundamental.

A liberdade de expressão, é peça fundamental para a democracia. Por seu lado o *hate speech* ou discurso de ódio, é uma manifestação prejudicial, intolerante e sem sentido nos dias de hoje. Mas, fundamentado na Constituição o *hate speech* é protegido pela Liberdade de Expressão

A Constituição brasileira não vedou expressamente o discurso do ódio, mas apenas determinou a criminalização da prática de racismo. A divulgação de uma ideia racista – *hate speech* – só poderia ser punida a título de instigação ou apologia de crime, jamais como crime de racismo.

O *Hate Speech*

O *hate speech*, ou discurso do ódio, é aquele que visa a disseminar e promover o ódio em função da raça, religião, etnia ou nacionalidade (Rosenfeld, 2012: 242), podendo se dar também, por exemplo, em função do gênero, da orientação sexual, etc. Necessário ainda pontuar que o discurso do ódio deve ser dirigido ao grupo como um todo, e não a uma pessoa específica, pois estaria se tratando de mera ofensa pessoal.

O discurso do ódio pode se exteriorizar também nas mais diversas formas, como gestos, caricaturas, panfletos, etc. O que importa, para fins de sua caracterização, é que exista um ato, ação ou palavra, tendente a discriminar outrem, negando-lhes ou defendendo a supressão de direitos, em virtude de determinada crença ou condição que ostentem. Como bem observa Potiguar (2009: 12), que “a simples discordância com algum ponto de vista inerente a determinados grupos, a exemplo do casamento homoafetivo, cotas para afrodescendentes, etc., constitui legítimo exercício da livre manifestação de opinião”. Aí que reside relevante problemática: em que ponto se encerra a livre manifestação da opinião e em qual se inicia o discurso do ódio; e quais são os limites da (tênue) barreira que os separa.

Diaz (2011: 575) destaca que “o discurso do ódio deve ser mais que uma manifestação de antipatia, deve indicar a hostilidade contra determinado grupo”.

A intolerância política e religiosa tem motivado, um grande número de manifestações de ódio pelo mundo. Como exemplo temos: nos EUA, uma intensa polarização entre republicanos e democratas, ou no Brasil, entre petistas e antipetistas, ou ainda conflitos entre muçulmanos e judeus, no Oriente Médio, e protestantes e católicos, na Irlanda do Norte.

Nestes exemplos, o *hate speech* costuma se manifestar através de discursos que visam a inferiorizar o adversário, ofendê-lo ou ridicularizá-lo, ou ainda, no caso das religiões, negar direitos. A exteriorização se dá não apenas através da palavra, mas também por meio de charges de cunho pretensamente humorístico, por exemplo, como ocorreu no lastimável atentado que vitimou jornalistas da revista francesa Charlie Hebdo, a qual retratara, anos antes, a figura de Maomé, profeta dos Muçulmanos, de maneira jocosa. É delicada a questão de saber quando termina a liberdade artística e quando começa o discurso do ódio implícito. Claro que estes jornalistas não poderiam jamais imaginar que seus atos seriam rebatidos com tal intensidade. O máximo que talvez pudessem imaginar é que seriam acionados através de um processo judicial.

A homofobia igualmente é forma comum através da qual o *hate speech* se exterioriza, sob o discurso discriminatório em face de quem ostente orientação sexual diversa da heterossexualidade. Não é de se confundir o discurso do ódio com a mera discordância em razão de determinadas pautas defendidas por grupos LGBTQI+, como a união civil homoafetiva e o conseqüente reconhecimento de direitos sucessórios e previdenciários.

A incitação ao terrorismo tem se demonstrado uma das mais preocupantes formas de *hate speech*, na medida em que hão se propagado manifestações extremistas de grupos terroristas, incitando (e praticando) a violência real contra determinados grupos. Como exemplo temos as inúmeras manifestações com o antisemitismo. Não há dúvida quanto à caracterização do discurso do ódio quando este tende a inferiorizar os judeus, a subjugar-los, a considerá-los raça inferior, negando-lhes direitos e até mesmo pregando que sejam dizimados.

O racismo é das formas talvez a mais comum pela qual o discurso do ódio se exterioriza. Aliás, o elemento raça é normalmente o mais presente nas manifestações odiosas. É o único elemento constitutivo do *hate speech* com previsão expressa de criminalização na Constituição brasileira.

O potencial ofensivo do *hate speech* é variável a depender de vários fatores, e os diferentes graus de ofensividade que possa acarretar influirão diretamente na solução pela proteção constitucional (ou não) a esta modalidade de discurso sob o manto da liberdade de expressão.

O *hate speech* atinge não só a honra individual de cada integrante do grupo, mas, por vezes, atinge sua dignidade enquanto indivíduo, bem como fere o direito à igualdade

Pode parecer estranho mas, não há dúvidas que o discurso do ódio faz parte do rol de proteção do direito à liberdade de expressão, desde que voltado a expressar alguma ideia, qualquer que seja ela. No entanto, não significa, que este direito deva prevalecer em face de outros que sejam violados quando a liberdade de expressão é exercida por meio do *hate speech*.

Para o enfrentamento do discurso do ódio, a melhor solução é liberá-lo, a fim de que possa ser mais bem identificado e combatido, bem como para evitar que se varra o preconceito para baixo do tapete, sem enfrentar suas causas. Por outro lado Meyer-Pflug (2009: 221) afirma ser “necessária a opção por uma posição intermediária ou alternativa, que se mostre adequada à realidade cultural e histórica brasileira”,

entendendo que nem “a simples proibição do discurso do ódio”, nem “a mera permissão desse discurso” são compatíveis ou com os valores vigentes tampouco eficazes para solucionar o problema.

Um meio de combater o *hate speech* seria através da maior inclusão possível de grupos minoritários e estigmatizados na vida pública e no debate político e em mecanismos de promoção da equidade. Além disso, devem ser adotadas políticas públicas na área de educação que promovam o multiculturalismo, a valorização da diferença e evitem o surgimento do preconceito, pois não se pode “combater fogo com fogo” como o dito popular. Ou seja, atos de intolerância com intolerância.

Importante trazer a discussão, que temos países como os EUA, onde a Suprema Corte dos EUA confere primazia quase absoluta, baseada na Primeira Emenda, protege além do *hate speech*, em alguns casos, até mesmo as *fighting words* são protegidas sob o pálio da Primeira Emenda. Ou seja, no sistema americano de proteção da liberdade de expressão, tem primazia praticamente absoluta em face dos demais direitos fundamentais, só admitindo a restrição ao *hate speech* na iminência de haver risco de violência e perturbação grave à ordem e paz públicas.

Muller (2019) explica que esse tipo de linguagem ofensiva e perigosa, é alvo de uma série de tratados e convenções internacionais sobre direitos civis e racismo, atualmente assinados ou ratificados por mais de 150 países - incluindo o Brasil. Entre esses textos, o Artigo 20 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, declara a proibição por lei de toda a propaganda de apelo à guerra, bem como, de toda a advocacia de ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, hostilidade ou violência. A mesma convenção afirma, em seu Artigo 19, que a liberdade do discurso, fundamental a todos, deve estar sujeita a certas restrições para proteger os direitos e as reputações dos outros, e, para a proteção da segurança nacional, da ordem pública, bem como, da saúde e moral públicas.

Schäfer por seu lado, explica que para a caracterização do discurso de ódio é importante o dolo.

[...] manifestação de ideias intolerantes, preconceituosas e discriminatórias contra indivíduos ou grupos vulneráveis, com a intenção de ofender a dignidade e incitar o ódio em razão dos seguintes critérios: idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idioma, religião, identidade cultural, opinião política ou de outra natureza, origem social, posição socioeconômica, nível educacional, condição de migrante, refugiado, repatriado, apátrida ou deslocado interno, deficiência, característica genética, estado de saúde física ou mental, inclusive infectocontagioso, e condição psíquica incapacitante, ou qualquer outra condição (Schäfer, et al, 2015: 149- 150).

No Brasil, o crime de ódio não é tipificado, com exceção do feminicídio. Isto tem como consequência a subnotificação do mesmo, e com isso não temos os números reais que o mesmo ocorre. Também há de se destacar o pouco conhecimento que as pessoas tem do mesmo. Podendo estas serem vítimas, mas o desconhecimento pode acarretar em não saber como e a quem denunciar. Há a necessidade premente em levar esclarecimento à população, bem como a divulgação dos mecanismos de denúncia. Com respeito a punibilidade, há a necessidade premente da aprovação dos projetos que hoje tramitam no Congresso Nacional, os quais se propõe em definir os crimes de ódio e de intolerância.

A mídia digital tem substituído e, ao mesmo tempo, absorvido o sistema de mídias baseado em jornais, rádio e televisão, o que proporciona uma transformação radical da esfera pública e acarreta profundas consequências políticas.

O Instituto Reuters de jornalismo no seu relatório anual referente ao ano de 2019, publicou que nas eleições de 2018, pode-se constatar a ascensão do *WhatsApp* como mecanismo de difusão de informações foi monitorada pelo Instituto, que destacou os perigos trazidos por essas redes fechadas. “Quando só alguns aplicativos dominam a maneira como as pessoas compartilham informações, os riscos de desinformação e manipulação crescem exponencialmente.”

Conforme Freire,

A legitimação das redes sociais digitais como fontes de informação, a descrença na credibilidade jornalística, a mineração de dados virtuais por parte de empresas, a ausência de legislação específica para o combate da propagação de inverdades, além da falta de letramento digital dos usuários compõem um arcabouço robusto para a produção e a disseminação em massa de falsas informações no terreno fértil que é a internet. (2019:8).

Através da internet e usando a tela do computador como um verdadeiro escudo, os ofensores se sente protegidos para espalharem o seus venenos e, agredirem as pessoas através das palavras. A violência psicológica tem se difundido e ferindo pessoas, além dos delitos de personalidade (calúnia, difamação e injúria).

Temos o exemplo de Dielly Santos que foi divulgado por Bergamascki :

A qual é uma vítima de gordofobia que, no início do ano, cometeu suicídio no banheiro de sua escola, no Pará. A garota era chamada de “lixo” e “porca imunda” por colegas, quando decidiu enforcar-se. Assim que a notícia foi repercutida na internet, as ofensas póstumas surgiram. “Agora finalmente ela irá conseguir emagrecer, venceu na vida”, “devem ter levado ela até o cemitério com guindaste”, “acho que ela se matou com cabo de aço”, “se fizer adubo dá para sustentar o Mato Grosso e o Paraná por cinco anos”, foram alguns dos comentários feitos por usuários, na internet. E o caso de Dielly está longe de ser o único (2018: 1).

Apesar do espaço ser virtual, as consequências são reais. Como fator de agravamento temos o alcance deste meio virtual. O que é postado se espalha de uma forma imensurável e, não se esquecendo do tempo de permanência que as imagens ou informações ficam circulando. Isso permite que o trauma das agressões se intensifiquem.

Conforme a Lei nº 13.185/2015, Art. 2º. Parágrafo Único: “Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullying*), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial”.

Um ponto que aflige sobre a intolerância é o preconceito. Bobbio nos coloca a definição deste termo

Entende-se por ‘preconceito’ uma opinião ou um conjunto de opiniões, às vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida acrítica e passivamente pela tradição, pelo costume

ou por uma autoridade de quem aceitamos as ordens sem discussão (2002:103).

Bobbio chama a atenção para os perigos do “preconceito coletivo”, que são “aqueles que são compartilhados por um grupo social inteiro e estão dirigidos a outro grupo social” (Bobbio, 2002: 105), sendo a causa de muitos conflitos que podem, inclusive, resultar em violência. Nesse compasso, ele identifica, na formação dos preconceitos coletivos, os “estereótipos”, que caracterizam, mediante ideias fixas apoiadas em generalizações superficiais, todo um grupo de pessoas (Bobbio, 2002: 106).

Este tipo de violência tem se propagado de uma forma descontrolada, e atrelado a impunidade está longe de ser limitada. Mudando o cenário, vivemos no Brasil o clima que antecede as eleições presidenciais. Os meios de comunicação relatam as hostilidades entre candidatos, bem como entre os apoiadores dos mesmos. O que se vê é um país dividido entre dois polos.

Segundo Falcão Filho (2022), direita e esquerda vão se engalfinhar com denodo nos próximos meses, ressaltando apenas o lado negativo dos oponentes. E, diante das provocações que devem ocorrer, vai ser muito difícil manter o controle emocional. Se lembrarmos a eleição passada, a agressividade nas redes sociais rompeu amizades e até desagregou famílias. Neste ano, as notícias falsas e agressões devem ganhar um novo impulso, com a adoção dos chamados “*deep fakes*”. O *deep fake* é uma forma de utilizar a Inteligência Artificial (IA) para criar vídeos falsos, onde o rosto de determinada pessoa é colocado em outro corpo, reproduzindo uma situação que não aconteceu de fato.

Sob a ótica de D’Ancona (2018:55), “a web é o vetor definitivo da pós-verdade, exatamente porque é indiferente à mentira, à honestidade e à diferença entre os dois”. A verdade passa a ter uma importância secundária, segundo o autor as emoções e convicções pessoais passam a se sobrepor com relação aos fatos objetivos.

Considerações Finais

Iniciou-se este artigo justificadamente atrelando liberdade de expressão com democracia. Caminhou-se pelo discurso de ódio o qual é protegido pela liberdade de expressão. Mas, pelo que foi discutido se vê a necessidade de se rever este posicionamento e, se colocar limites ao discurso de ódio. Não se está falando em censurá-lo, pois se assim o fizermos estamos regredindo a um período nefasto da nossa história.

O que estamos vendo hoje nas redes sociais, é uma violência virtual que caminha ou já chegou a violência com consequências reais. É importante se promover debates e reflexões sobre o uso adequado da internet. Deixando claro que o espaço virtual está aderido ao espaço real. Isso significa a possibilidade das interações que ocorrem no meio virtual refletirem em consequências sérias.

A liberdade de expressão não pode ser justificativa para se ultrapassar os limites éticos e morais. Os direitos de cada um devem ser respeitados, ou seja, a liberdade de uma pessoa não pode ser motivo para ferir a liberdade de outra. Então temos um problema de equilíbrio, ou melhor ao ferir a liberdade de expressão o autor deve ser punido mas, se esta liberdade macular a honra do outro, o autor também deverá responder por isto. Como resolver e, manter os direitos fundamentais. Todos são ferrenhos defensores da liberdade de expressão, até o ponto em que o exercício desta liberdade macula seus interesses.

Referências

- Bobbio, N. (2002). *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: UNESP. Trad. Marco Aurélio Nogueira.
- Brasil (2008). *Constituição da República Federativa do Brasil - 1988*. São Paulo: Saraiva.
- D’Ancona, M. (2018). *Pós-verdade*. Barueri, SP: Faro Editorial.
- Díaz, Á. P. (2011). “La penalización de la incitación al odio a la luz de la jurisprudencia comparada”. *Revista Chilena de Derecho*, v. 38, n. 2, p. 503-609.
- Falcão F. A. (2022). *Achou pesado o clima eleitoral em 2018? O de 2022 vai ser pior*. Recuperado de: <https://exame.com/colunistas/money-report-aluizio-falcao-filho/achou-pesado-o-clima-eleitoral-em-2018-o-de-2022-vai-ser-pior/>
- Freire, D.; Da Silva, F. (2019). *Discurso e força estética das notícias falsas: um estudo sobre a configuração do gênero fake news*. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Universidade Federal da Paraíba, UFP. João Pessoa, PB.
- Lei 13.185/2015. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm.
- Instituto Reuters (2018). *Relatório sobre Notícias Digitais do Instituto Reuters*. Recuperado de: <http://www.comcom.fac.unb.br/referencias/livros/102-relatorio-sobre-noticias-digitais-do-instituto-reuters.html>.
- Meyer-Pflug, Ribeiro, S. (2009). *Liberdade de expressão e discurso de ódio*. São Paulo: RT.
- Muller, Carnieletto, Â. A. (2019.). *Brasil polarizado: os discursos de incitação ao ódio na campanha presidencial de 2014*. 208f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS. Porto Alegre,
- Potiguar, Lobato, A. (2009). *Igualdade e Liberdade: a luta pelo reconhecimento da igualdade como direito à diferença no Discurso do Ódio*. 155 f. Dissertação (Mestrado de Direito), Universidade de Brasília, Brasília,.
- Bergamascki, G.. *Violência nas redes sociais*. Recuperado de: <https://www.revistamissoes.org.br/2018/11/a-violencia-nas-redes-sociais/>.
- Rosenfeld, M. (2012). “Hate speech in constitutional jurisprudence: a comparative analysis”. In: Herz, Michael; Molnar, Peter. *The content and context of hate speech: rethinking regulations and responses*. Cambridge: Cambridge University. p. 242-289.
- Schäfer, G.; Leivas, P.; Cogo G.; Santos, R. H. dos (2015). “Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar”. *RIL*, Brasília a.52, n. 207, jul-set. p. 143-158.

**II- Salud, políticas públicas, media, confinamiento,
el otro / Health, public policies, media, containment
and otherness**



Soigner l'image de l'EHPAD pour soigner les ressources territoriales et l'innovation sociale en gérontologie

Take care of the image of the medical retirement home to take care of territorial resources and social innovation in gerontology

Ambre Laplaud¹

Gérontopôle Nouvelle-Aquitaine

Réseau international ALEC

Limoges, France

<https://orcid.org/0000-0003-3358-8587>

a-laplaud@gerontopole-na.fr

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4890>

DOI : 10.25965/trahs.4890

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Résumé : Particulièrement durant l'épidémie de Covid-19, les médias accentuent l'image de l'EHPAD en un lieu de maltraitance – physique et psychique – un huit clos. Cette médiatisation est ambivalente. D'un côté elle permet de porter sur la place publique les difficultés présentes des EHPAD pour contraindre les pouvoirs publics à réagir et d'un autre, elle donne une image stigmatisante de ces établissements. C'est un dilemme qu'il convient de nuancer. Si des institutions sont totalisantes par nature, il n'en demeure pas moins que cette violence institutionnelle se maîtrise et s'amenuise au fur et à mesure que les besoins de l'usagers sont pris en considération, certes en les pondérant avec différents modes de fonctionnement de l'institution : EHPAD hors les murs, EHPAD tiers-lieux... L'engagement de toute la société dans ce changement de regard sur les EHPAD nécessite une volonté politique et un relais médiatique. Cet engagement dans une société réellement prévenante doit être pris en compte non seulement par les autorités nationales mais également par les acteurs locaux qui sont proches des personnes concernées : l'intercommunalité, les départements et les agences régionales de santé qui ont en outre la capacité de prendre des décisions financières. Enfin, cette transformation devrait être valorisée par les médias. Une telle approche nourrit non seulement l'empowerment et l'autonomie des personnes âgées et de leurs proches aidants, mais elle contribue également à une démarche plus fondamentale de démocratie locale et sanitaire. Les médias ont une réelle mission dans la diffusion d'une culture de projets d'EHPAD territorialisés et s'inscrivent pleinement dans la stratégie d'une banque citoyenne, mettant en œuvre une logique de prévention très en amont des éventuelles diminutions de capacité liées à l'âge. Cela permettrait d'ancrer l'aide à domicile ainsi que l'hébergement dans un environnement beaucoup plus porteur.

¹ Dr. en droit de la santé depuis 2019 à l'Université de Limoges, agent contractuel en centre hospitalier dans un pôle de psychiatrie et en hôpital de proximité en 2018/2019 ; actuellement consultante, experte et formatrice indépendante dans le domaine de la recherche en sciences sociales et cheffe de projets e-santé et Autonomie au Gérontopôle Nouvelle-Aquitaine.

Mots clés : autonomie, dignité, droit à la protection de la santé, média, tiers-lieu, centre de ressources

Resumen: Durante la epidemia de COVID-19, los medios de comunicación dieron de la Residencia Asistida para Personas Adultas Mayores dependientes (EHPAD) la imagen de un lugar a puerta cerrada donde se les maltrataban física y psicológicamente. Esta cobertura mediática es ambivalente. Por un lado, permite que se divulguen públicamente las dificultades actuales de los EHPAD para obligar a que reaccionen los poderes públicos y, por otro lado, provoca la estigmatización de dichas residencias. Es un dilema que es preciso matizar. Si unas instituciones son totalizantes por naturaleza, no resta que la violencia institucional se controla y va perdiendo fuerza a medida que se tomen en cuenta las necesidades de los usuarios, ponderándolas por supuesto, según las modalidades de funcionamiento de la institución desde afuera o como espacio comunitario. El compromiso de la sociedad en esta nueva apreciación de las Residencias Asistidas para Personas Adultas Mayores dependientes (EHPAD) requiere una voluntad política y una correspondencia mediática. En una sociedad realmente atenta, dicho compromiso ha de tomarse en cuenta no solo por las autoridades nacionales sino también por los actores locales cercanos a las personas concernidas : la agrupación de municipios, los departamentos, las agencias regionales de salud, que, además, son las que pueden tomar decisiones financieras. Por último, esta transformación tendría que ser valorada por los medios de comunicación, facilitando en esa forma, no solo el *empowerment* y la autonomía de las personas adultas mayores y cuidadores cercanos, sino un proceso fundamental de democracia local y sanitaria. Los medios de comunicación desempeñan una verdadera misión con la difusión de una cultura de proyectos relacionados con las Residencias Asistidas para Personas Adultas Mayores dependientes (EHPAD) en los territorios y se inscriben plenamente en la estrategia de un banco ciudadano, poniendo en obra una lógica de prevención en cuanto a las disminuciones de las capacidades relacionadas con la edad. Esto favorecería la implementación de una ayuda a domicilio, así como el alojamiento en un medio ambiente mucho más favorable.

Palabras clave: autonomía, dignidad, derecho al amparo, medios de comunicación, espacios comunitarios, centro de recursos

Resumo: Particularmente durante a epidemia de Covid-19, a mídia acentua a imagem do EHPAD como um local de abuso - físico e psicológico - a portas fechadas. Essa cobertura da mídia é ambivalente. Por um lado, permite trazer para a público as dificuldades atuais dos EHPADs para obrigar o poder público a reagir e, por outro, dá uma imagem estigmatizante desses estabelecimentos. Esse é um dilema que precisa ser qualificado. Se as instituições são abrangentes por natureza, o fato é que essa violência institucional é controlada e reduzida à medida que as necessidades dos usuários são levadas em consideração, certamente equilibrando-as com diferentes modos de funcionamento da instituição : EHPAD fora dos muros, EHPAD terceiros lugares. O compromisso de toda a sociedade nesta mudança de visão sobre o EHPAD requer vontade política e cobertura midiática. Este compromisso com uma sociedade verdadeiramente solidária deve ser levado em conta não só pelas autoridades nacionais, mas também pelos atores locais que estão próximos das populações envolvidas : as autarquias intermunicipais, os departamentos e as agências regionais de saúde que também têm capacidade de decisões financeiras. Por fim, essa transformação deve ser promovida pela mídia. Tal abordagem não apenas nutre o empoderamento e a autonomia dos idosos e seus cuidadores, mas também contribui para uma abordagem mais fundamental da democracia local e da saúde. Os meios de comunicação têm uma verdadeira missão na divulgação de uma cultura de projetos EHPAD territorializados e estão plenamente alinhados com a

estratégia de um banco popular, implementando uma lógica de prevenção muito a montante de eventuais reduções de capacidade ligadas à idade. Isso tornaria possível ancorar a ajuda domiciliar e a acomodação em um ambiente muito mais dinâmico.

Palavras chave: autonomia, dignidade, direito à proteção da saúde, mídia, terceiro lugar, centro de recursos

Abstract: Especially during the covid-19 pandemic, media are pointing Medical Retirement Home (MRH) as a place of physical and psychological ill-treatment, behind closed doors. This coverage is somehow ambivalent. On one hand, it allows to raise the real difficulties in MRH in order to make the public prosecutor react. On the other hand, it tends to stigmatize such health institutions. This dilemma should be qualified. If some institutions are totaling by nature, this institutional violence can be contained or even reduced as long as user's needs are properly considered, even if these needs should be faced to specific operating modes: Resources MRH, Opened MRH... The involvement of the whole society in this change of point of view about MRH requires a political will and a media relay. This involvement in a truly considerate society must be considered, not only by national authorities but also by local actors which evolve close to concerned people. Moreover, intermunicipality, departments and health regional agencies are able to play the financial card. Finally, media should improve the change of this image. Such an approach not only enhances the empowerment and the autonomy of ageing people and their nearest, but also is in keeping with a more fundamental process of local and health democracy. Media do have a real mission to diffuse a project culture about territorialized MRH. This culture is part of the strategy of a citizen bank aiming at raising a logic of prevention much before possible losses of capacities due to ageing. This would allow to include home help and accommodation in a more successful environment.

Keywords: autonomy, dignity, right to health protection, opened place, resource center

« *La capacité d'ouverture de l'institution vers l'extérieur, à l'altérité, va être significative de sa capacité à remettre en cause ce huis clos. La venue dans l'institution de personnes extérieures, l'organisation d'activités extérieures, la capacité de liaison avec les partenaires, la richesse de la vie associative, seront des antidotes efficaces à cette clôture institutionnelle* » (Créoff, 2000 : 51).

La publication du livre choc *Les Fossoyeurs* de Victor Castanet², qui dénonce de graves défaillances dans les établissements privés du groupe Orpea, met en exergue la problématique de la maltraitance dans les maisons de retraite. Sa large médiatisation³ n'est que la conséquence du constat que l'existence des violences dans les structures d'accueil et de soins ne date pas d'hier. Depuis les années 2010, des grèves et des manifestations syndicales prennent place dans les EHPAD aussi bien publics que privés, au point que des salariés se positionnent comme des « lanceurs d'alerte » (Bérout, Nizzoli, Noûs, 2021 :95) pour dénoncer l'organisation du travail et, par conséquent, les conditions de prise en charge des personnes âgées dans ces établissements (*id* : 91-108).

La médiatisation du (dis)fonctionnement des établissements pour personnes âgées soulève la problématique de la conciliation de la liberté d'expression du personnel de santé avec le devoir de réserve et de loyauté envers son employeur. Ainsi, une infirmière en gériatrie avait alerté les médias pour dénoncer des carences dans les soins administrés aux patients pris en charge dans l'établissement de santé dans lequel elle travaillait et a subi une sanction. Elle a saisi la Cour Européenne des Droits de l'Homme (CEDH). Celle-ci a considéré que les faits ont constitué une atteinte à la liberté d'expression et que l'intérêt public à être informé des carences dans les soins apportés à des personnes âgées par l'institution revêt une telle importance dans une société démocratique qu'il l'emporte sur la nécessité de protéger la réputation et les intérêts de ladite institution. Concernant la sanction infligée à la requérante, la Cour constate qu'elle était la plus lourde de celles prévues par le droit du travail et qu'elle avait non seulement eu des répercussions négatives sur sa carrière mais elle a aussi pu avoir un effet fortement dissuasif sur les autres salariés de la société et a pu les dissuader de signaler les carences institutionnelles. Eu égard à la publicité qui en a été faite dans les médias, la Cour a considéré que cette sanction pouvait même avoir un effet dissuasif sur d'autres personnes travaillant dans le secteur des soins infirmiers, au détriment de l'institution dans son ensemble⁴.

2 v. Castanet, *Les Fossoyeurs*, Révélations sur le système qui maltraite nos aînés, éd. Fayard, 26/01/2022

3 v. par ex. <https://www.capital.fr/votre-retraite/scandale-orpea-ouverture-dune-enquete-sur-le-groupe-dehpad-1435055> ; <https://www.lefigaro.fr/societes/dossier/scandale-des-ehpad-orpea-en-pleine-tempete>

4 Cour eur. dr. h., 21 juillet 2011, *Heinisch c. Allemagne*, § 64
[https://hudoc.echr.coe.int/fre#{%22itemid%22:\[%22001-105778%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/fre#{%22itemid%22:[%22001-105778%22]})

Par cette jurisprudence qui fut prometteuse⁵, la Cour a contribué à construire une Europe des valeurs en protégeant les lanceurs d'alerte⁶. En France, même si la loi Sapin II précise que ne peuvent faire l'objet d'un signalement les faits couverts par le secret médical⁷, elle autorise le lanceur d'alerte à procéder à un signalement public « en cas de danger imminent ou manifeste pour l'intérêt général, notamment lorsqu'il existe une situation d'urgence ou un risque de préjudice irréversible », dans la continuité initiale de la CEDH en matière de carences dans le fonctionnement des institutions sanitaires et médico-sociales.

La presse s'est également emparée de la notion de la maltraitance⁸. On parle alors de « maltraitance passive » (Iborra, Fiat, 2018 : 21), de « maltraitante institutionnelle » (id : 8, 21, 90, 103, 105), du néologisme de « non-traitance », ou la revendication de la « bientraitance » sans que ces expressions n'aient de véritables conséquences en matière réglementaire (Petitpierre, Masse, 2017). D'ailleurs, de par sa posture médiatique, le Défenseur des Droits, Claire Hédon, alerte sur le nombre de saisines (900 fois en six ans) « avec des situations justement de maltraitance [...] observées à chaque fois »⁹.

Par ailleurs, la place donnée à la prise en considération du grand-âge dans les réseaux sociaux est ambiguë : les Ehpad sont lourdement critiqués sans véritable changement de modèle (Brami, 2022) ; le grand-âge est assimilé avec la maladie sans développer suffisamment le système de soins gériatriques... En effet, la gériatrie est le parent pauvre de la médecine française, pourtant très innovante dans ce domaine (Moulias, Pépin, 2021 : 105). L'accès au soin gériatrique demeure donc un problème majeur en France, en raison d'une grande inégalité sur le territoire¹⁰. Ainsi, il est fondamental que le regard sur le soin gériatrique ne se limite plus à l'EHPAD et à la prise en charge spécialisée à l'hôpital et qu'il inclue le domicile. De plus, cet inaccès au soin gériatrique cause une perte de chance pour la personne âgée

5 v. DA, 13 juillet 2022 « *La même tendance régressive se retrouve, au regard de l'article 10, dans l'arrêt Halet c. Luxembourg du 11 mai 2021 (n° 21884/18, Dalloz actualité, 21 mai 2021, obs. S. Lavric ; D. 2021. 960, et les obs.) qui, dans la célèbre affaire Luxleaks, retient une approche restrictive de la protection des lanceurs d'alerte auxquels l'arrêt de grande chambre Guja c. Moldova (n° 14277/04, AJDA 2008. 978, chron. J.-F. Flauss) du 12 février 2008 et Heinisch c. Allemagne (req. n° 28274/08) du 21 juillet 2011 avaient pu laisser entrevoir de meilleures chances de succès* ».

6 La Cour Européenne des Droits de l'Homme dans la presse, sous la dir. E. Lambert-Abdelgawad et P. Dourneau-Josette, Actes du colloque du 24 oct. 2013 de Strasbourg, Droit & Justice, Coll. Anthémis, mai 2016,

7 Loi n° 2022-401 du 21 mars 2022 visant à améliorer la protection des lanceurs d'alerte et v. Loi organique n° 2022-400 du 21 mars 2022 visant à renforcer le rôle du Défenseur des droits en matière de signalement d'alerte

8 À titre d'exemple : Florence Aubenas, « *“On ne les met pas au lit, on les jette” : enquête sur le quotidien d'une maison de retraite* », Le Monde, 18 juillet 2017 ; « *Maisons de retraite : les secrets d'un gros business* », émission « Pièces à conviction », France 3, 19 octobre 2017. Alors que la doctrine s'y intéressait bien avant. v. not. G. Laroque, « *bientraitance, maltraitance, qu'en est-il en France ?* », Gérontologie et société, Fondation Nationale de Gérontologie, 2010/2, n° 133, p. 64

9 v. son interview, https://www.francetvinfo.fr/sante/senior/maltraitance-dans-les-ehpad-d-orpea-vous-ne-pourrez-pas-avoir-des-personnels-bien-traitant-s-ils-ne-sont-pas-suffisamment-nombreux-alerte-la-defenseure-des-droits_4930377.html

10 M. Honta., « *La fabrique intercommunale de l'équité territoriale : tensions et renoncements* », Gérontologie et société n° 162, 2020 ; vol. 42:233-248 ; J.C. Bontron, « *L'accès aux soins des personnes âgées en milieu rural : problématiques et expériences* », Gérontologie et société n° 146, 2013/3,36 :153-171

de bénéficier d'outils de prévention, de diagnostics, de thérapeutiques et d'accompagnements afin de ralentir la morbidité, la mortalité, leur qualité de vie ainsi que celle de leur entourage. Pire, c'est une atteinte au droit à la protection de la santé¹¹, corollaire du droit au respect de la dignité. En se positionnant comme facteur de pouvoir et d'influence politique¹², les médias concourent à l'effectivité de ces droits.

Si un droit peut avoir une « valeur », alors celle du droit au respect de la dignité serait bien celle de l'altérité (Vernet, Boutet, Aubert, 2016 : 231-240). Le Conseil constitutionnel a su mener progressivement le droit à la protection de la santé sur le chemin d'une reconnaissance effective notamment en reconnaissant le caractère essentiel du droit de la santé dans la société et ce, en passant par la notion de dignité humaine (Byk, 2001 : 327-352). En effet, le droit de la santé peut être défini comme « l'ensemble des règles applicables aux activités dont l'objet est de restaurer la santé humaine, de la protéger et d'en prévenir les dégradations » (Lemoyne de Forges, 2012 : 7).

Il est directement et explicitement consacré via des textes propres aux droits économiques, sociaux et culturels, tel que le Pacte International des Droits Economiques, Sociaux et Culturels (PIDESC) de 1966 dont l'article 12-1 expose l'idée selon laquelle « Toute personne a le droit de jouir du meilleur état de santé physique et mental qu'elle soit capable d'atteindre ». La Charte sociale européenne dispose également dans l'article 11 de sa première partie, que « Toute personne a le droit de bénéficier de toutes les mesures lui permettant de jouir du meilleur état de santé qu'elle puisse atteindre ».

Sa conception est relative car ce droit est souvent présenté comme d'aspect programmatoire, dépendant des ressources étatiques et locales. Il suppose des prestations et une forme d'organisation répondant à une élaboration structurée, précisée par le législateur, lequel peut faire - mais également défaire - son ouvrage en fonction de la conjoncture, notamment économique, du pays et des territoires.

Conformément aux propos de Diane Roman :

— Tout énoncé de droits, qu'elle qu'en soit la nature, fait peser à la charge de l'Etat une triple obligation : respecter, c'est-à-dire ne pas s'immiscer dans l'exercice du droit ; protéger, c'est-à-dire ne pas tolérer que des atteintes soient commises par d'autres particuliers ; réaliser, c'est-à-dire fournir les moyens d'un exercice effectif (2007 :41).

Le droit à la santé ne fait pas exception à la règle et s'inscrit dans le sillage des trois modalités d'action énoncées. Le droit à la protection de la santé étant essentiellement un droit-créance, il suppose, comme tel, différentes actions

11 La jurisprudence du Conseil constitutionnel a relayé cette reconnaissance en faisant du droit à la protection de la santé le premier des droits sociaux constitutionnalisés (CC, 74-54 DC, 15 janvier 1975, *IVG* ; 77-92 DC, 18 janvier 1978, *Loi relative à la mensualisation et à la procédure conventionnelle*). Sa qualification varie cependant sensiblement d'une décision à l'autre, de celle d'objectif à valeur constitutionnelle, laissant libre le législateur dans la détermination des modalités de sa concrétisation jusqu'à celle de « principe de valeur constitutionnelle » (CC, 80-117 DC, 22 juillet 1980, *Loi sur la protection et le contrôle des matières nucléaires* ; 90-283 DC, 8 janvier 1991, *Loi relative à la lutte contre le tabagisme et l'alcoolisme*).

12 Rapport de F. SWAELEN, Les médias comme facteur de pouvoir dans la politique, 1994, https://www.senat.fr/europe/dossiers/conference_presidents/rapport_swaelen_lahaye94.pdf

positives des pouvoirs publics pour être garanti. L'intervention publique en faveur du droit à la protection de la santé peut ainsi sous-tendre à la fois :

- la mise en place de politiques d'information et de prévention des risques, au repérage de la vulnérabilité,
- un encadrement législatif et réglementaire de l'exercice des professions du *care* (modalités d'accès à la profession, obligations de formation, conventionnement), des pratiques autorisées, *etc.*
- la mise en place de services publics à objet social et médico-social fonctionnant de manière à assurer une offre de soins et de services selon les principes classiques de fonctionnement du service public : continuité, égalité, qualité et accessibilité notamment.)

Ainsi, à la fois pour plus d'effectivité du droit à la protection de la santé mais également pour lutter contre les violences lors des prises en charge des personnes âgées (autant en institution qu'au domicile¹³) et valoriser la (re)connaissance de l'autre dans son parcours de vie, ne serait-il pas judicieux de médiatiser les enjeux autour de l'EHPAD de demain sous le prisme de son rôle dans la valorisation des ressources du territoire ? En effet, ce pourrait être le rôle des médias de permettre un fonctionnement véritablement démocratique de notre système de santé (au sens de l'OMS, à savoir un état de complet bien-être) et a fortiori des EHPAD.

Les médias sont aujourd'hui impliqués à plusieurs niveaux sur les questions de santé publique car les réseaux de communications jouent un rôle fondamental dans la transmission des messages de politiques publiques en santé. Pour une information médiatique de qualité au sujet des EHPAD, il est essentiel que les agences de diffusion communiquent d'abord sur le phénomène de la violence institutionnelle en EHPAD et ses facettes afin de la limiter et de la contrôler, notamment en favorisant l'altérité via le « soutien » au domicile (I). Le virage domiciliaire étant un défi et un processus socialement construit, les médias pourraient être les vecteurs d'un changement de regard sur l'ouverture des EHPAD en mettant en exergue les ressources propres à chaque territoire (II).

I- De la médiatisation de la violence institutionnelle à l'altérité : revaloriser l'Ehpad dans et hors les murs et favoriser le « soutien » au domicile

A la lumière de la crise sanitaire qui a multiplié les informations sur les EHPAD, les relations avec les médias permettent une prise de conscience du grand public par rapport aux réalités du secteur du vieillissement. Cependant, les médias ne pourront faire avancer le débat public que s'il y a une prise de conscience de la réalité de la violence institutionnelle. Ainsi, selon Jack Messy, certaines expressions méritent une réflexion sur le sens dont elles sont porteuses. Par exemple, à l'expression « maintien au domicile » (mettre la main sur) [il]préfère celle de « soutien au domicile » » (Messy, 2020 : 36). Il propose une réflexion similaire sur les terminologies dépendance/perde d'autonomie en ces termes :

cette question de la dépendance est pourtant soulignée dans l'acronyme ehpad, qui met en avant la dépendance plutôt que

13 v. Lettre d'information documentaire, CNFPT, n°2022-05A du 15 mai 2022, renvoyant à l'article : *Maltraitance - A domicile, les personnes âgées trinquent aussi*, Libération, 06 mai 2022, p. 02-03, <https://liberation.fr/societe/maltraitances-a-domicil>

l'autonomie. Or, il est un fait que le fonctionnement actuel des établissements crée plus de dépendance que d'autonomie (id : 38).

Bien au-delà de la terminologie, la recherche de l'altérité nécessite de redonner de l'effectivité aux droits fondamentaux en EHPAD (A) mais également d'ouvrir les ressources de l'EHPAD dans une logique de soutien au domicile. C'est l'enjeu des centres de ressources territoriaux (B) qu'il convient de promouvoir.

A) La fin de l'EHPAD « *bashing* » : informer pour redonner de l'effectivité aux droits fondamentaux en Ehpad

Pendant longtemps, le champ du vieillissement était dans l'angle mort des médias. Or pour Sophie de Heaulme et José Polard, « deux problématiques structurelles guettent ces établissements pour personnes dépendantes : l'EHPAD comme institution totale et la place dévolue au social » (de Heaulme, Polard, 2020 : 19). En effet, le fonctionnement de ces établissements repose sur deux principes clés à porter à la connaissance du grand public : l'ouverture sur l'extérieur (2) et le respect du domicile et de la dignité des personnes accueillies (1).

1- De la violence institutionnelle de l'EHPAD à l'altérité : d'un lieu totalisant à un lieu de vie

Ainsi que le signale Lucas Bempfen,

malgré une exposition médiatique croissante dans notre société contemporaine, force est de constater que la notion de violence en établissement a fait l'objet d'une reconnaissance particulièrement tardive dans le champ social et médico-social. En effet, il aura fallu attendre le milieu du 20^{ème} siècle pour voir émerger une réelle littérature scientifique sur le sujet¹⁴ et, en conséquence, la mise en place de mesures préventives et correctives globalisées (Bempfen, 2016 : 3).

Pour lutter contre ce déni social particulièrement robuste (Salbreux, 2009 : 1), Eliane Corbet a élargi la définition de la violence institutionnelle. Elle propose de faire entrer dans ce champ « *tout ce qui contredit ou contrevient aux lois du développement, tout ce qui donne prééminence aux intérêts de l'institution sur les intérêts de [la personne]* » (Corbet, 2000 : 20-25). Par conséquent, toute institution pourrait être par nature « maltraitante », totale (Goffman, 1968), en ce qu'elle ne peut porter atteinte à son fonctionnement de base au profit de demandes individuelles.

Globalement, ce qui contribue à rendre « totale » une institution est :

- l'isolement vis-à-vis des autres et de l'extérieur (de la société),
- une frontière floue entre ce qui relève de la sphère privée et publique (parfois avec la question du respect du domicile),
- une organisation minutieuse, rigide, immuable du quotidien construite sans concertation avec les usagers.

14 v. not. concernant en premier lieu les mineurs : Tomkiewicz, T., Vivet, P. et coll., *Aimer mal, châtier bien. Enquêtes sur les violences dans des institutions pour enfants et adolescents*, Seuil, 1991.

Lucas Bempen explique d'ailleurs que :

de par sa nature institutionnelle, ce dernier [l'établissement] oscille entre nécessité d'autopréservation (homéostasie d'établissement en quelque sorte) et souplesse fondamentale (adaptabilité aux besoins et désirs des usagers), dans une « dialectique de funambule », entre réglementation et individualisation (id : 8).

Ainsi pour ne plus être « total », le modèle de l'EHPAD de demain ne doit pas mettre en œuvre une vie institutionnelle quantifiable, évaluable et contrôlable en tout point. La rationalisation n'est pas la finalité. Il faut laisser une part raisonnable à l'imprévisibilité, aux prises en soins et aux modes de vie personnalisés (id : 6). La rédaction de protocoles et la maîtrise absolue ne sont pas les solutions souhaitables. Plutôt que de prioriser le mode de fonctionnement à l'usager, une institution devient une entité totale. C'est alors que s'ouvre le champ de l'éthique (Bempen, 2015), suivant les principes de Paul Ricoeur (Ricoeur, 1990) mais également les principes éthiques du soin de Beauchamp et Childress : bienfaisance, non malfaisance, autonomie, justice, auxquels s'ajoute celui de responsabilité (Beauchamp, Childress, 2013).

Cette place de la réflexion éthique en institution est présente également dans les travaux de Tomckiewicz¹⁵ sous l'expression de « souffrance physique ou psychologie inutile ». Cette expression n'est pas sans faire écho à des notions de contraintes et de limitation de droits fondamentaux, contraintes qui doivent être adaptées, nécessaires et proportionnées pour être légitimes¹⁶. Appliquées à l'institution de l'EHPAD, portées son paroxysme dans les médias lors de la crise du Covid-19¹⁷, on retrouve les interrogations des professionnels quant à la contrainte aux soins, à l'alimentation, à la mise en place de mesures d'isolement et de contention, autrement dit : des mesures pouvant porter atteinte aux droits au maintien des liens familiaux, à la liberté d'aller et venir¹⁸, au respect du consentement...

15 v. supra

16 L'article L. 311-4-1 du CASF et le décret du 15 décembre 2016 fixent le cadre normatif de référence et créent l'annexe 3-9-1 du CASF, relatif aux mesures individuelles permettant d'assurer l'intégrité physique et la sécurité du résident tout en favorisant l'exercice de sa liberté d'aller et venir. La procédure de mise en place de ces mesures est décrite à l'article R. 311-0-7 du CASF. Si l'annexe 3-9-1 du CASF se réfère explicitement aux dispositions constitutionnelles garantissant la liberté d'aller et venir des personnes et prévoit que « *les mesures prises par l'établissement ne doivent pas être disproportionnées aux risques encourus par le résident et sont prévues seulement lorsqu'elles s'avèrent strictement nécessaires* », il n'en reste pas moins que certaines dispositions du décret sont attentatoires à la liberté individuelle des résidents. Le décret permet l'adoption de mesures individuelles restrictives de liberté d'aller et venir, pouvant durer jusqu'à six mois, sans réévaluation ni contrôle judiciaire.

17 v. par exemple : https://www.lemediasocial.fr/dossier-juridique-enquete-quand-le-covid-19-met-a-l-epreuve-le-respect-des-droits-en-ehpad_4y6h4j

18 C. LACOUR, Rapport de recherche, Liberté d'aller et venir en établissement d'hébergement pour personnes âgées dépendantes, Fondation Médéric ALZHEIMER, septembre 2010, n° 2, p. 2 : « *La prise en charge des personnes âgées aux facultés intellectuelles parfois profondément altérées demande une grande vigilance aux établissements qui redoutent notamment les sorties intempestives à l'insu du personnel au cours desquelles la vieille personne peut se perdre et / ou subir un dommage. Pour se prémunir contre ce risque et assurer la sécurité des personnes âgées démentes qu'ils hébergent, les établissements mettent en œuvre des mesures visant à limiter la libre circulation des résidents* » et F. VIALLA, Liberté d'aller et venir in F. VIALLA (dir) et al., Les grandes décisions du droit médical, Ed. LGDJ, 2ème édition, 2014, p. 294-264

De plus, dans ce contexte budgétaire contraint, les EHPAD organisent le plus souvent leur offre de services selon une logique gestionnaire qui génère une standardisation des conditions de prise en charge¹⁹. Or, une telle prise en charge ne peut pas répondre efficacement aux besoins individuels des personnes âgées vulnérables dans le respect de leurs droits et libertés. Par conséquent, pour diminuer le caractère totalisant de l'institution, il convient de favoriser un développement « bio-psycho-social » du résident. Il s'agit donc de « corriger cette inadaptation structurelle de l'institution ehpad, productrice d'un mode de vieillissement collectiviste, presque hors sol, en huis clos » (de Heaulme, Polard, 2020 : 19-20), orienté vers du thérapeutique et au détriment du social ou de l'intime. En outre, les activités quotidiennes ont une valeur thérapeutique indéniable, sans qu'il soit obligatoire de l'inscrire dans un « atelier thérapeutique » (par exemple la participation à la préparation des repas – supprimée pour des raisons hygiéniques – au ménage dans la chambre ou encore à la lessive du linge intime...) pour retrouver les habitudes d'un « chez-soi » (Javeau, 2011 : 41).

Il existe un cadre juridique contraignant, au niveau européen²⁰ et interne²¹ qui offre une protection élevée aux personnes âgées accueillies en EHPAD. Toutefois, il ressort nettement de l'examen des situations portées à la connaissance du Défenseur des droits et relayés publiquement dans son rapport, que l'effectivité de ces droits n'est pas assurée²². Certes, ces normes sont générales, abstraites et impersonnelles et les situations sont chaque jour particulières, concrètes et personnelles. Pourtant parmi la proclamation des droits de la personne accueillie, il est bien mis en lumière le droit au libre choix entre les prestations adaptées qui lui sont offertes dans le cadre d'une admission, à une prise en charge et un accompagnement individualisé de qualité ainsi qu'à la participation directe au projet d'accueil et d'accompagnement²³.

L'EHPAD de demain nécessite d'être en mesure d'apporter une réponse appropriée aux besoins spécifiques des personnes âgées accueillies en Ehpads afin de préserver non seulement leur santé, mais aussi leurs droits et libertés. Une fois le grand public et les pouvoirs publics sensibilisés à ces enjeux, un des outils à promouvoir serait la

19 v. Les droits fondamentaux des personnes âgées accueillies en EHPAD, Défenseur des Droits, Rapport. Introduction p. 4, <https://www.defenseurdesdroits.fr/sites/default/files/atoms/files/rap-ehpad-num-29.04.21.pdf> « *En dépit de la reconnaissance juridique du droit de toute personne humaine au respect de sa dignité et de son intégrité, le Défenseur des droits constate au travers des réclamations dont il est saisi, qu'il arrive que les comportements adoptés pendant l'accompagnement quotidien du résident négligent ces droits fondamentaux, en particulier lorsque les considérations d'ordre organisationnel et budgétaire deviennent prédominantes. La grande majorité des professionnels font de leur mieux, avec un engagement qui doit être salué, mais souvent le manque de moyens ne leur permet pas toujours d'accompagner les résidents comme ils le devraient et le souhaiteraient* ».

20 La Charte sociale européenne révisée affirme également le droit à la protection de la santé et le droit des personnes âgées à une protection sociale incluant, pour celles vivant en établissement, la garantie d'une assistance appropriée dans le respect de la vie privée et la participation à la détermination des conditions de vie dans l'institution. Ces droits doivent être exercés sans discrimination.

21 En droit interne, l'exercice des droits et libertés individuels est garanti par l'article L. 311-3 du code de l'action sociale et des familles (CASF) à toute personne prise en charge par des établissements et services sociaux et médico-sociaux.

22 Les droits fondamentaux des personnes âgées accueillies en EHPAD, Défenseur des droits, Rapport, 2021, <https://www.defenseurdesdroits.fr/sites/default/files/atoms/files/rap-ehpad-num-29.04.21.pdf>

23 v. CEDH, Jivan c/Roumanie, 8 févr. 2022, n° 62250/10

psychothérapie institutionnelle²⁴ pour donner vie à « l'idée de soigner l'institution comme moteur de la vitalité et de la continuité des liens, dans les lieux de vie que sont les établissements d'hébergement pour personnes âgées dépendantes (ehpad) » (de Heaulme, Polard, 2020 : 7). La psychothérapie institutionnelle ouvrirait le champ de l'innovation sociale en gérontologie et notamment la transformation de l'EHPAD en lieu de vie et en tiers lieux : un EHPAD ouvert sur la cité, sachant qu'un certain nombre de projets innovants ont une philosophie très proche de cette démarche.

2- L'altérité au sein d'EHPAD Tiers-lieu : porter à la connaissance l'existence d'un lieu de vie ouvert sur la cité

Au lieu de se présenter comme les relais de fais divers, les médias devraient être les relais d'innovations sociales en Ehpads. Dans ces établissements, la dimension sociale est souvent réduite en raison de la prédominance du soin, de l'animation, de l'occupationnel. Pour lutter contre ce constat et jusqu'en 2024, la Caisse nationale de solidarité pour l'autonomie (CNSA) consacrerait chaque année 2,5 millions d'euros au développement des tiers-lieux en EHPAD, grâce à l'enveloppe du Ségur de la santé²⁵ financée par le plan de relance et de résilience²⁶.

L'objectif des tiers-lieux est d'ouvrir et de valoriser l'établissement sur le territoire, en inventant avec ses voisins et l'ensemble des acteurs de la vie locale des activités et des services qui favorisent le lien social. Par social, la définition engloberait tout ce qui fait société, tout ce qui est hors de soi. Pourtant le social s'articule également avec l'intimité, car chacun se nourrit de l'autre. D'où l'idée d'un EHPAD Tiers-Lieu, favorisant la construction de projets novateurs, portés par tous enfin de « faire société ».

Pour être éligible à ce financement, le projet :

- doit se composer d'un volet dédié au projet social – conçu avec un ou plusieurs partenaires locaux – et d'un volet d'aménagement de lieu (travaux et/ou équipement d'un bâtiment ou d'un jardin)²⁷
- et remplir les conditions mentionnées dans le cahier des charges de l'appel à projet « un tiers-lieux dans mon EHPAD »²⁸.

Malgré un réel engouement des pouvoirs publics pour ce nouveau concept, il convient de faire preuve de réalisme : une telle ambition ne peut se décréter, ni

24 v. S. de Heaulme, J. Polard, *ibid.* p. 19-20 : « *Principalement développée en pédopsychiatrie et dans l'éducation spécialisée, elle fait un pont entre le soin et le social, mettant la relation et l'influence de l'individu sur son environnement au premier plan. Cette approche, qui s'avère plus qu'une méthode car les initiatives sont multiples et diverses, ouvre sur l'innovation, dans la mesure où chaque lieu et chaque personne sont différents* ».

25 <https://solidarites-sante.gouv.fr/systeme-de-sante-et-medico-social/segur-de-la-sante/>

26 v. <https://www.cnsa.fr/print/documentation-et-donnees-espace-presse/2022/communique-design-et-tiers-lieux-transforment-les-ehpad>

27 V. l'instruction du 25 avril 2022 relative à la mise en œuvre du plan d'aide à l'investissement des établissements et services pour personnes âgées :

https://www.cnsa.fr/documentation/2022_-_cnsa_-_instruction_technique_pai_pa_et_paiq.pdf

28

https://www.cnsa.fr/sites/default/files/cahier_des_charges_aap_2021_tiers_lieux_o.docx

s'imposer à un établissement. Effectivement, avant de mener une réflexion de fond, il est impératif de lever des craintes, notamment des professionnels (de ne pas savoir faire, d'en faire trop ou pas assez alors qu'ils peuvent eux-mêmes trouver leurs pratiques maltraitantes et d'être encore sollicités). Pour ce faire, une information la plus complète possible a été faite, sous différents formats, à la fois sur la définition des Tiers-Lieux²⁹, mais aussi sur les supports d'aide, de retour et de partage d'expériences³⁰. Il ne faut pas non plus sous-estimer des EHPAD qui ont créé des tiers-lieux mais qui n'ont pas été retenus à l'appel à projet de leur région, à l'instar de l'EHPAD Les Deux Séquoias de Bourdeilles (24)³¹ et malheureusement peu valorisé dans la presse.

Pour reprendre l'exemple de Jack Messy,

les Italiens ont imaginé un espace pour Alzheimer, des endroits dédiés à des activités diverses, non infantiles, en rapport avec l'intérêt des résident(e)s et leurs capacités cognitives. Le hall d'accueil est souvent le lieu privilégié des résident(e)s, en raison de son ouverture sur l'extérieur avec le passage des visiteurs. Pourquoi ne pas le transformer, comme certains l'ont fait, en une sorte de cafétéria où chacun, résident, visiteur, soignant, peut consommer une boisson à tout moment ? (Messy, 2020 : 62).

à l'image de l'EHPAD Nouste Soureilh porté par le Centre communal d'action social (CCAS) de Pau. Ainsi, une première étape avant de se positionner comme Tiers lieu pourrait être de créer des espaces ouverts, propices aux échanges, à l'altérité et de savoir parler de soi sur les canaux de communication.

Un autre exemple est proposé par Jack Messy³². Il s'agit de créer une infirmerie et un cabinet médical dans l'enceinte de l'EHPAD ouverts à tous (résidents comme non-résidents), avec une petite salle d'attente pour favoriser le lien social et redonner de l'autonomie aux résidents, qui en dehors des urgences, pourraient venir consulter librement, sans accompagnement systématique, à moins d'une nécessaire visite du médecin en chambre, à l'instar du modèle hospitalier

Relayé dans le communiqué de presse de la CNSA³³, L'EHPAD l'@telier de Périgueux (24) met en place un panel très diversifié d'animations tel qu'un panier des producteurs locaux à venir récupérer dans la salle dédiée au Tiers-Lieux, à destination des proches des résidents et des trois mille agents de l'établissement, ainsi qu'un lieu de tournage.

On peut également s'intéresser à l'expérience du Tiers-Lieux de la Cité éducative d'Orléans. Ce projet a été créé par le haut, il a atteint une certaine notoriété publique mais celle-ci s'est détériorée très rapidement du fait qu'il ne rencontrait pas son public. C'est en changeant de prisme (en recherchant la participation des parents,

29 Webinaire - Qu'est ce qu'un tiers lieu ? Organisé en partenariat avec France Tiers-lieux, la CNSA donne des exemples, des conseils pour mieux comprendre l'esprit tiers-lieu et mieux appréhender l'appel à projet "Un tiers-lieu dans mon EHPAD" lancé par la caisse en septembre dernier. <https://www.dailymotion.com/video/x84mjig>

30 France tiers-lieux met des ressources, outils et conseils sur son site : <https://francetierslieux.fr/formation/reseaux-regionaux/> ; <https://www.bien-en-perigord.fr/bourdeilles-une-oeuvre-artistique-collective-et-politique/>

31 <https://www.champslibres.media/eltono-a-bourdeilles-lartiste-et-lespace-public/>

32 J. Messy, *ibid.* p. 76

33 https://www.cnsa.fr/documentation/20220121_com_aap_tiers_lieux.pdf

des professeurs, des enfants...) que le Tiers-lieux a pris une véritable consistance (Lemoine, Pesce, Sompayrac, 2020 : 124-131). Il est indispensable de faire appel au forces vives du territoire et à l'inventivité collective.

Autant dire que les projets ne manquent pas d'imagination et d'intelligence collective mais de valorisation médiatique.

Pourtant, mieux connus du grand public et valorisés, les tiers-lieux permettraient de donner de l'effectivité au droit fondamental d'accès à la vie culturelle et aux activités de loisirs. En effet, la personne accueillie en EHPAD a le droit de participer, sur la base de l'égalité avec les autres, à la vie culturelle et à des activités de loisirs (au sens large). La participation des personnes âgées aux activités culturelles et de loisirs est d'autant plus importante que ces activités sont créatrices de liens sociaux. Des personnes ayant différents niveaux d'autonomie se côtoient au sein d'un même EHPAD. Il revient dès lors aux tiers-lieux de proposer des activités compatibles avec l'état de santé et le degré d'autonomie de chaque résident. La palette des activités proposées doit donc être suffisamment variée.

De plus, les activités n'ont pas vocation à se dérouler exclusivement dans l'EHPAD et contribuent ainsi à décroquer l'EHPAD³⁴, à l'image de « Paquita » le tiers-lieu ambulant au sein de la ville de Nîmes³⁵. Ce projet est lauréat de l'AMI fabrique de territoires et d'un financement AG2R La Mondiale. Il est porté par la Croix-Rouge française et le Pôle Gérontologique Nîmois. Ce projet a été accompagné par Marine Royer³⁶, encadrant une quinzaine d'étudiant.e.s pendant deux semaines, dans le cadre d'un projet de master 2 Design et Innovation Société de l'Université de Nîmes.

Malheureusement, dans la pratique, les obstacles sont nombreux. Le Défenseur des droits constate que :

Si l'individualisation de l'accompagnement du résident, dans la perspective de favoriser son autonomie personnelle, suppose une diversification des activités proposées, le financement de l'accompagnement de la dépendance en établissement, prévu par le décret du 21 décembre 2016, est basé sur la grille nationale AGGIR (autonomie-gérontologie-groupe iso ressources). Cette grille permet d'évaluer le degré de perte d'autonomie mais l'évaluation se limite à l'accomplissement des actes essentiels à la vie quotidienne : s'habiller, faire sa toilette, se déplacer à l'intérieur du lieu de vie, en dehors du lieu de vie. Ainsi, les difficultés d'accès à d'autres droits - activité culturelle, inclusion dans la cité - résultant de leur perte d'autonomie ne sont pas compensées par ce financement.

Dès lors, le Défenseur des droits alerte les pouvoirs publics sur le fait que c'est davantage une prise en charge standard, non individualisée, avec des activités définies uniquement en fonction des moyens de l'établissement qui sont proposées.

Les contraintes organisationnelles et les contingences du quotidien ne permettent pas, en général, une personnalisation de l'accompagnement. Si la personne accueillie est écoutée

34 <https://www.solidarum.org/vivre-ensemble/paquita-tiers-lieu-mobile-pour-decloisonner-ehpad>

35 <https://www.croix-rouge.fr/Actualite/Faire-des-Ehpad-des-lieux-de-vie-2511>

36 Maître de conférences en design et sciences sociales à l'Université de Nîmes

dans ses choix et habitudes, une distorsion se produit dès lors que les professionnels doivent y adjoindre l'impératif de continuité du service. En conséquence de cette offre inadaptée, près de la moitié des résidents ne participe pas chaque semaine aux activités proposées³⁷.

A cet état de fait, la recommandation du Défenseur des droits est de faible envergure. Elle prévoit que « les directions des EHPAD proposent des activités accessibles et adaptées aux résidents les moins autonomes », sans insister, ni réellement valoriser les expériences de tiers-lieux. Il y a donc une place à prendre par les médias pour influencer sur de telles politiques publiques. En outre, les outils tels que les CPOM, originellement tarifaires et budgétaires, pourraient contenir des clauses sur de nouvelles missions comme celle de porter des projets de Tiers-Lieux et en contrepartie de valoriser financièrement ces projets suivant des critères qualitatifs.

Notre système de santé ne peut désormais plus faire l'économie de considérer les usagers comme parties prenantes des organisations sanitaires, sociales et médico-sociales. De nos jours, devant l'évolution des techniques d'information, les patients et usagers sont informés et expriment des exigences vis-à-vis du système de soins. Ils demandent de la qualité dont les résultats de l'évaluation peut être publiée dans les médias. Ainsi, en incluant du qualitatif dans l'évaluation des actions des EHPAD, on s'intéresse au non quantifiable : à l'altérité (Bertillot, Rapégno, 2018). Cette altérité se retrouve dans de nouvelles attentes de l'EHPAD : être un centre de ressource favorisant le soutien au domicile.

B) La fin de l'EHPAD « cliché » : proposer des services pour maintenir le lien social et faire de l'EHPAD une proximité d'accès aux soins

Les différents rapports publiés depuis 2019 sur le secteur du grand âge incitent le gouvernement à rénover profondément le modèle EHPAD en l'ouvrant à l'extérieur³⁸. Il s'agit de repenser les priorités de la personne en perte d'autonomie en considérant qu'avant de chercher à l'intégrer dans l'établissement, la promotion de sa vie dans la société est à privilégier.

Suite à cette prise de conscience des pouvoirs publics et s'inspirant de plusieurs appels à candidature lancés par les Agences régionales de santé (ARS), le gouvernement souhaite donner la possibilité aux EHPAD d'assurer une nouvelle mission de centre de ressources territorial³⁹. Mais ce modèle reste à délimiter et à définir car il est révélateur de problématiques et d'enjeux sociaux et économiques⁴⁰.

37 Les droits fondamentaux des personnes âgées accueillies en EHPAD, *ibid*, p. 15.

38 v. not. Rapport Libault, Concertation grand-âge et autonomie, mars 2019, https://solidarites-sante.gouv.fr/IMG/pdf/rapport_grand_age_autonomie.pdf

39 Un décret n°2022-731 du 27 avril 2022 détaille les modalités de déploiement des centres de ressources territoriaux pour personnes âgées. Ce nouveau dispositif, créé par la loi de financement de la sécurité sociale (LFSS) pour 2022, doit favoriser le « virage domiciliaire » voulu par le gouvernement, en proposant notamment un accompagnement renforcé au domicile. Le cahier des charges de la mission de centre de ressources territorial pour les personnes âgées est annexé à l'arrêté du 27 avril 2022.

40 Banque des territoires, *Maintien à domicile : vers des plateformes numériques de services*, 2020, <https://www.banquedesterritoires.fr/maintien-domicile-vers-des-plateformes-numeriques-de-services>

1- La mission de centre ressource, résultante de la concertation publique : la recherche de l'altérité entre le domicile et l'EHPAD

Pour répondre aux enjeux du vieillissement des populations – notamment du manque de places en EHPAD - diverses initiatives d'accompagnement renforcé des personnes âgées en perte d'autonomie se multiplient sur le territoire français, via des expérimentations, des dispositifs d'appui à la coordination et des initiatives privées. Ces initiatives se recoupent sous des appellations multiples : « Ehpad à domicile », « plateforme de services », « établissement territorial », « pôle de services », « maison de retraite à domicile », « dispositif d'accompagnement à domicile renforcé (DRAD) »... Un des éléments fondamentaux est la place centrale de l'Ehpad. En effet, ces initiatives reposent quasiment systématiquement sur un Ehpad conventionné⁴¹, en tant que plateau technique et de services. L'objectif est d'étendre la palette de services à la fois au sein de l'Ehpad et au domicile. Ceci permet de prolonger le maintien à domicile tout en rompant l'isolement au domicile⁴².

Tous les modes d'accompagnement sont envisagés, surtout ceux ne nécessitant pas obligatoirement une entrée en institution d'hébergement définitif ou continu ; le soutien de la vie en milieu ordinaire est alors privilégié. Cependant ces objectifs doivent également respecter les choix de vie de la personne âgée et les initiatives actuelles seraient un excellent levier pour renforcer l'*empowerment* des personnes âgées dans la personnalisation de leur parcours de vie.

Encore en cours d'expérimentation, les dispositifs renforcés de soutien à domicile (DRAD) permettent aux personnes âgées en perte d'autonomie de continuer à vivre chez elles et de garder une vie sociale. Pour Louis Braverman, il s'agit « d'un modèle innovant - mais trop peu étudié - alors que l'isolement et la solitude sont considérés comme des obstacles majeurs pour la santé » (Braverman, 2022).

Dans l'objectif de poursuivre et d'étendre les missions des DRAD, les EHPAD peuvent répondre à des appels à projet « CRT » « centre de ressources territorial »⁴³. L'objectif du CRT est double. Le premier volet vise à renforcer les liens entre l'EHPAD et les autres acteurs gérontologiques du territoire afin de faire bénéficier le territoire de l'expertise et des ressources disponibles au sein de l'EHPAD mais également dans le but d'améliorer la cohérence du parcours et l'accompagnement des personnes âgées du territoire (sans distinction de leur lieu de vie)⁴⁴. Pour apporter un accompagnement renforcé à une personne âgée en perte d'autonomie, la seconde modalité d'intervention (volet 2) consiste à mobiliser le personnel de

41 Le porteur du projet peut diverger d'une initiative à une autre. Elles peuvent être portées par les pouvoirs publics, notamment par l'intermédiaire des collectivités territoriales via leur CIAS/CCAS par exemple ; elles peuvent être aussi à l'initiative d'associations ou d'acteurs privés, comme c'est le cas pour certains services d'aide à domicile.

42 <https://www.fondation-croix-rouge.fr/%e2%80%89les-drad-permettent-de-rompre-avec-la-dichotomie-domicile-ehpad%e2%80%89/>

43 v. par ex. <https://www.auvergne-rhone-alpes.ars.sante.fr/appele-candidatures-creation-de-centres-de-ressources-territoriaux-destination-des-personnes-agees> et <https://www.pays-de-la-loire.ars.sante.fr/deploiement-de-5-missions-de-centre-de-ressources-territorial-en-pays-de-la-loire>

44 Il faut au moins mettre en œuvre un de ces trois axes : favoriser l'accès des personnes âgées aux soins et à la prévention ; lutter contre l'isolement des personnes âgées et de leurs aidants ; contribuer à l'amélioration des pratiques professionnelles et au partage de bonnes pratiques.

l'Ehpad (médecin coordonnateur, infirmier coordinateur, ergothérapeute et aide-soignant) en coopération avec les professionnels et établissements du territoire⁴⁵.

Les actions du volet 2 de l'appel à projet « CRT » visent à étayer et renforcer l'accompagnement des personnes âgées dépendantes vivant à leur domicile. Ce volet de mission propose une coordination intégrée et renforcée des différents professionnels intervenant auprès de la personne âgée, tout en s'appuyant sur l'expertise de l'EHPAD centre de ressources territorial dans l'accompagnement de la perte d'autonomie⁴⁶. L'objectif général est de proposer une solution aux personnes âgées en situation de perte d'autonomie (GIR 1 à 4) souhaitant rester à domicile, pour lesquelles un accompagnement « classique » des services du domicile n'est plus suffisant et qui seraient - de prime abord - orientées vers un établissement d'hébergement adapté. Il est donc nécessaire d'évaluer les situations et les risques que la famille (si elle est présente) est prête à prendre ainsi que les différentes possibilités de soutien au domicile.

Le public ciblé concerne principalement les personnes âgées en situation de fragilité ou en perte d'autonomie, mais aussi celles présentant des troubles cognitifs et nécessitant une sécurisation de leur environnement et ce, jusqu'au GIR 1. Il touche plus ou moins directement les proches aidants via une offre de services à géométrie variable. Elle ne se limite pas aux aides et aux soins à domicile. Elle inclut souvent la coordination gériatrique, les transports, des services d'adaptation du logement (y compris avec de la téléassistance), des possibilités de répit et de prévention du risque de rupture de l'aidant.

Ainsi, les personnes âgées et les aidants trouvent en un « lieu » ou « guichet » unique tous les types de service qui facilitent le soutien à domicile y compris un accueil de jour/temporaire dans un EHPAD.

Un des enjeux des CRT est d'encourager les EHPAD à approfondir leur partenariat avec des SAAD et des SSIAD pour proposer une offre intégrée afin de mieux répondre aux besoins des personnes dans une logique de « panier de services ». Ce volet suppose donc que l'EHPAD s'associe à au moins un SAAD et un SSIAD, faisant l'objet d'autorisations portées par un seul et même gestionnaire ou par plusieurs gestionnaires conventionnant pour répondre au projet. En complémentarité avec les autres acteurs intervenant auprès de la personne, des prestations d'accompagnement renforcé (sécurisation de l'environnement, gestion du parcours de soins, etc.) seront proposées.

Avec l'extension de l'institution de l'EHPAD au sein du domicile, la question se pose alors d'une « totalisation » du virage domiciliaire. La question est donc : comment tendre vers une personnalisation constante de l'accompagnement ?

45 Les actions de ce volet 2 reposent sur les partenariats avec les services d'aide et d'accompagnement à domicile (Saad), services de soins infirmiers à domicile (Ssiad) et services polyvalents d'aides et de soins à domicile (Spasad). On compte 4 domaines de prestations complémentaires : sécurisation de l'environnement, gestion des situations de crise et le soutien des aidants, suivi renforcé autour de la personne et continuité du projet de vie et lutte contre l'isolement.

46 Cela fait écho au rapport du Défenseur des droits à la recommandation n°19 : « *D'inscrire dans les contrats pluriannuels d'objectifs et de moyens (CPOM) des EHPAD un objectif de coordination des équipes soignantes avec les intervenants extérieurs* ».

2- Mieux informer pour une sensibilisation sur le risque d'une violence institutionnelle au domicile via le bouquet de services

Ces projets d'EHPAD-CRT présentent plusieurs opportunités pour les autorités de régulation. Pour l'ARS comme pour les Conseils départementaux, les EHPAD-CRT permettrait de mettre en œuvre les documents de cadrage (Projet régional de santé et schéma départemental de l'autonomie⁴⁷) surtout dans un climat de « convergence » des politiques nationales et territoriales⁴⁸. C'est dans cette perspective qu'il est également proposé, au travers du schéma département de l'autonomie, une gouvernance territorialisée plus intégrée avec les politiques déployées par l'Agence Régionale de Santé. Poursuivre dans une démarche de « plateforme de services » de soutien renforcé au domicile permet au Conseil départemental de réaffirmer la priorité du domicile, de développer une pratique proactive et globale du bien-vieillir au domicile (prévention, santé, accès aux droits et aux services, aide technique, sécurisation de l'habitat...), faire du vieillissement un levier de développement économique des territoires (création de services, économie servicielle...) et de conforter le Conseil départemental en tant que chef de file de la mise en œuvre de proximité, des politiques publiques d'accompagnement des personnes âgées⁴⁹.

Le périmètre et le niveau de l'accompagnement sont largement dépendants du choix des services proposés par le dispositif d'Ehpad « hors les murs » (volet 2 du CRT). Ce choix est effectué par les personnes âgées et leurs proches (d'une manière plus ou moins concertée ou déléguée selon les cas) par rapport à l'éventail des services disponibles et à leurs besoins. Certains optent, par exemple, pour un éventail limité de prestations, tel cet homme qui profite uniquement de la livraison de médicaments à domicile par une infirmière une fois par semaine. D'autres, au contraire, mobilisent une large palette de professionnels : aide à domicile, aides-soignantes, infirmières, psychomotricienne, médecin, ouvrier des moyens généraux, etc. Mais, quoi qu'il en soit, les services ne sont pas imposés. Les personnes accompagnées peuvent aussi faire intervenir des professionnels ou des aides extérieurs au dispositif d'Ehpad « hors les murs » (Braverman, Dufour-Kippelen, Fermon, 2021 : 263-277). Cependant, concernant les critères d'inclusion des bénéficiaires, ce dernier doit être en mesure de déclencher une alerte (soit via un aidant à domicile, soit via l'installation de dispositif de téléassistance). Ceci implique nécessairement de consentir à l'installation d'un dispositif or ces outils ne sont pas encore acceptés socialement⁵⁰.

Malgré un important travail de sensibilisation en cours auprès du public concerné pour favoriser l'acceptabilité et l'appropriation de ces solutions, les freins sont relatifs à un sentiment d'intrusion, à l'accessibilité financière et technique ou encore

47 v. art. L 312-4 du CASF

48 La conférence nationale du handicap du 11 février 2020 ; la création de la 5ème branche Autonomie par la promulgation de la loi de financement de la Sécurité Sociale pour 2021; la crise sanitaire COVID qui a transformé les approches, les pratiques et a mis en exergue certaines situations ou besoins ; les contractualisations CNSA/MDPH (feuille de route MDPH 2022) et CNSA/Département pour la période 2021-2024.

49 cf. Rapport Libault, Concertation grand-âge et autonomie, *ibid*.

50 L'avenir du marché de la téléassistance et des marchés associés, Rapport final, CNSA, DGE, Pipame, 2017, p.42, https://www.entreprises.gouv.fr/files/files/directions_services/etudes-et-statistiques/prospective/innovation-services/2017-02-Rapport-pipame-teleassistance.pdf

leur réelle utilité⁵¹. De plus, il n'est pas précisé que le bénéficiaire – isolé – ait la possibilité de le refuser afin d'être inclus dans le dispositif. Ceci peut constituer un frein. En effet, la personnalisation de l'accompagnement repose sur la possibilité, pour les bénéficiaires, de moduler leur degré d'implication dans le dispositif. Le nombre de professionnels intervenant au domicile peut ainsi être discuté, de même que leur fréquence. Le plan d'aide peut aussi évoluer selon le souhait des bénéficiaires, tout comme la coordination qui s'y rapporte. Il peut être renforcé, notamment suite à la dégradation de l'état de santé ou à la survenue d'un événement quelconque qui affecte l'aide apportée par les proches.

En inscrivant l'accompagnement dans une logique de parcours et non une logique de places, l'Ehpad « hors les murs » (re) donne finalement une capacité d'agir face à des situations qui questionnent l'organisation habituelle de l'aide. L'ordonnancement des services par rapport aux besoins rend donc possible un accompagnement personnalisé qui permet aux personnes âgées et à leurs proches d'agir sur les difficultés qu'ils rencontrent ou sur celles qui, potentiellement, peuvent survenir. Mais la logique de personnalisation de l'accompagnement apparaît toutefois freinée par des difficultés d'ordre matériel et liées à l'organisation du travail. Finalement, au domicile comme en EHPAD, les carences à la personnalisation de l'accompagnement apparaissent alors comme autant d'indicateurs du caractère inabouti du processus de désinstitutionnalisation.

Quid également du refus d'une admission dans le dispositif ? La personne est-elle privée des ressources de l'EHPAD qui auraient pu contribuer à maintenir son niveau d'autonomie ? La personnalisation ne devrait-elle aller pas au-delà du dispositif prévu par le CRT ? Si la personne a adressé une telle demande à l'EHPAD, ne serait-ce pas parce qu'elle en a ressenti le besoin ? Comment répondre à ce futur bénéficiaire potentiel ? Ne faudrait-il penser à instaurer un suivi pour des réévaluations et éviter une rupture dans son projet de vie ?

Les CRT sont une réponse organisationnelle à l'effectivité du droit à une prise en charge et à un accompagnement adapté. Mais

les modalités de la prise en charge des personnes âgées dépendantes ou en perte d'autonomie doivent connaître rapidement une profonde mutation et proposer des projets éthiques, de qualité et acceptés par la personne elle-même. Cela demande de réorganiser l'existant et d'instaurer de meilleures interactions entre les EHPAD et les structures du domicile. Mais ce sont surtout les représentations qu'il faut changer afin que cette vision manichéenne de l'Ehpad et du domicile disparaisse (Bloch, 2022).

II- La nécessaire participation des médias à la diffusion d'une culture de projets d'EHPAD « ouverts »

Souvent sous le feu des critiques, les médias ont depuis leur origine joué un rôle clef dans le processus démocratique (Cagé, 2016 : 123-133) puisqu'ils façonnent l'opinion publique et *a fortiori* dans la mise en œuvre et l'évolution des politiques publiques en santé. Associés à une responsabilité accrue, ils ébranlent la cécité politique en fournissant des informations précises et fiables au public, mais aussi en favorisant

51 v. Évaluation économique de la télésurveillance pour éclairer la décision publique, Quels sont les choix efficaces au regard de l'analyse de la littérature ? HAS 2020, https://www.has-sante.fr/upload/docs/application/pdf/2020-12/rapport_evaluation_telesurveillance.pdf

la compréhension et la coopération de la population à l'égard des projets de modifications des institutions. Pour ce faire, les médias et les journalistes doivent adhérer aux standards professionnels et éthiques les plus élevées, donner la priorité aux messages faisant autorité. Appliqué aux EHPAD « de demain », le discours médiatique devrait porter sur l'altérité, la diversité des solutions et la démarche, tel un guide à maîtrise d'usage. En effet, l'altérité signifie l'acceptation de l'autre en tant qu'être différent et cette acceptation constitue également le socle de la reconnaissance de ses droits à être lui. L'EHPAD « ouvert » est unique, dans le sens où il est territorial-dépendant (A). Pour pérenniser la démarche de construction des projets d'EHPAD de demain, les maîtres mots sont donc : diversité, analyse, aide à la décision publique et adaptabilité via une co-construction et ancrage local⁵²(B).

A) Changer le discours médiatique : promouvoir l'approche écosystémique du concept d'Ehpad « ouvert » territorialisé

Les médias mentionnent les EHPAD pour parler de la maltraitance, du manque de soins, du manque de personnel... Les EHPAD sont encore mal perçus par le grand public, par les personnes âgées, ils sont même redoutés. Or, les EHPAD de demain doivent contribuer à faire vivre des dynamiques locales. Il convient d'opérer un changement de prisme dans le discours médiatique. Par exemple, en réponse aux scandales, le gouvernement a pris des mesures telles que l'attribution de nouvelles missions aux médecins coordonnateurs ou la mise en place d'astreinte d'infirmiers de nuit pour éviter les hospitalisations inutiles et ce via des appels à projets régionaux. Cependant, la « culture » de la réponse à des appels à projets est à repenser car ces derniers sont souvent présentés par « thématiques » (IDE de nuit, CRT, Tiers-Lieux...), mais pas systémiques ce qui n'amène pas à la meilleure réflexion sur l'évolution, le développement et le rayonnement de l'EHPAD.

1- Les médias relais des EHPAD territorialisés : informer sur la logique de subsidiarité, de partenariat et d'inclusion consentie

Le relai médiatique d'affaires de maltraitance en EHPAD a incité les pouvoirs publics à prendre des mesures pour redonner confiance aux usagers, à leurs familles et, globalement, à une société impuissante devant le problème du vieillissement de la population. Ces mesures sont présentes dans le cahier des charges du centre de ressources territorial (CRT) dans lequel l'EHPAD « hors les murs » est appréhendé sous les deux facettes : un EHPAD qui s'ouvre vers le domicile et un EHPAD qui s'ouvre à de nouveaux publics sur l'ensemble du territoire.

Cependant, plus que des conditions à remplir pour répondre au cahier des charges, c'est la démarche qu'il convient de diffuser et sur laquelle les médias devraient se porter et se présenter en relais. En effet, il faut s'appuyer sur les forces vives du territoire afin d'être plus cohérent dans une construction de maillage, l'EHPAD « ouvert » ayant comme mission de se positionner comme un acteur de proximité d'accès aux soins.

Or, pour atteindre l'ambition de créer des territoires de santé, il convient de s'enquérir de la santé des territoires, ce que les médias pourraient porter à la connaissance des usagers et des porteurs de projet. Deux pré-requis sont impératifs,

52 v. exemples de Tiers-lieux dans les EHPAD : <https://www.capgeris.com/immobilier-sante-2222/des-tiers-lieux-en-ehpad-a45003.htm>

quel que soit l'échelon administratif : connaître le territoire en question et sa population, connaître les inégalités territoriales de santé afin de planifier l'offre de soins et de santé. Ce rôle relève généralement d'observatoires locaux⁵³. Afin de répondre au bien-être de la population, les institutions publiques doivent disposer de systèmes d'informations en matière sanitaire, sociale, médico-sociale, solides, complets, régulièrement actualisés et diversifiés. Le développement des bases factuelles en santé/bien-être est également un nouvel enjeu en termes d'adaptation des besoins⁵⁴. En outre, l'analyse des données statistiques devra être suffisamment souple pour intégrer les approches novatrices des actions publiques. Il serait judicieux de développer qualitativement la posture des médias dans le relais des informations sanitaires, à l'instar de leur positionnement pendant la crise du Covid-19 où les informations étaient presque en temps réel⁵⁵. Cependant, il ne s'agit pas uniquement d'informer sur des données brutes, il faut les analyser de façon impartiale et objective pour faire émerger les constats d'inégalités en santé.

Pour affronter les inégalités en santé il faut lutter sur deux fronts : les inégalités sociales et les inégalités territoriales de santé (Rousset, Girer, 2016). Ceci démontre déjà en partie le fait que les clivages entre le social et le médico-social tendent à disparaître. En effet, la définition de la santé au sens de l'OMS permet de percevoir globalement l'individu car n'importe quelle dégradation de la condition de vie et d'existence impacte sa santé et a priori son autonomie, c'est tout l'enjeu des campagnes de prévention. La transversalité des approches qui promeuvent la « santé » est alors détectable et recherchée. C'est pourquoi l'évolution du contenu du droit à la santé a pour corollaire le développement de dynamiques locales via notamment les EHPAD : l'objectif étant de s'intéresser à la santé des territoires pour en faire des territoires de santé. Guillaume Rousset et Marion Girer rappellent que :

cette égalité dans l'accès aux soins est, selon les termes du Conseil de l'Europe, une clé de la bonne gouvernance des systèmes de santé, reposant sur les principes d'universalité, d'équité et de solidarité (Rousset, Girer, 2016 :23).

Ils en concluent que » la lutte contre les inégalités territoriales de santé constitue donc un enjeu essentiel pour assurer la non-discrimination dans l'accès aux soins » (id : 2016 : 23).

Selon Alfonso Lopez de la Osa Escribano et Stéphanie Rabiller,

mettre en place des politiques qui visent à lutter contre les inégalités territoriales d'accès aux soins doit ainsi devenir

53 Suite au développement hétérogène des observatoires locaux, la doctrine développe les notions de « région-istique » et de « loca-istique » in F. Bardet, « Des observatoires avant la décentralisation », *Annales des Ponts et Chaussées*, n° 88, 1998, pp. 7-16. La création d'observatoires locaux devient un rouage quasi-systématique car il est considéré comme un processus d'accompagnement de la réflexion politique, de l'action publique, et même un espace de partage, de réflexion et de co-construction. Pour témoigner aussi de la volonté des acteurs locaux de s'approprier cet outil, est mis à disposition un ouvrage expliquant la démarche, la méthode de la création et de l'animation d'un observatoire local. v. J.-B. Chebroux et J.-M. Stébé, « Créer et animer un observatoire local, Comprendre la démarche, connaître la méthode », *Dossiers d'Experts*, Territorial Editions, févr. 2015

54 Schéma départemental de l'autonomie du Lot, 2022-2026, p.10 https://lot.fr/sites/lot.fr/files/schema_autonomie_lot.pdf : Une des faiblesses actuelles est : « l'absence de données d'observation des besoins et de système de remontée opérationnelle ».

55 <https://www.coe.int/fr/web/freedom-expression/freedom-of-expression-and-information-in-times-of-crisis>

une priorité pour garantir le droit à la protection de la santé de tous » (Lopez de la Osa Escribano, Rabiller, 2016 : 127).

En effet « les pouvoirs publics doivent garantir un droit à la santé effectif, car il s'agit là d'une question d'ordre public » (id : 2016 : 127). Les médias devraient s'engager davantage dans la lutte contre les inégalités territoriales de santé car celle-ci constitue un véritable enjeu pour les pouvoirs publics, garants du droit à la protection de la santé. La protection de la santé publique étant un impératif à valeur constitutionnelle, la lutte contre les inégalités territoriales de santé par le prisme des missions des EHPAD « ouverts » est un outil permettant d'y tendre et à valoriser auprès du grand public.

La territorialisation devient un nouveau paradigme de l'action publique qu'il faudrait mettre en lumière. Même si ce terme demeure flou, Anne-Cécile Douillet définit ce mouvement comme « *la montée en puissance des acteurs locaux ou de la valorisation de la proximité* » (Douillet, 2004 : 583-606), d'où l'intérêt faire de l'EHPAD une proximité d'accès aux soins. Ainsi, la territorialisation de l'action publique en gérontologie vise à apporter une définition (Durant, Thoenig, 1996 : 580-623) et une réponse davantage localisée aux problèmes publics, en l'occurrence le virage domiciliaire, le repérage et la prévention des vulnérabilités.

On peut conclure de ce qui précède qu'on assiste à une double territorialisation de l'action publique : « par le haut » dans le cadre de la gestion de projets pilotés par les organes déconcentrés sur des territoires de santé qu'ils ont définis et avec leurs outils comme le PRS, et « par le bas » car les acteurs locaux s'approprient la politique publique et définissent par eux-mêmes les territoires pertinents pour mener à bien leurs actions (Grenier, Guitton-Philippe, 2010 : 15-30).

Les acteurs de proximité (EHPAD, CCAS, SSIAD, SAAD, SPASAD, CPTS...) occupent donc une place centrale dans l'identification et la résolution des problèmes publics du grand-âge qui ne peuvent être traités de manière uniforme au niveau étatique, l'objectif étant toujours celui d'une meilleure prise en compte des demandes des besoins locaux. Enfin, Corinne Grenier et Anne-Gaëlle Rimbart-Pirot en concluent que :

le territoire constitue dans cette approche le lieu où se définissent les problèmes publics et où s'engagent les réflexions sur les transformations de l'action publique et les modalités de traitement de ces problèmes (Grenier, Rimbart-Pirot, 2016 : 105).

Elles prônent la notion de « territoire co-construit » qui n'est pas « uniquement défini a priori et indépendamment d'une action publique » (id, 2016 : 105). Cette co-construction serait le fruit des interactions des acteurs locaux et de leurs pratiques. Certains EHPAD « hors les murs » on choisit un territoire géographique dans une limite de 20 minutes de transport autour de l'EHPAD, d'autres 30 kilomètres⁵⁶, d'autres encore l'échelon intercommunal⁵⁷. Par conséquent, le territoire est simplement le territoire le plus pertinent en fonction de l'objectif poursuivi. Ainsi, les EHPAD s'organisent également en réseau sur les territoires - dans une

56 Comme le DRAD de l'EHPAD de Rochechouart (87).

57 Comme le DRAD de l'EHPAD de Rouillac (17).

organisation qui rappelle l'idée générale des GHT-pour mutualiser les ressources (notamment humaines) entre les EHPAD⁵⁸.

Il conviendra toutefois de demeurer vigilants au fait que les « CRT », les « tiers-lieux » et les EHPAD pôle ressources ne rentrent pas dans une médiatisation démagogique et contribuent à notre millefeuille institutionnel. Il est donc primordial de penser à la clarté et à la lisibilité des informations sur les missions des acteurs du bien-vieillir et les réponses apportées au plus près des besoins des usagers.

2- Les médias au soutien des EHPAD « ouverts » territorialisés, reflets des besoins des usagers

Quels sont réellement les besoins des usagers ? Comme tout journaliste qui doit vérifier la fiabilité de ses sources, comprendre le public cible est essentiel. Selon Tom Kitwood, psychologue britannique, il faut s'efforcer de répondre à cinq besoins fondamentaux qui ne disparaissent pas, quels que soient l'âge, les fragilités ou l'état de santé : un besoin de confort, un besoin d'attachement, un besoin d'appartenance, un besoin d'occupation, un besoin d'identité (Kitwood, 1997).

Les relais médiatiques devraient alerter sur le fait qu'il faut modifier le processus actuel et adopter une approche capacitaire et inclusive. En effet, la démarche optimale et respectueuse de la philosophie de la réglementation impliquerait d'abord d'identifier les besoins, puis de construire des processus de restauration les plus favorables à la personne et d'établir le cadre d'un projet garantissant ces processus avant de chercher le lieu capable de le mettre en œuvre. Or il semble que la démarche actuelle est en contre-sens, à savoir lieu-projet-processus, dans une dynamique de restauration partielle ou totale de l'autonomie. Or le processus de restauration de l'autonomie devrait être la première étape avant le projet puis le lieu et ce d'autant plus que le lieu laisse la place à une logique de parcours qui place la personne au centre, véritable sujet, mais responsabilise totalement les divers environnements eux-mêmes imbriqués. Ainsi, les professionnels chargés de prendre en considération les besoins de la personne en perte d'autonomie tentent d'y répondre avec les outils prévus dans la logique de parcours.

Il y a une réelle place à prendre pour les médias tant pour valoriser les EHPAD que pour sensibiliser à des questions sociétales et éthiques. En effet, étant dépendantes des territoires et de leurs acteurs, ces initiatives d'EHPAD « ouverts » sont plurielles et proposent un panel de services plus ou moins étendu. La question se posera de savoir jusqu'où il conviendra d'élargir le périmètre d'action de l'EHPAD au-delà de l'institution. En effet, y a-t-il des services superflus ? Les usagers deviennent-ils des « consommateurs de services » ? Même la terminologie d'« EHPAD Hors les murs » interroge. Elle n'est pas adoptée par l'ensemble des acteurs. Certes elle met en exergue le processus d'extension du périmètre d'action de l'EHPAD au-delà de l'institution, presque de désinstitutionnalisation de celle-ci au moment où le modèle de l'EHPAD fait l'objet de lourdes critiques. Par exemple, la Croix Rouge ayant préféré l'appellation du DRAD « vivre à la maison »⁵⁹, apportant un effet plus sécurisant.

58 v. Evaluation de l'expérimentation EHPAD-Pôle Ressources de proximité en Nouvelle-Aquitaine, Un réseau d'EHPAD ouverts sur leurs territoires, ORS Nouvelle Aquitaine, Rapport 137, avril 2022.

59 <https://www.croix-rouge.fr/Nos-actions/Action-sociale/Personnes-agees/Vivre-lamaison-la-solution-pour-les-personnes-agees-qui-souhaitent-rester-a-domicile>

Dans la logique de l'étude de Guillaume Chevillard, il est mis en exergue l'intérêt d'une approche multidimensionnelle des espaces fragiles en offre de soins, « mais surtout sur la nécessité d'agir non pas uniquement sur l'offre de soins mais aussi sur d'autres services pour renforcer ces territoires » (Chevillard, 2016 : 174).

Cette vision est partagée par Emmanuel Vigneron qui pense que, à l'instar de la désertification médicale, l'absence de services de soins est l'une des possibles émanations des inégalités de santé, ou inégalités médico-sociales sur les territoires (Vigneron, 2013 : 41-53).

Concrètement, la territorialisation adaptée aux besoins des usagers contribuerait davantage instaurer la recherche d'une équité territoriale plutôt qu'une égalité dans les services proposés par les centres ressources. En effet, certains EHPAD pourront offrir un panel plus étendu de services que d'autres en fonction des ressources humaines, économiques du territoire. Est-ce que cette vision ira à l'encontre du principe constitutionnel de l'égal accès aux soins ? Ou bien faut-il un « droit souple » et pragmatique pour apporter des solutions stables et durables ?

Une préconisation serait de procéder à une assistance à maîtrise d'usage pour placer les utilisateurs finaux (personnes âgées, professionnels et aidants) au cœur du processus de conception des projets des EHPAD « ouverts », à l'image du projet de l'Université de Nîmes d'innovation sociale par le design⁶⁰. L'objectif est de favoriser à la fois l'appropriation du lieu de vie et les liens avec les professionnels du bien-être afin de concilier durablement confort, performance et qualité de vie.

B) L'enjeu de la pérennisation et de la médiatisation de la démarche de co-construction des EHPAD inclusif et social

La co-construction permet une adéquation plus juste entre les besoins et les solutions proposées en fédérant les usagers autour de leur projet de vie. Pour les professionnels et les structures tels que les EHPAD, il va s'agir d'adopter une posture d'écoute, d'observation critique, peut-être même d'expérimentation avant une mise en œuvre des solutions retenues. La co-construction met en avant une démarche innovante pour développer des solutions plus cohérentes dans la réponse aux besoins des usagers et des territoires (1) mais aussi un sentiment d'appropriation autour d'un projet, une émanation d'une forme de démocratie sanitaire (2).

1- Valoriser l'image d'EHPAD innovant vers l'altérité

Co-construire un EHPAD, qu'il soit tiers-lieux, pôle ressource ou CRT, est un pari de l'ouverture au et sur le social. Cela implique une profonde mutation générale, mais aussi sur des projets éthiques, de qualité et acceptés par les personnes elles-mêmes. Par exemple, la réussite du dispositif de soutien au domicile du CRT tient également au déploiement de la domotique auprès des bénéficiaires⁶¹. Or ces derniers y sont réfractaires (par peur de reconnaître une perte d'autonomie, peur d'être hospitalisé ou placé à l'EHPAD s'ils activent un signal d'urgence...). Un travail autour de la notion même de dépendance, des usages et de la sensibilisation devrait être mené pour faciliter le repérage, la coordination et la personnalisation des réponses au mieux-vieillir. Selon Caroline Gérard,

60 <https://www.unimes.fr/fr/recherche/les-actions/actualites-recherche/actus/design-et-tiers-lieux-transforment-les-ehpad.html>

61 v. supra

il arrive que la vieillesse soit victime de son image sociétale. Les personnes âgées sont représentées comme soit actives et dynamiques, soit totalement dépendantes⁶². La réalité fait l'objet d'une sorte de lifting publicitaire. La vieillesse n'est montrée que sous un angle « socialement acceptable » (Gérard, 2018 : 31).

L'impression que le domicile, solution présentée comme parfaite, idéale, désirée et l'autre, l'Ehpad -projet soit-disant par défaut – doit cesser. En outre, « *les clichés sur les Ehpad pèsent sur les projets de vie* » (Bloch, 2022). Cela passera également par une évolution des messages véhiculées par les médias ou les vecteurs culturels actuels (Le Gall, 2014 : 35-43). Il faut revoir les discours pour éviter les lieux communs. Les médias relaient ces dires en insistant parfois sur la responsabilité de l'Ehpad dans la perte de dignité et la dépersonnalisation des personnes qui y résident, alors que la pathologie évolue et qu'elle est peut-être la cause de l'entrée en Ehpad.

L'enjeu est la pérennisation de cette démarche éthique, tant pour l'élaboration d'un projet autour de l'EHPAD que pour les usagers.

L'EHPAD « ouvert » nécessite de mener une psychothérapie institutionnelle, une forme de prendre soin – le care – de l'institution, du personnel et des usagers. Pour Sophie de Heaulme et José Polard,

cette santé institutionnelle interne doit se coupler à une véritable ouverture de l'ehpad, interactive, sur une commune ou un quartier. L'innovation est fondamentalement locale, sa dynamique, profondément territoriale. L'investissement de la société civile est prépondérant, de type bottom-up⁶³, puisque l'action de la puissance publique s'essouffle alors que simultanément croît l'envie des citoyens de construire de nouvelles solutions en complément de l'État social. On comprend aussitôt qu'il n'y a pas de véritable innovation sociale sans solidarité. Un risque majeur guette ces innovations sociales dès lors qu'on voudrait dupliquer ou industrialiser ces expériences. Vouloir déployer cette action localisée à large échelle reviendrait à en stériliser la créativité initiale en la modélisant (de Heaulme, Polard, 2020 : 25-26).

L'EHPAD « ouvert » s'élabore via plusieurs leviers : l'innovation organisationnelle, le management au niveau des ressources humaines (Vercauteren, Connangle, 2021 : 187-194). En effet, l'ouverture des EHPAD améliorerait les conditions de travail en EHPAD, limitant le phénomène d'usure, en valorisant des carrières du médico-social, en diversifiant les parcours professionnels et les formations. Serait-ce également l'opportunité de développer le rôle du « Care manager »⁶⁴ ? De plus,

62 v. M. BILLÉ, D. MARTZ, La tyrannie du « Bien vieillir ». Vieillir et rester jeune. Ed. ÈRÈS, Coll. L'Age et la vie. Prendre soin des personnes âgées... et des autres, 2018.

63 Une approche ascendante (dite *bottom-up*) ou descendante (dite *top-down*) caractérise le principe général de fonctionnement d'une démarche procédurale.

64 Maintien à domicile : vers des plateformes numériques de services, Banque des Territoires, sept. 2019, https://www.silvereco.fr/wp-content/uploads/2020/01/Rapport_CDC-BT-Maintien-%C3%AO-domicile-vers-des-plateformes-num%C3%A9riques-de-services_2019-12-17VFBis.pdf

le glissement de la représentation dominante de déficience vers celle d'altérité, le renforcement des conditions du maintien au domicile, la formation des équipes d'Ehpad et le renforcement de leurs moyens sont des voies d'amélioration (Jovelet, 2019 : 10).

Toutefois, concernant les usagers, les critères d'admission pour bénéficier des ressources de l'EHPAD ne reflètent pas la réalité des situations et ne prennent pas non plus en compte l'engagement, la volonté du bénéficiaire potentiel et son environnement. Il semblerait plus pertinent de créer une grille de pondération en fonction de l'âge, du lieu de résidence, du GIR, de l'isolement de la personne, du fait que cette dernière soit demandeuse, volontaire et qu'elle ressente une réelle attraction pour les activités ou ressources de l'EHPAD, l'épuisement des aidants, le caractère conflictuel ou non de sa situation, de créer une chronologie des demandes des bénéficiaires, le besoin d'un accès à un accueil spécialisé Alzheimer... Pour donner suite à ces premiers éléments, d'autres questions peuvent se poser notamment pour l'aidant en clarifiant sa posture par rapport aux missions de l'IDE coordinateur. Pourquoi ne pas proposer de coconstruire une grille de partage des tâches ? Ce serait l'occasion de s'intéresser à la mise en place de dispositifs d'évaluation et de prévention de la fragilité de l'aidant. Il n'y a pas non plus de règles préétablies pour sortir une personne de son domicile. Quid lorsque l'animatrice ou la coordinatrice considère que le maintien au domicile n'est plus possible ?

D'autre part, le critère du GIR peut constituer un frein dans certains cas. Par exemple, pour des personnes âgées en couple, si le GIR de l'un est bien dans les critères du GIR 1 à 4, ouvrant droit aux ressources de l'EHPAD, qu'en serait-il du second (en deçà du GIR 4) ? Ne pourrait-il pas entrer dans le dispositif également ? Qu'en serait-il également d'une personne résident au-delà de la zone géographique de l'EHPAD ? Subira-t-il pleinement cette inégalité territoriale ? Quelle serait la distance raisonnable entre le domicile et l'EHPAD ? Finalement, les « modèles » actuels des EHPAD CRT ne répondent pas à l'objectif constitutionnel du droit à la protection de la santé dans son versant « accès aux soins ».

La question est donc celle de savoir si le droit à la protection de la santé est ici justiciable⁶⁵ ? Elle mérite d'être posée car cette possibilité fait débat, lequel fait directement écho à la question plus générale de la justiciabilité subjective des droits sociaux. Ces derniers seraient en effet « frappés d'une vulnérabilité normative » (Roman, 2012) au sens où ils relèveraient davantage d'un caractère programmatique que de véritables droits subjectifs, et, dès lors, d'une « vulnérabilité contentieuse » car « faiblement déterminés et sans titulaires précis, les droits sociaux ne pourraient bénéficier d'une protection juridictionnelle » (*id*, 2012).

Il demeure vrai que les possibilités, pour le justiciable, d'exiger une action positive des pouvoirs publics afin de défendre la protection de sa santé demeurent très limitées. Qu'en serait-il en cas de rejet d'une demande d'un bénéficiaire potentiel d'accéder aux ressources de l'EHPAD ? Quels en seraient les avantages au niveau contentieux ? Ces questions en appellent d'autres telles que : quelle capacité des EHPAD à assurer le flux et les demandes des bénéficiaires ? Quels seront ses outils pour gérer sa file active ? Comment individualiser la prise en charge du patient (notamment lorsque l'on prend en considération l'enjeu de ne pas l'éloigner de son environnement social) avec le caractère normatif de la médecine ou du soin et du

65 La justiciabilité doit ici être entendue « *comme la possibilité de soumettre au juge le contrôle du respect d'un droit* ». V. T. Gründler, « Le juge et le droit à la protection de la santé », *RDSS* 2010, p. 835.

parcours, qui ne tient pas ou peu compte des différences sociales entre les patients et qui pousse plutôt à la standardisation des pratiques ? Il n'y a malheureusement pour l'heure aucune levée de bouclier des médias à ce sujet afin d'alerter les pouvoirs publics.

Il faut encore penser la territorialisation, autrement dit le maillage territorial avec la notion de parcours de soins. En effet, la lutte contre les inégalités de santé consiste à décloisonner les réseaux de soins et les services d'aide à la personne afin de développer une meilleure collaboration entre eux (Amat-Roze, 2011 : 13-32). C'est l'objectif de faciliter au quotidien le parcours de vie. Cependant, cette notion de « parcours de vie » est une notion évanescence. Il s'agit d'un concept moderne et un fondement de cette vision globale de la santé. Il n'existe pas de définition car il renvoie à de multiples notions : au parcours de santé incluant l'accès aux soins primaires et de premiers recours, mais aussi l'accès à la prévention, à la préservation de l'autonomie, au libre choix...

Le parcours de santé a fait naître des outils comme les feuilles de liaison ou le « DMP » (dossier médical partagé) qui a déjà fait l'objet de plusieurs années de campagne d'information pour son déploiement... L'enjeu est de coordonner efficacement les professionnels de santé sur le clivage initial ville-hôpital et dorénavant entre les professionnels qui interviennent dans la prise en charge de l'utilisateur du système de santé, en ville, à l'hôpital, à son domicile et à l'EHPAD, encore faut-il qu'ils aient des outils de communication adaptés.

Ces interrogations mettent en exergue l'intérêt de partir des besoins du patient-citoyen-usager pour faire vivre la démocratie sanitaire et donner une véritable assise au contenu du droit de la santé. De plus, les journalistes et les médias, les professionnels de la santé, ainsi que les représentants de la société civile et le grand public, devraient avoir le droit de critiquer les autorités et de surveiller leur réponse.

2- Le développement d'une démocratie sanitaire diffuse et infuse

La liberté d'expression, d'information et la liberté des médias sont cruciales pour le fonctionnement d'une société véritablement démocratique et continuent à l'être y compris en temps de crise sanitaire comme budgétaire.

Les usagers ou représentant des usagers, comme la Conférence de la Santé et de l'Autonomie (CSA) devraient davantage utiliser les médias afin de favoriser la « démocratie en santé » c'est-à-dire : de permettre à la population de discuter avec les acteurs locaux de santé des difficultés qu'elle rencontre, de favoriser l'émergence d'idées innovantes et d'actions concrètes en vue d'améliorer le système de santé régional dans son fonctionnement de routine et en cas de crise. Entendre la population permet d'avoir une vision plus complète des problématiques factuelles auxquelles sont confrontés les usagers du système de santé et d'identifier les freins du système actuel. Ce schéma s'applique également à l'échelle d'une institution comme l'EHPAD. De plus, la santé est un processus adaptatif qui va au-delà des comportements de santé. La santé doit devenir un gradient social - en termes d'équité - et l'enjeu d'une nouvelle gouvernance - la participation y compris via des outils d'évaluation des institutions (Ponnou, Lemoine, 2021 : 53-75) permettant l'émergence d'une démocratie diffuse et infuse au sein de ces mêmes institutions.

Penser au caractère territorial du droit à la santé implique de s'intéresser à sa reconnaissance, à son appropriation par les acteurs locaux et à sa revendication. Cependant, il reste encore à rendre effective la co-construction et la mise en œuvre d'une politique de santé efficiente ayant des objectifs clairs de réduction des

inégalités de santé ainsi qu'une amélioration de la santé de la population, d'accroissement de la qualité des soins au meilleur coût, de satisfaction de l'utilisateur, soit les objectifs du « Triple Aim » (Berwick, Nolan, Whittington, 2008 : 23). Néanmoins, il est davantage question de la mise en œuvre d'une co-construction que d'une démocratie sanitaire...

D'après la définition donnée par l'OMS, la santé est un bien multifactoriel. Mais il n'est plus seulement un droit au meilleur état de santé possible. En tant que « droit inclusif », le droit à la santé est associé à d'autres droits comme ceux relatifs à l'accès aux soins⁶⁶. Ces derniers doivent être appropriés, ce qui suppose l'établissement d'un système de protection de la santé (par exemple en permettant un accès aux établissements de soins) et surtout adaptés aux besoins des territoires et des usagers. En outre, les services de santé doivent répondre aux critères de disponibilité, d'accessibilité, de qualité et d'acceptabilité (en termes d'éthique). Mais le contenu du droit à la santé est évolutif car il se calque sur des attentes renouvelées telles que le bien-être. De plus, son effectivité est mise en perspective, voire est accentuée par des tendances, des dynamiques actuelles liées à la territorialisation, comme les EHPAD-PRP. Enfin, la démocratie sanitaire demeure le trait d'union entre l'évolution du contenu du droit à la santé et son application au niveau des territoires.

Le droit à la santé (dans son versant territorialisé des EHPAD) ne serait donc pas vraiment l'objet d'une appropriation pas les usagers du système de santé. Pourquoi ? Par manque d'informations ou d'outils de communication ? S'en remettent-ils *in fine* aux professionnels de la santé et de l'aménagement du territoire (sanitaire et médico-social) pour répondre aux enjeux de la politique publique du bien-vieillir ?

Prendre les travaux de l'OMS est un exemple permettant de montrer l'émanation de la vision de la santé publique qui considère la santé sous le prisme du bien-être plus que sous celui de la mortalité et de l'espérance de vie. L'évaluation des politiques publiques devraient donner davantage de poids et de crédits aux données subjectives et qualitatives et surtout être accessibles au grand public.

L'enjeu du droit-valeur du droit à la santé ne serait-il pas celui du collectif plutôt qu'individuel, en tant que participation de l'utilisateur-citoyen à l'élaboration des actions publiques ? Penser à la fois à l'individuel et au collectif avec des productions collectives ? Il y aurait un intérêt, voire un bien commun à la protection collective et individuelle de la santé dans une logique de proposant/bénéficiaire, loin d'une conception plus passive du titulaire du droit, une fois celui-ci octroyé. L'effectivité du droit à la protection de la santé est donc dynamique et se mesure quotidiennement dans les actions concrètes qui tendent à le réaliser.

Plus que l'éthique de responsabilité, c'est bien l'éthique de conviction qui est interpellée et c'est la garantie du libre choix dans l'accès et la continuité des soins au sens large et dans la réunion des conditions de l'auto-détermination à se maintenir en autonomie autant que possible que se jouent les interventions des pouvoirs publics.

Eclairé par des informations médiatisées de qualité, impliqué, l'individu-citoyen-patient ne peut être que l'acteur de son parcours de vie, qui s'enrichit au fur et à mesure qu'il s'exerce. Incitation, information, sensibilisation, appropriation et participation sont les maîtres-mots afin que les médias contribuent à un fonctionnement démocratique de notre politique du bien-vieillir.

66 v. site de l'OMS, fiche n°31 disponible sur : <http://www.humanium.org/fr/wp-content/uploads/nu-fiche-info-31-droit-sante.pdf>

Bibliographie

- Amat-Roze J.-M., (2011/4), *La territorialisation de la santé : quand le territoire fait débat*, Hérodote, n° 143, p. 13-32
- Aubenas, F., (18 juillet 2017), “*On ne les met pas au lit, on les jette*” : enquête sur le quotidien d’une maison de retraite, Le Monde
- Bardet F., (1998), *Des observatoires avant la décentralisation*, Annales des Ponts et Chaussées, n° 88, pp. 7-16.
- Beauchamp TL., Childress J.-F., (2013), *Principles of biomedical ethics*, Oxford University Press
- Bempen L., (2016), *La violence institutionnelle*, Repères éthiques, p. 3,
<https://afar.info/biblio/public/2695.pdf>
- Bemben L., (2015), *L’intention éthique en institution médico-sociale*, Repères éthiques
- Béroud, S., Nizzoli, C., Noûs C., (2012/2), *Parler du travail en EHPAD pour mettre à distance la maltraitance*, « Mots. Les langages du politique », ENS Editions, n° 126, p. 95, <https://www.cairn.info/revue-mots-2021-2-page-91.htm>
- Berwick D.-M., Nolan T.-N., Whittington J., (2008), « *The Triple aim : care, health, and cost*, *Health Affairs*, » 27(3)
- Billé M., Martz D., (2018), *La tyrannie du “Bien vieillir”. Vieillir et rester jeune*. Ed. ÉRÈS, Coll. L’âge et la vie. Prendre soin des personnes âgées... et des autres
- Bloch F., (8 mai 2022), *Les clichés sur les EHPAD pèsent sur les projets de vie*, The Conversation, <https://theconversation.com/les-cliches-sur-les-ehpad-pesent-sur-les-projets-de-vie-des-personnes-agees-179250>
- Bontron, J.-C., *L’accès aux soins des personnes âgées en milieu rural : problématiques et expériences*, *Gérontologie et société* n° 146, 2013/3,36 :153-171
- Brami, G. (2022), *La fin des EHPAD*, « Réalités ignorées et vérités rejetées », ed. Vérone
- Braverman L., (2022/7), *Les dispositifs renforcés de soutien à domicile : quels apports à la lutte contre l’isolement ?* *Pratiques & Humanités*, n° 5,
https://www.fondation-croix-rouge.fr/wp-content/uploads/2022/07/fcrf_ph-5_louis_braverman-1.pdf
- Braverman L., Dufour-Kippelen S., Fermon F., *Un dispositif Ehpads « hors les murs » : l’utilisation par ses bénéficiaires*, *Gérontologie et société*, 2021/2 (vol. 43 / n° 165), p. 263-277. DOI : 10.3917/g1.165.0263. URL : <https://www.cairn.info/revue-gerontologie-et-societe-2021-2-page-263.htm>
- Byk, C., (2001) *La place du droit à la protection de la santé au regard du droit constitutionnel français*. *Revue générale de droit*, 31(2), 327-352. <https://doi.org/10.7202/1027795>
- Cagé, J. (2016). 8. Médias et Démocratie. Regards croisés sur l’économie, 18, 123-133. <https://doi.org/10.3917/rce.018.0123>
- Castanet, V. (2022), *Les Fossoyeurs*, « Révélations sur le système qui maltraite nos aînés », ed. Fayard

- Chebroux J.-B., Stébé J.-M, *Créer et animer un observatoire local, Comprendre la démarche, connaître la méthode*, Dossiers d'Experts, Territorial Editions, févr. 2015
- Chevillard G., (2016/3), *Déserts médicaux, zones défavorisées et zones fragiles en offre de soins : les maisons de santé sont-elles une solution ?*, RGDM, n° 58, p. 174
- Corbet, E., (2000), *Les concepts de violence et de maltraitance. Actualité et dossier en santé publique*, 31, 20-25.
- Créoff, M. (31 juin 2000), *Maltraitements institutionnelles*, adsp
- de Heaulme S., Polard J.,(2020), *EHPAD : Pour un nouvel horizon du soin institutionnel*, Préface, in « L'âge et la vie - Prendre soin des personnes âgées et des autres », Erès, p. 19, <https://www.cairn.info/la-maison-du-bout-de-la-vie---page-7.html> p. 19.
- Douillet A.-C., (2003/4), *Les élus ruraux face à la territorialisation de l'action publique*, Revue française de science politique (Vol. 53), p. 583-606
- Duran P., Thoenig J.-C., (1996), *L'Etat et la gestion publique territoriale*, Revue française de science politique, n° 4, p. 580-623
- Honta., M., (2020), *La fabrique intercommunale de l'équité territoriale : tensions et renoncements*, Gérontologie et société n° 162 ; vol. 42 :233-248
- Gerard C., (2018), « Les droits de la personne âgée : proposition d'un statut de post-majorité ». Droit. Université d'Avignon, 2018. Français. NNT : 2018AVIG2062. tel-01969319, p. 31
- Goffman E., (1968) *Asiles*, Paris, Les éditions de minuit
- Grenier C., Guitton-Philippe S., (2010) *Politiques publiques et innovation : proposition d'un modèle d'Agir de l'Innovation dans le champ sanitaire et social*, Rev. Management et Avenir, n° 35, p. 15 à 30
- Grenier C., Rimbart-Pirot A.-G., (2016/3), *Construction d'un territoire et territorialisation de l'action publique : cas des programmes territoriaux de santé*, RGDM, n° 58, p. 105
- Gründler T., (2010), *Le juge et le droit à la protection de la santé*, RDSS 2010, p. 835.
- Javeau C., (2011) *Sociologie de la vie quotidienne*, Presses Universitaires de France, Coll. Que sais-je ? 2ème édition, p. 41
- Jovelet G., (2019/4), *Quelle place en Ehpad pour les personnes âgées dites « psychotiques » ?*, Rhizome, (N° 74), p. 10-10. DOI : 10.3917/rhiz.074.0010. URL : <https://www.cairn.info/revue-rhizome-2019-4-page-10.htm>
- Kitwood T., (1997), *Dementia reconsidered. The person comes first*. Buckingham : Open University Press
- Lacour C., (2010), *Rapport de recherche, Liberté d'aller et venir en établissement d'hébergement pour personnes âgées dépendantes*, Fondation Médéric ALZHEIMER, n° 2
- Lambert-Abdelgawad, E., Dourneau-Josette, P., (2016) *La Cour Européenne des Droits de l'Homme dans la presse*, Actes du colloque du 24 oct. 2013 de Strasbourg, Droit & Justice, Coll. Anthémis

- Laroque, G., (2010/2), *Bienveillance, maltraitance, qu'en est-il en France ?*,
Gérontologie et société, Fondation Nationale de Gérontologie, n° 133, p. 64
- Le Gall L., (2014/4), *Les forces du grand âge, n'en déplaise aux stéréotypes*,
« Jusqu'à la mort accompagner la vie », Presses Universitaires de Grenoble,
n° 119, p. 35-43
- Lemoine, M., Pesce, S. et Sompayrac, L. (2020). *Élaboration d'une Cité éducative :
vers un bien commun éducatif territorialisé ?* Diversité, 199, 124-131
- Lemoyne de Forges J.-M (2012), *Le droit de la santé*, PUF, Coll. Que sais-je ?,
n° 2308, p. 7.
- Lopez de la Osa Escribano A., Rabiller S., (2016), *Les inégalités territoriales d'accès
aux soins : étude comparative des cas français et espagnol*, RGDM n° 58,
p. 127
- Messy J., (2020), « *PAS(S)ÂGE* », in *L'âge et la vie - Prendre soin des personnes
âgées et des autres*, Erès, p. 36, <https://www.cairn.info/la-maison-du-bout-de-la-vie---page-29.htm>
- Messy J., (2020) « Entrer dans une résidence », in *L'âge et la vie - Prendre soin des
personnes âgées et des autres*, Erès, p. 62, <https://www.cairn.info/la-maison-du-bout-de-la-vie---page-53.htm>
- Moulias, S., Pépin, M., (2021/1), *Nouvelles questions éthiques liées au grand-âge*,
« Notamment révélées par la pandémie de Covid-19 », EN3S-École nationale
supérieure de Sécurité sociale, « Regards », N° 59, p. 105,
<https://www.cairn.info/revue-regards-2021-1-page-103.htm>
- Petitpierre, G., Masse, M., (2017/11), *La maltraitance en institution*, « Les
représentations comme moyen de prévention », éd. Ies, 28/11/2017
- Ponnou S., Lemoine M., (2021/1), « Subvertir les dispositifs d'évaluation des
institutions médicosociales : approche clinique et anthropologique », *Pensée
plurielle*, 2021/1 (n° 53), p. 53-75. DOI : 10.3917/pp. 053.0053. URL :
<https://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2021-1-page-53.htm>
- Ricœur, P., (1990), *Soi-même comme un autre*, Paris : Le Seuil
- Roman D., (2012), « La justiciabilité des droits sociaux ou les enjeux de
l'édification d'un État de droit social », *RDH*, <https://revdh.revues.org/635>.
- Roman D., (2007), « Les droits sociaux : des droits à part entière ? Eléments pour
une réflexion sur la nature et la justiciabilité des droits sociaux », in P. du
Cheyron et D. Gélot (dir.), *Droit et pauvreté*, Séminaire ONPESDREES-MIRE,
p. 45
- Rousset G., Girer M., (2016) « Avant-propos » in *La lutte contre les inégalités
territoriales de santé*, RGDM, n° 58
- Salbreux, R., (2009), *Handicapés... Soi, l'autre, autrui*. « La violence de
l'institution : récits et repères », p. 1, in Korff-Sausse, S. (dir.), *La vie
psychique des personnes handicapées*, Erès
- Tomkiewicz, T., Vivet, P. et coll., (1991), *Aimer mal, châtier bien*. « Enquêtes sur les
violences dans des institutions pour enfants et adolescents », Seuil.
- Vernet, A., Boutet, C., Aubert J.-F., et al., (2016/3) *Le respect de la dignité de la
personne humaine. Précisions sémantiques et conceptuelles à propos de cet
impératif catégorique*, *L'information psychiatrique*, 2016/3 (Volume 92),
p. 231-240. DOI : 10.1684/ipe.2016.1465. URL :

<https://www.cairn.info/revue-l-information-psychiatrique-2016-3-page-231.htm>.

Vialla F., « Liberté d'aller et venir » in F. VIALLA (dir) et al., *Les grandes décisions du droit médical*, Ed. LGDJ, 2ème édition, 2014, p. 294-264

Vignerot E., (2013), *Inégalités de santé, inégalités de soins dans les territoires français*, Les Tribunes de la santé, n° 38, 1/2013, p. 41-53

Vercauteren R., Connangle S., (2021) « 14. L'EHPAD dans un rôle ressource : une plate-forme de services », in EHPAD : des espoirs ? Complexités managériales d'un milieu en mutation, sous la direction de Vercauteren R. et Connangle S., Toulouse, Érès, *L'âge et la vie - Prendre soin des personnes âgées et des autres*, p. 187-194. URL : <https://www.cairn.info/--9782749268569-page-187.htm>

Jurisprudences :

CC, 74-54 DC, 15 janvier 1975, *IVG* ; 77-92 DC, 18 janvier 1978, *Loi relative à la mensualisation et à la procédure conventionnelle*

CC, 80-117 DC, 22 juillet 1980, *Loi sur la protection et le contrôle des matières nucléaires* ; 90-283 DC, 8 janvier 1991, *Loi relative à la lutte contre le tabagisme et l'alcoolisme*

CEDH, 21 juillet 2011, *Heinisch c. Allemagne*, § 64
[https://hudoc.echr.coe.int/fre#{%22itemid%22:\[%22001-105778%22\]}](https://hudoc.echr.coe.int/fre#{%22itemid%22:[%22001-105778%22]})

CEDH, *Jivan c/Roumanie*, 8 févr. 2022, n° 62250/10

Lois, décrets, règlements :

Loi n° 2022-401 du 21 mars 2022 visant à améliorer la protection des lanceurs d'alerte

Loi organique n° 2022-400 du 21 mars 2022 visant à renforcer le rôle du Défenseur des droits en matière de signalement d'alerte

Décret n° 2022-731 du 27 avril 2022 relatif à la mission de centre de ressources territorial pour personnes âgées et au temps minimum de présence du médecin coordonnateur en établissement d'hébergement pour personnes âgées dépendantes

Instruction du 25 avril 2022 relative à la mise en œuvre du plan d'aide à l'investissement des établissements et services pour personnes âgées :
https://www.cnsa.fr/documentation/2022_-_cnsa_-_instruction_technique_pai_pa_et_paiq.pdf

Rapports :

Banque des territoires, *Maintien à domicile : vers des plateformes numériques de services*, Banque des Territoires, sept. 2019, [https://www.silvereco.fr/wp-content/uploads/2020/01/Rapport_CDC-BT-Maintien- %C3 %AO-domicile-vers-des-plateformes-num %C3 %A9riques-de-services_2019-12-17VFBis.pdf](https://www.silvereco.fr/wp-content/uploads/2020/01/Rapport_CDC-BT-Maintien-%C3%AO-domicile-vers-des-plateformes-num%C3%A9riques-de-services_2019-12-17VFBis.pdf)

Banque des territoires, *Maintien à domicile : vers des plateformes numériques de services*, 2020, <https://www.banquedesterritoires.fr/maintien-domicile-vers-des-plateformes-numeriques-de-services>

- Bertillot H., Rapégno N., (2018), *Transformer l'offre médico-sociale ? « Habitats "inclusifs" et établissements "hors les murs" : l'émergence d'accompagnements alternatifs pour personnes âgées et personnes handicapées »*. Rapport de recherche pour la CNSA
- CNFPT, (2022), Lettre d'information documentaire, n° 2022-05A du 15 mai 2022, renvoyant à l'article : *Maltraitance – A domicile, les personnes âgées trinquent aussi*, Libération, 06 mai 2022, p. 02-03, <https://liberation.fr/societe/maltraitances-a-domicil>
- CNSA, DGE, Pipame (2017), L'avenir du marché de la téléassistance et des marchés associés, Rapport final, p. 42, https://www.entreprises.gouv.fr/files/files/directions_services/etudes-et-statistiques/prospective/innovation-services/2017-02-Rapport-pipame-teleassistance.pdf
- Défenseur des Droits, (2021), Les droits fondamentaux des personnes âgées accueillies en EHPAD, , Rapport. HAS, (2020), Évaluation économique de la télésurveillance pour éclairer la décision publique, Quels sont les choix efficaces au regard de l'analyse de la littérature ? https://www.has-sante.fr/upload/docs/application/pdf/2020-12/rapport_evaluation_telesurveillance.pdf
- Introduction p. 4, <https://www.defenseurdesdroits.fr/sites/default/files/atoms/files/rap-ehpad-num-29.04.21.pdf>
- Iborra M., Fiat, C., (14 mars 2018), *Rapport d'information en conclusion des travaux sur la mission d'information sur les établissements pour personnes âgées dépendantes*, commission des Affaires sociales, Assemblée nationale, n° 769, p. 21, https://www.assemblee-nationale.fr/dyn/15/rapports/cion-soc/l15b0769_rapport-information# .
- Libault, (2019), Concertation grand-âge et autonomie, Rapport, https://solidarites-sante.gouv.fr/IMG/pdf/rapport_grand_age_autonomie.pdf
- ORS Nouvelle Aquitaine (2022/04), Evaluation de l'expérimentation EHPAD-Pole Ressources de proximité en Nouvelle-Aquitaine, Un réseau d'EHPAD ouverts sur leurs territoires, Rapport 137



La Covid 19 à Dakar (Sénégal). Entre mesures sanitaires, vécu quotidien, traitement médiatique et psychose

Covid 19 in Dakar (Senegal). Between sanitary measures, daily life, media treatment and psychosis

Ndiouga Diagne¹

UCAD, Dakar, Sénégal

<https://orcid.org/0000-0001-6848-5823>

diagnendiouga90@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4909>

DOI : 10.25965/trahs.4909

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Résumé : La Covid 19 est apparue comme l'une des pandémies les plus virulentes de l'histoire de l'humanité. Comme « une temporalité de surprise », elle s'est érigée en maître. Elle a aussi fait naître une peur et a entraîné une psychose sans précédent auprès des populations. Au Sénégal, son apparition a amené l'État à prendre plusieurs mesures sanitaires qui ont engendré des répercussions dans le vécu quotidien et collectif de la population. Son traitement médiatique a mobilisé tous les segments de la société. Entre état d'urgence, mesure sanitaire, couvre-feu, les séquelles de cette maladie ont amené à une modification des habitudes quotidiennes de la population sénégalaise. Ce texte est le fruit de réflexions d'un confiné errant. Il décrit et analyse à la fois les mesures sanitaires prises par l'État du Sénégal face à la Covid 19, les discours « covidiaires » nés de cette situation, le vécu quotidien d'un confiné ainsi que les leçons que nous pouvons tirer d'un contexte marqué par la peur et la psychose et nous amène à réfléchir sur le traitement médiatique autour de cette maladie dans le dénouement de ce pêle-mêle.

Mots clés : Covid 19, Sénégal, traitement médiatique, mesure sanitaire, psychose

Resumen: El Covid 19 se convirtió en una de las pandemias más virulentas de la historia de la humanidad. Se impuso como una "temporalidad de la sorpresa". También creó miedo y una psicosis sin precedentes entre la población. En Senegal, su aparición llevó al Estado a tomar varias medidas sanitarias que repercutieron en la vida cotidiana y colectiva de la población. Su tratamiento mediático movilizó a todos los segmentos de la sociedad. Entre el estado de emergencia, las medidas sanitarias y los toques de queda, las secuelas de esta enfermedad provocaron una modificación de los hábitos cotidianos de la población senegalesa. Este texto es el resultado de las reflexiones de un confinado errante. Describe y analiza las medidas sanitarias adoptadas por el gobierno senegalés ante el Covid 19, los discursos "covidianos" que surgieron de esta situación, la vida cotidiana de un « preso » y las lecciones que se pueden extraer de un contexto marcado por el miedo y la psicosis.

¹ Doctorant en Histoire Moderne et Contemporaine. Lab. GERMES, Ed. ETHOS. Titulaire d'un Master en Histoire et d'un CAES (Certificat d'Aptitude à l'Enseignement Secondaire) en Histoire-Géographie à la FASTEF, ex école normale, UCAD.

También nos lleva a reflexionar sobre el tratamiento mediático de esta enfermedad a raíz de esta pandemia

Palabras clave: Covid 19, Senegal, tratamiento de medios, medida sanitaria, psicosis

Resumo: O Covid 19 surgiu como uma das pandemias mais virulentas da história da humanidade. Como uma "temporalidade surpresa", ela tomou conta do mundo. Também criou medo e psicose sem precedentes entre a população. No Senegal, o seu aparecimento levou o Estado a tomar várias medidas sanitárias que tiveram repercussões na vida diária e colectiva da população. O seu tratamento mediático mobilizou todos os segmentos da sociedade. Entre um estado de emergência, medidas sanitárias e recolher obrigatório, os efeitos secundários desta doença levaram a uma modificação dos hábitos diários da população senegalesa. Este texto é o resultado das reflexões de uma pessoa vagabunda confinada. Descreve e analisa as medidas sanitárias tomadas pelo governo senegalês face ao Covid 19, os discursos "covidianos" que surgiram desta situação, a vida quotidiana de um prisioneiro, e as lições que se podem tirar de um contexto marcado pelo medo e pela psicose. Também nos leva a reflectir sobre o tratamento mediático desta doença no rescaldo desta pandemia

Palavras chave: Covid 19, Senegal, tratamento mediático, medida de saúde, psicose

Abstract: Covid 19 emerged as one of the most virulent pandemics in human history. Like a "surprise temporality", it has established itself as a master. It has also created fear and unprecedented psychosis among the population. In Senegal, its appearance has led the State to take several health measures that have had repercussions on the daily and collective life of the population. Its media treatment has mobilized all segments of society. Between a state of emergency, health measures, curfew, the after-effects of this disease have led to a modification of the daily habits of the Senegalese population. This text is the result of the reflections of a wandering prisoner. It describes and analyzes both the health measures taken by the State of Senegal in the face of Covid 19, the "covidian" speeches born of this situation, the daily life of a confined person as well as the lessons that we can draw from a context marked by fear and psychosis and leads us to reflect on the media treatment around this disease in the denouement of this pandemic

Keywords: Covid 19, Senegal, media treatment, health measure, psychosis

Introduction

Dans la deuxième décennie du XXI^{ème} siècle, une maladie appelée Coronavirus ou Covid 19 ou SARS-COV-2 apparaît pour la première fois en Chine, en décembre 2019. Reconnue en mars 2020 comme une pandémie par l’OMS², elle modifie profondément les habitudes quotidiennes des individus. L’humanité tout entière est ébranlée et se retrouve face à un dilemme sanitaire sans précédent.

La propagation rapide du virus fait que les États adoptent plusieurs mesures sanitaires allant des mesures d’hygiène au confinement de la population en passant par l’état d’urgence et le couvre-feu. Cette situation plonge le monde dans une psychose totale et révèle aussi les faiblesses de la nature humaine. La lutte contre la Covid 19 mobilise toutes les couches sociales dans un élan de solidarité et en accord avec le respect des mesures sanitaires, des restrictions, du confinement ou semi confinement.

Dans le cadre de la lutte contre la Covid 19, le traitement médiatique occupe une place privilégiée. Face à la virulence et la rapidité des contaminations, il faut informer, sensibiliser et prévenir la population sur les risques liés à la pandémie et les mesures sanitaires à prendre. Telles sont les missions des pouvoirs politique et socioreligieux, au Sénégal en particulier.

Comment la Covid 19 a-t-elle entraîné le monde dans une psychose générale ? Quel traitement médiatique a été mis en place pour enrayer la pandémie et empêcher que la peur et la violence ne s’emparent de la population ? Les mesures sanitaires prises par les États notamment le Sénégal, en ce qui nous concerne, ont-elles été efficaces ? Comment la population sénégalaise a-t-elle vécu cette pandémie ? Comment ai-je vécu cette situation en tant que citoyen ?

Ce texte à la fois narratif, descriptif et analytique se propose d’étudier, dans un premier temps, la situation de la Covid19, son traitement médiatique et ses répercussions sur le quotidien de la population au Sénégal. Dans un second temps, il met en exergue le vécu quotidien et collectif d’un citoyen en temps de pandémie.

I- De la « Wuhanisation »³ de la Covid 19 à l’apparition du premier cas au Sénégal : de l’ignorance à la psychose en passant par la méfiance

Apparu à Wuhan⁴ pour la première fois, la Covid 19 se répand tel un éclair dans le reste du monde. Les cas de contamination se comptent par dizaines, par centaines, voire par milliers chaque jour. Face à cette rapide propagation, l’OMS demande aux États, notamment africains, de se préparer au pire. Un ennemi mortel et invisible vient de frapper à toutes les portes du monde et une guerre mondiale lui est déclarée. À son apparition au Sénégal, plusieurs mesures sont prises pour faire face à la propagation du virus. L’état d’urgence, le couvre-feu et les restrictions sont

2 Organisation mondiale de la santé créée en 1948. Elle est la seule institution habilitée à décréter une épidémie comme de la pandémie. En raison des nombreux cas de contamination dans plusieurs pays, la Covid 19 a été décrétée comme une pandémie.

3 Expression employée par Abderrahmane Ngaidé, enseignant chercheur au département d’histoire de l’UCAD, au cours de nos nombreuses discussions durant cette période de pandémie.

4 Ville en Chine où la Covid 19 est apparue pour la première fois, en décembre 2019.

accompagnés d'un traitement médiatique afin d'informer et de sensibiliser la population sénégalaise.

1- De la fermeture des lieux publics à l'état d'urgence : mesures sanitaires et traitement médiatique

Après l'Europe, la Covid 19 touche progressivement le continent africain. L'Afrique du Nord (Algérie, Maroc, Tunisie), puis le reste du continent, enregistrent leurs premiers cas de contamination. Au Sénégal, de la fin du mois de décembre jusqu'au mois de février 2020, la Covid 19 est sur toutes les lèvres. Le 2 mars 2020, le ministre de la Santé et de l'Action sociale du Sénégal⁵ annonce l'apparition du premier cas⁶ importé de Covid 19 au Sénégal. La population sénégalaise est inquiète.

Avant qu'elle ne soit décrétée comme une pandémie, la crainte est grande. En effet, compte tenu du système sanitaire défaillant, la population sénégalaise court un grand risque en cas de propagation du virus. Nombreux sont les Sénégalais qui fustigent les politiques de l'État depuis son accession à l'indépendance⁷, notamment suite à la crise de 1962 née de la dualité au pouvoir entre L. S. Senghor et Mamadou Dia⁸. Durant la période postcoloniale, l'État n'a pu construire des hôpitaux dignes de ce nom⁹. Ceux qui existent dans le pays datent, pour la plupart, du temps colonial et font face depuis, à des problèmes de personnel, de manque de moyens, de gestion, etc. Les maux dont souffrent les hôpitaux du Sénégal sans compter les laboratoires peu ou sous équipés sont autant de raisons qui rendent les habitants pessimistes quant aux capacités à pouvoir faire face à une maladie aussi virulente et dangereuse.

Si, avec la multiplication des cas de contamination, les structures sanitaires des pays développés sont débordées et peinent à prendre en charge les malades, qu'en sera-t-il du Sénégal face à la propagation rapide du virus ? Certains, toutefois, se targuent du fait qu'il y a de très bons médecins, même si leur nombre est insuffisant. Malgré les maux des hôpitaux, le Sénégal dispose aussi d'un système sanitaire qui fait bonne figure dans la sous-région. Mais va-t-il être confronté à un défi au fur et mesure que les cas augmenteront. Une chose est sûre, en tout cas, aucun homme politique ou

5 Il s'agit d'Abdoulaye Diouf Sarr. Ce dernier est limogé en mai 2022 (suite à la mort de 11 nouveaux nés dans un incendie survenu dans le service de néonatalogie de l'hôpital Abdelaziz Sy Dabakh de Tivaoune). Il est remplacé par Docteur Marie Khemesse Ngom Ndiaye.

6 Il s'agit, selon les autorités du ministère de la Santé et de l'Action Sociale du Sénégal, d'un Français vivant à Dakar et qui a séjourné en France avant de revenir au Sénégal au début du mois de mars.

7 Voir Momar Coumba Diop (dir.) (2002). *Le Sénégal contemporain*. Paris, Karthala, 656 p. ; Mamadou Dia, *Echec de l'alternance au Sénégal et crise du monde rural* (2005). Dakar : L'Harmattan, 172 p.

8 Après les indépendances, le Sénégal opte pour un régime bicéphale avec Mamadou Dia, Président du Conseil du Gouvernement et Senghor, Président de la République. Dans les faits c'est Mamadou Dia qui se charge de définir la politique et le devenir du Sénégal indépendant. En 1962, il est accusé d'avoir fomenté un coup d'état ; il est emprisonné.

9 Les infrastructures qui existent sont construites pour la plupart dans le contexte colonial (Hôpital régional de Saint-Louis, Hôpital principal de Dakar, Hôpital Abass Ndao, Aristide le Dantec, entre autres). La politique sanitaire postcoloniale est plus axée sur l'équipement de ces hôpitaux concentrés dans les grandes villes. Toutefois, dans le cadre d'une décentralisation, des efforts sont en train d'être faits dans ce domaine avec notamment la construction du Centre National d'Oncologie de Diamniadio, de l'hôpital de Touba, de l'hôpital régional Amath Dansokho de Kédougou pour un meilleur accès aux services de base.

autorité sénégalaise ne pourra se rendre en Europe pour se faire soigner ainsi qu'ils ont l'habitude de le faire.

Au sein de la population, dans les discussions quotidiennes, reviennent les phrases : « on vivra tous ou on mourra tous ensemble » ; « unis, nous ferons face au virus », « le Sénégal sera épargné parce que le pays est protégé par certains hommes religieux », « la Covid 19 ne peut pas vivre en zone tempérée et par conséquent ne peut pas atteindre les Africains ». Or, on sait bien maintenant que ce fut loin d'être le cas. La portée du discours est pour le Sénégalais une manière de rationaliser et de rendre intelligible la maladie. L'idée que la force de la foi protège le croyant du virus se répand largement parmi les Sénégalais et jusqu'à l'État lui-même.

Contrairement à certains pays qui adoptent des mesures préventives¹⁰, le Sénégal ne juge pas nécessaire, au début, de fermer ses frontières. Mais, à l'instar des pays tels que la France, l'Espagne, l'Italie qui doivent suspendre certaines de leurs activités pour lutter contre la pandémie¹¹ en raison de la propagation rapide du virus, le gouvernement sénégalais doit annoncer que des mesures de contrôle au niveau de l'Aéroport international Blaise Diagne de Dakar (AIBD) ainsi que des frontières terrestres sont renforcées.

Puis, pour faire face à un nombre accru de cas de Covid 19, le Sénégal, comme le reste du monde, prend des mesures sanitaires telles que : couvrir son visage avec un mouchoir en cas de toux ou d'éternuement puis le jeter dans une poubelle, éviter de se toucher les yeux, le nez et la bouche, se laver les mains fréquemment avec du savon ou utiliser du gel hydroalcoolique, porter un masque, éviter tout contact étroit avec des personnes malades, éviter les rassemblements et pratiquer la distanciation sociale¹² d'au moins un mètre, nettoyer et désinfecter les objets et surfaces fréquemment touchés, rester à la maison si ce n'est pas une urgence¹³.

Un appel au respect strict des mesures de prévention individuelles et collectives est lancé par le Ministère de la Santé et de l'Action Sociale. Il trouve un écho favorable auprès de la population. Pris de peur, chaque Sénégalais se l'approprie pour se protéger et protéger ses frères, sœurs et compatriotes. Les médias sénégalais¹⁴ s'érigent en bouclier contre le virus et les mesures préventives passent sur tous les canaux de télévision et de radio. Leur influence et leur audience auprès de la population s'intensifient.

En ligne de mire dans la lutte contre la Covid 19, les médias passent en boucle les mesures à respecter pour ne pas être touché par le virus. Lors des débats et journaux télévisés, la Covid 19 occupe une très large place ; elle est au centre des débats. En informant par le menu la population de la situation, les journalistes ainsi que les autorités sanitaires participent, par la même occasion, à répandre et à renforcer la peur auprès de la population. Entre cas contact et décès journaliers, la population est suspendue au bilan qui leur est prodigué chaque jour. Les réseaux sociaux qui

10 Dans les pays comme l'Angleterre, la Chine, l'Allemagne, la France, les restrictions des transports aériennes consistent à la suspension des vols envers certains pays considérés comme à risque, la présentation d'un test PRC avant le voyage.

11 Les activités sportives et culturelles sont toutes suspendues. En France, l'état d'urgence et le confinement sont décrétés et les écoles et universités fermés.

12 Certes l'État préconise une distanciation sociale, mais dans les recommandations comme dans la réalité, il s'agit plus d'une distanciation physique.

13 Communiqué du Ministère de la Santé et de l'Action sociale.

14 Parmi les télévisions et radios, nous pouvons citer la RTS ; Radiotélévision du Sénégal, TFM : Télé Futur Médias, la 2S TV, DTV, radio Sénégal, etc.

remplacent les médias traditionnels permettent une meilleure connaissance de la situation sanitaire. Toutefois, ils peuvent véhiculer de fausses informations.

À partir du 16 mars 2020, le Président de la République du Sénégal, Macky Sall, décide la fermeture des écoles et universités du Sénégal, prohibe les manifestations publiques pendant un mois, suspend les procédures des pèlerinages musulman et chrétien, interdit aux bateaux croisières d'entrer au Sénégal, annule la fête d'indépendance et prévoit, en lieu et place, l'organisation d'une cérémonie de prise d'armes au Palais ; demande aux autorités religieuses d'accompagner l'État dans les mesures arrêtées et à la diaspora sénégalaise de respecter les consignes édictées dans leur pays de résidence¹⁵. Le 23 mars 2020, il s'adresse à la nation sénégalaise :

Mes chers compatriotes. La situation liée à l'évolution dans notre pays de la maladie à Corona virus, Covid19, m'amène à nouveau à m'adresser à vous. [...] Voilà que l'infiniment petit fait trembler le monde entier de façon brutale, rapide et massive, ignorant les frontières, frappant sans distinction pays riches comme pays pauvres et sans égard pour le statut social des uns et des autres. Gouvernants ou gouvernés, riches ou pauvres, personne n'est à l'abri du Covid 19. Depuis trois mois, une véritable guerre mondiale s'est déclenchée contre cet ennemi commun. Notre pays n'est pas en reste [...] Vous êtes nombreux à soutenir l'élan national de riposte contre le Covid 19. Depuis l'apparition du premier cas, le 2 mars dernier, le gouvernement a mis en place un plan de contingentement en cours pour endiguer la progression de la maladie. Mais de toute évidence, nous n'y sommes pas encore parvenus. Au contraire, d'un premier cas déclaré le 2 mars, nous en sommes aujourd'hui à 721 malades sous traitement dans les 4 arrondissements de Dakar, ainsi qu'à Mbao, Yeumbeul, Guédiawaye, Rufisque, Touba, Mbour, Thiès, Popenguine, Saint-Louis et Ziguinchor. 1561 personnes en contact avec la maladie sont actuellement suivies et seront désormais confinées dans des réceptifs hôteliers par le Ministère de la Santé et de l'Action sociale.

Il ajoute :

L'épidémie qui était confinée à un seul foyer s'est étendue à d'autres localités du pays. C'est dire que le virus gagne du terrain. J'ajoute qu'à ce jour, il n'y a ni vaccin ni médicament homologué contre le covid19. Ce soir, mes chers compatriotes, je vous le dis avec solennité : l'heure est grave. La vitesse de progression de la maladie nous impose de relever le niveau de la riposte, à défaut nous courons un sérieux risque de calamités publiques. En conséquence, en vertu de l'article 59 de la constitution du Sénégal et de la loi 69-29 du 29 avril 1969, à compter de ce soir à minuit, je déclare l'état d'urgence sur l'ensemble du territoire national. Le gouvernement, les autorités administratives et l'ensemble des services de l'État

15 Mesures du Président de la République du Sénégal. <https://www.sante.gouv.sn/>

concernés prendront toutes les dispositions nécessaires à l'application sans délai du décret sur l'état d'urgence [...]»¹⁶

Le discours du président de la République, diffusé dans tout le pays par les chaînes de radios et télévisions, est largement suivi par la population. Il fait état de la situation de la pandémie et des mesures prises par l'État afin de limiter la propagation du virus. L'état d'urgence et le couvre-feu décrétés vont affecter l'économie du Sénégal et le quotidien des ménages. C'est ainsi qu'il déclare :

Je suis également soucieux des effets de la crise sur l'économie nationale. Pour en atténuer l'impact, j'ai créé un fonds de riposte et de solidarité contre les effets de la Covid 19, Force Covid 19, qui sera doté de mille milliards de F.CFA. Ce fonds¹⁷ sera alimenté par l'État et toutes les bonnes volontés. Je lance un appel à tous : aux secteurs privés et aux partenaires bilatéraux et multilatéraux afin qu'ils apportent leur soutien aux forces Covid 19. Les ressources du fonds serviront entre autres à soutenir les entreprises, les ménages et de la diaspora. Une enveloppe de 50 milliards sera consacrée à l'achat de vivres pour l'aide alimentaire d'urgence [...] Face au péril, l'état d'urgence nous donne les moyens de renforcer nos rangs et d'intensifier nos efforts de lutte pour vaincre notre ennemi commun.¹⁸

Le Président Macky Sall insiste également sur le respect des mesures prises et en appelle à une responsabilité à la fois individuelle et collective.

Je rappelle que le virus porteur de la maladie ne se déplace pas de lui-même. Il circule à travers les personnes qui le portent, qui le déposent dans différents endroits, et qui le transmettent ainsi à d'autres. Par conséquent, en limitant nos déplacements et nos rassemblements, nous arrêtons la circulation du virus. Si nous le faisons, nous avons la chance de gagner le combat contre la Covid 19. Par contre, je vous le dis avec insistance, si nous continuons de faire comme si de rien n'était, le virus va se propager de façon encore plus massive et plus agressive. Et malgré leur dévouement, nos personnels de santé seront alors débordés et ne pourront plus contenir la situation. C'est le pire des scénarios. Nous ne le

16 RTS, Discours du Président de la République du Sénégal, Macky Sall, le 23 mars 2020, à 20h.

17 Après sa répartition, ce fonds, destiné à la population, notamment aux ménages les plus démunis et aux secteurs affectés par la Covid 19 fait l'objet de polémiques et de suspicions. L'achat de vivres pour venir en aide aux populations vulnérables consiste à octroyer à chaque famille du riz, des pâtes alimentaires, de l'huile, du savon afin de pallier les conséquences de la Covid 19 sur les ménages. La grande opération de distribution des denrées alimentaires concerne un million de ménages sénégalais. Confiée aux autorités proches du Président, certains Sénégalais estiment qu'elles n'ont pas investi tout l'argent alloué à ce fonds. La distribution clanique et politicienne est aussi pointée du doigt. Les procédures dans l'attribution des marchés de fournitures de vivres par le ministre du développement communautaire, de l'équité sociale et territoriale sont jugées non conformes. Le manque de transparence est aussi dénoncé par une frange de la population sénégalaise notamment les opposants du régime.

18 RTS, Discours du Président de la République du Sénégal, Macky Sall, le 23 mars 2020, à 20h.

souhaitons pas. Alors, j'en appelle à une prise de conscience nationale sur la gravité de la situation. J'en appelle à la responsabilité de chacun et de chacune. J'en appelle à l'esprit citoyen et patriotique de toutes et de tous. Limitons nos déplacements. Évitions les rassemblements de quelque nature qu'elle soit. Il y va de notre propre santé et de notre propre vie. Il y va de la santé et de la vie de nos familles et de nos communautés. Mobilisons-nous. Mes chers compatriotes, ne laissons au virus ni la vie ni nos vies. Il y va de notre salut. Il y va du salut de la nation [...].¹⁹

La population adhère à son discours. La conjoncture est telle que le Président de la République reçoit ses adversaires, les leaders de l'opposition²⁰, afin de lutter contre « l'ennemi commun »²¹. Une union sacrée est créée autour du Président qui se doit d'obtenir l'assentiment des forces vives de la nation. Une molécule infiniment petite fait trembler les États !

D'un cas, le 2 mars, le Sénégal passe à 71 cas sous traitement, dans les 4 arrondissements de Dakar, à Mbao, Yeumbeul, Guédiawaye, Rufisque, Touba, Mbour, Thiès, Popenguine, Saint-Louis et Ziguinchor, le 23 mars 2020²². Depuis son apparition, le virus a gagné du terrain. Sur toute cette période, les cas de contamination se comptent quotidiennement. Il ne se passe pas un jour sans que le Ministère de la Santé et de l'Action sociale ne fasse le bilan du jour. Son point de presse est très attendu. Les cas positifs du jour attirent l'attention de la population. La flambée des cas communautaires de Covid 19 cause une psychose générale.

La peur s'installe, notamment avec la traque des personnes suspectes ou en contact avec une personne atteinte du virus. Par exemple à Touba, un immigré de retour au Sénégal entre en contact avec plusieurs personnes. Il contamine ainsi certains membres de sa famille proche. Les personnes qui sont entrées en contact avec lui sont mises en quarantaine. Le Directeur du centre sénégalais des opérations d'urgences sanitaires²³ révèle que l'immigré infecté est entré en contact avec « au moins 71 personnes » considérées comme des « sujets à haut risque »²⁴. À Vélingara, une guinéenne ayant franchi la frontière par mototaxi est testée positive²⁵. Son parcours inquiète la population. Les cas communautaires se dissimilent dans la

19 Ce discours tant attendu est retransmis en direct sur les chaînes de télévision et radios du Sénégal en langue française dans un pays où la majorité ne comprend pas cette langue. À peine le discours terminé, une partie de la population fustige cet état de fait. Même si le Sénégal est un pays laïc, avec le français comme langue d'administration, un tel contexte oblige l'expression des langues nationales (Wolof, peul, mandingue) pour permettre à la grande majorité de saisir le sens et la portée de ce discours. 30 à 40 minutes après la version française, le discours est transmis en wolof.

20 Parmi ces leaders, il y a Ousmane Sonko, leader de la PASTEF qui exige toutefois la transparence dans la gestion du fonds de riposte et Idrissa Seck de REWMI qui a rejoint par la suite le gouvernement.

21 À la date du 14 mars 2020, le nombre de cas de contaminations de la Covid 19 dépassait 152 898 dont 5700 décès dans 137 pays. Disponible sur : Coronavirus: état des lieux dans le monde le 14 mars 2020 (rfi.fr)

22 Communiqué du Ministère de la Santé et de l'Action sociale en date du 14 mars 2020.

23 Dr Abdoulaye Bousso.

24 Communiqué du Dr. Abdoulaye Bousso, 8 mars 2020.

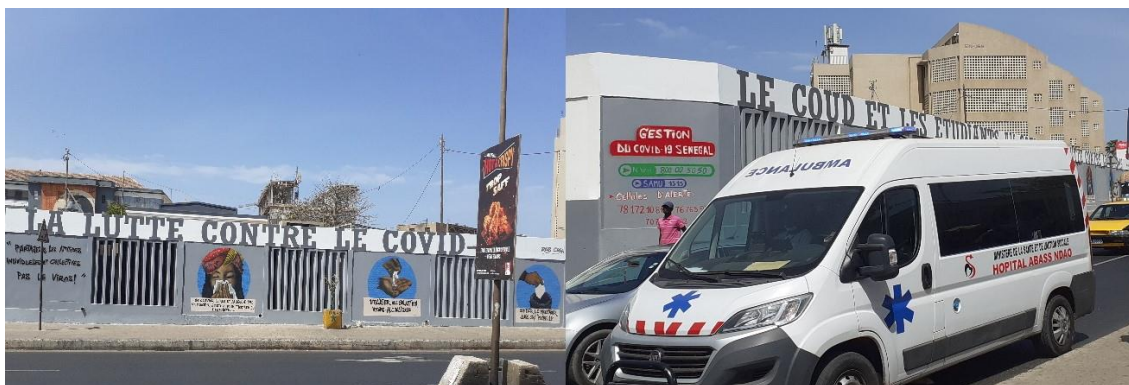
25 *Id.*

société et la traque est lancée. Cette situation plonge les Sénégalais dans l'inquiétude et l'angoisse. Le 30 mars, soit presque un mois depuis l'apparition du 1^{er} cas, le Sénégal compte 164 cas déclarés positifs, dont 28 guéris et 134 sous traitement²⁶.

Pour son éradication, une lutte sans merci est engagée par les autorités étatiques et religieuses. Cette lutte, entamée en première ligne par le personnel médical et paramédical, s'avère inefficace face à la propagation rapide du virus. Un élan de solidarité se forme autour du chef suprême de la nation. La Covid 19 ignore les frontières, les peuples, les pays ; qu'ils soient petits ou grands, riches ou pauvres, développés ou sous-développés, il touche toutes les classes sociales et ne reconnaît ni statut, ni grandeur, ni religion, ni appartenance. Une guerre mondiale que l'on peut qualifier de guerre de solidarité lui a été déclarée par l'humanité. Toute la population se mobilise contre un ennemi commun devant lequel tout le monde connaît les mêmes risques de contamination. En ces périodes sombres et difficiles, un « invisible visible » rappelle à l'humanité et au peuple sénégalais que certaines valeurs telles que la solidarité, l'entraide, sont immuables et doivent constituer le socle d'une nation.

Des slogans comme « Took leen sen keur »²⁷, « Tous unis pour vaincre la Covid 19 », « limiter la mobilité protège contre la Covid 19 », « Veuillez respecter les mesures sanitaires », « Protégeons notre Sénégal contre Covid 19 » trouvent un large écho auprès de la population. Ces types de messages circulent en permanence, défilent en boucle sur les panneaux publicitaires, les radios et chaînes télévisées nationales. Ils sont peints sur les murs de certaines grandes artères de Dakar et un peu partout au Sénégal. Sur la façade principale et les murs de l'Université Cheikh Anta Diop de Diop, on peut voir et lire des messages de sensibilisation pour un appel au respect des mesures sanitaires, à la solidarité, à la prise de conscience.

Photo 1 : Façade du mur de l'UCAD



Source : auteur, 2020.

²⁶ Communiqué du Ministère de la Santé et de l'Action sociale en date du 14 mars 2020.

²⁷ Littéralement « Restez chez vous ».

Photo 2 : Panneau publicitaire Covid-19



Source : auteur, avril 2020

La mobilisation de toutes les classes vives de la nation (opposants, chefs religieux, entrepreneurs, gouvernants et gouvernés, etc.) est nécessaire.

Toutefois, toute la population sénégalaise ne semble pas être animée par un esprit de collaboration. En outre, les mesures véhiculées par les autorités sanitaires contribuent à entretenir la peur et la stigmatisation. Les familles touchées par la Covid sont pointées du doigt. Personne ne veut s'approcher d'elles. Il n'est pas question non plus d'avoir un contact avec les autres membres de ces familles. On les fuit constamment. Le mode de traitement de l'information est anxiogène. Il suscite des comportements jugés irrationnels. Et, à bien des égards, les communiqués quotidiens du Ministère de la Santé sont source d'angoisse et de peur.

Attendus tous les jours, ils finissent par peser lourdement sur le quotidien de la population. L'augmentation des cas, perçue comme une catastrophe, est souvent interprétée comme un non-respect des mesures édictées. L'absence d'une communication « unilatérale » des autorités fait naître des doutes quant aux choix, à l'échelle de prélèvements pour les tests journaliers et à la centralisation des analyses dans les laboratoires.

Dans les médias et réseaux sociaux, diverses informations discordantes, inquiètent la population. De fausses informations sont ainsi véhiculées. Par le biais d'une annonce, les autorités sénégalaises mettent en garde toute personne qui diffuse de fausses informations liées à la Covid 19²⁸. Tout « colporteur » de fausses informations, susceptible de « plomber » la stratégie nationale de lutte contre la Covid 19, sera traduit devant les juridictions sénégalaises. Le Ministre de la Santé et de l'Action sociale estime que « les individus à l'origine de ces rumeurs » sont des « ennemis de la République » et sont là « pour contrecarrer les efforts de l'État pour freiner l'épidémie »²⁹.

Malgré cette menace, un communicateur traditionnel³⁰, à travers une vidéo diffusée sur les réseaux sociaux, met en doute l'existence du virus à Touba et s'oppose ainsi

28 Déclaration d'Abdoulaye Diouf Sarr.

29 Communiqué d'Abdoulaye Diouf Sarr, Ministre de la Santé et de l'Action sociale du Sénégal.

30 El Hadji Abdoulaye Mabaye Pekh.

à l'annulation du magal de Kazu Rajab³¹. Convoqué par la section de recherche de Colobane, il se rétracte en estimant que « ses propos ont été déformés » et même si le virus existe à Touba, « le fondateur du mouridisme l'y chassera »³². Malgré cette dissuasion, d'autres Sénégalais³³ nient publiquement l'existence du virus. Toutefois, aucun d'entre eux ne fait l'objet de poursuite judiciaire, malgré les menaces. Face à cette situation, le Synpics³⁴ rappelle à l'ordre la presse et déclare que « toute information en destination du public doit être vérifiée et confirmée par les sources médicales, notamment »³⁵. Ainsi, il en appelle à la responsabilité de la presse en ligne afin d'éviter « la psychose et les mauvaises interprétations »³⁶. Face aux fausses informations et mauvaises interprétations, une inquiétude grandissante gagne la population.

Dans le traitement médiatique de la Covid 19, la communication menée par les acteurs communautaires est sans doute la plus réussie. Avec l'appui des chefs religieux, les associations communautaires mènent des campagnes de sensibilisation en procédant à des visites à domicile afin d'encourager l'adoption des bonnes pratiques d'hygiène. Elles collaborent avec les autorités sanitaires. Les chefs religieux ne sont pas en reste.

En effet, dans le cadre de la mise en place du fonds de riposte contre la Covid 19, le chef religieux des mourides, Serigne Mountakha Mbacké³⁷, participe à hauteur de 200 millions³⁸. Cette participation financière est largement saluée par la population sénégalaise et montre toute la dimension sociale du guide religieux. Il exhorte toute la population, particulièrement les disciples, à se conformer aux mesures sanitaires édictées afin de stopper la propagation du virus mais aussi d'organiser des séances de récitation du coran³⁹. Le message du guide est largement suivi. La population sénégalaise, les talibés notamment, y voit un « ndiguel »⁴⁰. Avec la pandémie et l'interdiction des rassemblements, les activités religieuses⁴¹ sont suspendues et la plupart des mosquées de Dakar sont fermées. Mais, dans le courant du mois d'août

31 Manifestation religieuse commémorant la naissance du deuxième Khalife générale des Mourides Serigne Falilou Mbacké.

32 Déclaration d'El Hadji Abdoulaye Mbaye Pekh suite à son audition par la section de recherche.

33 On peut citer, le célèbre oracle Selbé Ndom et l'artiste chanteur Mame Goor Diazaka. Ils ont été convoqués à la section de recherche, entendus et relaxés sans poursuites judiciaires.

34 Syndicat des professionnels de l'information et de la communication du Sénégal

35 Communiqué du Syndicat des professionnels de l'information et de la communication du Sénégal.

36 *Id.*

37 Actuel Khalife général des mourides.

38 Déclaration du Khalife général des mourides.

39 Ndiguel du Khalife Serigne Mountakha Mbacké

40 C'est une recommandation du maître spirituel à exécuter. Toutefois, dans un contexte politique notamment lors des élections, les guides religieux donnent de moins en moins de ndiguel aux fidèles, du fait qu'ils ne rencontrent plus l'adhésion totale d'antan.

41 Les plus grands événements religieux au Sénégal sont le Magal de Touba, le Gamou de Tivaoune, celui des Niassènes à Kaolack et des Khadres de Ndiassane.

2020, Serigne Basse Abdou Khadre Mbacké⁴² annonce que le Magal de Touba⁴³ aura bel et bien lieu au mois d'octobre. Il déclare que :

le Magal se fera dans un contexte particulier, sous la volonté divine. Mais nous devons rester positifs et croire qu'après le Magal la pandémie pourra disparaître du pays. Nous prions pour ça⁴⁴.

Par ailleurs, Serigne Bass Abdou Khadre estime que le comité d'organisation travaille d'arrache-pied à la bonne préparation de l'événement et dans le respect des mesures édictées par le gouvernement sénégalais. Le port du masque est obligatoire et le Khalife général lui-même apparaît toujours avec son masque. La distanciation physique est aussi recommandée même si durant le Magal cette condition ne peut être respectée. La tenue de cet événement religieux en période de pandémie montre que la croyance au Cheikh et à ses prescriptions sont inaliénables. Les lois qui gouvernent la confrérie sont au-dessus de celles de la République, semble-t-il ? Face à cette décision, le pouvoir politique se soumet. Le Président de la République exprime d'ailleurs sa confiance envers l'autorité morale du guide religieux.

Au Sénégal, la portée du discours du marabout est bien au-dessus de celle du gouvernement⁴⁵. Quand le guide religieux décide, l'institution s'y conforme. Ce conformisme est la résultante d'une collaboration entre l'homme politique et l'homme religieux⁴⁶. Tout acte contradictoire ou d'insoumission du premier à l'égard du second est vu comme « suicidaire ». D'ailleurs, après son élection, l'homme politique ne manque jamais de visiter les grandes familles religieuses pour recueillir leurs prières, bénéficier de leurs faveurs et bienfaits et avoir leur bénédiction. Ainsi, il espère également avoir le soutien de l'électorat de ces familles. La recherche du « baraka »⁴⁷ et la peur de s'attirer la colère du marabout dictent la conduite de l'homme politique. Ce faisant, il est normal que le discours de l'homme religieux ait plus de retentissement et d'adhésion auprès de la communauté sénégalaise, d'essence confrérique. Dès lors son discours est plus porteur que celui du politique. D'une manière générale, les autorités religieuses sont éminemment écoutées et respectées, tant par les disciples que les autorités politiques. C'est pourquoi leur apport dans la lutte contre la Covid 19 est sans conteste.

2- Mon quotidien au temps de la Covid 19 : insouciance, errance, psychose

Aussitôt la fermeture des écoles et universités décrétée, des scènes de liesse ont lieu à l'Université Cheikh Anta Diop de Dakar. Certains étudiants exultent et oublient un

42 Porte-parole du Khalife général des mourides.

43 Communément appelé 18 Safar, c'est l'un des plus grands et importants événements religieux commémorant le départ en exil de Cheikh Ahmadou, le fondateur de la confrérie mouride.

44 Déclaration du porte-parole des mourides, Serigne Bass Abdou Khadre Mbacké.

45 Sur le contrat social sénégalais et la nature des relations entre les marabouts musulmans et les gouverneurs, Voir Cruise O'Brien, « le contrat social sénégalais à l'épreuve », pp. 9-20. Il affirme que « Le taalibe fait beaucoup plus confiance au marabout qu'au gouvernement », p. 9.

46 *Id.*

47 Grâce divine.

instant la Covid 19, heureux à l'idée de retrouver leur famille. La maison, sise à Fann Hock⁴⁸, en majorité habitée par des étudiants, se vide en moins d'une semaine. De petites vacances conditionnées ont été accordées. Pour les uns, la meilleure solution est de rentrer chez soi ? Pour d'autres, plus sceptiques, il n'est pas question de rentrer.

Née dans les années 1990, ma génération n'a pas connu d'état d'urgence, encore moins de couvre-feu. Je n'ai aucune idée de ce que cela peut être. À mes yeux, le moment est bienvenu puisqu'il va me permettre de me plonger davantage dans mes recherches. La semaine qui précède l'état d'urgence, soit du 16 au 20 mars, je me rends tous les jours aux Archives Nationales du Sénégal (ANS), dans le cadre de mes recherches doctorales. La peur d'être en contact avec un malade infecté par la Covid 19 m'oblige à prendre des dispositions et j'évite de prendre les moyens de transport.

Le 20 mars 2020 alors que je me rends à un rendez-vous que m'a fixé l'un de mes professeurs, je suis rejoint par un policier qui m'interroge sur les raisons de ma présence en ce lieu et déclare : « Vous devez quitter les lieux, c'est un ordre. Les rassemblements sont interdits ». Je lui réponds qu'il est parfaitement dans son rôle et que je comprends son inquiétude. Sans hésiter un seul instant ni proférer un mot je rentre chez moi. Je suis loin de me douter que les jours suivants vont être aussi durs et que ma vie allait être bouleversée.

Au lendemain de l'état d'urgence et du couvre-feu, la peur gagne de plus en plus la population, mais l'idée de rester confiné à la maison ne me traverse pas l'esprit Je poursuis mes activités tout en m'efforçant de respecter le couvre-feu fixé à 20h.

Dès 19h30, les rues se vident. Les quelques marcheurs qui restent ont une allure inhabituelle. Je me rends compte alors de la gravité de la situation imposée par le couvre-feu. À mi-parcours, un vieux taximan s'arrête et me dit « Jeune homme, monte ». J'hésite un moment, regardant autour de moi, croyant qu'il s'adresse à quelqu'un d'autre. Je prends alors place à ses côtés. Il me demande si je n'habite pas loin car il lui faut, lui aussi, respecter l'horaire du couvre-feu. Pendant le trajet, nous discutons des mesures prises par le chef de l'État face à la propagation de la Covid 19. Un instant, le vieux me dit « mon fils quand le Buur⁴⁹ décide, il faut s'y conformer ». « Oui, mon père, vous avez raison ».

La solidarité dont fait preuve le vieil homme à mon égard et la peur que je ressens me font réfléchir sur la situation que nous traversons. En cette période de pandémie, la solidarité s'impose même si cette valeur, immuable, devrait guider toutes les actions, à tout moment et ne pas être dictée par un moment ou une cause quelconque. Malgré tout, si confinement il y a, je me refuse à confiner mon esprit tout en comprenant le sens et l'obligation de respecter les slogans tels que « stop Covid19 » et « for Staying at home » destinés non seulement à nous protéger mais aussi à protéger les autres. Dans les moments où il nous est permis de sortir, je me promène dans l'enceinte de l'Université, totalement désertée.

48 Quartier de Dakar situé à proximité de l'UCAD.

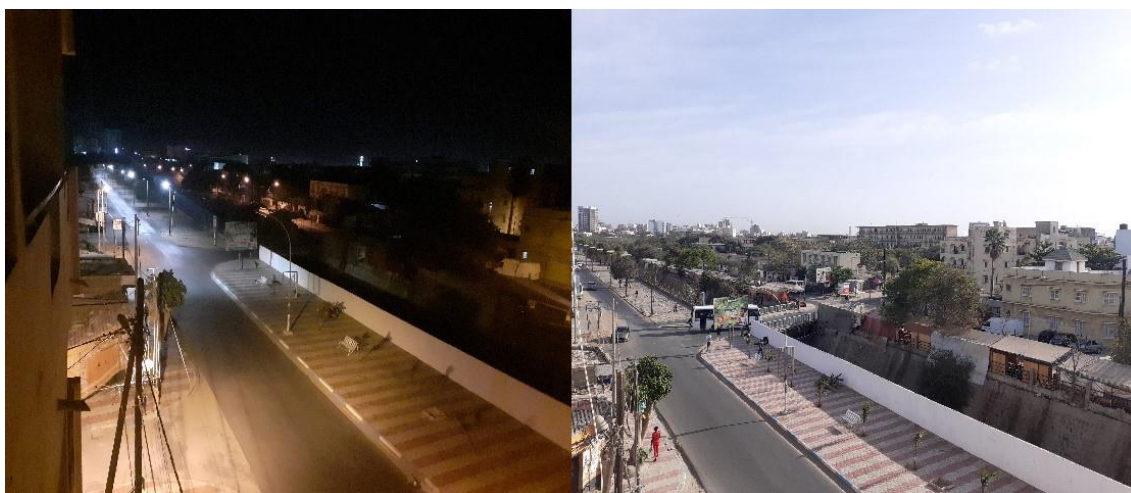
49 Terme wolof qui peut signifier le chef, le roi. Ici, le terme désigne le Président de la République.

Photo 3 : Jardin de la FLSH en temps de Covid 19



Source : auteur, mars 2020.

Photo 4 : vue du Boulevard Mame Cheikh Ibrahima Fall, Fann Hock



Source : auteur, avril 2020.

Après plusieurs mois de fermeture, les universités ouvrent à nouveau. Une reprise graduelle est ainsi prévue. Elle sera généralisée par la suite. Toutes les mesures sont prises par les autorités pour une bonne reprise de l'année. Dans le campus social et pédagogique, des lave-mains sont disposés un peu partout. Une certaine normalité revient peu à peu.

Dans le cadre de la lutte contre la Covid 19, je participe à une enquête⁵⁰ dans les quartiers de Dakar⁵¹ pour évaluer les mesures prises par l'Etat ainsi que leur répercussion sur le quotidien des ménages. Je rencontre ainsi des acteurs communautaires, notamment les « bajenu Gox⁵² » qui estiment que la

50 Initiée par des chercheurs et universitaires Sénégalais dans le cadre du programme « Cent mille étudiants contre Covid19 ».

51 L'enquête concernait plusieurs communes de Dakar telles que Geule Tapé, Fass, Colobane, Médina, Fann Hock, etc.

52 Terme wolof qui peut signifier « marraine de quartier ». Le bejenu Gox est une femme très respectée dans sa communauté et qui transmet son savoir aux autres femmes.

communication des autorités a entraîné une stigmatisation des personnes victimes de Covid 19.

II- Comment user des leçons d’histoire : une bataille à coups de masques et d’interdits

La militarisation des discours présidentiels se matérialise par l’utilisation constante de notions prêtant au chaos. « Nous sommes en guerre », « l’heure est grave », « mobilisons-nous pour faire face », autant de slogans qui renvoient à un état d’urgence ou de catastrophe dans lesquels l’individu s’insère et dont il s’approprie la notion. Le message est si fort et clair qu’il est aisé de comprendre que notre vie dépend de l’acceptation et de l’adhésion ou non à ces discours.

En décrétant l’état d’urgence⁵³, Macky Sall dispose à présent des pleins pouvoirs. Le projet de loi habilitant⁵⁴ le Président de la République à prendre, pour une durée de trois (3) mois, des mesures relevant du domaine de la loi est illustratif. Au nom d’une catastrophe sanitaire, il dicte les voies et moyens. Pour veiller au respect des mesures, la police est chargée de l’application des mesures dans les lieux publics. Toute infraction est condamnable et condamnée. L’absence de port de masque est synonyme d’amende.

La militarisation des discours se concrétise dans la dissuasion et les menaces des autorités. L’annonce des mesures judiciaires contre les diffuseurs de « fake news » en est une illustration. Abdoulaye Diouf Sarr qualifie les diffuseurs de fausses informations et de mauvaises interprétations liées à la Covid 19 d’« ennemis de la République » et estime qu’ils doivent faire face à la justice. Comme en contexte de guerre, toute désobéissance est perçue comme étant une trahison. Un discours intimidant voit le jour en contexte d’urgence sanitaire. La participation à l’effort de guerre incombe à tout le monde.

Mais, face aux mesures prises qui indiquent de nouvelles manières de vivre, des personnes refusent de s’orienter dans cette direction. Le semi-confinement devient insupportable. Privés des « navétanes »⁵⁵, l’une des activités phare durant les vacances, les jeunes Dakarais sont frustrés. Une immense lassitude et exaspération s’installe au sein de la population ; les jeunes sont les plus touchés. Plusieurs manifestations éclatent un peu partout à Dakar, notamment à la Médina⁵⁶. Les jeunes demandent ainsi la levée des restrictions imposées par l’État. L’urgence économique et les revendications en faveur d’un retour à la liberté s’imposent alors contre les mesures édictées.

La gestion de la Covid 19 par l’État du Sénégal est sans doute l’une des meilleures dans la sous-région. Toutefois, les discours des autorités qui accompagnent le traitement médiatique sont anxiogènes. Les autorités optent pour une communication horizontale afin de susciter la peur et, par conséquent, une réaction positive. Ce modèle de communication horizontale est mieux adapté en contexte de

53 Par décret n°2020-830 du 23 mars 2020, le Président proclame l’état d’urgence sur l’ensemble du territoire national. Il est prorogé à deux reprises par les décrets n° 2020-925 du 3 avril 2020 et celui n° 2020-1014 du 3 mai 2020.

54 Par ordonnance, le Président est habilité à prendre des mesures relevant du domaine de la loi.

55 Activité sportive et culturelle pratiquée durant les vacances par les Associations Sportives et Culturelles de quartier (ASC).

56 Medina est l’une des 19 communes d’arrondissements de la ville de Dakar (Sénégal).

guerre. Dans le contexte de la Covid 19, la communication verticale doit être privilégiée. Sa finalité est de susciter une compréhension globale de la situation.

III- La virilité de la Covid 19 : « Les enfants ne fautent pas »⁵⁷

Les humains pleurent, la nature rit. Un monde à l'arrêt, voilà ce que vit l'humanité en cette période de pandémie. La santé, devenue un enjeu mortel, il se produit une chose insensée où les uns et les autres se fuient mutuellement.

Nous sommes tous devenus des suspects. L'individu est devenu non pas une personne, mais un corps malade susceptible d'être porteur de virus et, donc, dangereux. Nos comportements et nos rapports ne cessent de changer au quotidien. Les manifestations habituelles disparaissent avec la propagation rapide du virus. La communauté, censée nous unir et qui doit participer à raffermir les liens sociaux est devenue un élément de division. Un élément perturbateur prend alors naissance dans l'espace, public comme privé, ponctué par la violence quotidienne des messages gouvernementaux, anxiogènes.

Avec la Covid 19, le corps humain devient suspect. Le virus installe une peur et une psychose. En effet, beaucoup de Sénégalais ont peur d'une maladie dont ils ignorent tout. Dans les débats télévisés, on peut entendre : « febaar bi auto you yakou yi rek ley yobou garage », à savoir, littéralement, : » Seuls ceux qui ont une comorbidité peuvent succomber » ou encore « la Covid 19 ne présente de risques que pour les personnes âgées ». La bienveillance de la Covid 19 envers les jeunes s'oppose à sa morbidité chez les adultes et personnes âgées. Les discours se multiplient, convergent et se contredisent. Ces contradictions font naître des contestations contre les mesures prises par le gouvernement. Une bonne partie de la population estime que les mesures prises par l'État sont exagérées et ne sont pas efficaces contre la Covid 19 d'autant plus que les contaminations augmentent chaque jour. Ces discours entretiennent le flou auprès des Sénégalais.

L'autre devient un danger qu'il faut à tout prix éviter. Ainsi elle oblige la population sénégalaise à (re) adapter son comportement et sa manière de vivre. La solidarité s'érige en règle. Mais aussi, paradoxalement, la défiance et la peur de l'autre, nées de la violence et des contradictions des discours, sont distillées de façon insidieuse et pernicieuse du matin au soir.

Conclusion

D'un (1) cas positif le 2 mars 2020, le Sénégal comptait 88098 cas déclarés positifs, dont 85913 guéris, 1968 décédés et 156 sous traitement, le 30 août 2022⁵⁸. Plusieurs mesures ont été prises pour barrer la route à cette maladie jusqu'alors « inconnue ». De la fermeture des établissements publics et privés au couvre-feu en passant par les gestes barrières, l'État par le biais du Ministère de la Santé et de l'Action sociale du Sénégal a pris à bras le corps cette pandémie. Dans le même temps, les mesures prises pour faire face à la Covid 19 ont été accompagnées d'un traitement médiatique qui n'a pas été sans rappeler celui d'un état en guerre. Il a aussi généré une grande angoisse et de nombreux troubles au sein de la population et a laissé des séquelles qui ne sont pas sans conséquence sur l'avenir des différentes générations.

⁵⁷ Phrase prononcée par Abderrahmane Ngaidé, enseignant chercheur en Histoire à l'UCAD.

⁵⁸ Communiqué du Ministère de la Santé et de l'Action sociale en date du 30 août 2022.

Les télévisions et radios sénégalais ont largement participé à la diffusion de messages anxigènes en relayant par le ton et les termes employés, l'urgence et la gravité de la situation. Certes, ils ont permis une meilleure conscientisation sur les risques liés à la pandémie et l'obligation du respect des mesures prises par le gouvernement, mais, en même temps, ils ont créé au sein d'une population justement effrayée et perdue, un climat particulièrement traumatisant par la transmission récurrente de messages et discours alarmistes et perturbants, source d'angoisses, de mal être et de violences tant individuelles que collectives.

Le traitement médiatique a ainsi permis à la population sénégalaise d'identifier les risques, d'évaluer et de comprendre leurs vulnérabilités. C'est sans doute ce qui a facilité l'adoption de bons comportements durant toute cette période. L'appropriation des mesures de lutte contre la Covid 19 est nécessaire pour faire face aux contaminations notamment aux cas communautaires. Pour y arriver, une communication axée sur les valeurs est nécessaire. C'est dans doute dans cette logique que les autorités religieuses et communautaires ont joué leur partition en participant à l'effort de guerre pour lutter contre la Covid 19.

Dans toutes les régions du Sénégal, Dakar est la plus touchée par la Covid 19. Cela peut s'expliquer en partie par l'étroitesse de son territoire et la forte concentration de la population. Elle est la voie de pénétration du virus avec le premier cas enregistré au niveau de l'aéroport. Dans le reste du pays, Touba⁵⁹ est aussi un foyer de propagation du virus.

Malgré l'existence de plusieurs vaccins, les contaminations continuent car une frange importante de la population sénégalaise est réticente à la vaccination. A ce jour, seul 1522313 personnes se sont vaccinées⁶⁰. Mais, même si la Covid 19 a mis à rude épreuve le quotidien des Sénégalais, pour l'heure, elle n'est plus une préoccupation. Les mesures de restrictions ont été levées et elle a pratiquement disparu du discours des médias.

Références

- Dia M. (2005). *Echec de l'alternance au Sénégal et crise du monde rural*. Dakar, Harmattan.
- Diop M. C. (dir.) (2002). *Le Sénégal contemporain*. Paris, Karthala.
- Communiqué du ministère de la Santé et de l'Action sociale en date du 2 mars 2020.
- Communiqué du ministère de la Santé et de l'Action sociale en date du 19 septembre 2020.
- Communiqué du Ministère de la Santé et de l'Action sociale en date du 30 mars 2020
- Communiqué du Ministère de la Santé et de l'Action sociale en date du 30 août 2022
- Kramer J. (2021). « Que dit le rapport de l'OMS sur les origines de la COVID 19 ». National Geographic Sciences, 31 mars, consulté le 27-08-2022, à 1h 15.

59 Située dans la région de Diourbel, Touba est la deuxième ville du Sénégal. Elle est aussi la capitale du mouridisme (Confrérie religieuse fondée par Serigne Touba).

60 Communiqué du Ministère de la Santé et de l'Action sociale en date du 30 août 2022.

Disponible sur Que dit le rapport de l'OMS sur les origines de la COVID-19 ?
| National Geographic

RTS, discours de Macky Sall, Président de la République du Sénégal, le 23 mars
2020, à 20h.

www.gouv.sante.sn

www.rfi.fr Coronavirus : état des lieux dans le monde le 14 mars 2020 (rfi.fr)

Entretiens

Entretien de l'auteur avec Abdarahmane Ngaidé, enseignant chercheur. Dakar, mai
2020.

Entretien de l'auteur avec Abdarahmane Ngaide, enseignant chercheur. Dakar, juin
2020.



O coração da loucura: Nise da Silveira e a importância da história de vida e das técnicas expressivas na resiliência à violência em saúde mental

The heart of madness: Nise da Silveira and the importance of life history and expressive techniques in resilience to violence in mental health

Monica Martinez¹

Universidade de Sorocaba

Sorocaba, Estado de São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-1518-8379>

monica.martinez@prof.uniso.br

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4928>

DOI : 10.25965/trahs.4928

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Resumo: O presente estudo debruça-se sobre o filme “O coração da loucura: Nise da Silveira” para abordar a importância da história de vida e das técnicas expressivas na resiliência à violência em saúde mental. Nise (1905-1999) foi uma psiquiatra brasileira reconhecida mundialmente por sua abordagem junguiana no tratamento de pacientes psicóticos. A pesquisa tem como foco a representação que a película faz da protagonista no processo de evolução do tratamento dos transtornos mentais neste período (1944-1956). O argumento é o de que o filme, embora tome decisões de reconstrução cronológica que eventualmente se afastam dos fatos, imortaliza o pioneirismo de uma mulher formada em medicina nos anos 1930, numa sociedade sexista como a brasileira de então, de uma forma suficientemente boa para que este registro seja transmitido e debatido por uma audiência mais ampla, que se interessa pela película por variados motivos.

Palavras chave: comunicação, psicologia, Nise da Silveira, saúde mental, histórias de vida

Résumé : La présente étude se concentre sur le film "O coração da loucura: Nise da Silveira" (Le cœur de la folie : Nise da Silveira" en traduction libre) pour aborder l'importance de l'histoire de vie et des techniques d'expression dans la résilience à la violence en santé mentale. Nise (1905-1999) était une psychiatre brésilienne reconnue dans le monde entier pour son approche junguienne du traitement des patients psychotiques. La recherche porte sur la représentation que le film se fait du protagoniste dans le processus d'évolution du traitement des troubles mentaux à cette période (1944-1956). L'argument est que le film, même s'il prend des décisions de reconstruction chronologique qui s'écartent finalement des faits, immortalise l'esprit pionnière d'une femme formée en médecine dans les années 1930, dans une société sexiste comme celle du Brésil à l'époque, dans une assez bonne manière à ce

¹ Doutora em Ciências da Comunicação

que ce disque soit diffusé et débattu par un public plus large, qui s'intéresse au film pour diverses raisons.

Mots clés : communication, psychologie, Nise da Silveira, santé mentale, histoires de vie

Resumen: El presente estudio se centra en la película "O coração da loucura: Nise da Silveira" (El corazón de la locura: Nise da Silveira en traducción libre) para abordar la importancia de la historia de vida y las técnicas expresivas en la resiliencia a la violencia en salud mental. Nise (1905-1999) fue una psiquiatra brasileña reconocida mundialmente por su enfoque junguiano en el tratamiento de pacientes psicóticos. La investigación se centra en la representación que la película hace del protagonista en el proceso de evolución del tratamiento de los trastornos mentales en este periodo (1944-1956). El argumento es que la película, si bien toma decisiones de reconstrucción cronológica que eventualmente se apartan de los hechos, inmortaliza el espíritu pionero de una mujer formada en medicina en la década de 1930, en una sociedad machista como la brasileña de entonces, en una buena manera de que este disco sea difundido y debatido por un público más amplio, que se interesa por la película por diversas razones.

Palabras clave: comunicación, psicología, Nise da Silveira, salud mental, historias de vida

Abstract: The present study focuses on the film "O coração da loucura: Nise da Silveira" ("The heart of madness: Nise da Silveira" in a free translation) to address the importance of life history and expressive techniques in the resilience to violence in mental health. Nise (1905-1999) was a Brazilian psychiatrist recognized worldwide for her Jungian approach to the treatment of psychotic patients. The research focuses on the representation that the film makes of the protagonist in the process of evolution of the treatment of mental disorders in this period (1944-1956). The argument is that the film, although it makes chronological reconstruction decisions that eventually depart from the facts, immortalizes the pioneering spirit of a woman trained in medicine in the 1930s, in a sexist society like the Brazilian one at the time, in a good enough way to that this record be broadcast and debated by a wider audience, which is interested in the film for various reasons.

Keywords: communication, psychology, Nise da Silveira, mental health, life stories

*(...) ha em todos nós um louco adormecido,
assim como ha em todo louco um homem adormecido.*

Candido Motta Filho em
Expressão artística nos alienados (Cesar, 1929)

Ao fazer uma revisão dos anos iniciais de trabalho da médica brasileira Nise da Silveira (1905-1999), situados entre os anos de 1944 e 1952, Melo chama atenção para o fato de que as personalidades tendem a ganhar destaque em relação às suas obras, que correm o risco de ficar, por assim dizer, eclipsadas por elas (Melo, 2009: 31). A imagem da médica, portanto, estaria registrada de maneira simplista como a “a libertadora dos loucos através da arte” (Melo, 2009: 31).

Neste período, anterior aos estudos vinculados à abordagem da Psicologia Analítica do psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961), Nise estava fazendo sua passagem da neurologia para a psiquiatria, bem como iniciando o combate pelo qual se tornaria conhecida: o contra as práticas violentas no campo da saúde mental de então, como o eletrochoque, o coma insulínico e a lobotomia. Ela não somente refutou os protocolos médicos do período, que considerava de muito risco e de poucos resultados, como propôs a utilização de técnicas expressivas e terapia com animais como método de tratamento.

“Meu trabalho não se inspirou na psiquiatria atualmente predominante, caracterizada pela escassa atenção que concede aos fenômenos intrapsíquicos em curso durante a psicose”, diz no prefácio de sua obra mais famosa, *Imagens do Inconsciente* (Silveira, 2015: 13). “Ao contrário, meu interesse maior desde cedo se dirigiu no sentido de penetrar, pouco que fosse, no mundo interno do esquizofrênico” (Silveira, 2015:13). Ela via ali um potencial que se conservava mesmo diante dos desafios enfrentados pelo paciente. E o caminho de acesso a ele eram dois: a história de vida e a arteterapia. Vida e arte unidas pela saúde mental possível naquelas circunstâncias.

“A partir das produções dos ateliês da Seção de Terapêutica Ocupacional do Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, coordenado por ela a partir de 1946, (...) fundou, em 1952, o Museu de Imagens do Inconsciente” (Melo, 2009: 31).

Neste contexto, este artigo analisa o filme *Nise, O Coração da Loucura*, em particular na representação que este faz da protagonista no processo de evolução do tratamento dos transtornos mentais neste período. O período 1944-1956 é importante porque, em 1944, anistiada, ela retorna a exercer sua função de médica no serviço público, depois de ter ficado afastada por oito anos – sendo detida por um ano e três meses – durante a ditadura Vargas.

Nosso argumento é o de que o filme, embora tome decisões de reconstrução cronológica que eventualmente se afastam dos fatos, imortaliza o pioneirismo de uma mulher formada em medicina nos anos 1930, numa sociedade sexista como a brasileira de então, de uma forma suficientemente boa para que este registro seja transmitido e debatido por uma audiência mais ampla, que se interessa pela película por variados motivos. Sejam eles o histórico, o tema ou até porque apreciam a atriz que encarna o papel de Nise da Silveira, a global Glória Pires.

Uma mulher à frente de seu tempo

Com duração de 1h42, o filme se inicia precisamente com a imagem de Nise esmurrando o portão de metal do hospital psiquiátrico para retomar suas atividades. Com voz firme, diz ao atendente: “Sou a doutora Nise da Silveira e o doutor Nelson está me aguardando”. Os pacientes são separados em alas femininas e masculinas, e vemos abraçada às grades nesta cena a interna Adelina Gomes (interpretada pela

atriz Simone Mazzer). O fato é que, apesar dos retrocessos recentes (Cruz, Gonçalves, & Delgado, 2020), muito mudou desde então com a luta antimanicomial. Os hospitais psiquiátricos não existem mais, tendo sido substituídos no Brasil por setores de Saúde Mental nos hospitais gerais. Mas em muitos deles, como o da Santa Casa de Sorocaba, as grades ainda existem para separar os pacientes, o que pode ainda hoje dar ao visitante a sensação do que era entrar num hospital psiquiátrico.

Enquanto Nise caminha em direção à sua reunião, vemos a representação dos internos, com seus olhares vagos, discursos incoerentes ou sem sentido, comportamentos considerados inadequados e não cooperativos. “Quando os mais violentos estão soltos, ninguém entra”, alerta a enfermeira, apontando para o pátio onde alguns pacientes estão tomando sol.

Nise entra no auditório repleto de médicos, todos homens, no qual um profissional apresenta um trabalho sobre a psicocirurgia, indicada para doentes psicóticos, “que em estados obsessivos apresentam alto grau de agressividade” que os incapacitam completamente para conduta de uma vida social sadia”. O médico prossegue, enquanto exhibe fotos históricas reais, em estilo antes e depois, no qual vemos pacientes com faces tensas na primeira imagem e “tranquilas” na segunda: “Senhores, os resultados são amplamente satisfatórios. Estamos falando de pacientes que antes era responsáveis pela destruição de suas famílias e hoje convivem harmoniosamente com elas”. Contudo, no encerramento da fala do médico, percebe-se um outro ganho importante da técnica na perspectiva dos profissionais: “Graças à lobotomia, hoje a psiquiatria é uma especialidade médica”.

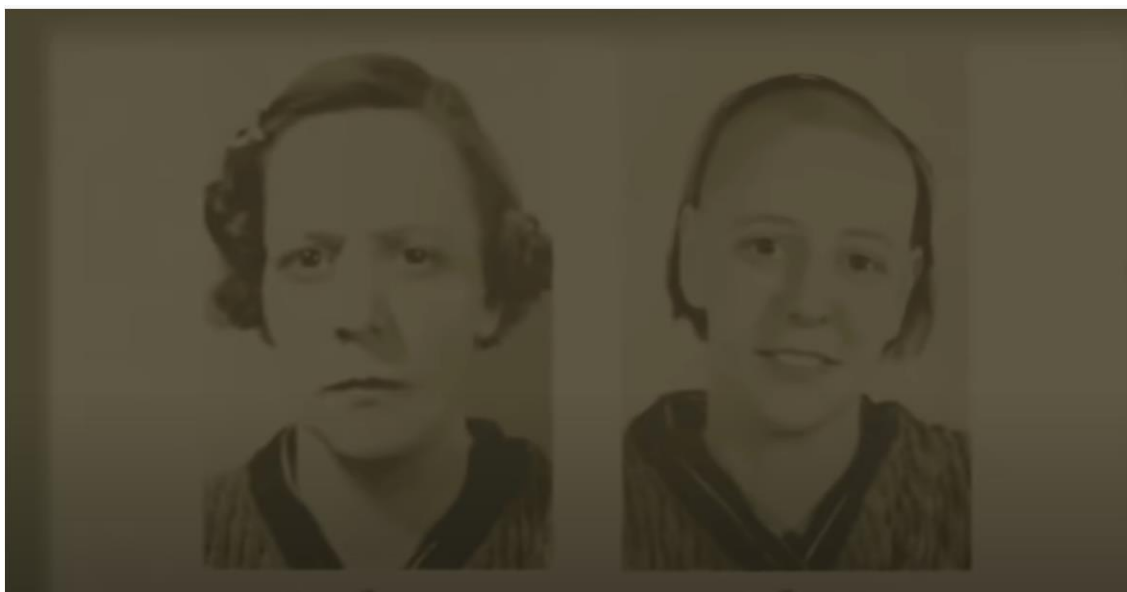


Foto 1: *Nise: o coração da loucura*, 2016

A lobotomia era utilizada na psiquiatria desde 1936, quando Egas Moniz publicou um relato do uso bem-sucedido em quadros de angústia, depressão e esquizofrenia. Em 1951, o médico recebeu o Prêmio Nobel pelo achado – que no filme é mencionado no passado. Estamos, portanto, na película, nos anos 1950, embora na realidade o retorno da médica ocorra em 1944. Uma cena importante é a que mostra a face boquiaberta de Nise, quando o expositor da técnica explica que ela havia ganhado uma contribuição significativa por meio da descoberta do médico americano Walter Freeman: a de que era possível usar picadores de gelo para realizá-la (o que é um fato histórico).

Outras produções cinematográficas que abordam a lobotomia são *Um Estranho no Ninho* (Forman, 1975), com Jack Nicholson, que narra o cotidiano de um hospital psiquiátrico. *Frances* (Clifford, 1982), protagonizado por Jessica Lange, é baseado na história real da atriz Frances Farmer. Trecho deste filme é reproduzido no documentário *First, do no harm* (Haberman, 2017), que mostra que a cobertura midiática foi tão positiva que levou o patriarca Joseph Kennedy – pai do que viria a ser o presidente John Kennedy – a aprovar uma cirurgia para conter o “humor alterado” de sua filha primogênita, Rosemary, aos 23 anos. A cirurgia não foi bem sucedida e a jovem ficou os 63 anos seguintes institucionalizada, sem conseguir andar bem ou falar com clareza.



Foto 2: *Nise, o coração da loucura*, 2016. Dr. Walter Freeman

“Nise da Silveira se recusava a utilizar tais procedimentos por se assemelharem às torturas físicas, que não sofreu”, explica Melo (2009: 33). Contudo, elas as viu de perto na prisão, principalmente em relação a Elisa Berger, que dormia na cama ao lado da sua na cela feminina, a chamada Sala 4” (Melo, 2009: 33). Ao se recusar a fazer estes procedimentos, Nise é encaminhada para trabalhar na Seção de Terapêutica Ocupacional (na realidade no ano de 1946), e as imagens seguintes do filme mostram o quão abandonada a área era, espécie de depósito de móveis quebrados e pacientes.

Os ateliês, a arte e o trabalho em grupos

A produção dos ateliês de pintura e modelagem levantava diversas questões. De um lado, evidentemente, a possibilidade criadora das pessoas com sérios transtornos mentais. De outro, o trabalho em grupos, seja ao participar ou negar a participação neles (Carlos, 2013:198). Segundo o autor, no âmbito da psicologia o estudo sistemático dos pequenos grupos sociais com o objetivo de buscar a compreensão dos mesmos “tem início na década de 1930 e 1940, com Moreno e com Kurt Lewin” (Carlos, 2013: 199). O primeiro com o teatro da espontaneidade, que se desenvolve como o psicodrama. O segundo vai propor o termo “dinâmica de grupo”, utilizado pela primeira vez em 1944. Do ponto de vista de contexto, segundo Carlos, estas noções estão ancoradas no contexto capitalista que, naquele momento, se rendia às inovações propostas pelos modelos fordistas e tayloristas, que tinham um olho no sucesso do empreendimento, enquanto o outro começava a atentar-se para a

precarização das relações profissionais, como pontua Carlos (2013: 199), mas sem dúvida também no campo das relações pessoais e sociais de uma forma mais ampla, no qual a esfera da saúde física, emocional e mental é parte integrante. Desta forma, se o estudo do grupo principia nos ambientes escolares e ligados ao trabalho e, conseqüentemente, à empregabilidade e produtividade, por outro nos parece que desde sua gênese sua sombra recai justamente no âmbito do humano, no qual a saúde de uma forma mais integral é um dos pilares.

No tocante em particular dos grupos que são percebidos como minorias, como a das pessoas com transtornos mentais, destacam-se as reflexões de Kurt Lewin (1890-1947), psicólogo alemão, naturalizado americano para escapar ao nazismo, criador da Teoria de Campo. Neste caso, os constituintes de minorias poderiam ser “definidos diferentemente, conforme se faça referências às estruturas ou à dinâmica dos grupos minoritários” (Maillhiot, 2013: 40). Em relação à dinâmica dos grupos, ressaltam-se duas particularidades:

[...] as minorias se revelam ao observador como constituindo mais ou menos estável entre dois campos de força. De um lado, um campo de forças que exerce sobre os membros uma influência integrante de coesão. Estas forças são constituídas pela atração que exercem sobre as minorias os traços culturais próprios a este grupo e irredutíveis às culturas vizinhas. Estas forças centrípedas desempenham o papel dinâmico no seio das minorias. Elas engendram entre os minoritários atitudes de lealdade para com seu grupo (...) (Maillhiot, 2013: 40).

As imagens de violência do filme *Nise, o coração da loucura* vão dando espaço às cenas de formação do grupo, a começar pela boa vontade da enfermeira e a falta de colaboração do enfermeiro. Neste âmbito, parece que a proposta de Carlos ajuda a entender o grupo como um espaço de diferenças e de relações de poder, mas também o de acolher o conflito como parte integrante deste processo relacional no qual determinações de classe, gênero e raça, entre outras, estão inseridas e nem sempre serão conciliadas (2013: 201). Enfim, o atrito pode contribuir para visões de interseccionalidade que podem convergir ou não, sem que isto seja um ponto que impeça a própria criação, manutenção e, inclusive, término do grupo. Estamos, portanto, no campo das subjetividades.

Outra questão importante é a relação grupo e socialização. Segundo Maillhiot, até “Kurt Lewin quase todos os psicólogos americanos haviam centrado suas pesquisas no problema da socialização do ser humano (Maillhiot, 2013b: 49). Ou seja, o comportamento em grupo e as atitudes sociais continuam em pauta, mas com o foco na noção de que se inclui a personalidade, mas não se limita a ela (Maillhiot, 2013b, p. 50), sempre numa perspectiva das suas múltiplas interações (Maillhiot, 2013b: 51). Assim, para Lewin, o “eu (que ele prefere chamar ‘self’ em vez de “ego”) revela-se em relação às realidades sociais como um sistema de círculos concêntricos (Maillhiot, 2013b: 51):

Ao centro, encontra-se um núcleo constituído pelo que Lewin chama de o “**eu íntimo**”: este núcleo é dinâmico e formado por valores para ele fundamentais, aqueles valores aos quais o indivíduo consagra importância. Em torno deste núcleo central, as regiões intermediárias às quais Lewin chama o “**eu social**”: o eu social engloba os sistemas de valores que são partilhados com certos grupos, por exemplo, os valores de classe, os valores profissionais. Na periferia da personalidade

encontra-se situado o “**eu público**”. Do mesmo modo que o eu íntimo é um eu fechado, este outro é um eu aberto. O eu público é a região mais superficial da personalidade, aquela que está engajada nos contatos humanos ou nas tarefas em que os automatismos são suficientes ou são exigidos. É neste nível que se implicam aqueles que participam de fenômenos em massa. É geralmente também neste nível que muitos indivíduos integram-se em situações de trabalho em que somente a periferia de seu ser é engajada (Mailliot, 2013b: 51).

“Deixa que eles façam o que quiserem”, diz Nise no filme, na abertura do Atelier. Em qualquer tempo histórico, é uma proposta muito inovadora, no contexto de um hospital psiquiátrico, o que a médica propõe.

Liberdade para criar

Afinal, até hoje, a lógica disciplinar ainda impera nos cursos universitários de graduação, com suas demandas autoritárias e cobranças de faltas e notas. Por outro lado, o que Nise parece sugerir é um movimento interiorizado que não seja também ele um simulacro de liberdade, como dizem Nardi e Silva:

Nas sociedades de controle, o exercício do poder dispensa as relações de visibilidade próprias ao esquadrinhamento do espaço disciplinar para se apropriar unicamente da lógica que lhe é inerente. A partir desse momento, a lógica disciplinar não tem mais necessidade de produzir uma visibilidade permanente daqueles que exercem o poder ou daqueles sobre os quais esse poder será exercido. O poder passa a ser exercido de um modo muito mais sutil e imaterial: torna-se mais instantâneo, fluído e eficaz. Podemos dizer que o controle se produz por meio da interiorização da norma, sustentando-se em modos de dominação dependentes da construção da ideia de uma interioridade única, singular e autônoma do sujeito. Essa ilusão de interioridade produz a invisibilidade dos dispositivos de controle e possibilita a invasão da norma em todas as esferas da vida (Nardi & Silva, 2005: 96).

A própria Nise reconhece que a princípio o atelier de pintura era apenas um dos setores que estavam sob sua responsabilidade no Centro Psiquiátrico Pedro II. “Mas aconteceu que desenho e pintura espontâneos revelaram-se de tão grande interesse científico e artístico que esse atelier cedo adquiriu posição especial” (Silveira, 2015: 17).

Anos depois, iniciativas como a de Nise ganhavam visibilidade na construção de, como diz Lima, “espaços clínicos e de inclusão social num território no qual saúde e arte dialogam e se interferem mutuamente” (Lima, 2004: 51). Segundo a autora, esta prática remonta às atividades dos asilos². Do ponto de vista conceitual, contudo, importa aqui discutir a noção de oficina enquanto uma prática importante no

2 Não é objetivo deste artigo deste trabalho aprofundar na questão histórica. Para saber mais, sugere-se a consulta do artigo de (Lima, 2004).

contexto da saúde mental, em particular no âmbito das pessoas em situação de vulnerabilidade:

O dispositivo a que chamamos oficina é geralmente convocado quando se fala em "novas" propostas terapêuticas. Seu uso tem sido frequente e quase corriqueiro na clínica "psi" para designar um amplo espectro de experiências terapêuticas e extraterapêuticas, de diferentes formatos e composições. Quase sempre amparado na crítica à psiquiatria tradicional e, portanto respaldado pelas concepções da reforma psiquiátrica, o universo das oficinas não se define por um modelo homogêneo de intervenção e nem tampouco pela existência de um único regime de produção, ao contrário, é composto de naturezas diversas, numa multiplicidade de formas, processos, linguagens (Galletti Apud Lima, 2004: 53)

Lima cita Foucault (1972: 488) para explicar que, surgidos na segunda metade do século 19, os hospitais psiquiátricos brasileiros procuravam seguir os moldes da psiquiatria proposta pelo francês Philippe Pinel (1745-1826). Para Pinel, “a manutenção da saúde, do bom comportamento e da ordem, é a lei de um trabalho mecânico rigorosamente executado” (Lima, 2004: 54). Desta forma, “os asilos deveriam ter grandes terrenos para que os doentes pudessem trabalhar no cultivo da terra, e havia setores organizados para a realização de diferentes atividades, tais como trabalho com barro, couro e madeira” (Lima, 2004: 54). Como Lima registra:

As oficinas - como são geralmente nomeados esses dispositivos a partir da Reforma Psiquiátrica no Brasil -, remetem à ideia de produção e desta para a ideia de produção de subjetividade. É nesses espaços que se engendram, se experimentam, se criam novas formas de se relacionar, novos espaços para existir, novos modos de ser (Lima, 2004: 53).

Neste sentido, o filme *Nise: o coração da loucura* mostra bem tanto o preconceito com que os psiquiatras brasileiros da época tratavam: 1) uma colega do sexo feminino; 2) uma colega do sexo feminino que se ocupava de um setor de terapia ocupacional e que não só não estava interessada nas cirurgias “de ponta” da especialidade da época, como ainda as questionava; 3) uma colega do sexo feminino que deixava as pessoas internadas à vontade no atelier, sem exercer um controle rigoroso sobre elas.

Personagem importante registrado pela película, sem que contudo por meio dela saibamos seu sobrenome, é Almir. Trata-se do pintor concretista Almir da Silva Mavignier (1925- 2018), que “é também estimado por ter proposto, com a médica Nise da Silveira (1905 - 1999), o uso de atividades artísticas como método de terapia ocupacional” (“Almir Mavignier,” 2022). Uma vez que o atelier não tinha recursos, ele teria conseguido os materiais necessários para iniciar as oficinas.

“(…) vamos evitar o termo paciente. Nós estamos aqui a serviço destas pessoas, nós é que temos de ser pacientes. Eles são nossos clientes” é uma frase importante da película, que também registra a forma diferenciada com que a psiquiatra brasileira conduzia os encontros no atelier. Na mesma cena, quando um interno começa a pintar o outro com tinta vermelha, a médica orienta o enfermeiro: “Deixa os dois em paz”. E as cenas que se seguem começam a evidenciar as expressões criativas dos clientes em contraposição às gestões controladoras das instituições psiquiátricas de então.

Era surpreendente verificar a existência de uma pulsão configuradora de imagens sobrevivendo mesmo quando a personalidade estava desagregada. Apesar de nunca terem pintado antes da doença, muitos dos frequentadores do atelier, todos esquizofrênicos, manifestavam intensa exaltação da criatividade imaginária, que resultava na produção de pinturas em número incrivelmente abundante, num contraste com a atividade reduzida de seus autores fora do atelier, quando não tinham mais nas mãos os pincéis” (Silveira, 2015: 15).

Nas cenas seguintes, os clientes vão sendo nomeados, como antes Lucio (Lúcio Noeman) já o fora: Rafael (Raphael Domingues), Carlos (Carlos Pertuis) e Fernando Diniz entre outros. Uma fala de Nise do filme mostra um aspecto importante: seu conhecimento da obra junguiana:

Quando Carlos foi internado, ele disse que via Deus nos raios de sol que incidiam no espelho do quarto dele. Ele queria que todos vissem o que só ele estava vendo. Você sabe que em várias religiões orientais a flor de ouro simboliza a presença de Deus? Jung diz que a psique, assim como todo organismo vivo, ela tem potencial reorganizador, autocurativo, que se manifesta justamente nestas formas circulares. Essa tentativa de Carlos de reorganização se dá justamente no seu lado místico.

Apresenta, também, a artista plástica Martha (Martha Pires Ferreira) – interpretada pela atriz Georgiana Góes –, que vai trabalhar ao lado de Rafael. Em uma entrevista para o *Canal Saúde / Fiocruz*, Martha diz que:

Nise tinha uma preocupação muito grande com os excluídos. Às vezes estava junto com ela um diplomata, um artista, um poeta, um andarilho, um doente mental, com problemas seríssimos, e ela tratava todo mundo (...) com finura e, ao mesmo tempo, de uma forma firme. É muito incrível juntar numa pessoa só este conjunto de coisas (...). A doutora nunca teve a pretensão de formar artistas, tampouco curar nem tinha interesse em diagnosticar ninguém. Mas a gente percebia pelo histórico daquelas criaturas que eu acompanhei por muitos anos uma postura melhor diante do mundo (...). O que me atraía era o lado sadio de cada um deles – e aí se fazia a ponte (Letras, 2013).

Neste ponto, o filme começa a mostrar a importância das histórias de vida na tentativa de compreensão da pessoa. No filme, numa conversa com Martha e Almir, Nise diz: “Eu conversei com a mãe do Rafael e ela me deu estes desenhos que Rafael fez quando tinha 13 anos. Ele trabalhava num escritório particular como desenhista e chegou a ganhar prêmios”. Nise destaca logo à frente a necessidade de catalogação dos trabalhos: “É preciso colocar o nome, a data e o número também”. Mais à frente, na organização da primeira exposição, ela dirá: “Se não for por autor e em ordem cronológica perde o sentido”.

Esta reflexão não estaria completa sem mencionar a carta inicial à Jung, que ela narra no filme:

Professor Carl Gustav Jung. Mestre, No Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro, existe um atelier onde os doentes

desenham e pintam com a mais completa liberdade. Nenhuma sugestão lhes é dada, nenhum modelo é proposto. Com minhas mais respeitadas homenagens eu vos envio algumas fotografias de pinturas que me parecem mandalas ou formas aproximadas. Elas foram pintadas espontaneamente pelos esquizofrênicos. E eis que surgem imagens primordiais em suas pinturas, apresentando uma demonstração empírica e convincente da psicologia analítica. Está descartada qualquer possibilidade de influência cultural. Eu mal poderia expressar, mestre, o quanto o estudo de seus livros tem trazido luz ao meu trabalho como psiquiatra, além de muito me ajudar pessoalmente. Com admiração, Nise da Silveira (Berliner, 2016).

As imagens a seguir da película mostram a carta, escrita em francês – que foi o idioma de fato no qual foi escrita. E, logo mais à frente, a resposta do psiquiatra suíço – que acha que ela na verdade se trata de um senhor – confirmando que na visão dele se tratavam realmente de mandalas.

O registro no filme da importância das histórias de vida recai no resgate da história de Fernando Diniz. É interessante que outro diretor, Leon Hirszman, dedicou-lhe uma obra, *Em Busca do Espaço Cotidiano*. Na análise da película, Melo reconta a história de Diniz:

Fernando Diniz nasceu no dia 06 de dezembro de 1918, em Aratu, cidadezinha nas proximidades de Salvador. Seu pai faleceu quando Fernando ainda era bastante pequeno e dona Augusta, sua mãe, pobre costureira, teve muitas dificuldades para mantê-lo. Quando estava com quatro anos de idade, Fernando passou a morar no Rio de Janeiro com sua mãe. Vivendo em pequenos quartos de casarões onde habitavam inúmeras famílias, Fernando, desde cedo, experienciou o contraste entre a sua moradia e as ricas mansões de Copacabana onde sua mãe trabalhava (Melo, 2010: 636).

Ao se coletar a história de vida de Fernando, percebe-se um início conturbado, com a perda do pai e o esforço da mãe para que a sua pequena família sobreviva num ambiente socialmente não favorável. Ainda assim, dona Augusta parece dispor de recursos psíquicos suficientes para enfrentar o desafio, arranjando empregos em casas de famílias de posses.

Numa dessas casas, Fernando passa a conviver com Violeta, filha de um rico advogado. A menina lhe ensina algumas palavras e os dois inventam brincadeiras. Desta convivência, nasce em Fernando uma paixão por Violeta. O menino mulato e pobre fantasia se casar com a menina branca e rica. Pensa, então, em ascender socialmente a partir dos estudos: quer ser engenheiro. As fantasias de infância de Fernando encontram sua base no ambiente de enormes contrastes no qual vive, tão característico da sociedade brasileira. Este ambiente fez com que dona Augusta se posicionasse de maneira ambígua e passasse a estabelecer situações de duplo vínculo, ao emitir, de maneira sistemática, informações contraditórias para o filho: diz, por um lado, que o filho é inteligente, que deve estudar para ser engenheiro e, daí, conseguir dinheiro e ter tudo o que quiser; por outro lado, pede para o filho se

comportar bem na casa dos brancos, senão ela perde o emprego. Neste sentido, o que se valoriza é ser branco e rico. Na impossibilidade de ser branco, o mulato Fernando, seguindo recomendações da mãe, quer ser engenheiro para, um dia, ser rico e se casar com Violeta (Melo, 2010:636-637).

Numa espécie de conta de fadas ao contrário, o menino pobre encontra um sentido em seu sofrimento, como diria Frankl (2021) na fantasia de um amor socialmente proibido. Estimulado pela mãe, ele visualiza um caminho para sua aspiração, que é o de graduar-se numa profissão socialmente valorizada – a engenharia – e, assim, propor casamento à amada.

No entanto, a vida desta família e, mais precisamente, a trajetória de Fernando Diniz, serão marcadas pelos espaços de exclusão, ou seja, pela passagem e confinamento em instituições totais. Exemplo patente encontra-se na história de Antônio Carlos, filho que dona Augusta teve com um homem branco, quando Fernando estava com cinco anos. O pai da criança, no entanto, foi embora antes do nascimento do filho e, talvez, nem tenha tomado conhecimento da gravidez da mulher com quem conviveu por poucos dias. Sem poder criar os dois filhos, dona Augusta colocou Antônio Carlos na roda, na Casa dos Expostos, onde a criança faleceu não se sabe quando.

Aos nove anos de idade, Fernando é que foi institucionalizado, passando a viver num asilo de freiras em Petrópolis. Neste local, lhe ensinam noções básicas de português e de matemática. Contudo, não gostava das aulas, assim como não apreciava a alimentação. Considerava amargo o leite oferecido pelo asilo; muito diferente do leite de sua mãe. Somente gostava dos três dias de retiro, que o afastavam temporariamente da rigidez asilar. Neste tempo não possuía brinquedos (Melo, 2010: 637).

Num certo sentido, parece que a mãe de Fernando também ela tem a fantasia de se inserir no *mainstream*, por assim dizer, ao manter um relacionamento e ter um bebê com este homem branco que a abandona. Com recursos psíquicos, mas poucos recursos financeiros, ela abre mão do bebê e, em seguida, também encaminha Fernando para uma instituição religiosa. Aos 9 anos, ele se vê sem o que considerava ser sua família e não parece se encaixar nas rotinas da nova moradia. Contudo, a vida segue e algum tempo depois ele está de volta Rio de Janeiro e parece estar estável o suficiente para colocar-se novamente em busca de seu sonho:

Após dois anos no asilo de freiras, Fernando retorna ao Rio de Janeiro, passando a frequentar uma escola pública. Seguiu seus estudos obtendo, invariavelmente, boas notas. Quando se preparava para o vestibular de engenharia, Fernando ficou sabendo que Violeta havia se casado e sofreu um grande abalo emocional: suas notas na escola foram piorando gradativamente, até que o aluno abandonou o curso; também abandonou os cuidados corporais, passando a ficar sujo; ficou durante meses em mutismo; passou a vagar pelas ruas; sentia o espaço se estreitar vertiginosamente, como se os prédios fossem cair na sua cabeça; e, na praia de Copacabana, Fernando tem o que Nise da Silveira denominou como o único

gesto de rebeldia de toda a sua vida: banha-se nu (Melo, 2010: 637).

Fosse nos anos 1968 numa praia francesa ou californiana, o desnudamento teria tido um caráter de contracultura. Mas não era. O resultado é o aprisionamento, primeiramente numa instituição judicial, depois num manicômio.

É chamada a polícia. Fernando luta com os policiais, mas é levado preso por atentado ao pudor e desacato à autoridade. Ficou seis meses detido. Quando foram avaliadas suas alterações psicológicas, foi transferido para o manicômio judiciário e, de lá, foi levado para o hospital psiquiátrico de Engenho de Dentro. Pode-se acompanhar, por meio da triste biografia de Fernando, toda uma gama de mecanismos de exclusão social que encontram seu núcleo em diversas instituições que zelam pela “boa conduta” (Melo, 2010: 637).

No filme, a história simplificada de Fernando emerge de uma conversa de Nise com a mãe dele, Augusta (que no filme é chamada de Carmen). “A senhora sabe o que esta cirurgia vai fazer com seu filho? Vai destruir uma parte do cérebro dele. Fernando vai perder a capacidade de se emocionar, de sentir as coisas”, diz Nise. Ela mostra o artigo do jornal sobre a exposição e os quadros pintados pelo filho. A mãe responde: “Parece a casa da dona Zélia, uma ex-patroa. Ele ia comigo lá toda semana quando eu ia costurar. Tinha uns 8, 9 anos. Ele adorava ficar sentadinho na sala, escutando Violeta tocar piano”. “Quem é Violeta?”, pergunta Nise. “A filha de dona Zélia. Ele surtou no dia que ela casou”. “Pois então”, diz Nise, “é isto. Fernando está tentando [por meio das pinturas] nos contar uma história que ele viveu. Dê esta chance a ele”. No filme, a mãe de Fernando retira a autorização para a lobotomia. Ao longo da vida, ele produz cerca de 30 mil obras, entre telas, desenhos e modelagens. Realiza, em parceria com o cineasta Marcos Magalhães, o premiado desenho *Estrela de Oito Pontas* (“Fernando Diniz,” 2002). Nunca deixou o hospital, morrendo no mesmo ano que Nise, 1999, em 5 de março, aos 81 anos, de cardiopatia e câncer. Lucio não teve a mesma sorte. Sofreu a lobotomia.

Na mesma entrevista concedida por Martha, o jornalista Bernardo Carneiro Horta, autor do livro *Nise, arqueóloga dos mares*, sintetiza que aquelas pinturas pareciam “uma coisa infantil, recreativa, mas depois viu-se que [trata-se de] um método que dava resultados (Letras, 2013). Um método que permitia que as pessoas com transtornos mentais simplesmente se sentissem seguras o suficiente num atelier para expressar, por meio de técnicas expressivas, um pouco do seu mundo interior. Por pouco que fosse este vislumbre, já era uma porta importante para que a desordem e a perturbação do estado psíquico se reorientassem “através de um ponto central em relação ao qual tudo é ordenado” (Jung, 2012 § 714).

Referências

- Almir Mavignier. (2022). Retrieved May 26, 2022, from <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa5802/almir-mavignier>
- Berliner, R. (2016). *Nise: o coração da loucura*. Brasil: TV Zero.
- Carlos, S. A. (2013). "O processo grupal". In Marlene Neves Strey; Pedrinho Guareschi; Tânia Mara Galli Fonseca; Maria da Graça Corrêa Jacques; Sergio Antonio Carlos; Maria Guazzelli Bernardes (Ed.), *Psicologia social contemporânea: livro-texto* (21st ed., pp. 198–205). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Cesar, O. (1929). *Expressão artística nos alienados: contribuições para o estudo dos símbolos na arte*. São Paulo: Oficinas Graphics do Hospital de Juquery.
Retrieved from
<https://icaa.mfah.org/s/es/item/1110386#c=&m=&s=&cv=&xywh=-1116%2C0%2C3930%2C2199>
- Clifford, G. (1982). *Frances*. Estados Unidos.
- Cruz, N. F. de O., Gonçalves, R. W., & Delgado, P. G. G. (2020). "Retracemento da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019". *Trabalho, Educação e Saúde*, 18(3).
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00285>
- Fernando Diniz. (2002). Retrieved May 26, 2022, from
<http://www.ccms.saude.gov.br/cinquentenariodomuseu/fernando-diniz.php>
- Forman, M. (1975). *Um estranho no ninho*. Estados Unidos: United Artists.
- Foucault, M. (1972). *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Frankl, V. E. (2021). *Em busca de sentido* (52nd ed.). São Leopoldo / Petrópolis: Sinodal / Vozes.
- Haberman, C. (2017). *First, do no harm: the Quest for a Psychiatric Cure*. Estados Unidos: The New York Times. Retrieved from
<https://www.nytimes.com/2017/04/16/us/psychiatric-illnesses-lobotomy-controversial-surgery.html>
- Jung, C. G. (2012). *A natureza da psique (OC 8/2)* (9th ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Letras, C. e. (2013). *Nise da Silveira*. Brasil: Canal Saúde / Fiocruz. Retrieved from
<https://www.youtube.com/watch?v=YqpFT-Tgrrs>
- Lima, E. A. (2004). "Oficinas e outros dispositivos para uma clínica atravessada pela criação". In C. M. Costa & A. C. Figueireso (Eds.), *Oficinas terapêuticas em saúde mental: sujeito, produção e cidadania* (pp. 59–81). Rio de Janeiro: Contra-capa.
- Maillhiot, G. B. (2013a). "As minorias psicológicas". In *Dinâmica e gênese dos grupos: atualidade das descobertas de Kurt Lewin* (pp. 33–53). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Maillhiot, G. B. (2013b). "Da pesquisa-ação à dinâmica de grupos". In *Dinâmica e gênese dos grupos: atualidade das descobertas de Kurt Lewin* (1st ed., pp. 54–76). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Melo, W. (2009). "Nise da Silveira e o campo da Saúde Mental (1944-1952): contribuições, embates e transformações". *Mnemosine*, 5(2), 30–52.
Retrieved from <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41432/28701>
- Melo, W. (2010). "Nise da Silveira, Fernando Diniz e Leon Hirszman: política, sociedade e arte". *Psicologia USP*, 21(3), 633–652.
<https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000300011>
- Nardi, H. C., & Silva, R. N. da. (2005). "Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos". In N. Guareschi & S. M. Hüning (Eds.), *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: Abrapso Sul.
- Silveira, N. da. (2015). *Imagens do inconsciente*. Petrópolis, RJ: Vozes.

III- **Violencia, espacios, media, sociedad, políticas públicas / Violence, spaces, media, society, public policies**



Territórios do torcer: futebol, violência e política

Territories of supporting: football, violence and politics

Felipe Tavares Paes Lopes

Universidade de Sorocaba

Sorocaba, Estado de São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0213-7858>

lopesftp@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4938>

DOI : 10.25965/trahs.4938

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Resumo: Este trabalho (A expressão “territórios do torcer” faz alusão e homenageia a obra de Bernardo Borges Buarque de Hollanda, que a emprega em diversas produções, como em Hollanda e Florenzano (2019)) analisa de que maneira o espaço urbano é apropriado pelas torcidas organizadas e como essa apropriação molda a dinâmica dos conflitos entre elas. Também discute como ele é apropriado por um novo agrupamento de torcedores: os coletivos antifascistas. Para tanto, apoia-se nos resultados parciais de uma pesquisa sobre antifascismo e futebol no contexto da cidade de São Paulo, que adotou múltiplos procedimentos metodológicos. Entre outras coisas, o trabalho indica que as torcidas organizadas dividem a cidade em territórios amistosos e territórios hostis que os coletivos antifascistas costumam converter as ruas em espaços de solidariedade e apoio mútuo.

Palavras chave: antifascismo, futebol, política, território, violência

Résumé : Cet article analyse la manière dont l'espace urbain est approprié par les organisations de supporters et comment cette appropriation façonne la dynamique des conflits entre elles. Il aborde également la manière dont il est approprié par un nouveau groupe de fans : les collectifs antifascistes. À cette fin, il s'appuie sur les résultats partiels d'une recherche sur l'antifascisme et le football dans le contexte de la ville de São Paulo, qui a adopté de multiples procédures méthodologiques. Entre autres choses, le travail indique que les clubs de supporters organisés divisent la ville en territoires amicaux et hostiles, tandis que les collectifs antifascistes convertissent généralement les rues en espaces de solidarité et de soutien mutuel.

Mots clés : antifascisme, football, politique, territoire, violence

Resumen: Este trabajo analiza cómo el espacio urbano es apropiado por las hinchadas organizadas y cómo esta apropiación configura la dinámica de los conflictos entre ellas. También analiza cómo es apropiado por una nueva agrupación de hinchas: los colectivos antifascistas. Para tanto, se basa en los resultados parciales de una investigación sobre antifascismo y fútbol en el contexto de la ciudad de São Paulo, que adoptó múltiples procedimientos metodológicos. Entre otras cosas, el trabajo indica que los hinchas organizados dividen la ciudad en territorios amistosos y territorios hostiles y que los colectivos antifascistas tienden a convertir las calles en espacios de solidaridad y apoyo mutuo.

Palabras clave: antifascismo, fútbol, política, territorio, violencia

Abstract: sThis work analyzes how organized football fans appropriate urban space and how this appropriation shapes the dynamics of conflicts among them. It also discusses how it is appropriated by a new group of football fans: the antifascist collectives. To do so, it draws on the partial results of a research on antifascism and football in the city of São Paulo, which adopted multiple methodological procedures. Among other things, the work indicates that organized football fans divide the city in friendly and hostile territories, while anti-fascist groups usually convert the streets into spaces of solidarity and mutual support.

Keywords: antifascism, football, politics, territory, violence

Introdução

O futebol é guerra simbólica, “guerra sem os tiros”, na expressão de George Orwell (Franco Júnior, 2007). Entre outros lugares, seu caráter guerreiro transparece na sua linguagem: há o “artilheiro”, o “capitão”, o que “mata a bola” etc. Todos empurrados pelos “gritos de guerra” da torcida, que pede para seu time não parar de “atacar” ou, ao menos, se “defender” de forma eficaz. Na “guerra do futebol”, o campo de jogo é o campo de batalha. É lá onde são travados os embates. Embates que adotam táticas variadas, que vão depender, como em qualquer guerra, do local. Afinal, jogar em casa é uma coisa; jogar fora, algo muito diferente. A tática também irá variar de acordo com o adversário: enfrentar o poderoso Real Madrid exige mais cautela do que enfrentar o simpático XV de Piracicaba. De qualquer modo, independentemente da tática adotada, o fundamental no jogo de futebol é a ocupação de espaço. Trata-se de levar a bola de um lugar a outro. De conduzi-la até as redes adversárias. Sendo assim, não podemos compreender as lógicas do (e no) futebol sem entendermos como elas se vinculam à questão do território.

Essa questão é central para compreendermos, por exemplo, os conflitos, armados e corporais, entre torcedores de futebol. Conflitos que, no Brasil, se intensificaram a partir da segunda metade dos anos 1980, entrando definitivamente para a agenda pública na década de 1990, quando ocorreram trágicos episódios, como a famosa “Batalha do Pacaembu”. Nela, torcedores organizados do Palmeiras e do São Paulo invadiram o campo de jogo e se enfrentaram com paus, pedras e outros artefatos, resultando na morte de um torcedor e numa centena de feridos. A partir de então, o Poder Público começou a tomar uma série de providências e a própria academia passou a dar mais atenção ao fenômeno. Foi no período que uma série de trabalhos passou a pesquisar as torcidas organizadas – habitualmente tratadas pela mídia como as principais responsáveis pela violência no futebol brasileiro –, a fim de conhecer seus rituais, identidades, memórias, redes de amizade/inimizade e relações com o espaço urbano (Lopes, 2019).

Dando continuidade a esse último foco de pesquisa, neste trabalho, analiso de que maneira o espaço urbano é apropriado pelas torcidas organizadas e como essa apropriação molda a dinâmica dos conflitos entre elas. Também discuto como ele é apropriado por um novo agrupamento de torcedores: os coletivos antifascistas. Ao fazer isso, aponto para algumas diferenças entre esses dois agrupamentos. Conforme retomarei, os referidos coletivos surgiram em meados dos anos 2010 e têm despertado a atenção de vários pesquisadores (Lopes & Cordeiro, 2020; Souza Júnior, 2020; Gomes, 2020; Ronchete, 2021; Lopes & Marcello, 2021; Lopes & Iñiguez-Rueda, 2022). No entanto, diferentemente dos estudos por eles desenvolvidos, este trabalho não focaliza suas estratégias ciberativistas ou suas representações na “grande mídia”, mas, sim, suas ações no mundo *offline*. Com isso, considero que contribui para ampliar o conhecimento disponível sobre eles.

Antes de realizar as referidas análises, cabe destacar que os argumentos aqui apresentados foram desenvolvidos a partir de reflexões suscitadas pela leitura de teóricos diversos e, também, pelos resultados parciais de uma pesquisa que atualmente desenvolvo sobre antifascismo e futebol no contexto da cidade de São Paulo. Esta conta com o auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e adota múltiplos procedimentos metodológicos, tais como: observação participante, aplicação de questionários, entrevistas individuais, grupos focais e análise de conteúdo de postagens em redes sociais digitais. Também cabe destacar que parte das análises feitas aqui foram apresentadas e discutidas no 18 Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia

(ANPEPP). Este foi realizado em 2020, na Universidade Federal do Pará, na cidade de Belém.

Futebol, território e violência

Conforme já antecipei, a lógica do futebol é a da ocupação territorial. Todavia, os vínculos entre futebol e território não se dão apenas dentro do campo de jogo. Afinal, a “guerra do futebol” transcende as quatro linhas e alcança as arquibancadas. Tanto é que as torcidas adversárias passam parte do jogo gesticulando e entoando gritos ofensivos umas as outras. Inclusive, com certa frequência, a guerra simbólica entre elas converte-se em guerra concreta. Não à toa, elas são separadas, há décadas, por grades, a fim de impedir que uma “invada” o espaço destinado à outra e que, conseqüentemente, aconteçam brigas e tumultos.

A preocupação com a ocupação territorial não apenas fraciona os estádios, mas define toda a organização do espetáculo futebolístico. A torcida visitante, por exemplo, chega escoltada pelas forças policiais. Afinal, ela nunca (ou quase nunca) é bem-vinda. Um grafite na entrada do portão dos visitantes do estádio do Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, é revelador. Diz ele: “São Januário: território hostil desde 1927”. Essa hostilidade está ligada à percepção de que o torcedor visitante é um inimigo, que deve ser combatido e expulso do “nosso” território.

Certamente, essa percepção está na base das atuais perseguições aos torcedores infiltrados. Torcedores que são o produto direto da proibição, em diversos lugares, da torcida visitante. No estado de São Paulo, por exemplo, desde abril de 2016, os clássicos são realizados com apenas a torcida mandante. A partir de então, surgiu uma nova prática: a de infiltrar-se na torcida adversária a fim de acompanhar o jogo e, também, de marcar presença. Não à toa, a ida ao estádio na condição de infiltrado raramente fica no anonimato. Depois e até mesmo durante o jogo, os torcedores postam nas redes sociais digitais fotos registrando sua presença. Ao mesmo tempo em que criou a figura do infiltrado, a proibição da torcida visitante reforçou a ideia de que essa torcida é indesejada, provocando uma “caçada” a esses torcedores. Hoje em dia, ir sem a camisa do time da casa num clássico paulista ou simplesmente não apoiar “suficientemente” pode produzir desconfiança generalizada, causando olhares tortos ou, até mesmo, graves agressões físicas, como já ocorreram algumas vezes (Lopes, 2018).

Visto como um inimigo, o torcedor visitante, por sua vez, vê o estádio adversário como um espaço a ser “ocupado”, “conquistado”, “invadido”. A torcida corintiana, por exemplo, orgulha-se tanto de seus títulos quanto de suas “invasões”. De ter levado 30 mil pessoas ao Japão em 2012 ou de ter dividido o Maracanã, em 1976, com a torcida Fluminense, quando mais de 70 mil pessoas pegaram a Dutra rumo ao Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que mexem com o imaginário dos torcedores, as “invasões” envolvem sempre certo perigo, certo risco. No universo específico das torcidas organizadas, quanto mais arriscada é uma “invasão”, mais prestígio ela confere ao “invasor”. Por exemplo, certa vez, um informante me disse, em tom meio blasé, que ir a um determinado estádio já não era mais a mesma coisa, pois ele havia se tornado “área de lazer” da sua torcida.

Neste ponto, o desdém dos torcedores organizados por provocações feitas na Internet também é revelador. Praticamente não se vê “invasões” do “território virtual” de uma torcida rival. Afinal, essa “invasão” seria ilegítima, coisa de gente que não é verdadeiramente “de torcida”. O risco, certamente, pode ser considerado um elemento relevante na explicação da lógica dos conflitos entre torcedores. Afinal, ele produz adrenalina, excitação. Não à toa, pesquisadores, como Richard Giulianotti

(2002), observam que o envolvimento com o hooliganismo é motivado pelas mesmas razões do que aquele com os esportes radicais, como o *bungee jump* ou o surfe de ondas grandes. Seguindo essa linha de raciocínio e relacionando a briga de torcidas com a questão de classe, José Miguel Wisnik (2008) classificou-a como esporte radical de pobre. Como uma espécie de clube da luta da classe trabalhadora.

Sem entrar aqui na (polêmica) relação entre classe social e violência, reforço apenas que, na lógica das organizadas, há uma busca constante por situações potencialmente perigosas. Situações que, no entanto, devem ser, até certo ponto, administradas, controladas. Tanto é que, nos jogos fora de casa – especialmente naqueles marcados por um longo histórico de rivalidade violenta com a torcida local –, elas adotam uma série de medidas especiais. Nesse contexto, mulheres e crianças tendem a ser proibidas de ir na caravana. Para os homens da “linha de frente”, por outro lado, trata-se de uma “obrigação moral”. Nesse contexto, o apoio logístico e bélico dos agrupamentos aliados também é fundamental para que a torcida não tome “atraso”, ou seja, para que não seja emboscada pela torcida local ou tenha seu “patrimônio” roubado (camisetas, faixas, bandeiras etc.) (Lopes, 2019).

Essas medidas tendem a alimentar a atmosfera belicosa que caracteriza a chegada da torcida visitante, associada, como já adiantei, à ideia de “invasão”. Ideia expressa e reforçada por uma série de rituais. Na Argentina, por exemplo, quando havia torcida visitante (está proibida desde 2013), era comum essa torcida estacionar os ônibus na entrada da cidade para chegar a pé ao estádio. Afinal, chegar de ônibus, com forte escolta policial, era vista como coisa de covarde. De *puto*, na terminologia nativa. Afinal, como se costuma dizer por lá: *hay que tener aguante* (Zucal, 2010), isto é, é preciso resistir às adversidades, enfrentar as dificuldades, correr risco, enfim, seguir em frente apesar dos chutes, pontapés, pedradas e tiros. No Brasil, a terminologia nativa utilizada para se referir à torcida e ao torcedor que costumam se envolver em briga é reveladora: “pista”. Quem briga é de “pista”, ou seja, “pista” é quem não se esconde no ônibus, mas desce e vai para a rua brigar. Aqui, as caminhadas até o estádio também são um elemento importante da cultura das torcidas organizadas. Trata-se de um momento recheado de simbolismo: na “linha de frente”, torcedores de corpos fortes e robustos, muitos sem camisa, fazem a “contenção”, para ninguém avançar sem autorização. Atrás, uma multidão “marcha”, atira rojões para marcar presença e ameaça os rivais com seus “gritos de guerra” (Lopes, 2019).

As relações entre torcidas de futebol e território, todavia, não se esgotam nos estádios e arredores. Há toda uma geografia invisível da cidade que só é conhecida por quem vive o dia-a-dia das organizadas. Há territórios proibidos e territórios seguros para cada torcida. Na cidade de São Paulo, por exemplo, a República é território dos organizados são-paulinos; o Bom Retiro, dos corintianos e a Barra Funda, dos palmeirenses. Afinal, é lá onde ficam localizadas as sedes das principais organizadas de São Paulo, Corinthians e Palmeiras. Sendo assim, andar nessas regiões com a camisa ou boné de uma organizada rival (ou aliada da rival) é considerado uma provocação e um risco. Desde os anos 1980, a geografia invisível das organizadas tornou-se ainda mais complexa. Afinal, foi nesse período que elas começaram a se espalhar pelas cidades. Hoje em dia, a maior parte delas possui subsedes e pontos de encontro em diversos bairros, o que aumenta a possibilidade de conflitos (Teixeira & Lopes, 2019). A identificação com esses subgrupos, vale destacar, parece ser cada vez mais forte. Tanto que é muito frequente vermos, nas arquibancadas de todo Brasil, faixas, bonés e camisetas que fazem referência a eles. Interessante observar, todavia, que os locais de identificação costumam ser regiões pobres. Por exemplo, há a Fiel Capão, a Fiel Jardim Ângela, a Fiel Brasilândia... Mas não há uma Fiel Jardins, uma Fiel Itaim Bibi ou uma Fiel Vila Nova Conceição. Isso

se deve pois, assim como o branco tende a não se ver como uma pessoa racializada, o rico parece não se perceber como uma pessoa “territorializada”. Não à toa, escutamos, com frequência, membros da elite se dizerem “cidadãos do mundo”.

Na geografia invisível das torcidas organizadas, há também uma série de territórios em disputa. Por exemplo, em 2012, houve uma grande briga na Avenida Inajar de Souza, na zona norte de São Paulo, entre torcedores organizados do Corinthians e do Palmeiras. Nesta, dois palmeirenses foram assassinados. Desde então, essa avenida tem sido disputada pelas organizadas de ambos os clubes. Tanto que, na final do Campeonato Paulista de 2020, em plena pandemia da Covid-19, centenas de torcedores do Palmeiras “desfilaram” por ela a fim de “demarcar território”. Como os torcedores corintianos não compareceram, argumentaram que houve W.O. Assim, devido a essa geografia invisível, podemos dizer que a crença do senso-comum de que os embates corporais e armados entre torcedores organizados são aleatórios, podendo ocorrer em qualquer lugar, não é tão verdadeira assim. Há lugares, como acabamos de ver, em que a possibilidade de incidência de conflitos é significativamente maior do que em outros (Lopes, 2019).

Há territórios, inclusive, em que a lógica de rivalidades das organizadas simplesmente desaparece. Aqui, são ilustrativos os bailes de corredor, comuns no Rio de Janeiro na década de 1990 e proibidos em 2000. Em tais bailes, centenas de jovens escutam funk e, em determinado momento, dividem-se, de acordo com sua comunidade, em dois grupos, que se posicionam em cada um dos lados do baile: os chamados lado A e o lado B. No corredor, enfrentam-se com socos e pontapés. O interessante aqui é que, não raro, integrantes de torcidas rivais lutam do mesmo lado contra seus amigos de torcida, que estão do outro lado. Em outras palavras, aquele que era amigo se torna inimigo e aquele que era inimigo se torna amigo – o que faz com que os conflitos entre esses jovens (seja no contexto das torcidas, seja no contexto do funk) não sejam, necessariamente, motivados pela vontade de extermínio. Afinal, trata-se de algo fluído e circunstancial (Coelho, 2016). Trata-se, conforme observa Eric Dunning (2014), de buscar excitação, de experimentar aquele “zumbido” emocional quando se “ferve” na “pista”, enfim, trata-se de atuar no limite e de sobreviver à experiência, na análise de Richard Giulianotti (1999).

Sendo assim, não é surpreendente que, no auge da pandemia do coronavírus, tenham sido as torcidas organizadas (mais exatamente, seus setores progressistas¹) que tenham ido às ruas disputar espaço com a extrema direita – que, naquele momento, fazia manifestações semanais apoiando o governo de Jair Bolsonaro e defendendo pautas antidemocráticas, como a volta do regime militar. Afinal, viver no limite, arriscar-se, está no DNA dessas associações. Em outras palavras, naquele momento, manifestar-se contra a extrema direita envolvia um alto risco (de contágio e de confronto físico) que, talvez, outros grupos sociais não quisessem assumir. Ademais, envolvia uma disputa territorial (pela rua, no caso), que, conforme já antecipei, é um elemento caro às organizadas. Certamente, o engajamento de torcedores organizados em tais protestos pode ser explicado pela sua consciência política e desejo por uma sociedade mais justa e democrática, mas a questão do risco e a territorial não podem ser desconsideradas (Lopes; Marcello, 2021).

1 Por medo de serem responsabilizadas em possíveis casos de atos violentos e vandálicos e para evitar a criação de possíveis rachas internos, as organizadas buscaram, em notas oficiais, se desvincularem dos protestos, observando eles foram realizados por alguns de seus membros de forma autônoma (Lopes & Marcello, 2021).

Futebol, território e política

Nos referidos protestos, também foi possível observar a presença de coletivos de torcedores antifascistas que não possuem vínculos com as torcidas organizadas (ainda que, eventualmente, alguns de seus integrantes possam ser associados). Esses coletivos surgiram na década de 2010, quando o Brasil sediou megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014, e assistiu a diversos episódios de grande relevância política, como as Jornadas de Junho de 2013, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e a ascensão da extrema direita ao poder, consagrada pela vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. Diferentemente das torcidas organizadas, tais coletivos não possuem como objetivo principal apoiar o time dentro do campo, mas alcançar mudanças sociais. Assim, utilizam principalmente as ruas (e, eventualmente, os estádios) para realizarem protestos e manifestações políticas².

Essas manifestações costumam ser realizadas de acordo com as “janelas de oportunidade”, que se abrem e se fecham constantemente (Jasper, 2016). Datas comemorativas – como, por exemplo, o Dia da Consciência Negra – podem ser uma oportunidade para eles organizarem ou aderirem a manifestações relacionadas a elas. Da mesma forma, a manifestação de alguma declaração ou a adoção de alguma medida que os desagradem. Por exemplo, o pedido da concessionária Allegra Pacaembu à Prefeitura de São Paulo para que o contrato de concessão do Complexo Esportivo do Pacaembu fosse estendido, para que ampliasse o desconto na outorga fixa parcelada e para que incluísse a Praça Charles Miller no contrato serviu de estímulo para que grupos como o Coletivo Democracia Corinthiana (CDC), o Bloco Tricolor Antifa (BTA) e o Porcomunas (PC) promovessem uma manifestação contra a privatização do referido complexo. Assim, podemos dizer que as ações dos coletivos antifascistas são orientadas por um “senso de oportunidade”. É preciso reivindicar a coisa certa na hora certa e no local certo.

Os coletivos de torcedores antifascistas também costumam convocar e divulgar seus protestos e manifestações de rua através de suas redes sociais digitais – o que não chega a ser surpreendente. Afinal, de acordo com Massimo Di Felice (2013), desde os anos 1990, a Internet vem dando suporte a movimentos globais e locais, impactando as formas de ação social e contribuindo para reformular os conceitos de participação, espaço democrático, identidade coletiva e estratégia política.

Além de serem divulgadas nas redes sociais digitais, os protestos e manifestações de rua constituem um importante espaço de reafirmação da identidade dos coletivos de torcedores antifascistas – o que é de grande importância para sua manutenção, pois “um motivo fundamental para a participação num movimento é o sentido de identificação com o grupo que ele afirma representar ou com o próprio movimento” (Jasper, 2016: 140). Na verdade, esses coletivos surgem de duas identidades preexistentes: uma política e outra clubística – o que faz com que seus integrantes não precisem criar novas identidades, mas, sim, unificar e reinterpretar as já existentes. E isso é feito nas ruas por meio da articulação do cenário com o figurino, para empregar uma metáfora teatral. Em relação ao cenário, a simples presença em um protesto já é suficiente para demarcar a identidade política dos coletivos. Se eles estão em uma manifestação promovida pela esquerda, por exemplo, é porque se situam desse lado do campo político. Em relação ao figurino, é preciso destacar que seus integrantes costumam vestir a camisa do seu clube ou do próprio coletivo. Com isso, seus corpos configuram-se em um espaço de representação que estabelece a

2 Cabe destacar aqui que as torcidas organizadas também participam de protestos e manifestações políticas. No entanto, como já antecipei, esse não é seu objetivo principal.

associação entre o clube e a política. Além deles, as faixas e bandeiras que os coletivos levam para as manifestações possuem as cores do seu clube e, com frequência, possuem mensagens que remetem a ele.

Importante notar que, se as ruas contribuem para conferir novos significados a identidades pré-existentes, elas mesmas são ressignificadas pelos coletivos. De forma criativa, seus integrantes utilizam variados recursos para transformá-las. Aqui, os chamados “faixaços” organizados pelos coletivos BTA, CDC e PC contra o governo de Jair Bolsonaro são ilustrativos. Nessas ocasiões, seus integrantes estendem, em uma passarela localizada no centro cidade de São Paulo, várias faixas. Entre elas, uma com a seguinte mensagem: “se você é fora Bolsonaro, buzine!”. Mensagem que, ao interpelar os motoristas que passam debaixo do viaduto, consegue transformar um espaço de circulação de carros em um espaço de resistência política, criando um coro de buzinas insurgentes.

Ainda em relação aos recursos empregados, é preciso destacar que as faixas e as bandeiras são particularmente importantes para os coletivos de torcedores antifascistas. A própria criação do CDC foi estimulada pelos comentários ensejados pela faixa “Democracia Corinthiana contra o Golpe”, que chamou a atenção dos manifestantes nas manifestações de 2016 contra o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. As faixas e bandeiras desempenham várias funções: elas transmitem uma determinada mensagem, demarcam território (servindo, inclusive, de ponto de encontro), ajudam na construção da identidade dos coletivos e conferem visibilidade a eles. Algumas delas também contribuem para criar uma cadeia intertextual em que as lutas de outros lugares, de certo modo, se fazem escutar e são amplificadas, o que contribui para inserir, simbolicamente, os coletivos em uma comunidade internacional de insurgentes. Por exemplo, o BTC possui uma bandeira que estampa a imagem de uma guerrilheira da resistência Curda, que combate o patriarcado e o Estado Islâmico.

Outro aspecto a ser destacado é que os coletivos de torcedores antifascistas utilizam as ruas como um espaço de enfrentamento simbólico, não físico. Isso se deve ao fato de tais coletivos apostarem na difusão do pensamento político de esquerda e na construção do poder popular nas comunidades como estratégia para “vacinar” a população frente ao fascismo. Por um lado, essa aposta sugere que eles não compartilham a crença liberal de que as instituições governamentais e o debate público de ideias – estabelecido principalmente nos meios de comunicação – sejam suficientes para neutralizar a violência e as ideias fascistas. Por outro lado, ela indica uma diferença tática importante em relação aos movimentos antifascistas: estes promovem ações de enfrentamento “direto” das organizações de extrema direita, recorrendo, por vezes, ao uso da violência física (Bray, 2018).

Um último aspecto a ser destacado é que os coletivos de torcedores antifascistas tampouco tomam as ruas como um espaço de disputa com torcedores de clubes rivais, como fazem as torcidas organizadas. Ao contrário, para tais coletivos, as ruas servem de espaço de confraternização e construção de redes de solidariedade. Com frequência, os integrantes desses coletivos compartilham o mesmo espaço, são fotografados juntos e apoiam-se mutuamente. Não à toa, conforme me relatou um informante, um dos incentivadores da criação do BTA foi o CDC, que sempre “cobrava” dos torcedores são-paulinos a formação de um coletivo antifascista próprio. Além de andarem lado-a-lado nas manifestações, os referidos coletivos articulam ações conjuntas, como, por exemplo, festivais de futebol com refugiados. Ações que sugerem que, no caso deles, a rivalidade clubística não se sobrepõe à identidade política.

Considerações finais

Neste trabalho, analisei de que maneira o espaço urbano é apropriado por dois agrupamentos de torcedores de futebol: as torcidas organizadas e os coletivos antifascistas. Ao fazer isso, busquei mostrar que essas apropriações são, em diversos aspectos, distintas. Por exemplo, enquanto as torcidas organizadas fracionam as cidades a partir das suas relações amizade/inimizade, que criam territórios amistosos e territórios hostis, que devem ser defendidos ou atacados; os coletivos antifascistas costumam converter as ruas em espaços de solidariedade e apoio mútuo. Essas diferenças indicam, entre outras coisas, as fragilidades daqueles estudos que tendem a tomar o campo de interações dos torcedores de futebol como algo homogêneo e padronizado, como se esses torcedores pudessem ser interligados numa identidade coletiva estável, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los (Thompson, 2000). Na verdade, esse universo é muito mais diversos e complexo do que dizem os referidos estudos.

Com frequência, esses estudos compreendem o torcedor como um alienado e o futebol como um instrumento de fragmentação da classe trabalhadora. De fato, o futebol pode, em algumas ocasiões, segmentar grupos que podem ser capazes de se transformar num desafio real às forças dominantes. Por exemplo, se conseguissem deixar suas rivalidades de lado e fortalecer suas entidades representativas, as torcidas organizadas, muito provavelmente, teriam mais chances de fazer frente ao processo de elitização do futebol e à exclusão da classe trabalhadora dos estádios. No entanto, como busquei mostrar, o futebol também pode contribuir para unir as pessoas em torno de lutas por uma sociedade mais justa e democrática. As próprias torcidas organizadas já se engajaram, várias vezes, nessas lutas: por exemplo, no fim da década de 1970 e começo da década de 1980, elas participaram das campanhas pela “anistia ampla, geral e irrestrita” e pelas “Diretas Já!” (Canale, 2020) e, mais recentemente, protagonizaram os protestos contra a ascensão da extrema direita e suas pautas autoritárias. Mas foram mesmo os coletivos de torcedores antifascistas que estreitaram os laços entre futebol e política, indicando que o “esporte bretão” pode, sim, contribuir para cimentar as forças insurgentes e municiar a resistência política.

Referências

- Bray, M. (2017). *Antifa: el manual antifascista*. Madrid: Capitán Swing.
- Canale, V. (2020). *Um movimento em muitas cores: O circuito de relações das torcidas organizadas paulistas entre 1968 e 1988 - Uma história da ATOESP (Associação das Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo)*. Tese (Doutorado em História, Política, Bens Culturais e Projetos). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas.
- Coelho G. (2016). *Deixa os garotos brincar*. Rio de Janeiro: Multifoco.
- Di Felice, M. (2013). “Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares”. *Contemporânea: cultura e comunicação*, 11(2), p. 267-283.
- Dunning, E. (2014). *Sociologia do esporte e os processos civilizatórios*. São Paulo: Annablume.
- Franco Júnior, H. (2007). *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Giulianotti, R. (2002). *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte e das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria.
- Gomes, V. (2020). *A militância político-torcedora no campo futebolístico brasileiro*. (Dissertação em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia.
- Hollanda, B. B.; Florenzano, J. P. (2019). *Territórios do torcer: depoimentos de lideranças das torcidas organizadas de futebol*. São Paulo: EDUC.
- Lopes, F. T. P. (2019). *Violência no futebol: ideologia na construção de um problema social*. Curitiba: CRV.
- Lopes, F. T. P. (2018). “As artimanhas da resistência torcedora: futebol, linguagem e poder”. *Logos*. 25(1), 192-207.
- Lopes, Felipe Tavares Paes; Cordeiro, Mariana Prioli. (2020). “Futebol, política e historia en Brasil: análisis de un manifiesto de hinchas antifascistas”. *Quaderns de Psicologia*. 22(1),1-18.
- Lopes, F. T. P.; Iníguez-Rueda, L. (2022). “Futebol, ativismo e resistência: uma análise (crítica) de discurso de páginas do Facebook de torcidas antifascistas de São Paulo (2019-2020)”. *Discurso y Sociedad*. 16(2), 420-441.
- Lopes, F. T. P.; Marcello, M. (2021). “Comunicação, futebol e antifascismo: a cobertura jornalística das manifestações políticas de rua de torcedores organizados em 2020”. *Logos*. 28(1), 60-74.
- Ronchete, N. (2021). “Ciberativismo das torcidas antifascistas nas eleições de 2018: uma análise quantitativa”. *FuLiA-UFMG*. 6(1), 6-27.
- Souza Júnior, O. M. (2020). “Futebol e política se misturam: na trincheira das lutas contra o autoritarismo”. *Motricidades*. 4(2), 199-213.
- Teixeira, R. C.; Lopes, F. T. P. (2018). “Reflexões sobre o “Projeto Torcedor” alemão: produzindo subsídios para o debate acerca da prevenção da violência no futebol brasileiro a partir de uma perspectiva sociopedagógica”. *Revista de Antropologia*. 61(1), 130-160.
- Wisnik, J. M. (2008). *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Zucal, J. G. (2010). *Nosotros nos peleamos: violencia e identidad de una hinchada de fútbol*. Buenos Aires: Prometeu.



Feminicídio e Fronteira: uma análise da cobertura jornalística em Ponta Porã (Mato Grosso, Brasil)

Femicide and Border: an analysis of journalistic coverage in Ponta Porã (Mato Grosso, Brasil)

Rafaela Alvarenga Flôr

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Campo Grande, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0577-4633>

rafaela.flor@ufms.br

Daniela Cristiane Ota

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Campo Grande, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-2599-9872>

daniela.ota@ufms.br

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4950>

DOI : 10.25965/trahs.4950

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Resumo: Neste trabalho, busca-se integrar os conceitos de identidade cultural, territorialidade, colonialidade, história e a intersecção com o contexto que vivem as mulheres de Ponta Porã (Brasil), município que faz fronteira com Pedro Juan Caballero (Paraguai). Para isso, usar-se-á notícias publicadas em Ponta Porã nos anos de 2019 a 2021, analisadas com o protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) para entender como é a abordagem e de que maneira são produzidos os materiais sobre o tema. Entre os resultados encontrados estão: notas com características de obituário, nenhuma atualização sobre os casos investigados pela polícia e pouco ou nenhum aprofundamento na temática da violência contra a mulher, mesmo que observadas de maneira ampla.

Palavras chave: feminicídio, geografias da comunicação, jornalismo, fronteira.

Résumé : Dans ce travail, nous cherchons à intégrer les concepts d'identité culturelle, de territorialité, de colonialité, d'histoire et d'intersection avec le contexte que vivent les femmes à Ponta Porã (Brésil), une municipalité limitrophe de Pedro Juan Caballero (Paraguay). Pour cela, les nouvelles publiées à Ponta Porã dans les années 2019 à 2021 seront utilisées, analysées avec le protocole d'analyse de la couverture journalistique (ACJ) pour comprendre comment est l'approche et comment les matériaux sur le sujet sont produits. Parmi les résultats trouvés, mentionnons : des notes avec des caractéristiques nécrologiques, aucune mise à jour sur les cas enquêtés par la police et peu ou pas de profondeur dans le thème de la violence faite aux femmes, même s'il est observé de façon large.

Mots clés : fémicide, géographies de la communication, journalisme et frontière

Resumen: En este trabajo buscamos integrar los conceptos de identidad cultural, territorialidad, colonialidad, historia y la intersección con el contexto que viven las

mujeres en Ponta Porã (Brasil), municipio limítrofe con Pedro Juan Caballero (Paraguay). Para esto, se utilizarán noticias publicadas en Ponta Porã en los años 2019 a 2021, analizadas con el protocolo de Análisis de Cobertura Periodística (ACP) para comprender cómo es el abordaje y cómo se producen los materiales sobre el tema. Entre los resultados encontrados están: notas con características de obituario, ausencia de actualizaciones sobre los casos investigados por la policía y poca o nula profundidad en el tema de la violencia contra la mujer, aunque sea observada de manera amplia.

Palabras clave: femicidio, geografías de la comunicación, periodismo, frontera

Abstract: In this work, we seek to integrate the concepts of cultural identity, territoriality, coloniality, history and the intersection with the context that women live in Ponta Porã (Brazil), a municipality that borders Pedro Juan Caballero (Paraguay). For this, news published in Ponta Porã in the years 2019 to 2021 will be used, analyzed with the Analysis of Journalistic Coverage (ACJ) protocol to understand how the approach is and how the materials on the subject are produced. Among the results found are: notes with obituary characteristics, no updates on the cases investigated by the police and little or no depth in the theme of violence against women, even if observed in a broad way.

Keywords: femicide, communication geographies, journalism, border

Introdução

Discutir as relações de identidades, fronteira e território integrando com os conceitos da comunicação demanda cuidado devido à complexidade em conceituá-los, uma vez que podem ser definidos de muitas maneiras e quando expostos em diferentes áreas do conhecimento conotam outros significados, diferenciando-os do senso comum. Por isso, neste trabalho, optamos por recorrer aos conceitos de Haesbaert (2014) a respeito da territorialidade, ao incorporar nas noções de território as significações históricas e simbólicas que consideram as fronteiras como parte da construção das identidades.

No que tange à significação adotada neste trabalho sobre as fronteiras, estas compreendem os domínios de construções simbólicas de pertencimento, de identidade; são construções culturais (Pesavento, 2006). Partindo-se deste princípio, o recorte deste trabalho abarca as questões da fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, especificamente nas cidades-gêmeas Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), com relação a casos de feminicídio. Como contexto histórico, é importante mencionar que Mato Grosso do Sul é um dos estados mais recentes do país, pois foi desvinculado do estado de Mato Grosso em 1977 pelo presidente Ernesto Geisel e compreende atualmente em seu território 79 municípios, sendo deste total, 12 cidades-gêmeas, conurbadas com o Paraguai ou com a Bolívia. Outra característica salutar estadual é a grande extensão de fronteira seca, com registro de mais de 1.000 quilômetros.

Na compreensão de que as fronteiras são construções culturais, entendemos que os meios de comunicação são disseminadores de particularidades históricas, sociais e culturais onde quer que estejam presentes, ou seja, podem representar as vivências e o cotidiano de determinada região. Dentre pesquisas recentemente realizadas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, estão dois trabalhos consonantes com a temática da violência na fronteira sul-mato-grossense com os países vizinhos, Paraguai e Bolívia. Primeiro, cito o de Souza (2020) que destaca as particularidades da atividade jornalística nesse espaço social e contribui para “retratar a região, ora integrando, ora retratando conflitos e tensões entre as duas nações” (Souza, 2020 : 42).

Ainda que o trabalho de Souza (2020) esteja focado na produção radiofônica da região, a autora menciona uma importante característica no jornalismo da fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero ao afirmar que “o cotidiano fronteiriço, raramente, é retratado no rádio, especialmente no lado brasileiro, que veicula muitas notícias nacionais. As trocas, as interações, as relações comerciais, de trabalho e a cultura local são quase nulas” (p. 63). A autora também constatou que muito da produção informativa da região é sobre temas policiais e políticos, corroborando para o estereótipo de local violento representado nos veículos de imprensa locais e nacionais.

E o segundo trabalho acerca do tema é o de Araújo (2020), cuja pesquisa abrange a fronteira sul-mato-grossense com os países Bolívia e Paraguai. O autor menciona que buscou a perspectiva de que as fronteiras “podem ser analisadas como espaços de contradições, conflitos e ambivalências, com situações pontuais de cooperação política, econômica e cultural que resultam numa integração incompleta e controversa” (Araújo, 2020 : 69). O autor, assim como Souza (2020), também considera que a imprensa presente no local não faz jus ao potencial integrador, bem como se limita a reproduzir os estigmas comuns à fronteira, como sendo um lugar de ilegalidades e contravenções, e ignora a efervescência cultural dos intensos fluxos de bens, ideias, costumes e identidades que dali fazem parte (Araújo, 2020).

Ancorado nessas características observadas em pesquisas anteriores e na tentativa de relacioná-los com conceitos como os estudos de gênero e a interseccionalidade, este trabalho tem como objetivo entender de que forma a imprensa local aborda e realiza a produção de notícias sobre feminicídio, utilizando o protocolo de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ).

Identidade, território e resgate histórico da fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai

A identidade dos indivíduos é formada por meio da coletividade, estando amplamente relacionada com a cultura, religião e processos sócio-históricos que constroem cada grupo presente na sociedade. A cultura, então, pode e tem diferentes influências que a tornam específica, de algum local ou pertencente a um grupo, facilitando a identificação. A partir do contexto fronteiriço, em que os povos dos dois países convivem no mesmo espaço e compartilham de costumes e culturas, até mesmo a fusão delas manifestadas nas músicas, no idioma e na culinária. Andrea Semprini (1999) ao abordar o multiculturalismo explica que é uma realidade concreta vinda do processo humano e social das práticas cotidianas e inseridas no processo histórico. Também o define em seu caráter cultural como uma maneira de grupos ou movimentos sociais se identificarem por valores comuns, estilo de vida homogêneo e o sentimento de pertencimento por uma experiência de marginalização (Semprini, 1999).

Quanto à identidade de um indivíduo, pode-se dizer, segundo Stuart Hall (2015), que é oriunda de uma “sutura” entre o sujeito e a estrutura em que está inserido, de maneira que a identidade é constituída entre a fusão do indivíduo e os mundos culturais em que habita, assumindo para si as identidades culturais da nação em que vive. Hall (2015) argumenta que as identidades nacionais são originadas pela representação, constituída pelo conjunto de significados de uma cultura nacional, é um discurso construído pelos sentidos que influenciam e organizam as ações e concepções de si mesmos.

Para o geógrafo Rogério Haesbaert o “território pode ser concebido a partir da imbricação de diversas relações de poder” (2014, 166). No entanto, apesar de espaço e território não serem equivalentes, ambos não podem ser separados, pois não há território sem espaço e o território está inscrito na dimensão das relações de poder (Haesbaert, 2014).

Por compreender que é insuficiente definir território apenas pelas relações de poder que o cercam, mas também inclui as dimensões simbólicas, Haesbaert (2014) utiliza o conceito de territorialidade de maneira ampla, cujo significado une as referências simbólicas e históricas de um território. O autor salienta que todo território tem uma carga simbólica e identitária.

Pontuamos conceitos específicos de identidade e território, porque no recorte deste trabalho existe uma particularidade: a fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai, no contexto de Ponta Porã, é uma fronteira com divisão imaginária, cujos lados são separados apenas por uma avenida de aproximadamente 13km, com bandeiras em cada lado que apontam onde é o Brasil e onde é o Paraguai. A proximidade não é apenas espacial, também é cultural, histórica, social e econômica.

Há brasileiros com comércio em Pedro Juan Caballero, assim como há paraguaios empreendedores em Ponta Porã; muitas famílias são constituídas por brasileiros e paraguaios; os monumentos e marcos históricos se misturam entre os dois países; há mistura na linguagem, existe sotaque específico que mescla português, espanhol e guarani. Neste sentido, o território de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero possui

dimensões identitárias e carga simbólica que o torna especial, indo além das relações de poder que constituem as duas nações.

Ao longo da história, a localização geográfica favoreceu e estabeleceu características que distinguem a região de outras do restante do Brasil, tornando-a peculiar em fatores históricos, sociais e culturais. Mato Grosso do Sul até 1977 era parte do estado de Mato Grosso. A reivindicação de grupos separatistas perdurou por cerca de 100 anos até que fosse promulgada pelo presidente militar Ernesto Geisel, em 11 de outubro do mencionado ano. Segundo Bittar (1999), as fronteiras do então estado de Mato Grosso foram definidas pela Guerra do Paraguai (1864-1870)¹. E, posteriormente, com outro contexto e pela mobilização separatista é que se definiu o que seria Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A história e a economia do estado foram desenvolvidas a partir das atividades agrícolas e pecuárias, permanecendo até hoje como um dos principais produtores de commodities do Brasil. A região de fronteira possui histórico de produção de erva-mate, pioneiramente cultivada pela empresa Matte Larangeira, com propriedades rurais extensas, e o proprietário, Thomas Laranjeira, muito influente na política, quase constituiu um estado dentro de outro (Corrêa, 1997). A cidade de Ponta Porã, por exemplo, recebeu o apelido de “princesinhas dos ervais” justamente por ter sido uma das principais áreas de cultivo da erva-mate.

Ainda neste contexto, quanto à fronteira da região sul com o Paraguai, até então pertencente a Mato Grosso, devido ao processo de imigração causado tanto pela guerra quanto pela oportunidade de produção agrícola nas terras da região, Corrêa (1997) identificou duas peculiaridades existentes e que configuram a fronteira em questão:

A linha demarcatória entre dois países, que remete ao contexto de consolidação das nacionalidades e dos conflitos pela hegemonia na Bacia do Prata; outro, tratando do processo de conquista e ocupação do que foi categorizado como processo de expansão de fronteiras internas, imbricado na penetração de relações capitalistas pelo interior do Brasil e da América Latina, na instituição do latifúndio e na construção do poder oligárquico (Corrêa, 1997 : 40).

Ou seja, a autora considera que a fronteira vai além do sentido geográfico e aspectos naturais, importando-se mais com os fatores históricos complexos que permeiam o desenvolvimento local, bem como explicam como a ocupação econômica e política decorreram nesses espaços, pois as fronteiras do continente americano apresentam contextos e problemáticas diversas em relação às fronteiras de outras partes do mundo, devido às especificidades dos processos históricos de descoberta e colonização europeia (Corrêa, 1997). Mato Grosso do Sul e também suas fronteiras com os países vizinhos têm na gênese a cultura coronelista e agrícola, oriundas do período de colonização. Diferentemente das regiões mais desenvolvidas no período colonial – por exemplo São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul não possuíram as características da *Senzala* e *Casa Grande*. A região viveu, sim, o período escravista, principalmente ao escravizar os povos

1 A guerra é considerada a maior da América do Sul, pois envolveu Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina em um contexto em que os países buscavam formar e consolidar a Bacia Platina. O Brasil pretendia a livre navegação pelos rios da bacia; o Paraguai estava em uma ditadura mantida e governada pelo general Solano López, o mesmo que deu início à disputa; enquanto Uruguai e Argentina lidavam com conflitos civis próprios e se envolveram na guerra para preservar os próprios territórios das invasões e tomadas paraguaias (Doratioto, 2002).

indígenas que aqui viviam, mas não da mesma forma como aconteceu no sudeste e nordeste do país (Corrêa, 1997).

A autora diz que a fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, por possuir peculiaridades territoriais e históricas do período do século XVI, quando o país começou a ser colonizado, após dois séculos se tornou desorganizada com relação à identidade nacional. Corrêa (1997) cita que a região era isolada, de difícil acesso, fazendo com que a comunicação e o recebimento de informações por telegramas fossem distribuídos pelos Correios via Paraguai no entorno de Ponta Porã. A autora menciona o trabalho de Wilcox (1993) que afirma que, devido a isso, o país vizinho acabou por influenciar culturalmente as comunidades fronteiriças.

É fundamental ressaltar que, além de espaço das trocas comerciais, lícitas ou ilícitas, a fronteira foi um contexto de trocas culturais, onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, vestimentas e, em especial, da língua enquanto fator de identidade de uma determinada comunidade (Corrêa, 1997 : 58).

A colonização europeia nos dois países, ainda que um tenha sido por Portugal para o Brasil e pela Espanha para o Paraguai, instaurou uma cultura colonial que ainda persiste nos aspectos das relações e demonstrações de poder. Lugones (2020), ao interpretar a teoria colonial de Aníbal Quijano, entende e enxerga a centralidade das raças na classificação das “teorias eurocêntricas sobre as classes sociais” no capitalismo global, bem como “as disputas históricas pelo controle do trabalho, sexo, da autoridade coletiva e da intersubjetividade” (Lugones, 2020 : 63). Para a autora, a colonialidade produziu uma classificação social que perpassa todos os aspectos da vida social e permitiu o aparecimento de novas identidades geoculturais e sociais - sendo a América um dos exemplos dados pela autora, como também a Europa.

Essas características herdadas pelo colonialismo elucidam como as relações de poder e de gênero permanecem semelhantes, justamente pelo Paraguai e o Brasil serem frutos da colonização europeia e compartilharem características que os países colonizadores possuíam, por exemplo o controle social promovido pela religião cristã, especificamente a católica; e o patriarcado branco, de classe média a alta, heterossexual e racista.

Interseccionalidade e mulheres fronteiriças

Os Estudos de Gênero e a interseccionalidade surgiram com intuito de inserir mulheres como objetos centrais em pesquisas e teorias sócio-históricas que consideram contextos de raça, gênero, etnia, classe social, sexualidade, geração e território. Muito das teorias sobre gênero e as próprias teorias feministas foram desenvolvidas em contextos diferentes do Brasil, sendo a Europa e os Estados Unidos os centros acadêmicos de relevo para os temas. Dessa forma, no momento em que pesquisadoras e intelectuais brasileiras adentraram com o conceito de gênero no Brasil, notaram a necessidade primordial de considerarem as diferenças e particularidades existentes. Lélia Gonzalez, intelectual e feminista, foi quem apontou a exclusão de mulheres negras e indígenas nos estudos brasileiros até então feitos, em meados de 1980 (Gustafson, 2019).

O conceito da interseccionalidade nasceu em conjunto com a crescente produção acadêmica, sobretudo norte-americana, acerca do feminismo negro e suas particularidades. O nome “interseccionalidade” e a teoria sistematizada, que veio de Kimberlé Crenshaw (2002), insere o contexto da mulher negra nos Estados Unidos e tinha como objetivo servir de metodologia para o enfrentamento das causas e os

efeitos da violência contra a mulher que, pelo sistema estrutural, marginaliza a mulher negra. Ainda neste sentido, Crenshaw (2002) define interseccionalidade como:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002 :177).

A autora aponta para a interação dos marcadores sociais das diferenças, pois não basta identificá-los sem localizar os pontos de intersecção. Sendo assim, Crenshaw (2002) menciona a interseccionalidade para além do âmbito mencionado de combate à violência contra a mulher, mas também como aporte teórico e metodológico para pensar as múltiplas exclusões e opressões que as mulheres, dentro de suas diferenças entre raça, classe, idade e nação, sofrem; de forma que determinado grupo, ainda que sejam mulheres, exerçam o papel de opressão, enquanto outro grupo também de mulheres é o oprimido. E aqui considera-se que as mulheres fronteiriças estão no cruzamento interseccional entre as duas colonizações e culturas, como também na mistura étnica e racial presente durante o desenvolvimento dos municípios e países.

Patricia Collins e Sirma Bilge (2020) defendem que a interseccionalidade tem função analítica, pois por meio dela é possível identificar quais são os diferentes pontos de intersecção, já que as desigualdades não são causadas por apenas um fator isolado. Para as autoras, utilizar a interseccionalidade como método analítico facilita na compreensão das diversas relações de poder que interagem com as desigualdades sociais.

Ao destringir sobre o aspecto interseccional de brasileiras como migrantes em países europeus ou norte-americanos, Piscitelli (2008) tece o argumento sobre o racismo etnicizado que elas sofrem.

A interseção entre nacionalidade, gênero e sexualidade e o particular estilo de racialização permeado por essas diferenças incide em um racismo etnicizado, distante da intensidade daquele que atinge, entre as latinoamericanas, a mulheres tidas como negras e àquelas cuja nacionalidade é associada a traços considerados indígenas e pouco sensualizados (Piscitelli, 2008 :271).

Da mesma forma, brasileiras migram para o Paraguai tanto quanto as paraguaias migram para o Brasil, favorecendo a etnicização citada pela autora. Fala-se em relacionar a nacionalidade e o território como aspectos de intersecção neste trabalho devido à complexidade dos contextos que envolvem as fronteiras, o compartilhamento cultural constante e as relações de poder que se fundem. Os estudos acerca das mulheres fronteiriças ainda são escassos, mais ainda no contexto regional de Mato Grosso do Sul com as fronteiras com os países Paraguai e Bolívia. Neste trabalho o recorte aborda a questão dos feminicídios ocorridos na fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai, que foram noticiados nos veículos presentes na região, já que o estado configura-se como local com altos índices de violência de gênero.

Segundo dados do 14º Anuário de Segurança Pública e divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Bueno; Bohnenberger; Sobral, 2021 : 95), o estado

é o segundo com maiores índices de feminicídio no Brasil, empatado com Roraima na taxa 3 por cada 100 mil mulheres; Mato Grosso ocupa o primeiro lugar com a taxa de 3,6 por 100 mil mulheres. Além disso, Mato Grosso do Sul registrou em 2020 o maior índice de feminicídios desde a sanção considerando-o crime em 2015. O mapeamento feito para tipificar as mortes de mulheres no Estado, organizado pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres de Mato Grosso do Sul (SPPM), aponta que 70% ocorreram em municípios no interior do Estado (SPPM, 2020 : 12). Devido ao elevado número de violência contra a mulher na região fronteiriça, o governo estadual implementou em 2021 o programa “MS Fronteiras” a fim de fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência, em conjunto com o projeto “Não se Cale”.

Neste sentido de compreender o fenômeno da violência de gênero em uma área dominada pelo narcotráfico e crime organizado, Rita Segato (2004) analisou os casos de feminicídios em Ciudad Juárez, no México, e constatou que a dominação política e policial por parte dos chefes da máfia utilizam os corpos de mulheres como enunciação de poder, num eixo horizontal de irmandade viril de homens para homens. Ainda que em contextos culturais, sociais e históricos diferentes, Ciudad Juárez e a fronteira sul-mato-grossense com o Paraguai possuem a similaridade da presença que Segato (2004) chama de máfia, pois com o controle estatal fora do Estado, existe a dificuldade das políticas públicas serem cumpridas e coordenadas de maneira eficiente e justa, de acordo com as leis vigentes.

Metodologia e análise dos objetos

Como método de pesquisa, utilizamos a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposto e formulado por Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011), pois pelo corpus da pesquisa deste trabalho é conveniente observar de que maneira o jornalismo local está presente e notícia sobre os casos de feminicídio e homicídio de mulheres. As autoras definem a ACJ como

...capaz de mostrar a viabilidade de se investigar no produto publicado elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia, um método de investigação complementar aos estudos de *newsmaking* realizados nas redações e às análises de conteúdo e de discurso dos textos (Silva; Maia, 2011 : 21).

E também por possibilitar que, dentre as categorias de análise, inclua-se o *modus operandi* do jornalismo feito pelo veículo específico. Ou até mesmo inserir novas categorias observadas na análise a ser realizada. Quanto à categorização sistematizada do protocolo, estão três principais: marcas de apuração; marcas de composição do produto; aspectos da caracterização contextual. As autoras consideram as duas primeiras categorias como a “espinho dorsal” do protocolo e fundamentais para analisar os produtos jornalísticos com suficiência (Silva; Maia, 2011).

Sendo assim, esperamos compreender se o território, em conjunto com as especificidades culturais, históricas e sociais, influencia no processo de reconhecimento de casos de feminicídio na fronteira, como também entender o quanto a violência de gênero está exposta na produção jornalística da imprensa local. Para isso, a Análise de Cobertura Jornalística será utilizada para mapear como é feita a construção jornalística das notícias de feminicídios ocorridos na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

Os municípios Ponta Porã e Pedro Juan Caballero foram privilegiados neste trabalho pela característica específica de conurbação entre os dois países e pelo número de habitantes, que os configuram como dois dos maiores na faixa de fronteira. Como mencionado anteriormente, a divisão dos municípios é imaginária e não necessariamente física por condições naturais, já que foi necessário construir uma avenida que delimita o espaço de cada país. A partir disso, o mapeamento realizado para localizar as notícias a serem analisadas foi por veículos de notícia brasileiros, sediados em Ponta Porã. A preferência se deu pelo idioma, pois a imprensa paraguaia utiliza o castelhano e, em alguns casos, misturado com o guarani nos textos. Não se considera perda de material, pois a busca foi realizada em jornais dos dois países e identificamos que os jornais presentes em Ponta Porã cobrem os acontecimentos paraguaios.

O recorte temporal adotado nesta análise é de notícias publicadas nos últimos três anos, de 2019 a 2021, pelos portais de notícias pontaporanenses e que abordavam sobre feminicídio ou homicídio de mulheres na região de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã. O levantamento foi realizado em três veículos jornalísticos diferentes, sendo: Ponta Porã News, Jornal Desperta Cidade e Jornal de Ponta. No total, encontramos seis notícias usando as palavras-chave “mulher morta”, “mulher morre”, “mulher sofre”, resultando em quatro notícias do Ponta Porã News e outras duas, uma em cada dos jornais Desperta Cidade e Jornal de Ponta.

Para efeitos de comparação entre dados, mencionamos os números de ocorrências de feminicídio e/ou homicídio doloso divulgados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública via *software* SIGO: em 2019 foi registrado 1 (um) caso de feminicídio e 53 casos de homicídios, em seis deles a vítima era mulher; em 2020 houve 40 registros de homicídio doloso, sete eram de mulheres, quanto a feminicídio o *software* informa que não há registros; e em 2021 tem 51 registros de homicídios dolosos e 10 eram de mulheres, enquanto casos de feminicídio totalizam cinco. A discrepância entre os dados gera a curiosidade para entender o porquê de haver tão poucas notícias de casos de feminicídio ou mesmo morte de mulheres nos veículos de imprensa de Ponta Porã.

No material coletado, apenas há uma notícia de 2019, nem uma em 2020 e duas em 2021 - o último ano é o que possui maior quantidade de publicações com o total de cinco, quatro delas foram no Ponta Porã News e uma no Jornal de Ponta. Das notícias do Ponta Porã News, houve duas que não eram especificamente de feminicídio, uma era sobre atentado e a outra era sobre violência doméstica, por isso foram desconsideradas do corpus principal. Sendo assim, restaram quatro publicações: duas no Ponta Porã News, uma no Jornal Desperta Cidade e uma no Jornal de Ponta. As notícias poderão ser acessadas e lidas pelos *links* disponibilizados nas notas de rodapé.

- “Identificada mulher morta em Sanga Puitã por pistoleiros”²

A notícia é sobre um assassinato cometido em Sanga Puitã, distrito de Ponta Porã, baseada pelo relato da polícia e descreve o acontecimento a partir do que a única testemunha, o filho da vítima, relatou. As duas fotos, de capa e no final do texto, são iguais. Não houve atualização do caso em uma nova notícia sobre a investigação da polícia ou possível suspeito, ou qualquer outra explicação do que teria motivado o homicídio. Além disso, pelo tamanho do texto, é possível classificá-lo no gênero jornalístico de nota. A fotografia indica que foi tirada durante o dia, enquanto a

2 Leia a notícia na íntegra. Disponível em: <https://www.pontaporanews.com.br/policia/identificada-mulher-morta-em-sanga-puita-por-pistoleiros/233364/>. Acesso em 14 de jun. 2022.

postagem da notícia marca horário da noite. Não há indícios explícitos se o repórter se deslocou até a cena do crime, mas é possível cogitar que a produção foi feita na redação, pois a fotografia inserida recebeu legenda e os créditos como “divulgação”; a nota também nem cita diretamente a polícia como fonte institucional. Conclui-se que foram colhidas informações pelo boletim de ocorrência por causa do “a Polícia Civil de Ponta Porã está investigando o caso como homicídio”.

- “Mulher é assassinada em quarto de motel de Pedro Juan”³

Novamente o conteúdo noticioso é breve e curto, caracterizando-se como uma nota acerca do corpo da mulher que foi encontrado, ainda com detalhes sobre o endereço. Porém, dessa vez, está explícito que as informações foram retiradas de uma fonte institucional, inclusive mencionando “quem”. E também não há como inferir se o jornalista, que é o mesmo da nota anterior, foi até o local para checar ou realizar entrevistas. Também não há atualizações a respeito do acontecimento, sobre suspeitos ou prisões, nem no próprio corpo do texto ou em outra nota ou notícia. As duas imagens dão a entender que servem para caráter de reconhecimento de quem era a mulher.

- “Jovem encontrada morta em milharal tem 18 anos e estaria grávida”⁴

Desta vez, o texto tem mais quantidade de parágrafos, mas são curtos, não passando de três linhas em cada um. No geral, segue-se o mesmo padrão de notícias policiais. É possível constatar que o repórter não se deslocou até a cena do acontecimento e baseou as informações do texto em outro, o que Silva e Maia (2011) chamam de “informações de segunda mão”. A foto, aparentemente, é a mesma utilizada no veículo de informação que serviu como fonte. Para fins de checagem, verificamos o portal de origem da matéria, porém não foi encontrada no comando de busca com as mesmas palavras-chave utilizadas no levantamento anterior. E assim como as notícias anteriormente citadas, não há atualização e desdobramentos sobre o andamento das investigações ou qualquer outro material a respeito desse acontecimento. O texto, inclusive, é confuso: no penúltimo parágrafo informa que o corpo estará no Instituto Médico Legal para ser reconhecido, que a mulher estava sem documentos e a polícia estimou a idade dela, porém o nome completo e a idade foram informados no lead da notícia.

- “Mulher é morta e enterrada no quintal de casa em MS; marido é principal suspeito”⁵

É importante ressaltar que essa notícia foi a primeira e única, a partir do levantamento feito para este trabalho, que mencionou feminicídio no texto, provavelmente pela circunstância em que o corpo foi encontrado e pelo suspeito ser o cônjuge da vítima, bem como a presença da delegada responsável pela Delegacia de Atendimento à Mulher no local. Pelo tamanho e brevidade das informações, também caracteriza-se como nota. É possível cogitar que o repórter se deslocou até o endereço, que inclusive está mencionado no texto e por citar quem também esteve no local. Por apresentar a explicação que o homem deu à família da vítima, também

3 Leia a notícia na íntegra. Disponível em: <https://www.pontaporanews.com.br/policia/mulher-e-assassinada-em-quarto-de-motel-de-pedro-juan/222447/>. Acesso em 14 de jun. 2022.

4 Leia a notícia na íntegra. Disponível em: <https://www.jornaldespertacidade.com.br/noticia/1133/jovem-encontrada-morta-em-milharal-tem-18-anos-e-estaria-gravida>. Acesso em 14 de jun. 2022.

5 Leia a notícia na íntegra. Disponível em: <https://jornaldeponta.com.br/2021/08/20/3xd1/>. Acesso em 15 jun. 2022.

há possibilidade de familiares terem sido entrevistados, mas permaneceram como fontes ocultas no texto. E o boletim de ocorrência também serviu como fonte de informações complementares, conforme mencionado no próprio texto.

Considerações finais

Os aspectos de violência presentes na fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero têm origem na história da região, permeada pelos conflitos de colonização, disputa de poder, de espaço e de território. Como observado, é difícil desvincular a região do estigma de local violento porque há acontecimentos que o baseiam. E, por mais que haja efervescência cultural e um binacionalismo que permite tanto compartilhamento de culturas a ponto de originar uma própria, nesse meio está a sustentação de que a violência de gênero e o feminicídio têm traços vindos da cultura colonial e patriarcal que sempre vitimou mulheres ao longo do período histórico, não só dessa região específica, mas em todos os outros países colonizados. A violência contra mulheres foi e ainda é um meio de demonstrar poder e força, como disse Segato (2004).

Da análise feita, observamos que as notas têm mais função de servir como obituário do que como cobertura jornalística, já que não há desdobramentos dos casos de morte de mulheres e atualizações sobre o andamento das investigações ou mesmo prisão de suspeitos, julgamentos, etc. A morte das mulheres permanece como está: dependendo da brutalidade envolvida, servem para chocar a população com mais uma ocorrência violenta de morte. Não há aprofundamento da questão de violência contra a mulher, como também não há reportagens oriundas das notas que serviriam como prestação de serviço a respeito do tema, ou alertas, ou mesmo o telefone da delegacia onde é possível fazer denúncia.

Sendo assim, faz-se necessário mais pesquisas que direcionem o foco para as questões territoriais interligadas à violência de gênero, sobretudo em locais com particularidades do binacionalismo, divisão e compartilhamento de cultura sócio-histórica, de conflitos sociais e políticos, bem como as contrapartidas estatais em busca do controle e enfrentamento da violência gerada. Enxergar as mulheres fronteiriças, incluindo mulheres indígenas, negras, imigrantes, LGBTQIA+, nesta condição como aspecto interseccional é um ponto de partida para entender e buscar soluções práticas e efetivas para as violências que elas sofrem, tanto no âmbito estatal quanto domiciliar, promovendo segurança e estabilidade na vida social.

Referências

- Araújo, G. R. (2020). *Impr_ensa fronteira on-line: fórum de debates ou espaço de superficialidade factual?*. In: Ota, D.; Fernandes, M. L.; Fenelon, T. T (org.) *Regionalidade e Discursos Midiáticos: Mapeamento e análise em Mato Grosso do Sul, Campo Grande*, v. 1, ed. 1, pp. 67-88.
- Bittar, M. (1999). *Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso*. Multitemas, n. 15, out.
<https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/1136>.
- Bueno, S.; Bohnenberger, M.; Sobral, I. (2021). « A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico ». *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, ano 15, pp. 93-100, 15 jul. <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>.
- Collins, P. H.; Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.

- Corrêa, L. S. (1997). *A fronteira na História Regional: O Sul de Mato Grosso (1870-1920)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Crenshaw, K. (2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.
- Doratioto, F. (2002). *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gustafson, J. (2019). *Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo*. Florianópolis. Editora Insular.
- Haesbaert, R. (2014). *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed.
- Hall, S. (2015). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 12ª ed..
- Lugones, M. (2020). « Colonialidade e gênero ». In: Hollanda, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, pp. 52-83.
- Pesavento, S. J. (2006). « Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s) ». Revista del CESLA, (8), pp. 9-19. ISSN: 1641-4713.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243321208002>.
- Piscitelli, A. (2008). « Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras ». Revista Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. pp. 263-274.
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/5247/4295>.
- Segato, R. L. (2005). « Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez ». Revista Feminista, Florianópolis, v. 12, n. 2, pp. 265-285.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/343>.
- Semprini, A. (1999). *Multiculturalismo*. Tradução Laureano Pelegrin. Bauru: EDUSC.
- Silva, G.; Maia, F. D. (2011). « Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. » Rumores, v. 5, n. 10, pp. 18-36, 2011.
<https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2011.51250>.
- Souza, A. B. (2020). « A programação informativa no rádio fronteiro em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero ». In: Ota, D.; Fernandes, M. L.; Fenelon, T. T. (org.). *Regionalidade e Discursos Midiáticos: Mapeamento e análise em Mato Grosso do Sul, Campo Grande*, v. 1, ed. 1, pp. 41-66.
- SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES, Governo de Mato Grosso do Sul. *Violência contra mulheres. Mapa do Femicídio, Campo Grande*, v. 1, n. 1, 2020. <http://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/MAPA-DO-FEMINICI%CC%81DIO-VERSAO-FINAL-Luciana.pdf>.



Os territórios midiáticos e a territorialização do movimento dos povos indígenas no bios midiático

Media territories and the territorialization of the indigenous people movement in the media bios

Bryan Chrystian Araújo

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-7149-6881>

bryanccaraujo@gmail.com

Vilso Junior Santi

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Boa Vista, Roraima, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0970-6459>

vjrsanti@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4810>

DOI : 10.25965/trahs.4810

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Resumo: Tomando os meios de comunicação digitais não como instrumentos de organização das dinâmicas cotidianas, mas como parte da estruturação do social (GOMES, 2017), esta pesquisa pretende pensar a constituição dos Territórios Midiáticos nas práticas comunicacionais do Movimento Indígena. Para tanto, valendo-se da midiaticização como conceito-chave, trabalhamos a definição do que chamamos de Territórios Midiáticos através de duas frentes: 1) como conjunto de representações sobre o território (RAFFESTIN, 1993); e 2) como espaço/bios midiático (SODRÉ, 2002). O estudo pauta-se na realização de uma análise diacrônica dos processos de midiaticização do território nas práticas de etnocomunicação do Conselho Indígena de Roraima a fim de acompanhar o movimento de instalação dos processos de midiaticização do território e/ou dos chamados Territórios Midiáticos.

Palavras chave: espaços midiaticizados, movimento indígena, práticas de comunicação, territórios midiáticos

Résumé : Prenant les médias numériques non pas comme des instruments d'organisation des dynamiques quotidiennes, mais comme des éléments de structuration du social (GOMES, 2017), cette recherche entend penser la constitution de Territoires médiatiques dans les pratiques de communication du Mouvement indigène. A cette fin, en utilisant la médiatisation comme concept clé, nous travaillons sur la définition de ce que nous appelons les Territoires Médiatiques à travers deux fronts : 1) comme un ensemble de représentations sur le territoire (RAFFESTIN, 1993) ; et 2) comme espace/bios médiatique (SODRÉ, 2002). L'étude se base sur la réalisation d'une analyse diachronique des processus de médiatisation du territoire dans les pratiques d'ethno-communication du Conseil indigène de Roraima afin de suivre le mouvement d'installation des processus de médiatisation du territoire et/ou des dits territoires médiatiques.

Mots clés : espaces médiatisés, mouvement indigène, pratiques de communication, territoires médiatiques

Resumen: Tomando los medios digitales no como instrumentos de organización de las dinámicas cotidianas, sino como parte de la estructuración de lo social (GOMES, 2017), esta investigación pretende pensar la constitución de Territorios Mediáticos en las prácticas comunicativas del Movimiento Indígena. Para ello, utilizando la mediatización como concepto clave, trabajamos en la definición de lo que llamamos Territorios Mediáticos a través de dos frentes: 1) como conjunto de representaciones sobre el territorio (RAFFESTIN, 1993); y 2) como espacio/bios mediático (SODRÉ, 2002). El estudio se basa en la realización de un análisis diacrónico de los procesos de mediatización del territorio en las prácticas etnocomunicativas del Consejo Indígena de Roraima, para acompañar el movimiento de instalación de los procesos de mediatización del territorio y/o de los llamados Territorios Mediáticos.

Palabras clave: espacios mediáticos, movimiento indígena, prácticas de comunicación, territorios mediáticos

Abstract: Taking digital media not as instruments of organization of daily dynamics, but as part of the structuring of the social (GOMES, 2017), this research intends to think about the constitution of Media Territories in the communication practices of the Indigenous Movement. To this end, using mediatization as a key concept, we work on the definition of what we call Media Territories through two fronts: 1) as a set of representations about territory (RAFFESTIN, 1993); and 2) as media space/bios (SODRÉ, 2002). The study is based on a diachronic analysis of the processes of mediatization of territory in the ethno-communication practices of the Indigenous Council of Roraima in order to follow the movement of installation of the processes of mediatization of territory and/or the so-called Media Territories.

Keywords: communication practices, indigenous movement, media territories, mediatized spaces

Introdução

É comum que quando falemos de Território, pensemos em um espaço físico, concreto, geograficamente delimitado e relacionado a uma certa norma legal do Estado que reconhece e homologa a ocupação do espaço. Não é um erro pensar dessa forma, já que, conforme Haesbaert (2004), isso se deve, principalmente, a tamanha carga de materialidade que o termo “território” parece carregar, assim como ao fato que, desde a origem do sintagma, ele possui um sentido vigorosamente relacionado ao espaço físico. Essa noção, segundo Haesbaert (2004), é denominada como perspectiva materialista e durante anos esteve no centro dos debates sobre território, inclusive a nível acadêmico.

Contudo, nas últimas duas décadas, cresceu o número de pesquisadores que chamam a atenção para a fluidez do conceito, superando uma visão materialista de território. Dentre as diversas definições, uma das mais difundidas e que marcam o campo de estudo parte da concepção de território enquanto marcado por uma relação de poder a partir da chamada perspectiva relacional. Claude Raffestin (1993) foi um dos pioneiros e principais teóricos a se debruçar sobre essa linha de investigação.

O território, na perspectiva de Raffestin (1993), é resultado de uma ação social de poder (econômica, política e cultural) expressa em um determinado espaço. Espaço é aqui entendido como algo anterior ao território, como sua “matéria-prima”. Nesta concepção, supõe-se que o território é um espaço ocupado por uma relação social de poder. Isso significa dizer que além de ser estruturado de forma concreta – relacionável à posse da terra, por exemplo – o território também é estruturado por uma lógica simbólica, relacionado à ideia de pertencimento e apropriação.

Frente a isto, considerando os espaços digitais, informatizados e tomando os meios de comunicação não como instrumentos de organização das dinâmicas cotidianas, mas como parte da estruturação do social e das relações de poder inerentes às sociedades (GOMES, 2017), pretendemos, neste estudo, pensar a constituição dos territórios midiáticos nas práticas etnocomunicativas do Movimento dos Povos Indígenas - referência na luta pela demarcação e homologação das terras tradicionais no Brasil (Vieira, 2007; Santi & Araújo, 2022).

Diante disso, à luz dos processos da midiaticização, entendidos aqui, conforme Gomes (2017:127) como “um novo modo de ser no mundo”, trabalhamos, neste artigo, a definição do que compreendemos como território midiáticos através de duas frentes: 1) como conjunto de representações midiáticas sobre o território (Raffestin, 1993); e 2) como espaço/bios midiático propriamente dito (Sodré, 2002).

Por último, realizamos uma análise diacrônica dos processos de midiaticização do território nas práticas de Etnomídia do Conselho Indígena de Roraima (CIR) a fim de acompanhar o movimento histórico de transformações comunicacionais e de instalação dos processos de midiaticização do território e/ou dos chamados Territórios Midiáticos.

Midiaticização: um novo modo de ser no mundo

A fim de refletir sobre dinâmicas midiáticas contemporâneas, nas quais as relações sociais e práticas comunicacionais midiaticizam-se e caminham em direção aos territórios midiáticos, mobilizamos como aporte teórico, neste estudo, a observação dos elementos que constituem parte da discussão sobre os processos de midiaticização. Tal debate é realizado com base nas contribuições de autores como Braga (2006; 2012), Hepp (2014), Gomes (2017) e Ferrara (2020).

Segundo Braga (2012), a midiaticização é um processo que ultrapassa a ideia de penetração tecnológica em determinada sociedade. Para ele, apesar das tecnologias digitais serem um componente importante e merecedor de investigação, a midiaticização envolve um elemento diretamente social.

A midiaticização, nesse sentido, está relacionada a um processo que ocorre em dois âmbitos. O primeiro, de acordo com Braga (2006), diz respeito à midiaticização dos processos sociais, como a virtualização das esferas da política e da economia. Já um segundo âmbito tem relação a midiaticização da sociedade. Esse último, explica Braga (2006), significa tomar as relações constituídas no campo midiático como parâmetro e referência para os demais processos sociais.

De forma semelhante, Ferrara (2020) salienta que midiaticização não é um conceito vinculado ao desenvolvimento das tecnologias digitais de comunicação. Por outro lado, enquanto processo, a midiaticização diz respeito ao “território organizado ambientalmente pela troca e evolução da mente e dos valores humanos” (Ferrara, 2020: 282). O que se midiaticiza, assim, são as nossas relações e práticas cotidianas em consequência do uso dessas tecnologias, mas as tecnologias em si não se midiaticizam. A midiaticização, portanto, refere-se a nossa capacidade de reinventar o mundo e nossas relações a partir desses dispositivos.

Seguindo os apontamentos de Braga (2006; 2012) e Ferrara (2020), a midiaticização é entendida aqui como a capacidade humana de transformar as matrizes socioculturais e as formas de organização dos campos sociais em torno de uma nova cultura midiática produtora de significados. Para Fausto Neto (2006:03) esse processo funciona como um “novo tipo de real” marcado pelo estabelecimento das relações sociais através de ligações sociotécnicas.

Esse novo real, apontado por Fausto Neto (2006) é, de certa forma, trabalhado por Hepp (2014) através do conceito de “mundos midiaticizados”. O conceito de Hepp (2014) é formulado a partir do entendimento de que a midiaticização é um processo que vincula tanto as transformações na sociedade e na cultura, quanto as mudanças na mídia e na comunicação.

Os “mundos midiaticizados” são entendidos então como partes dos mundos sociais e da vida cotidiana presentes em um espaço midiaticizado e que, para funcionar, dependem de uma certa articulação organizada pela comunicação midiática. Nesse quadro, Hepp (2014) afirma que os mundos midiaticizados são a forma concreta assumida pelo processo de midiaticização.

Nessa mesma trilha, ao referenciar-se ao processo de midiaticização, Gomes (2017: 127) define o conceito como “um novo modo de ser no mundo”. Na perspectiva traçada pelo autor, o uso das tecnologias midiáticas, aqui compreendidas não como instrumentos, mas como um novo ecossistema social estruturante da sociedade, permitiu um salto quântico e qualitativo no fazer comunicacional humano, transformando a forma como nos relacionamos e como experienciamos o mundo e a realidade.

Para ele, mais do que uma tecno-interação, as sociedades contemporâneas são caracterizadas por um ecossistema midiático que incide profundamente no tecido social, convertendo-se em campo de referência para os demais campos. Diante disso, a sociedade compreende-se e é compreendida através das lógicas da mídia que imbricam sujeitos e comunicação num crisol de produção de sentidos que toma forma nessa ambiência midiaticizada. Como explica Pedro Gomes (2017:130), o espaço midiático “constituiu, nessa perspectiva, útero cultural onde diversos processos sociais acontecem. Essa ambiência, esse novo modo de ser no mundo, caracteriza a sociedade atual”.

Entre representações territoriais e o bios midiático

Se na seção anterior compreendemos o processo de midiatização como uma nova forma de existir no mundo, caracterizado, principalmente, pela virtualização das relações e transformação do modo como experienciamos a realidade social. Na presente seção, à luz desse processo, trabalhamos a definição do que chamamos de Territórios Midiáticos através de duas frentes: - 1) como conjunto de representações imagéticas sobre o território, que transformam a forma como percebemos o mundo/espço (Raffestin, 1993) e; 2) como espaço propriamente dito, através da ideia de bios midiático, trabalhado por Sodré (2002).

De antemão, explicamos, como exposto na introdução, que o conceito de Território / Territorialidade é tomado aqui a partir da perspectiva relacional. Essa linha de investigação, trabalhada principalmente através das ideias mobilizadas por autores como Raffestin (1993) e Santos (2006) e entende que o território é, antes de um espaço físico, uma área de vivência e reprodução sociocultural, resultado de uma ação de poder expressa em uma determinada ambiência. Já a territorialidade, segundo os autores (1993, 2006) diz respeito a um sistema tridimensional de relações (sociedade-espço-tempo) espacializadas no território.

Munidos destes sentidos, cabe ponderar aqui como os conceitos de território e midiatização (e seus processos) caminham juntos para a conformação da ideia de território midiático, que nos propomos a fundamentar. Assim, iniciamos pela primeira frente de definição de território midiático, percebido como um conjunto de representações. Esse é um debate, conforme as autoras Reis e Zanetti (2017), recorrente em diferentes trabalhos que discutem questões territoriais e que toma como ponto de partida o entendimento da midiatização como um dispositivo de poder.

Milton Santos (2006), por exemplo, aborda as práticas midiáticas como componentes essenciais na organização de poder na contemporaneidade. Conforme o autor, os territórios se transformam a partir de uma dupla agência entre sujeitos e meios de comunicação. Na perspectiva de Santos (2006), as representações comunicacionais construídas através da mídia são essenciais na edificação das territorialidades, ou seja, da percepção da dimensão física e simbólica que o indivíduo tem dos territórios que habita.

Na mesma direção, Raffestin (1993) argumenta que as redes de comunicação funcionam como estratégias de poder responsáveis pela organização dos territórios. Nesse sentido, ao trabalhar a questão da representação, o autor pontua que, como o território se inscreve no campo do poder, produzir uma representação do espaço já implicaria uma apropriação, ainda que simbólica, deste território. Raffestin (1993) vai além e destaca que as representações territoriais, como toda relação de poder, são seletivas e excludentes e estão sujeitas as disputas e conflitos, pois ainda que uma imagem de um território possa ser somente uma imagem, ela revela o desejo por este território como um campo de reprodução social. Nas palavras do autor (1993: 204): “(...) redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade”.

Jansson (2005), bem como os autores De Assis e Carniello (2011), também possuem contribuições nesse sentido. Conforme eles, todos os territórios são produzidos por meio de representações, pois a compreensão que temos do espaço que vivemos só é possível através de uma construção de sentidos que ocorre de forma imagética. A comunicação midiática, nesse sentido, é essencial, pois molda nossa percepção e

determina como interagimos e criamos territórios. Destaca-se aqui o papel da comunicação na construção de sentidos sobre mundos e espaços.

Diante dessas ponderações afirmamos que, em acordo com a primeira frente de conceituação proposta nesse estudo, o território midiático diz respeito ao conjunto de representações que moldam e estruturam um poder na sociedade, pois atuam com a força expressiva da imagem ao construir uma nova percepção mental para os sujeitos acerca do território e das territorialidades. Implica, nesse cenário, um novo relacionamento do indivíduo com as referências do ambiente, uma nova condição de percepção do mundo e dos espaços.

Isto posto, em relação a segunda frente de definição de território midiático, entendido como espaço propriamente dito, buscamos aporte teórico no debate sobre midiaticização traçado por Sodré (2002), a partir da ideia de bios midiático. O conceito, apresentado pelo autor compreende a média como um espaço em contínuo processo de territorializa o, ou seja, de conforma o de territórios.

Conforme Sodré (2002), nesse novo bios, os sujeitos substituíram uma participa o contemplativa, de audiência, por uma participa o direta, ativa e transformativa. Nessa perspectiva, o bios midiático proposto pelo autor não   somente um espaço de representa o do território ou um conjunto de representa es. Por outro lado, ele   um espaço onde os indivíduos são includos, constituem e desenvolvem rela es novas que virtualizam rela es antigas.

Ao trabalhar o conceito de bios midiático de Sodré (2002), Faxina e Gomes (2016) afirmam que esse   um “ambiente” marcado pela integra o entre os mecanismos tradicionais de representa o imagética e os dispositivos de intera o virtual, constituindo com isso um território virtual. Para Faxina e Gomes (2016), esse   um espaço que reordena o mundo, criando uma referência para o que   tomado como real. Ele explica que isso ocorre porque o bios midiático apresenta-se como uma nova natureza, pois dela provem os objetos que são essenciais para o desenvolvimento das rela es cotidianas de poder e das matrizes de valores.

Ainda segundo Sodré (2002), um entendimento de bios midiático envolve ainda, para além das inova es tecnológicas e das transforma es e reinven es nas rela es sociais entre os sujeitos, transforma es na forma como nos organizamos espacialmente e geograficamente. Tal sentido se aproxima da concep o de “mundos midiaticizados” trabalhada por Hepp (2014) e apontada na se o anterior.

Conforme Hepp (2014), os mundos midiaticizados não obedecem às fronteiras dos Estados, eles se organizam e se conectam conforme as próprias necessidades dos atores imersos neste universo, atravessando vários territórios. A , a m dia não   mais responsável por definir o real, ela se converte na própria realidade, estabelecendo novas formas de experienciar o mundo.

Como resultado, a compreensão do bios midiático de Sodré (2002) enquanto território tem rela o com a sua capacidade de funcionar como espaço mediador das rela es sociais de poder (domina o e apropria o) entre diferentes agentes sociais. Assim, o território midiático pressupõe,   vista disso, territórios que vão além do espaço físico e concreto. Recordamos que, como apontado anteriormente, território não   o espaço, mas sim uma produ o a partir dele (Raffestin, 1993).

Neste quadro, recorrendo a Sodré (2002), entendemos que, em acordo com a segunda frente de defini o proposta nesta investiga o, o território midiático compreende o conjunto de ambiências virtuais, uma vez que estes espaços, ainda que digitais, possibilitam o desenvolvimento de grupos sociais em uma constante rela o de mudanças e permanências. Nesse sentido, na medida que virtualiza as rela es

sociais e dinâmicas cotidianas, o bios midiático promove e constitui o que chamamos de territórios e territorialidades midiáticas.

Pesquisa diacrônica do território midiático

A partir dos pressupostos apresentados até agora, nos preocupamos com o desafio é como tornar a investigação sobre os territórios e territorialidades midiáticas algo prático. Em outras palavras, nos perguntamos como podemos acompanhar o processo histórico de instalação e constituição dos Territórios Midiáticos nas práticas etnocomunicacionais do Movimento dos Povos Indígenas.

Frente a isto, realizamos, neste estudo, uma análise diacrônica desse processo. De acordo com Hepp (2014), através da pesquisa diacrônica é possível investigar as mudanças comunicativas de determinadas ambiências em diferentes pontos no tempo, comparando os aspectos observados. Uma investigação diacrônica implica a observação das configurações comunicativas de determinados mundos sociais. Isso significa dizer que, caso desejemos captar o movimento de transformações comunicativas de determinado grupo social, não podemos limitar o estudo a apenas um meio de comunicação e seu tempo-espaço.

Para amparar nossa investigação diacrônica, contamos aqui com o auxílio da Análise de Discurso de Souza (2014), mobilizada através de dois movimentos realizados de forma concomitante: o primeiro através da identificação do “dito”, isto é, da forma material e concreta assumida pelo objeto discursivo. Depois, passamos para o estudo do “não-dito”.

Para Souza (2014), a melhor maneira de realizar o estudo do “dito” é através de uma análise descritiva do corpus de estudo selecionado – mas, vale lembrar como afirma Pêcheux (1997), que toda descrição se abre para uma interpretação. No estudo do “nãodito” o intuito é desenvolver reflexões e conexões entre o que foi observado na materialidade discursiva e as teorias e conceitos movimentados sobre o objeto de estudo.

Creemos que é através desses dois movimentos que podemos compreender a estrutura material das práticas etnocomunicativas do CIR e relacioná-la as definições de Território Midiático que propomos.

Nesse sentido, para o acompanhamento desse processo, delimitamos o estudo em torno de três práticas comunicativas ainda ativas administradas pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), representante do Movimento dos Povos Indígenas no estado mais setentrional do país: o informativo impresso “Anna Yekaré – Nossa Notícia”, criado em abril de 1990; o programa radiofônico “A voz dos povos indígenas”, no ar desde 2002; e o portal web do CIR, publicado em 2003.

Para a análise do Informativo “Anna Yekaré – Nossa Notícia”, tivemos acesso a 37 edições do impresso editado pelo CIR, publicadas ao longo de 31 anos e disponíveis no acervo do Centro de Documentação Indígena (CDI) do Instituto Religioso Missionário da Consolata (IRMC). Desse montante, para aproximação analítica, foram selecionados apenas quatro volumes, impressos em intervalos de 10 anos, a contar da primeira edição. Ou seja, os informativos impressos dos anos de 1990, 2000, 2010 e 2020.

Em relação ao programa radiofônico “A Voz dos Povos Indígenas”, o estudo utilizou como base quatro edições da prática comunicacional que foram transmitidas simultaneamente na emissora de radiodifusão Monte Roraima FM 107,9 MHz⁵ e nas páginas do Facebook da Rádio e do CIR⁴ entre os dias 21 de março de 2020 e 20 de março de 2021. Nesse período, selecionamos uma edição do programa por trimestre.

A escolha desse marco temporal se deu pelo fato de a data marcar o início da transmissão do programa ao vivo nas redes sociais, facilitando o acesso ao material após a conclusão de cada edição.

No que diz respeito ao Portal web do CIR tivemos acesso as versões de 2003, 2010, 2013, 2017, 2019 e 2022. Essas edições foram recuperadas através do Internet Archive, maior acervo digital responsável por armazenar cópias de sites desde 1996, a fim de assegurar que as mudanças em um portal possam ser rastreadas e estudadas.

Territorialização do movimento indígena

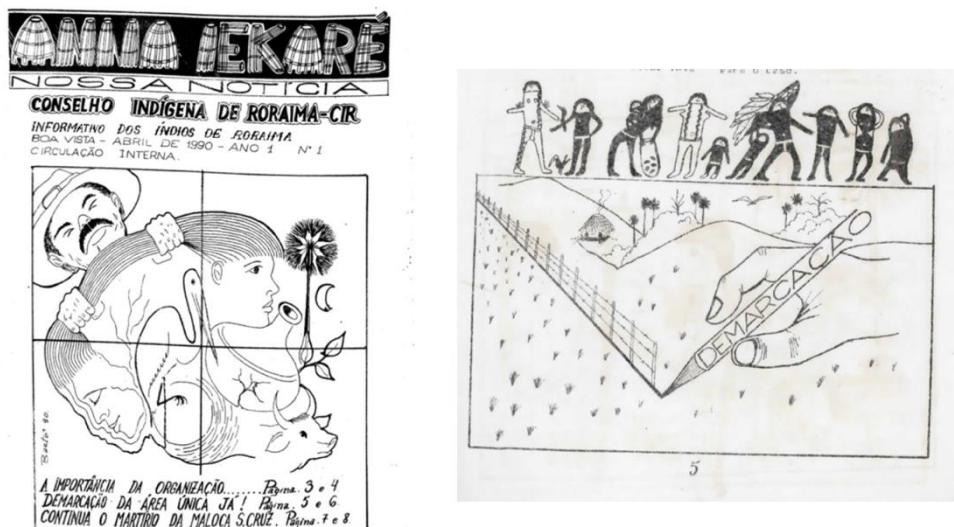
Em face do exposto, partimos na sequência, ao detalhamento da vinculação entre o conceito de Território Midiático e as Práticas Etnocomunicacionais do CIR. Nesse sentido, evidenciamos, com base em nossa análise do corpus de estudo selecionado, especificidades presentes nas práticas comunicativas do CIR que demonstram o funcionamento do conceito de Território Midiático, conforme as perspectivas trabalhadas no decorrer do estudo.

No Informativo do CIR, é preciso entender, em acordo com Raffestin (1983), que as práticas etnocomunicacionais representam espacialmente o território como estratégia de poder utilizadas como modo de apropriar-se de forma simbólica ou mesmo concreta de determinada área. Nas páginas e edições analisadas do “Anna Yekaré”, essas narrativas representacionais dos territórios aparecem nos textos que falam sobre a importância da demarcação; depois, nas charges e fotografias que ilustram as malocas¹ onde vivem os indígenas, as divisões com as fazendas ou mesmo a paisagem roraimense, marco de determinado espaço geográfico.

Essas representações são ainda, conforme Haesbaert (2004), formas de comunicar a apropriação simbólica do território. Ajudam, nesse sentido, os indivíduos a construir referências sobre o território que habitam ou que é habitado por sujeitos outros. Diante disso, os indígenas de Roraima representam o território no “Anna Yekaré – Nossa Notícia” a fim de se apropriar concreta ou simbolicamente das suas terras tradicionais.

¹ O termo “maloca”, conforme Morais (2018), refere-se a uma localidade onde vive uma comunidade indígena. Essa é a uma expressão regional e em outros estados é equivalente ao termo “aldeia”.

Figura 1 - Edição de abril de 1990 do "Anna Yekaré"



Fonte: Imagem/Centro de Documentação Indígena (CDI)

Em relação ao Programa Radiofônico “A Voz dos Povos Indígenas”, devemos notar que o princípio da territorialidade é mobilizado, segundo Zanetti (2017), como um componente fundamental na organização de poder, mais precisamente das relações sociais de poder. Nas edições alvo de análise, sempre que os apresentadores indígenas falam sobre a questão territorial, demarcação e homologação há um esforço para relacionar às terras mencionadas com a tradicionalidade indígena, ou seja, o direito originário desses sob suas terras. Assim, a comunicação aparece como um dos componentes fundamentais para construir narrativas territoriais que ratifiquem a apropriação dos nativos sob seus territórios.

Ainda sob essa perspectiva, é através dessas narrativas territoriais que os apresentadores constroem uma imagem de território ideal e, com isso, auxiliam indígenas (consumidores dessas práticas comunicacionais) a construírem uma percepção acerca do território midiático. Tal fator é essencial para que esses possam converter a ideia de território étnico, isolado regionalmente, em um território indígena, comum aos povos ameríndios.

Além disso, na medida que possibilita a participação do público em diferentes momentos, o programa se constitui como espaço, no sentido de bios midiático proposto por Sodré (2002), uma vez que através dessas participações, os usuários interagem com os apresentadores, constituem laços e mobilizam sentidos para além de uma representação extensiva e unidirecional, mas questionadora, participativa e transformadora.

Figura 2 - Programa “A Voz dos Povos Indígenas” – 05 de dezembro de 2020



Fonte: Imagem/Facebook do Conselho Indígena de Roraima (CIR)

O mesmo ocorre, no Portal do CIR, nas matérias e publicações sobre a importância da demarcação e homologação das Terras Indígenas (TIs), especialmente da Raposa Serra do Sol, ou, ainda, em relação aos projetos de autossustentação dos povos tradicionais na região.

Frente a isso, para falar sobre o acionamento do princípio da Territorialidade nas práticas comunicacionais do CIR, devemos lembrar que, para Raffestin (1993), o território existe sempre que uma relação de poder é expressa por determinado sujeito com referência à um espaço (físico ou simbólico). A comunicação, nesse sentido, aí funciona como uma prática de poder que pode determinar as estratégias de organização de um território agora midiático / midiaticizado.

Como resultado, sempre que o Movimento Indígena utiliza o Portal do CIR para construir narrativas sobre as Terras Indígenas ele está, de certo modo, expressando um desejo sobre como acredita que o território deveria ser organizado ou, ainda, comunicando a posse acerca de determinado espaço geográfico. Nesse cenário, a comunicação aparece como uma ferramenta essencial para construir narrativas sobre território que legitimem a apropriação dos povos étnicos sobre as terras tradicionais.

Figura 3 - Página inicial do Portal do CIR de 2003



Fonte: Imagem/ Internet Archive

As representações do território formatadas pelo Portal do CIR podem, ainda, ser pensadas como formas de desterritorialização e reterritorialização, uma vez que envolvem a desconstrução e reconstrução das relações que os sujeitos possuem com o espaço. Esse processo é visível quando pensamos as transformações no site do CIR ao longo dos anos e como o território é trabalhado a partir de diferentes perspectivas.

Como exemplo, basta que pensemos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol: primeiro, em 2003, ela aparece no site como uma área ainda não demarcada; depois, em 2010, como um espaço conquistado; e, por último, em 2013, 2017, 2019 e 2022, como um lugar que ainda precisa ser utilizado. Assim, esse território é construído e desconstruído em diferentes momentos e contextos históricos, originando novas territorialidades através do acionamento das distintas práticas etnocomunicacionais.

Figura 04 – Portal do CIR de 2022



Fonte: Conselho Indígena de Roraima (CIR)

Da mesma forma, como espaço propriamente dito, o portal do CIR também possibilita a construção de relações entre os sujeitos, o que ocorre quando o conteúdo compartilhado no site é reproduzido em redes sociais de outros atores, como no WhatsApp, Facebook e Twitter, ampliando o alcance dos materiais para outros territórios digitais e convertendo-se em fonte para o surgimento de novas relações sociais também virtuais e/ou virtualizadas.

Considerações finais

As práticas de comunicação, digitais ou não, mudaram a forma como nos relacionamos uns com os outros e, também, com o mundo. Mudaram também a forma como entendemos e compreendemos o território que habitamos – como construímos sentidos sobre ele e como transformamos e nos apropriamos dele. Diante disso, frente a cenário avançado do processo de midiaticização, que virtualiza nossos fazeres cotidianos e se converte em ponto de referência para outros campos, pensar como transformamos e nos apropriamos das ambiências midiáticas é tarefa mais do que essencial.

Nesta pesquisa, buscamos apontar frentes teóricas com potencial para a definição do que temos chamado em nossas pesquisas de território midiático (Santi & Araújo; 2020; 2021). Logo, mais do que inovar na produção deste conceito, as perspectivas apresentadas no decorrer da investigação foram ancoradas em problematizações já realizadas sobre Território, Etnocomunicação e Midiaticização. Com isso em mente, realizamos aqui uma articulação entre esses conceitos a fim localizar o debate sobre território em tempos de midiaticização.

Para tanto, utilizamos as práticas etnocomunicacionais do Conselho Indígena de Roraima (CIR), representante do Movimento Indígena na região, como objeto empírico de análise. Pois constatamos que as disputas pelo território têm sido historicamente palavras-chaves na constituição desse movimento social e de suas organizações - e das formas e práticas comunicacionais acionadas pelo e/ou através do Movimento Indígena (Araújo, 2021).

Como resultado, acreditamos, conforme Zuniga Navarro (1998), que a constituição dos territórios midiáticos nas práticas etnocomunicativas do CIR é expressa pelo menos em duas dimensões: a do espaço e a dos processos. A primeira dimensão (do espaço) manifesta-se como uma demanda desses povos pelo uso dos recursos de reprodução social de uma determinada ambiência, nesse caso o bios midiático. Já a segunda dimensão (dos processos) pronuncia-se através do controle de mecanismos comunicacionais responsáveis pela construção de representações sobre território.

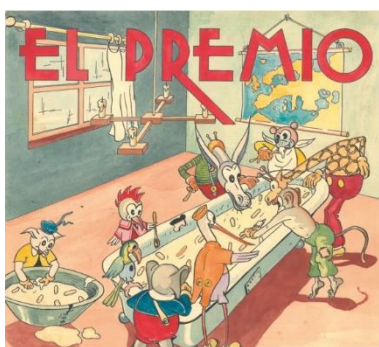
Os dados apontam que a primeira dimensão considera o território midiático como um locus – um lugar com recursos disponíveis para o estabelecimento de relações entre sujeitos. Já a segunda, considera o território midiático como ferramenta de poder, através da qual comunicamos o desejo por acesso a um determinado espaço seja ele físico e/ou simbólico.

Referências

- Araújo, B. (2021). *Cartografia das práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima (CIR)* [Dissertação de Mestrado em Comunicação Social, Universidade Federal de Roraima]. Boa Vista – RR.
- Braga, J. L. (2006). “Mediatização como processo interacional de referência”. *Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, 5(2), 9–35. <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/6693/4050>
- Braga, J. L. (2012). “Circuitos versus campos sociais”. In: M. A. Matos, J. Janotti Junior, Nilda Aparecida Jacks (org.). *Mediação e Mediatização* (p. 31-52). Salvador: UFBA.
- De Assis, F.; Carniello, M. F. (2011). *Geografias da comunicação: Espaços reflexivos no Território latino-americano*. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 12.
- Fausto Neto, A. (2006). *Mediatização, prática social, prática de sentido*. Bogotá: Seminário Mediatização.
- Faxina, Elson; Gomes, Pedro Gilberto. (2016). *Mediatização: um novo modo de ser e viver em sociedade*. São Paulo.
- Ferrara, L. D’Alessio. (2020). “Entre meios: o lugar da Mediatização”. In: Jairo Ferreira [et al] (orgs). *Mediatização, Polarização e Intolerância (entre ambientes, meios e circulações)* (p. 275- 295). Santa Maria: FACOS-UFSM
- Gomes, P. G. (2017). *Dos meios à mediatização: um conceito em evolução*. São Leopoldo.
- Haesbaert, R. (2004). *O Mito da Desserritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro.
- Hepp, Andreas. (2014). “As configurações comunicativas de mundos mediatizados: pesquisa da Mediatização na era da mediação de tudo”. *Matrizes*, 8(1), 45–64. <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82930/85964>

- Jansson, A. (2005). "For a geography of communication". *Kulturstudier i Sverige. Nationell forskarkonferens* (p. 491-506). Linköping University Electronic Press.
- Morais, V. M. (2018). *Filhos de Deus e netos de Makunaíma: apropriações do catolicismo em terras Makuxi*. Curitiba: Editora CVR.
- Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do poder*. São Paulo. (Série Temas).
- Reis, R., Zanetti, D. (2017). *Comunicação e territorialidades: poder, cultura e mídia*. Vitória.
- Santi, V.; Araújo, B. (2022). "Entre processos de midiáticação e territórios midiáticos: reterritorialização do trabalho em tempos de pandemia". *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 20. (p. 232-244).
- _____. (2021). "A EtnoMídia Indígena na Construção dos Territórios EtnoMidiáticos". *Revista Comunicação, Cultura E Sociedade*, 7. (p. 122-142).
- _____. (2021). *As territorialidades midiáticas e a des-re-territorialização do Movimento dos Povos Indígenas na Amazônia Brasileira. Anais Do XLIII Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação. XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife - PE*.
- _____. (2020). "Etnomídia Indígena e (Novas) Territorialidades: a comunicação alternativa na construção das territorialidades midiáticas". *Anais do XLIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 1, 1-15. XLIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador - BA.
- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edição padrão
- Sodré, M. (2002). O ethos midiaticado. In: *Antropológica do Espelho. Por uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ.
- Zanetti, D. (2017). "Territorialidades no campo do audiovisual". In: D. Zanetti & R. Reis (orgs.). *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias* (35-47).
- Zúñiga Navarro, G. (1998). "Los procesos de constitución de Territorios Indígenas em América Latina". *Nueva Sociedad* Nro. 153 Enero-Febrero, pp. 141-155.

Reseñas / Books reports



Salvador Gijón, Domingo Cipriano y López Camarillas, José A. (2022). *El premio*. Torrent (València): Llibres de l'Encobert, 50 p.

Paulo Celso da Silva

Universidade de Sorocaba

Sorocaba, Estado de São Paulo, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-0494-7408>

paulo.silva@prof.uniso.br

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4967>

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Sin duda, una de las enseñanzas más importantes que Salvador pudo dar a su pequeño fue la de cooperar entre iguales para sobrevivir ante la adversidad, como él hizo con sus compañeros en la cárcel. Lección teórica y práctica que adoptó la forma de un cuento: *El premio*.
López Camarillas, 2022

A edição que temos em mãos para resenhar foi publicada em julho de 2022, graças aos esforços de Lopez Camarillas, do editorial *Llibres de l'Encobert* (Valencia/Espanha) com seu objetivo de manter viva a memória histórica e a justiça social e de 147 pessoas que financiaram o projeto por meio da Verkami, uma plataforma espanhola de *crowdfunding*. Originalmente, o livro contou com a edição de Domingo Cipriano Salvador Gijón, a transformação do texto em versos por Luis Días Serrano, ilustrações de Carmelo García Rodríguez com coloração de Gabriel Pareja e caligrafia de Joaquim Bravo, todos prisioneiros políticos na penitenciária de El Dueso (Santoña, Cantabria, Espanha), então um campo dos campos de concentração Franquista, no qual a violência contra os prisioneiros era cotidiana e a prática das 'sacas representativas' (a separação de prisioneiros escolhidos aleatoriamente e de diversas ideologias para serem fuzilados) uma forma a mais de terrorismo e opressão do Estado.

Findava o ano de 1943 e Cipriano Salvador Gijón (Pedro Muñoz, 1894 -Toro, 1975 ambos na Espanha) queria presentear seu filho de 5 anos com algo significativo, uma vez que apenas o conhecerá como um bebê, mas mantinha contato frequente pelas cartas e cartões postais que enviava para *Villanueva de los Infantes* (Ciudad Real, na comunidade autónoma de Castilla - La Mancha) onde ele morava com sua mãe. Preso injustamente, acusado pelo desaparecimento do *quadro Santa Ana, la Virgen, santa Isabel San Juan* de Yáñez de Almedina durante a guerra civil espanhola, Cipriano cumprirá sete anos de prisão e, após cumprida a pena, ainda amargou dificuldades para encontrar trabalho, sendo proibido ainda de exercer suas atividades e devendo residir em Madrid, pois fora desterrado de La Mancha.

Apenas agora, em 2022, por iniciativa de Lopez Camarillas, a história do desaparecimento do quadro é desvendada e fica provado que ele sempre esteve no Museu do Prado de Madrid e, ao contrário do que ficou conhecido, Cipriano havia

salvo a obra quando em 1938, isso é atestado pelos agentes da Briqada da Caixa de Reparações da República (ligados ao Ministério das Finanças) ao comparecerem a sua casa o cumprimentam por salvar a pintura, diz o documento:

Quando eclodiu o movimento militar-fascista, dedicou-se ao mérito da sua profissão a recolher muitas obras de arte, que existiam nas vilas da província, depositando-as na igreja dos Infantes, onde mais tarde foram na sua maioria destruídas, conseguindo para salvar a pintura, que hoje foi entregue às autoridades. Atribui-se um valor extraordinário à referida obra, pois no nosso Museu Nacional quase não existem obras de tão grande artista (Acta de 1938, que reconhece a posse do quadro (tradução nossa).

Cipriano Salvador Gijón ainda nos legará uma importante obra acerca da área de La Mancha, *Es don Quijote el que guía*, publicado em 1921 e reeditado em 2021 quando dos 100 anos, um guia para os viajantes conhecerem os passos do personagem de Cervantes, mas, ao mesmo tempo uma demonstração da visão de Salvador Gijón para o aproveitamento já nos inícios do século XX, do trajeto como marco turístico e possibilidade econômica, além de denunciar a situação social pela qual viviam as pessoas dessa região.

Assim, esse republicano espanhol nos deixou importantes obras, como é o caso de *El Prêmio*, que ficou guardado com seu filho, hoje com 84 anos. Livro infantil que se passa em uma escola de animais na qual o ganhador de uma banheira de Natillas (um creme feito a base de leite e ovos) decide compartilhar om seus colegas, apesar das brincadeiras maldosas e burlas que estes companheiros faziam com ele.

A história ilustrada começa assim:

Antigamente, / quando burros, leões, panteras, / gatos, porcos, cabras, galinhas, tartarugas / e todas as criaturas que havia na Terra / falavam e falavam – mais inteligentes / que todos os homens – uma única língua. // Todos se reuniam, todos se ajudavam, / todos viviam juntos e não havia guerras. // Às vezes, alguns que estavam de mau humor / começavam discussões ou algumas brigas, / mas sua raiva logo acabava / e eles se contentaram com uma paella. //(tradução nossa).

Mas, os bichos não viviam em uma selva perdida em algum ponto da África ou da América do Sul. Eles frequentavam escolas!!

Como é natural, os bichinhos, /com nobres desejos, iam para a escola. // Em uma eles tinham como professor / um belo cavalo, de crina cinzenta. // No nariz ele usava orgulhosamente / óculos de cor canela, / e um gorro vermelho dava a ele a aparência / de ter uma licenciatura em Artes e Ciências. // Todos os alunos eram animais, / como dissemos... Havia um pequeno / Papagaio, um Loro, um Burro, um Porco, / um Macaco, um Urso, com uma Cegonha; / e um grande Elefante com uma Girafa / formaram um grupo naquela escola. // Como a Girafa tinha tal pescoço / que, se o alongava, chegava à porta, / deram-lhe um nó, deixando-o mais baixo, / e assim sentou-se, tão bonita e tão rígida. // Sr. Cavalo, simpático, cheio de bondade / explicou estoicamente o que era aritmética, / o que era gramática, também geografia, / todos os princípios, axiomas e regras. / Mas os alunos eram tão

burros, / tão descuidados, tão estúpidos, tão... feras! / que o pobre Cavalo nunca conseguiu / meter as lições em tais cabeças. // Havia apenas um, e era o Elefante, / com sua grande cabeça, que o entendia. //(tradução nossa).

Pobre professor Cavalo, tanto fazia e ensinava e nada dos alunos aprenderem as lições básicas, apenas o atento Elefante prestava atenção, fazia as lições de casa, estudava os verbos e as tabuadas. E o ano letivo chega ao final. Professor Cavalo havia prometido um prêmio para o melhor aluno da classe, aquele que conseguisse passar em todos os exames.

EXCELENTE / graciosamente ganhou seu prêmio. // Sr. Cavalo, feliz, pegou o creme / e com um abraço deu-lhe a banheira. // Imagine como ficaram os outros alunos /! Feito umas feras! // Choravam de inveja, outros chutavam; / Outros diziam palavras grosseiras... // Mas o Elefante, que amava a todos, / porque os amava, sentia muita pena / e chamando a todos disse: «Olha, / vocês são maus alunos, são babacas. // Burlaram de mim, me atiraram muitas pulgas, / me encheram de insultos, me cobriram de ofensas... // Mais para demonstrar a vocês que quem estuda muito / enobrece o peito de honra e de vergonha , / Eu perdô a todos e, além disso, convido vocês / a comer comigo este grande lanche. // Prêmio que adquiri com muito esforço, / sempre estudando – algo que não importa–, / enquanto suas zombarias, que queriam ser / zombarias contra o saber, não me marcaram. // E hoje eu tenho duas coisas chamadas cultura / e ética moral, que é o que importa”. // Depois do que foi dito, todos muito felizes / aglomerados em volta do cocho / e todos comeram... Nem todos! Que o Porco / foi jogado de lado, em uma panela. //(tradução nossa).

Assim, a moral da história é saber perdoar e repartir, é a solidariedade entre todos como soluções para as dificuldades, ao mesmo tempo a aceitação das diferenças como forma de aprendizado do próprio Eu, do papel a desempenhar socialmente visando o bem comum.

Sem dúvida, uma história singela em uma edição que orgulharia aqueles detentos que deram o melhor de si para que um menino de cinco anos tivesse um presente nas festividades natalinas de um tempo de guerra. O livro ainda conta com um prólogo de José A. López Camarillas, datado de junho de 2022, no qual conta a biografia e a literatura de Salvador Gijón e a sua “doce derrota”:

Como seu estimado Quixote no final do romance, ele mudou com o choque da realidade. Não falava. Não podia. Em seu tempo livre só queria desenhar. Nem se atreveu a abrir a boca quando viu a pintura de Yáñez, sua pintura, em El Prado, onde ia quase todas as tardes para fazer esboços. Ao fim e ao cabo, era a sua Dulcinéia particular: todo o seu sacrifício era para preservar a obra, e que estivesse no museu era uma doce derrota. O haviam vencido pela força, mas ele, como Alonso Quijano, havia ligado sua imortalidade à uma obra de arte (p.40, tradução nossa).

Sem dúvida, a publicação em julho de 2020 desses originais é um “dolce regalo”, mesmo tantos meses depois do Dia de Reis. Todas as gerações de leitores,

republicanos, democratas agradecem o trabalho desses artistas que foram presos por ter ideias e nenhum medo do futuro, como certos conservadorismos.



Guimarães, Bruno Almeida, Kangussu, Imaculada, Mello Rangel, Marcelo de, Freitas, Romero (2022). Benjamin, W. *Hoje*. Belo Horizonte: MG: Editora Relicário; 1ª edição, 216 p.

Guilherme da SILVA

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Campus Araraquara - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5705-9586>

guilhermedasilva09@gmail.com

URL : <https://www.unilim.fr/trahs/4972>

Licence : CC BY-NC-ND 4.0 International

Neste ano de 2022 comemoramos os 130 anos de nascimento de Walter Benjamin (Berlim/Alemanha, 15 de julho de 1892) e 82 anos de sua morte (Port Bou/Catalunha 27 de setembro de 1940). Em muitos lugares, homenagens e lançamentos marcaram a data comemorativa e, em alguns casos, novas luzes e interpretações aos escritos do autor Alemão. 'Hoje, Walter Benjamin' vem nessa direção, ao reunir uma seleta gama de estudiosos benjaminianos brasileiros,

convidando-os à refletir acerca da contemporaneidade do seu pensamento. A iniciativa conta com: Aléxia Bretas, Augusto de Carvalho, Carla Damião, Daniel Pucciarelli, Ernani Chaves, Helano Ribeiro, Imaculada Kangussu, João Emiliano Fortaleza de Aquino, Luciano Gatti, Marcelo de Mello Rangel, Márcio Seligmann-Silva, Olgária Matos e Rafael Haddock-Lobo.

A proposta do livro, como indicado no Prefácio (p. 7) era homenagear o autor nos oitenta anos de sua morte, mas dada a natureza dos capítulos recebidos, o livro veio a ser um *sobre* e um *para* pensar o hoje, partindo das reflexões benjaminianas. O que nos traz maior expectativa e aumenta a responsabilidade dos participantes, todos eles brasileiros, nesta empreitada.

Pensar contemporaneamente Benjamin é atentar para a aceleração e a flexibilização do tempo em espaços e/ou territórios em luta pela decolonização das consciências, da luta por uma outra e necessária democracia em constante exercício cidadão a superar o [apenas] consumidor, hoje o usuário em uma sociedade do esquecimento, isto é, daquelas que se olvidaram dos seus dias de 'conservadorismo tóxico' – para utilizar um termo em voga – e optaram nas urnas pela manutenção do passado onírico que, ao menos sabem se existiu. Pensar Benjamin é observar, ler, reler o que a realidade do período técnico científico informacional (Santos, 1996:41) nos quer cegar com suas luzes extremamente fortes.

Dessa forma, temos capítulos com as mais variadas posições, possibilidades e relações. A autora Afro-brasileira Denise Ferreira da Silva dialoga com Benjamin no primeiro artigo, de Aléxia Bretas, *Lendo imagens dialéticas contra a flecha do tempo*:

Walter Benjamin com Denise Ferreira da Silva, ambos preocupados e comprometidos em denunciar, desmontar os dispositivos da violência racial, Benjamin contra o antissemitismo nazista e Silva contra a violência à raça negra no Brasil, entretanto, “ambas justificadas pela existência do racismo como peça fundamental nas campanhas expansionistas do capital mundial tanto ao norte quanto ao sul global” (Bretas, 2022: 10).

Por que Teses sobre o conceito de História? É o diálogo de Augusto de Carvalho com Benjamin. Nesse capítulo, os aforismos de Sobre o conceito de História, são indicados como possibilidade de um debate em várias frentes e perspectivas, pois não são auto evidentes ou auto explicativas. Emerge um Benjamin historiador e uma história necessária para o entendimento do passado-presente que analisou durante décadas.

Carla Damião trata *Sobre o conceito der Wahrnehmung*, que a autora quer “investigar o sentido de *aisthesis* como percepção sensorial” (p.37) que sofrerá reveses na sociedade industrial e técnica e da indústria do entretenimento, a época de Benjamin, o cinema era o principal exemplo. Finaliza citando o comentário de Geert Lovink (1991: 1) da qual vale a pena destacar para dar uma mostra ao nosso leitor da profundidade do conceito em epígrafe: “Walter Benjamin é uma interface entre a herança de Gutemberg e a mídia em ascensão...Em princípio Benjamin reduz todas as mídias ao roteiro. no entanto, ele dá uma olhada no futuro, não reduzindo o novo *médium* ‘do filme’ a uma forma de arte, mas sim interpretando-o como um novo meio (*medium*)” (Id: 54).

O seguinte capítulo, *Esquecer Benjamin? Nota sobre um tema de Beatriz Sarlo*, Daniel Pucciarelli indica o caráter inovativo e antecipatório da editoria argentina em toda América Latina ao publicar, em 1967, a obra de Benjamin facilitando o contato e a reflexão dos intelectuais argentinos, como é o caso de Beatriz Sarlo que avança e faz a auto crítica da maneira como essa antecipação argentina parece não representar, na visão da autora, o entendimento do autor e mais ainda da “moda Benjamin”, a qual ela criticará na revista Punto de Vista em 1995 com o artigo ‘*Olvidar Benjamin*’, principalmente o uso indiscriminado do flâneur fora do contexto da Paris fin-de-siècle. Os leitores deste capítulo tem caminhos para refletir acerca do que é ser fiel – HOJE! – ao pensamento de Benjamin.

Ernani Chaves apresenta *Filosofia como crítica do sistema: acerca da leitura do livro de Karl Löwith sobre Nietzsche (1935), por Walter Benjamin*. A proposta do capítulo é demonstrar como Benjamin, apesar de suas constantes mudanças, não só de endereço como entre países, continuou como leitor de Nietzsche, e interessado também na obra de Löwith, conforme atestam duas cartas em que o livro é indicado aos seus interlocutores. A primeira de 28 de agosto de 1938 e a segunda de 04 de outubro de 1938. “Estas duas referências mostram, claramente, o interesse de Benjamin pelo livro de Löwith.... Como pretende demonstrar, o que está em questão nela, ou seja, as relações entre filosofia e poesia, filosofia e sistema, são também muito importantes para o próprio Benjamin” (p. 69).

Kommed, o que está em vias de, em processo, assim também a proposta da filosofia Benjaminiana apresentada por Helano Ribeiro no capítulo *Walter Benjamin: (i)mago de uma filosofia por vir*. “Sobre o programa da *filosofia do por vir*, que deveria ser um programa de filosofia que concebesse um conceito de experiência mais abrangente (superior) do que aquele elaborado por Kant e pudesse incluir outras formas de experiência” (p. 85). Uma dessas formas poderia ser as alucinações.

Imaculada Kangussu, na sequência, aborda *Sobre o conceito de história: outras naraytivas são precisas* ao que se pergunta se, depois de mais de oitenta anos das

teses *Sobre o conceito de História*, o texto está inacabado? (p. 95) A autora se propõe uma tarefa, para qual também chama seus leitores, de reescrever a história desde a perspectiva dos vencidos, uma tarefa deixada por Benjamin para o por vir, “as teses Sobre o conceito de história são como uma mensagem na garrafa” (p.95).

Ainda debruçando nas teses *Sobre o conceito de História*, o operariado vem à tona no capítulo de João Emiliano Fortaleza de Aquino, *Benjamin e a história social do século XIX: as lutas de classe do proletariado francês*. Resultado de uma investigação profunda no tema, o capítulo responde a pergunta de qual seria a concepção benjaminiana das lutas de classes no século XIX (p. 111), demonstrando ao leitor que sim, existem contradições a serem desveladas.

Possivelmente um dos textos mais utilizados de Benjamin, “A obra de arte na época de sua reproduzibilidade técnica” amplia o conceito de obra de arte, mas quais apostas de Benjamin se concretizaram nos anos vindouros? “A imagem técnica de fato alterou a função social da obra de arte? São questionamento que o capítulo *A “obra de arte” para além do cinema: sobre a atualidade de uma aposta de Benjamin* quer refletir e responder com o leitor (p. 129).

Benjamin, crise da experiência e hiperempíria é o tema que Marcelo de Mello Rangel vai desenvolver e para o qual faz uma pequena ressalva inicial de que reconheceu o conceito de hiperempíria a partir do texto de Benjamin “Experiência e Pobreza” . Apenas para incitar a curiosidade do leitor, Rangel vai definir a hiperempíria como ‘um comportamento de abertura integral ao que desponta, especialmente (mas não apenas) em contextos mais críticos, é parte importante do que chamamos de hiperempíria’ (p. 152) .

Vilém Flusser e Walter Benjamin dialogando acerca da técnica é a proposta de *Filosofia da Técnica como conquista de um campo de ação lúdico (Spielraum) em Benjamin e Flusser* por Márcio Seligmann-Silva, uma vez que “ambos os autores sonham com as naturezas externa e interna ao ser humano liberadas e capazes de desdobrar a sua potência a partir de uma arte-técnica emancipadora (p.159).

Walter Benjamin: as coisas e seu destino de Olgária Matos (p.193), fecha a obra. Nesse capítulo encontramos reflexões que remetem à aura das coisas e aura autêntica, brinquedos e criança, nova miséria, surrealismo, mundo das coisas e o colecionador a pausa do destino, enfim, uma possibilidade de pensamentos e adentramentos no universo benjaminiano para meditar acerca do passado que se atualiza no agora.

Referências

Santos, M. (1996). *A natureza do Espaço. Técnica Tempo Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC